

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANITA LUCCHESI

DIGITAL HISTORY E STORIOGRAFIA DIGITALE:

ESTUDO COMPARADO SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE (2001-2011)

Rio de Janeiro
2014

Anita Lucchesi

DIGITAL HISTORY E STORIOGRAFIA DIGITALE:

ESTUDO COMPARADO SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE (2001-2011)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard

Rio de Janeiro
2014

L934 Lucchesi, Anita.

Digital history e Storiografia digitale : estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011) /

Anita Lucchesi. Rio de Janeiro, 2014.

188 f.

Dissertação (Mestrado em História Comparada) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História,
Rio de Janeiro, 2014.

Orientador: Dilton Cândido Santos Maynard.

1. Historiografia. 2. Estudo comparado. 3. História
comparada – Teses. I. Maynard, Dilton Cândido Santos
(Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto
de História. III. Título.

CDD: 907.2

FOLHA DE APROVAÇÃO

Anita Lucchesi

DIGITAL HISTORY E STORIOGRAFIA DIGITALE:

ESTUDO COMPARADO SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE (2001-2011)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Aprovada em 12 de março de 2014.

(Dilton Cândido Santos Maynard, professor doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(José Costa d'Assunção Barros, professor doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Itamar Freitas de Oliveira, professor doutor, Unifersidade Federal de Sergipe)

(Magda Maria Jaolino Torres, professora doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Janaína Cardoso de Mello, professora doutora, Universidade Federal de Alagoas)

A Manoel Luiz Salgado Guimarães

(in memoriam)

Agradecimentos

Sometimes you can't make it on your own... assim diz a canção que agora, só de pensar, traz à garganta um nó indeciso entre a alegria do ponto final e a melancolia da despedida. E é a mais pura verdade. Não teria sido possível sozinha. Meu mais sincero e desesperado obrigada vai ao ser humano que aceitou embarcar comigo nessa viagem e não me deixou remar sozinha. Obrigada ao Prof. Dr. Dilton Maynard pela dedicação e cuidado *de verdade*, por ter madrugado lendo e comentando meus textos, por ter corrigido mesmo as minhas vírgulas e rido com leveza dos meus ademais e senões. Tenho muito orgulho de ter sido apresentada ao PET e ao GET nessa ponte RJ-SE, aprendi muito nas oportunidades de convivência e debates. Foi muito bonito ver o brilho nos olhos daqueles meninos e meninas que você orienta. E, de repente, quando me olho no espelho... enfim. Obrigada por ter confiado e estimulado minha cabeça dura.

Às minhas famílias – de Teresópolis, Rio e Florença – um obrigada mais que especial. Obrigada *Único*, por ter sido minha casa, minha escola e também minha família, sem vocês o Soberbo ainda seria um limite. Ao meu pai e minha mãe por terem dolorosamente compreendido a minha partida e aos Moura Ribeiro por terem me proporcionado a melhor acolhida do mundo quando consegui descer a Serra. À minha Nonna, *ringrazio* por ter aceitado me receber sem saber de verdade quem eu era. E à Mia Infante por ser a melhor vizinha do mundo e me lembrar, tantas vezes, que no casarão tenho duas casas e uma verdadeira amiga. Aos meus pacientes e amados amigos de longa data, obrigada por terem suportado meu papo chato, meus *deadlines*, meu mau humor e todos meus problemas *workahólicos*, mas acima de tudo, obrigada por terem se entusiasmado com as minhas ideias, mesmo sem saber para que diabos serve a tal historiografia... Pedro, Thuenny, Bárbara, Magally, obrigada pelo carinho e pela maneira doce ou dura como, cada um ao seu modo, me ajudou a seguir em frente, amparando ou dando bronca. Confesso que preciso muito mais das broncas.

Por falar em bronca, um obrigada especial à primeira monitora de uma disciplina de História da África na Universidade Federal Fluminense, do *campus* com a mais linda vista para o Rio de Janeiro. Érika Melek, minha querida *Chérie* (com a licença poética do pleonasmo a essa altura do campeonato), eu sei que a UFF sentiu sua falta, mas devo agradecer aos desígnios da Clio que permitiram nosso encontro do lado de cá da baía, no mundo da comparação. Obrigada pelas broncas teóricas e práticas, por ter me

criticado até o choro, por ter lido, comentado, debatido, discordado, comparado, revisado, vibrado, aplaudido e ajudado com a maior delicadeza do mundo. Fico feliz que a comparação não tenha se tornado competição e que falando de Níger ou de Ítacas historiográficas, quer na brisa de um amazônico mar, que na inglesa neblina *usterense*, você tenha me acompanhado nessa(s) viagens(s), fazendo tudo fluir melhor. Talvez por isso tanta água, metáfora aquática e margens extras de rios... e eu aqui que ainda não sei nadar. Obrigada, Oiá. Que venham outras viagens.

Nomear é sempre um risco, mesmo para os “profissionais da história”, ironicamente, me sinto sempre traída pela memória. Mas aqueles que, além de colegas, se tornaram amigos não posso deixar de mencionar. Obrigada a Marília, Bianca e Malu que, quase como meus pais, foram obrigadas a entender minha ausência durante a reclusão da escrita, mas também souberam criticar meu desaparecimento para o bem, desde antes do nascimento desse projeto, é verdade. Obrigada Eliza também pelo que veio antes - a fé depositada no rascunho inicial e o apoio nos angustiados meses sem orientação. À Naiara Damas, André de Lemos Freixo e Giovana Xavier por ter acompanhado de perto essa ideia tomar forma e me incentivado a seguir no tema.

Um especial agradecimento ao Prof. Serge Noiret por ter me apresentado o tema e, mesmo do outro lado do Atlântico, ter me encorajado a seguir em frente, mesmo quando achei que não haveria orientação, programa, espaço ou graça. Obrigada Prof. Serge pela sua generosidade e incentivo desde 2008. A Gensa e Anita que mesmo alheios à história, torceram tanto quanto eu para que tudo desse certo. *Grazie, Ani, per l'italiano.*

Agradeço imensamente à Capes e ao PPGHC pelo lugar e pela bolsa concedida, sem apoio financeiro teria sido impossível escrever qualquer trabalho, especialmente nessa efervescente Rio de protestos e megaeventos, cujos preços e custo de vida fazem mais do que nunca jus àquela velha pretensão de Paris Tropical. Obrigada aos professores André Pereira e José Costa d'Assunção Barros por terem participado de minha banca de qualificação, com tão preciosas observações. Agradeço ainda o prof. Assunção e prof. Itamar Freitas de Oliveira por terem aceitado estar comigo na reta final, lendo e criticando esse trabalho para o “grande dia” da defesa. Obrigada também ao prof. Wagner Pinheiro às professoras Magda Maria Jaolino Torres e Janaína Cardoso de Mello por terem se disposto a ler o trabalho e serem suplentes de minhas bancas..

Por fim, mas não menos importante, a todos os alunos e alunas que tive o prazer de conhecer em três anos de História no Pré-Vestibular Social. Aprendi muito de

verdade com vocês. Um obrigada especial aqui à Polyana Pires Gomes e Gilberto Araujo pelas maravilhosas horas de conversa que giraram em torno do PVS, da filosofia, da literatura e da vida, que nas raras e especialíssimas ocasiões em que nos encontramos nesses duros meses, reacenderam a minha paixão pela História.

A Thuko e Mix, enfim, pela companhia incondicional, afeto e ternura com que alegam minha casa e minha vida, especialmente pela força nas várias madrugadas de escrita.

A linha geral de orientação da História futura é imprevisível. Não há indícios de liberdade permitindo antecipar possibilidades estimuladoras. (...) Significa isso que a contemplação da História e do presente não serve apenas para satisfazer nosso desejo de conhecimento, para nos esclarecer a respeito da grandeza e pequenez dos homens ou a respeito do esplendor de suas obras. O essencial é que essa contemplação nos desperte o sentido de responsabilidade.

Karl Jaspers, Introdução ao pensamento filosófico, 1965.

Resumo:

LUCCHESI, Anita. *Digital History e Storiografia Digitale*: estudo comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011). Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Programa de Pós-graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O presente estudo tem por objetivo comparar duas tendências historiográficas que surgem no final do século XX: A *Digital History*, no espaço estadunidense e a *Storiografia Digitale*, no espaço italiano. Procuramos explorar as razões para a emergência do tema como objeto de estudo nestas duas realidades nacionais e buscamos compreender quais são as contribuições do debate para a escrita da história no Tempo Presente, especialmente levando em consideração o advento da Internet e das Tecnologias de Comunicação e Informação. Por esta razão, discutimos as particularidades da operação histórica em tempos de cibercultura, levando em consideração a transição da cultura impressa para a cultura digital, o que implica contextualizar os procedimentos do nosso ofício às novas dinâmicas do ciberespaço.

Abstract

LUCCHESI, Anita. *Digital History e Storiografia Digitale*: estudo comparado sobre a Escrita da História no Tempo Presente (2001-2011). Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Programa de Pós-graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This study aims to compare two historiographical trends emerging in the late twentieth century: *Digital History*, at the U.S realms and the *Storiografia Digitale*, at the Italian one. We explore the reasons for the emergence of the subject as an object of study in these two national realities and seek to understand what are the contributions of the debate for the writing of history in the present tense, especially given the advent of the Internet and Information and Communication Technologies. For this reason, we discuss the particularities of historical operating in times of cyberculture, taking into account the transition from print culture to digital culture, implying contextualize the procedures of our office to the new dynamics of cyberspace.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Reprodução de uma foto postada pelo perfil “Donato di Mauro” no Facebook.	33
Figura 2. Rascunho conceitual de Memex.	38
Figura 3. Captura de tela – Interface do software Zotero.....	63
Figura 4. Captura de tela da seção “A paisagem e a memória” (<i>Il paesaggio e la memoria</i>) do site L'edizione digitale del Liber Privilegiorum Sanctae Montis regalis Ecclesiae.....	134
Figura 5. Captura de tela da seção “Comparando estruturas sociais (<i>Comparing Social Structures</i>) do site <i>The Differences Slavery Made: A Close Analysis of Two American Communities</i>	135

Sumário

Introdução.....	14
1 Clio decide navegar: notas para uma introdução à “história/historiografia digital”	22
1.1 Algumas coordenadas no ciberespaço	24
1.1.1 A tecnologia não é neutra	27
1.1.1.1 “Lá no embigo do mar”: a Internet.....	35
1.1.2 Novos espaços/suportes, novos documentos	46
1.2 Tempo Presente	54
1.3 Procedimentos metodológicos.....	61
2 Tendências historiográficas do Tempo Presente	68
2.1 Storiografia Digital: a operação historiográfica atualizada para o século XXI... 71	
2.2 Digital History: no tempo dos historiadores digitais	98
3 O digital entre a história e a historiografia	122
3.1 História ou Historiografia Digital: qual é o lugar desse "novo"?	126
3.1.1 Indefinição eloquente	127
3.2 A operação histórica no Tempo Presente Digital	151
3.3 Expectativas no/do horizonte digital	158
Considerações finais:	163
Glossário:	167
Referências Bibliográficas:	175

Introdução¹

No presente estudo fazemos um esforço comparativo entre o que, a princípio, denominamos como duas tendências historiográficas surgidas no final do século XX, cujas produções avolumaram-se na década de 2000 em diante. Uma destas tendências tem lugar nos Estados Unidos (EUA), já a outra na Itália. Ambas comungam uma preocupação bastante singular: examinar as relações entre a História e a Internet (ver [glossário](#)). Nesse sentido, este trabalho tem por fim identificar e problematizar pontos de intersecção e divergências entre as discussões levantadas por estes dois grupos sobre pesquisa e a formação em “história/historiografia digital”.

Enfrentamos esta problemática a sob a perspectiva dos estudos do Tempo Presente, uma vez que o período que estudamos encontra-se em continuidade temporal com a própria redação deste texto (MOTTA, 2012:34). Compreendemos que o nosso problema é contíguo a outros combates pela história travados no século passado (FEBVRE, 1953). Trata-se de um estudo sobre a escrita da história, ou melhor, sobre outras possibilidades de história, que não exclusivamente feita a partir de textos, como chamava atenção Febvre (1953), ou tampouco que se apresente apenas como um texto². A nossa é, em resumo, uma análise em perspectiva comparada de como a história é produzida na dita “Era Digital”, de que técnicas e de que problemas falam os autores selecionados quando falam em *Storiografia Digitale* (nomenclatura italiana) ou *Digital History* (nomenclatura estadunidense).

Nesse contexto, o surgimento da noção de uma “cultura digital” (RAGAZZINI, 2004) ou “cibercultura” (LÉVY, 2000) (ver [glossário](#)) também se torna objeto de investigação histórica. Mesmo que o escopo principal desse estudo não seja dar conta disso, considerar a atualidade do debate, seus avanços e as muitas perguntas ainda sem respostas nesses fóruns será fundamental para o nosso trabalho sobre a relação entre a

¹ O presente trabalho possui alguns hiperlinks (ver [glossário](#)) em seu corpo, navegáveis quando se utiliza a versão em PDF. Dessa forma, toda vez que houver a ocorrência de uma palavra ou expressão sublinhada no texto impresso, tal formatação significará a presença de um hiperlink no documento eletrônico.

² “Não subestimemos o poder de persistência do velho tabu: ‘Não farás história, a não ser com textos’” (FEBVRE, 1953:488, tradução nossa) / “Gardons-nous de sous-estimer la puissance persistante de ce vieux tabou : ‘Tu ne feras d’histoire qu’avec les textes.’”. Adverte-se que as citações retiradas de originais em língua estrangeira são apresentadas em Língua Portuguesa em uma livre tradução realizada pela própria autora.

história e o digital. E aqui é importante pensar que este digital implica em novos espaços, novos tempos e novos tipos de documentos para a história.

No que diz respeito justamente à definição de quais são os documentos, e mais ainda, os propósitos e as audiências da história, é importante lembrarmos alguns debates que marcaram a historiografia do século XX. O *linguistic turn* (giro-linguístico) e o relativismo ou ceticismo epistemológico motivaram muitas discussões nos anos 1970-80 e também estiveram presentes nas reflexões sobre a História Quantitativa e a Microhistória, na medida em que aqueles que adotavam estas metodologias, também se posicionavam no debate acerca da relação história/ficção ou literatura/realidade. Pensar o princípio de realidade no seio dessas discussões significava problematizar mais uma vez a operação historiográfica, como se fez na primeira metade do século com a história-problema dos *Annales*. Em outras palavras, “transferir para o âmago da pesquisa histórica as tensões entre a narração e documentação e diminuir a grande distância vigente atualmente entre a reflexão filosófico-metodológica e a prática historiográfica baseada em demonstrações documentadas” (VIEIRA, 2012:04). Paralelamente, na esteira do que seria a Nova História (BURKE, 1992:09-10), as revisões de fontes e métodos desse período ganharam expressão em trabalhos de História Oral e de História Pública - esta última, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra – e estabeleceram novas formas de se interrogar o passado. Podemos dizer que as tendências que nos propomos a estudar possuem uma relação bastante estreita com estes eventos da historiografia que, em certa medida, também propuseram novas maneiras de responder a pergunta posta por Marc Bloch (2002:41) “para que serve a história?”.

A conduzir-nos por esta investigação, uma mesma pergunta nos interpela enquanto confrontamos a produção do Velho e do Novo Mundo, nossas fontes: isto que surge do experimento de se fazer História em tempos de Internet (na Internet, a partir dela, para ela, através dela) significará um novo paradigma historiográfico? Em outras palavras, o que queremos saber é se isto que chamam de *Digital History* ou *Storiografia Digitale* deve ser tomado apenas como a possibilidade de um método novo, ou se devemos entender esta novidade em sua maior complexidade como um novo campo de estudos ou se, ousando dizer mais, a escrita da História, independente do campo de atuação ou método perfilhado por quem a pratica, está, definitivamente, “renovada” na sua mais recente adjetivação “digital”. Aqui se subscrevem outros questionamentos, como, a necessidade de avaliar se as ferramentas digitais e seus respectivos “modos de

fazer” permitem que sejam feitas novas perguntas ou possibilitam novos *insights*; Colocam-se ainda perguntas sobre os novos formatos de trabalho possíveis (colaborativos, à distância); Como lidaremos com a fluidez (pouca instabilidade) da informação em rede; e ainda, considerando a problemática do digital para além do fator mais artesanal de nossa pesquisa, que noções de espacialidade e temporalidade emergem desse contexto.

Para tentar responder ou aprofundar esses questionamentos para futuras pesquisas nos foi muito fortuito recorrer ao método da História Comparada e a possibilidade que este nos oferece de abordar múltiplos objetos (em nosso caso, dois campos de observação). Acreditamos que a comparação venha ao encontro do nosso objetivo de apresentar a produção que consideramos chave para o entendimento do que vem a ser esta nova tendência historiográfica e extrair, de ambos os lados (EUA e Itália), informações que nos ajudem a caracterizar minimamente tal objeto segundo as óticas estadunidense e italiana, sem perder a riqueza das divergências entre elas, que serão apresentadas no capítulo 2, em 2.1. *Storiografia Digitale*: a operação historiográfica atualizada para o século XXI e; 2.2 *Digital History*: no tempo dos historiadores digitais - e mais profundamente confrontadas no terceiro capítulo - 3. O digital entre a história e a historiografia.

Através do confronto desses dois *Storiografia Digitale* (Historiografia Digital, em tradução livre do Italiano) e *Digital History* (História Digital, em tradução livre do Inglês) pretendemos apresentar os parâmetros que estruturam o pensamento histórico na “Era Digital” e as problemáticas que se colocam a partir disso para o historiador do século XXI. Nosso objetivo é apresentar esses debates sobre História e Internet através da individualização de suas diferenças, buscando encontrar a variável constante que torna estas duas tendências, embora plurais, um objeto e evento singular para a história e a historiografia do Ocidente no século XXI.

Inventariar estas diferenças, recuperando a ideia de Paul Veyne (1983), e colocá-las à disposição do público leitor brasileiro pode ser apenas um movimento pequeno em direção à introdução dos autores e tema aqui estudados aos debates historiográficos do/no Brasil, mas consideramos de sensível importância para o momento das discussões historiográficas no país. Visto que tem crescido a produção nacional sobre o próprio fazer historiográfico, imaginamos que em breve as discussões iniciais sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aplicadas à História também terão se aprofundado mais aqui no Brasil.

Vale destacar que a revolução tecnológica (CASTELLS, 2005) que possibilitou o surgimento das TICs, desenvolveu-se justamente dos anos 1970 para cá, acompanhando e, em certa medida, influenciando os debates historiográficos que mencionamos acima (ex.: a chegada dos microcomputadores e as reflexões sobre a “supercalculadora” e a História Quantitativa). Essas tecnologias adquiriram uma enorme penetrabilidade nos diversos âmbitos das atividades humanas, complexificando a economia, a cultura e as formas de sociabilidade. Um paradigma tecnológico era irradiado para o mundo a partir do Vale do Silício (Califórnia, EUA), através de interações econômicas e geopolíticas cada vez mais caracterizadas pela preponderância desse imperativo tecnológico que selou os anos da Guerra Fria (CASTELLS, 2005:43).

As mídias digitais que surgiram de lá pra cá têm sido responsáveis por uma mudança sem precedentes na percepção e na compreensão dos fenômenos comunicacionais. A humanidade encontra-se na transição da cultura alfabética para cultura digital e, com isso, nossas noções de tempo e espaço também estão se formando. A "Virada Digital" está causando uma profunda reflexão e um senso de responsabilidade em torno da "usabilidade" (*usability*) e "legibilidade" (*readability*) da Web, que têm se tornado objeto de reflexão entre teóricos de diversas áreas, especialmente das humanidades (RAGAZZINI, 2004; KRUG, 2005; COHEN; ROSENZWEIG, 2005; JDH, 2012).

No Brasil, porém, após um primeiro escaneamento do debate, somos levados a concordar com Caio Boschi (2009) quando diz que ainda hoje tem se dedicado pouco espaço para as implicações metodológicas e epistemológicas deste quadro em nossa disciplina, sendo escassos tanto os debates nos fóruns especializados, quanto à produção bibliográfica em língua portuguesa. Isso faz com que às vezes o tema ainda seja velado certo grau de ineditismo em alguns fóruns do país, embora a situação esteja começando a mudar³.

³ Neste cenário, o livro de Dilton Cândido Santos Maynard, *Escritos sobre história e internet (2011)* é de grande valia neste esforço de pleito em que nos inserimos para que se pesquise e a fundo as relações entre história e Internet no Brasil. Igualmente relevantes têm sido os eventos que o mesmo autor organiza e participa em favor da discussão das novas tecnologias no trabalho do historiador (educação e pesquisa), como a mesa “História e TIC’s” na XXVII ANPUH (2013); O Grupo de Estudos do Tempo Presente (UFS/GET- CNPq), coordenado por Maynard, promove eventos, mantém uma revista eletrônica (<http://getempo.org/>) e desenvolve projetos de pesquisa relativos à “história/historiografia digital”; Vale lembrar que um dos trabalhos pioneiros por aqui foi o texto de Luciano Figueiredo, *História e Informática: o uso do computador* (1997), que apontava o potencial da informática em pesquisas historiográficas e ecoa nas provocações de Caio Boschi em *O Historiador, os Arquivos e as Novas Tecnologias. Notas para debate* (2009); Célia Cristina da

Nos anos de 2012 e 2013, tivemos a oportunidade de discutir o tema em alguns espaços de debate em eventos nacionais⁴. A reação dos colegas, incentivadora, fora de interesse e curiosidade. As perguntas, variando em complexidade, diversas vezes recaíram sobre aspectos imediatos da presença do digital em nossas vidas de pesquisadores, como a utilização de mecanismos de pesquisa (como Google e *Yahoo!*), as vantagens do acesso a fontes digitalizadas, a utilização de *softwares* (ver [glossário](#)) para catalogação, varredura e classificação de fontes, e outras questões relacionadas à transposição dos materiais impressos para versões eletrônicas (reimpressões digitais).

De certo, estas questões imediatas são urgentes. Foi partindo de um aprofundamento delas, através da literatura, que percebemos como esta transição não se trata, simplesmente, de sair do analógico para o digital. Como revelou nosso estudo, a latência da discussão deve-se ao fato de ter ocorrido/estar ocorrendo uma mudança no tipo de material disponível para historiadores no mundo digital. Desse modo, interessa saber como esses materiais (fontes) estão diversamente acessíveis e como são diferentemente compreendidos enquanto documentos digitais, distintos de sua forma analógica. Os historiadores que têm refletido sobre a “história/historiografia digital” têm se questionado sobre as implicações conceituais dessas mudanças que introduzem consigo uma ruptura temporal e espacial bastante singular, potencializada pela

Silva Tavares contribui em “Novos Domínios da História” (CARDOSO e VAINFAS, 2012) com o artigo *História e Informática*; Fábio Chang de Almeida discute a relação entre Internet, Tempo Presente e ofício do historiador em sua dissertação *A Serpente na Rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina* (ALMEIDA, 2008); Leandro Coelho de Aguiar também defende em 2012 o trabalho dissertativo “Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador” (2012), refletindo sobre a informatização e digitalização da *Clio* pela perspectiva da Ciência da Informação; Ricardo Medeiros Pimenta (PPGCI/IBICT-UFRJ) também tem demonstrado interesse pelo tema. No XV Encontro Regional de História ANPUH-Rio apresentou a comunicação “Conhecimento histórico na Web: novos espaços e personagens na escrita da História” e em 2013 foi debatedor no IBICT da mesa redonda “Cultura Digital e Informação: Desafios para a memória do futuro”, onde também participaram conosco, Ivan Capeller (ECO/UFRJ) e Bruno Leal Pastor de Carvalho (Doutorando do PPGHIS/UFRJ); É Carvalho, aliás quem gere desde o Rio de Janeiro uma grande rede social para historiadores (embora qualquer pessoa possa participar, ler e postar (ver [glossário](#)) conteúdos sobre a matéria nesta rede), chamada Café História (<http://cafehistoria.ning.com/>). A rede, em 2013, organizou junto à Associação Nacional de História, seção Rio de Janeiro (ANPUH-RJ), o debate “História Digital: ensino, divulgação e pesquisa”, do qual participaram Bruno Leal (UFRJ/CAFÉ HISTÓRIA), Lise Sedrez (UFRJ) e Keila Grinberg (UNIRIO), com mediação: Flávio Edler (FIOCRUZ/ANPUH-RJ).

⁴ 1. II Seminário Visões do Mundo Contemporâneo, Universidade Federal de Sergipe; XV Encontro Regional de História - Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Seminário Poder e Política: Pensando a Tolerância e a Cidadania, Universidade Federal Fluminense; VII Semana de História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Seminário Debates do Tempo Presente: Ensino, Tecnologias e conflito, Universidade Federal de Sergipe; XXVII Simpósio Nacional de História; Cultura Digital e Informação: Desafios para a memória do futuro. Para maiores detalhes sobre os eventos e as apresentações, ver CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2768895341773857>

intensificação do virtual na contemporaneidade. Como as novas ferramentas digitais e os métodos decorrentes delas podem prover novos *insights* no tratamento de problemas históricos? E quais são as oportunidades para pesquisas realizadas em formato colaborativo mediado por tecnologias? Essas são as angústias dos historiadores que têm refletido sobre a entrada do digital na Oficina da História.

Diante dessas novidades, o leque de possibilidades para pesquisas nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas nesse contexto é amplo e se encontra em constante expansão. Carecem de reflexão as dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas que surgem com a “sociedade em rede” (CASTELLS, 2005). As manifestações nacionais de junho (2013), por exemplo, seriam um bom objeto para um estudo sobre o ciberativismo e as redes sociais. Somam-se a isso as investigações sobre as apropriações que a extrema direita faz da Internet (MAYNARD, 2010). Os tipos de “escritas de si” que surgem com a Web 2.0 (KOMESU, 2005; OLIVEIRA, 2009) (ver [glossário](#)) também se tornam objetos de pesquisa. A suposta transformação do *ethos* político e cultural do “novo espírito do capitalismo” em tempos de cibercultura (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009) encerra outro filão desafiador para esse novo momento das humanidades.

Enfim, os questionamentos são muitos e, inevitavelmente, abrangem à própria operação histórica, seus protocolos, procedimentos e etapas. Nosso trabalho, portanto, vem se somar às angústias dos historiadores que vivem no século XXI em busca por respostas sobre como utilizar a Internet enquanto fonte primária para pesquisas históricas (ALMEIDA, 2011); como tratar os documentos *born digital* (ver [glossário](#)) ou digitalizados; de que modo assegurar a verificabilidade das referências dada à fragilidade da memória e dos *links* (ver [glossário](#)) na Web (VITALI, 2004 e 2005; como a representação do passado na rede pode permitir novas abordagens (COHEN; ROSENZWEIG, 2005); em suma, buscando saber se seriam necessárias, e quais seriam, as atualizações desejáveis para o profissional de história que trabalha na rede (NOIRET, 2004).

Estas problemáticas encerram uma rede complexa de questões interdisciplinares que dificilmente serão esgotadas pela história, mas que podem, sem dúvidas, motivar trabalhos inovadores nas várias áreas do conhecimento humano. Assim, a realização desta dissertação é também um pleito para que se dê mais espaço para esse debate no seio da comunidade histórica no Brasil. Nesse sentido, nossa contribuição - que corre muitos riscos de se tornar obsoleta quando estiver completa, dada a natureza dinâmica

do tema e sua atualidade – concentra-se sobre os desdobramentos do digital na pesquisa histórica na era da “reprodutibilidade informática das fontes históricas” (RAGAZZINI, 2004) e os co-efeitos dessa mudança. Ao inserirmo-nos neste debate foi necessário repensar certos aspectos do nosso ofício. Como já notou Manoel Luiz Salgado Guimarães:

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como um exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente. (GUIMARÃES, 2003:09)

Nossa reflexão está atrelada a uma análise empírica, de cunho comparativista, cujo material constitui-se da produção encabeçada pelos historiadores envolvidos nos debates de *Storiografia Digitale* e *Digital History*. Percebemos que somente uma análise sistemática que problematizasse a emergência desse tema de discussão como algo que se desenvolve de maneiras diferentes, segundo as distintas realidades culturais, interesses e tensões em que está imbricado poderia nos ajudar a atribuir sentido a essa coleção de novidades que se apresentam na oficina da história em nossos dias. Buscamos, portanto, compreender como a chegada do digital e as dinâmicas do ciberespaço, os desafios da escrita hipertextual, das linguagens (códigos e estilo) e do exercício do compartilhamento da autoridade em rede que surgem em virtude desse advento têm proposto novas formas de se conceber a operação histórica no Tempo Presente (RAGAZZINI, 2004; COHEN; ROSENZWEIG, 2005).

1 Clio decide navegar: notas para uma introdução à “história/historiografia digital”

Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, inicialmente o é por suas técnicas de produção. Falando de maneira geral, cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios.

Michel de Certeau, A operação histórica (1988)

Este é um capítulo de situação, um espaço para informar ao leitor por que fizemos este trabalho e como desenvolvemos essa pesquisa sobre a escrita da história no Tempo Presente. Assim, contextualizamos nosso recorte temporal, esclarecendo a que momento do desenvolvimento tecnológico fazemos referência quando nos referimos às noções e conceitos do mundo digital. Além disso, apresentamos os conceitos-chave para a melhor compreensão do que discutiremos a seguir sobre “história digital” ou “historiografia digital”. Nessa introdução ao debate, buscamos também situar a historiografia nesse período de definição bastante fluida que é o Tempo Presente e apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam nossa pesquisa⁵.

Apoiamo-nos ao longo do texto em algumas metáforas de navegação, ou “metáforas acquáticas” (SIMÃO NETO, 2005), mas ressaltamos que seu emprego não é gratuito. Como é sabido, metáforas e analogias são com frequência utilizadas para explicarmos ou compreendermos objetos, procedimentos ou ideias complexas. Neste sentido, notamos ser sintomático o uso de muitas metáforas para dar conta de elementos do meio digital e determinadas inovações tecnológicas. No que diz respeito, por exemplo, à memória artificial de que dispõem os dispositivos eletrônicos, não raro se verifica o uso de metáforas espaciais (exemplo: o próprio “armazenamento”, ou o ato de “localizar” um item em um *hard disk*)⁶. Entretanto, o que mais nos chama atenção é a

⁵ Cientes do estranhamento que alguns termos relativos ao meio eletrônico podem causar, oferecemos ao final do trabalho um glossário que busca dar conta tanto de termos técnicos quanto de alguns conceitos importantes para instrumentalizar a leitura do que se segue.

⁶ O uso de metáforas espaciais para a memória em geral, não apenas a artificial é notada em estudos de psicologia cognitiva: “Ao descrever o fenômeno da memória em uma linguagem natural, uma metáfora espacial é tipicamente empregada. As memórias são consideradas como objetos que são armazenados em um espaço mental, cujo processo de recuperação é concebido como uma procura por esses objetos. Argumenta-se que essa metáfora transitou em muitas das teorias populares de memória em psicologia cognitiva e que aparentemente diversas teorias empregam o mesmo conjunto de pressupostos.” (ROEDIGER, 1980:231, tradução nossa). Original: “In describing memory phenomena in natural language, a spatial metaphor is typically employed. Memories are considered to be objects that are stored in a mind space, and the process of retrieval is conceived as a search for these objects. It is argued that

recorrência de metáforas relacionadas à água em relação à *World Wide Web* (ver [glossário](#)). Antonio Simão Neto, estudioso de mídias digitais e educação, observa que na educação a distância (EaD), por exemplo, o uso de metáforas pode ser um aliado na tentativa de reduzir “as dificuldades trazidas pela separação espacial e/ou temporal entre os agentes da aprendizagem”, possibilitando o compartilhamento de um referencial familiar a todos (SIMÃO NETO, 2005:02).

De um modo geral, extrapolando os domínios da EaD, o autor aponta as “metáforas acquáticas” como “navegar na Internet”, “surfear na web”, “mergulhar no oceano de dados” como ocorrências bastante frequentes. Nossa literatura traz inúmeras menções a metáforas dessa ordem, a imagem de oceano e do dilúvio, por exemplo, são muito poderosas na epígrafe de “Memórias do segundo dilúvio: uma introdução à história da internet”, em que Dilton C. S. Maynard pinça uma expressiva passagem de Pierre Lévy antes de começar a falar das “águas do novo dilúvio”, que são “formadas por dados, notícias, imagens, músicas e tudo o mais que circula no universo eletrônico” (MAYNARD, 2012:16): “O segundo **dilúvio** não terá fim. Não há nenhum fundo sólido sob o *oceano* de informações. Devemos aceita-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a **nadar**, a **flutuar**, talvez a **navegar**.” (LÉVY apud MAYNARD, 2012:15, grifo nosso)⁷.

Essas metáforas, como também nota Simão Neto, estão presentes desde o senso comum - nas canções populares, nos próprios *websites* da Internet, em jornais e revistas – até os textos científicos. Notamos que os acadêmicos, na ausência de um vocabulário específico ou de certa “utilização mental” (FEBVRE, 1947:367) para se referir a esse ambiente digital novo, as condições e oportunidades que ele oferece, recorrem à metáforas para tornar mais familiar esse desconhecido. A força da metáfora se intensifica nas características do elemento água, presente implicitamente nestas imagens, algo tão fluido, difícil de pegar com as mãos, em que podemos nos afogar. O designer de *softwares* estadunidense, Mitchell Kapor, certa vez disse que realizar busca

this metaphor has been carried over into many of the popular theories of memory in cognitive psychology and that seemingly diverse theories employ the same underlying set of assumptions.”

⁷ O mesmo ocorre na literatura em língua inglesa. Embora não façamos um inventário de todas as ocorrências aqui, estas citações ilustram nosso argumento. Em Andy White, por exemplo “qualquer pessoa que tenha **surfado** a *World Wide Web* por mais de cinco minutos encontrará a si próprio tentando se lembrar que páginas eles visitaram anteriormente e, talvez o mais significativo, que hiperlinks eles não clicaram e quais eles vão se empenhar em seguir posteriormente” (WHITE, 2007:08, grifo nosso, tradução nossa). Original: “anyone who has **surfed** the World Wide Web for more than five minutes will find themselves trying to recall which pages they previously visited and, perhaps more significantly, the hyperlinks that they did not click and which they will endeavour to follow at a later date.”

de informações na Internet era “como tentar beber água de um hidrante”. Além disso, podemos associar ainda a ideia da navegação às viagens, tão fundamentais para nós historiadores, como estabelecia a máxima de Chateaubriand há quase dois séculos: “as viagens são uma das fontes da história” (1827)⁸.

Por considerarmos intrigante e reveladora essa semântica das águas, antes de zarparmos rumo ao próximo tópico deste capítulo, gostaríamos de chamar à reflexão este novo emprego do verbo “navegar”, cuja história aqui, se recuperada, poderia nos levar a outros parapeiros:

Navegar já nos faz pensar nos exploradores, que partiam de um porto conhecido para descobrir novas terras, sem saber ao certo aonde iriam chegar. Navegar é ousar, investigar, seguir um caminho sobre uma superfície fluida e mutável. Nós criamos as nossas próprias rotas enquanto navegamos rumo a portos que não conhecemos ainda. Na Internet, navegar é o movimento por excelência desde quando os navegadores (*browsers*) [ver [glossário](#)] gráficos se tornaram padrão e o volume de páginas ligadas entre si por hiperlinks cresceu até formar esse vasto oceano de dados e informações pelo qual nos lançamos em jornadas sem certeza da parada final. (SIMIÃO NETO, 2005:02)

1.1 Algumas coordenadas no ciberespaço

A primeira década do nosso século, período sobre o qual nos dedicamos - 2001 a 2011 - tem sido denominado como “Era Digital” (COHEN; ROSENZWEIG, 2005; NSF, 2007; ANDERSON, 2011; GOLD, 2012) ou ainda “Era Google” (GINZBURG, 2010; MENESES, 2012)⁹. Trata-se de um desdobramento ou um novo momento do desenvolvimento tecnológico do período pós-industrial, que caracteriza a Sociedade em Rede (CASTELLS, 2005), Sociedade do Conhecimento ou ainda da Sociedade da

⁸ Sobre a relação entre as viagens, o fazer do historiador e o desconhecido ciberespaço, uma reflexão nossa, resultante ainda de nossos estudos monográficos, pode ser lida “Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem parapeiros no território incógnito da web” (LUCCHESI, 2012a).

⁹ A expressão “Era Google” é utilizada como elemento contextualizador pelo historiador italiano Carlo Ginzburg durante sua comunicação “História na Era Google” no evento Fronteiras do Pensamento 2010, realizado em Porto Alegre. Na palestra, Ginzburg fala de como, no século XXI, a internet pode influenciar tanto a “história contada” (historiografia) como a “história vivida” (processos históricos). Sobre a criação do Google, é importante destacar que embora tenha alcançado maior sucesso nos anos 2000, sua criação data de 1998, quando surgiu ainda como uma empresa de fundo de quintal, em uma garagem da Califórnia. O motor de busca foi idealizado por dois jovens estudantes de ciências da computação da *Universidade de Stanford*, Larry Page e Sergey Brin, ainda em 1996, quando o mecanismo de pesquisa era denominado BackRub e operava em servidores de Stanford. Foi somente em 2000, porém, que o mecanismo de pesquisa (ver [glossário](#)) começou a ser disponibilizado em outras línguas e foi criada a Barra de Ferramentas Google, um plug-in que tornava possível realizar pesquisas sem visitar a página inicial do Google. Ao inserirmos esta breve nota sobre o nascimento da empresa também desejamos chamar atenção para seu lugar de origem, a Califórnia, ou seja, terra do Vale do Silício, onde a articulação entre empresas, universidades e incentivos governamentais favoreceu o surgimento de empresas como Microsoft, Apple e Oracle.

Informação (TAKAHASHI, 2000; LEGEY & ALBAGLI, 2000) e que permitiu a emergência da chamada “cibercultura” (LÉVY, 2000; LEMOS, 2003) (ver [glossário](#)).

Para Legey e Albagli:

A expressão “Sociedade da Informação” refere-se a um modo de desenvolvimento social e econômico, em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação desempenham um papel central na atividade econômica, na geração de novos conhecimentos, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida e satisfação das necessidades dos cidadãos e das suas práticas culturais. (LEGEY & ALBAGLI, 2000)

Ao destacarmos essa definição, ressaltamos que a revolução tecnológica posta *in moto* no século passado não se esgotou na ampliação de técnicas e invenções que possibilitaram à sociedade estar todo o tempo conectada à Internet, em rede (CASTELLS, 2005). O que desejamos sublinhar aqui é que os aspectos técnico-científicos que permitiram o surgimento das TICs não podem ser observados isoladamente, eles vêm acompanhados de uma série de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

É importante também perceber que essas transformações não são causadas apenas por esses inventos, mas se elaboram também em função dos processos históricos em andamento na contemporaneidade, não necessariamente relativos à tecnologia. É preciso compreender que a tecnologia não opera todas as transformações por conta própria e nem “impacta” a sociedade de modo violento e irrefreável como temem alguns pensadores mais conservadores, que alertam para os danos da tecnologia para a sociedade (HIMMELFARB, 1996). A questão é mais complexa do que pensar em efeitos positivos ou negativos das tecnologias. É preciso avaliar o significado das tecnologias nas transformações do Tempo Presente crítica e qualitativamente (LÉVY, 2000). Do contrário, corre-se o risco da simples reprodução de discursos baseados no “determinismo tecnológico” (KRANZBERG, 1986:545) que atribui exclusivamente às tecnologias o papel de agente transformador e promotor de tendências.

Em virtude disso, no presente estudo, procuramos considerar não somente os aspectos técnicos imbricados nesse período de intenso progresso tecnológico, mas também a dimensão mais humanista e cultural desse momento. Dito isto, cabe indicar que adotamos a seguinte noção expressa no neologismo “cibercultura”, utilizado por Lévy em seu livro homônimo: “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2000:17).

Dito isto, é importante entender que significados pode ter esse ciberespaço (ver glossário). O termo teria surgido na obra *Neuromancer*, do escritor William Gibson, em 1984, posteriormente fixado como ícone da literatura *cyberpunk*¹⁰. Para o autor, o ciberespaço é:

Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não-espaco da mente; nebulosas e constelações infundáveis de dados. Como marés de luzes da cidade. (GIBSON, 1984)

Para Lévy, que se apropria e reelabora o termo em seus trabalhos de cibercultura, o ciberespaço:

(...) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 2000:17)

Para Silvana Drumond Monteiro, o ciberespaço de Gibson é um “espaço/tempo virtual” que inclusive se realizou “no campo multissensorial, com o desenvolvimento de ferramentas interativas baseadas no conceito de realidade virtual, permitindo a comunicação interpessoal em ambientes virtuais” (MONTEIRO, 2007). Dessa forma, notamos que a definição não muito objetiva de ciberespaço, acaba colaborando para o adensamento das noções e cibercultura¹¹.

A referência à cibercultura, a nosso ver, em diálogo com a noção de Lévy sobre ciberespaço, evidencia mais o elemento humano dessa cultura, menos explícito nos termos “Era Google”, “Era Digital” ou mesmo “Sociedade da Informação”, visto que o enfoque recai nesta última sobre o designador “informação”. Na mesma direção, corroboramos a recusa de Lévy à utilização da metáfora do “impacto” das tecnologias na sociedade. Afinal, a tecnologia não é um “projétil”, “pedra” ou “míssil”, como provoca o autor; tampouco a sociedade ou a cultura são seu alvo (LÉVY, 2000: 21).

¹⁰ Alguns autores notam que Gibson já havia utilizado o termo em um conto anterior ao *Neuromancer*, o *Burning Chrome*, de 1982 (KELLNER, 2001; MONTEIRO, 2007).

¹¹ O próprio prefixo *cyber*, isoladamente, tem, segundo Monteiro, uma significaco importante para compreendermos seus derivados: “vem do grego, significando ‘controle’ [afirma (Kellner 2001)]. Nesse sentido, o físico Norbert Wiener cunhou, nos anos 40, o termo cibernética com o significado de ciência do controle e da comunicação entre os seres vivos e as máquinas. A partir daí, o prefixo ‘*ciber*’ passou a referenciar diversos termos relacionados ao domínio da computação e das ‘*máquinas inteligentes*’” (MONTEIRO, 2007).

Na realização desse estudo sobre a “história/historiografia digital” e suas concepções em dois espaços de observação bastante distintos (Estados Unidos e Itália) em cultura, consciência histórica, tradição e mesmo idioma, é fundamentalmente relevante que não se faça uma separação de pessoas de um lado e máquinas de outro. O papel desempenhado pela tecnologia e pelas ferramentas digitais na oficina da história é intrinsecamente técnico e humano. Não é possível, mais uma vez, observarmos isoladamente os feitos tecnológicos, eles possuem inevitavelmente uma parte inextricável de elaboração humana. Ainda com Lévy:

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material - e menos ainda sua parte artificial - das ideias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que os inventam, produzem e utilizam. (LÉVY, 2000:22)

É nesse contexto, portanto, em que se encontram circunscritas as obras historiográficas que analisamos aqui - a saber o volume italiano *Storiografia Digitale* (RAGAZZINI, 2004) e a publicação estadunidense *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web* (COHEN; ROSENZWEIG, 2005).

1.1.1 A tecnologia não é neutra

A quase onipresença da tecnologia no cotidiano da maior parte das pessoas, como nos fala Manuel Castells em seu *A Sociedade em Rede*, pode sugerir uma concepção errônea de que a tecnologia seria algo onipotente, algo que já ressaltamos acima, poderia levar a um improficuo “determinismo tecnológico” (KRANZBERG, 1986:545). Em 1986, antes mesmo do *boom* comercial da rede mundial de computadores, Melvin Kranzberg, professor de história da tecnologia no *Georgia Institute of Technology* e fundador da *Society for the History of Technology*, publicava um artigo estabelecendo seis leis para a tecnologia, cuja primeira sentenciava:

A tecnologia não é boa, nem má e também não é neutra.
Com isso pretendo dizer que a interação da tecnologia com a ecologia social é tal que os desenvolvimentos técnicos frequentemente têm consequências ambientais, sociais e humanas que vão muito além dos próprios objetivos imediatos dos dispositivos técnicos e das práticas em si, e a mesma tecnologia pode ter resultados muito diferentes quando introduzida em

contextos diferentes ou sob diferentes circunstâncias. (KRANZBERG, 1986:545-46, tradução nossa)¹²

O que motivava Kranzberg a criar tais leis era uma forte preocupação com o modo como a tecnologia, em geral, não apenas a informática (exemplo: o autor cita o DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano – primeiro pesticida moderno a ser utilizado amplamente no combate aos mosquitos vetores da malária e do tifo no pós Segunda Guerra Mundial) estava sendo tomada naquele tempo como absoluta e também como algo além do controle de próprio homem. Assim, ele chama atenção para a necessidade de se contextualizar e desnaturalizar o desenvolvimento tecnológico:

Desse modo, enquanto alguns estudiosos americanos apontam para o caráter desumano do trabalho em uma fábrica moderna, D.S. Naipul, o grande autor indiano, avalia de forma diferente a partir do ponto de vista de sua cultura, dizendo que, "a pobreza indiana é mais desumano do que qualquer máquina." Daí ao julgarmos a eficácia do desenvolvimento tecnológico, nós historiadores devemos tomar conhecimento de variados contextos sociais. (KRANZBERG, 1986:546)¹³

Concordando com Kranzberg, Castells (2005) também assinala a importância de observar o processo de transformação tecnológica no “contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado” (CASTELLS, 2005:42). Essas advertências foram muito significativas para a realização desse trabalho. Ao compararmos o modo como dois grupos distintos de historiadores lidam com as TICs, a Internet e o digital, não podíamos ignorar o fato de toda essa tecnologia ter seu desenvolvimento inegavelmente atrelado aos Estados Unidos, não somente como lugar de origem para muitas delas, mas também pelas circunstâncias históricas que impulsionaram as pesquisas e seu desenvolvimento.

Deve-se levar em conta que a não neutralidade da tecnologia nesse contexto da cibercultura a que estamos nos referindo, significa também que o seu desenvolvimento e empoderamento podem estar diretamente relacionado à formação de monopólios da informação. Em uma sociedade em que o conhecimento e os serviços informacionais

¹² Adverte-se que as citações retiradas de originais em língua estrangeira são apresentadas em Língua Portuguesa em uma livre tradução realizada pela própria autora. Os textos originais da citação seguirão indicados, como neste caso, em nota de rodapé: Original: “Technology is neither good nor bad; nor is it neutral. By that I mean that technology's interaction with the social ecology is such that technical developments frequently have environmental, social, and human consequences that go far beyond the immediate purposes of the technical devices and practices themselves, and the same technology can have quite different results when introduced into different contexts or under different circumstances.”

¹³ Original: “Thus while some American scholars point to the dehumanizing character of work in a modern factory, D.S. Naipul, the great Indian author, assesses it differently from the standpoint of his culture, saying, "Indian poverty is more dehumanizing than any machine". Hence in judging the efficacy of technological development, we historians must take cognizance of varying social contexts.”

estão na base das atividades econômicas, como na Sociedade do Conhecimento, possuir o poder sobre essas informações ou a possibilidade de acessá-las pode ser um distintivo de poderio econômico.

Falar em controle de informações, em nossos dias, é em certa medida referir-se a um modelo de sociedade, que segundo Gilles Deleuze (1992) seria a “sociedade do controle”, em poucas palavras, uma atualização do modelo “disciplinar” foucaultiano verificada na transição da modernidade para a contemporaneidade. Nosso objetivo aqui não é discutir em profundidade o conceito de Deleuze, mas antes chamar atenção para outras leituras de sociedade à luz das transformações materiais e intelectuais mais recentes e, conseqüentemente, destacar o processo dialético entre tecnologia e sociedade que pode ser entrevisto em diferentes análises. As redes de informação, com sua dinamicidade, flexibilidade e nomadismo acabam favorecendo esse modelo do controle. Diversamente do panóptico, que exige uma presença física do observador, nas redes a vigilância se desmaterializa, se torna virtual e embora ainda necessite de alguns dispositivos materiais (como as câmeras de monitoramento urbano ou de segurança em espaços privados ou os dispositivos de identificação que fazem fotos e colhem impressões digitais cada vez mais comuns na porta dos edifícios públicos ou comerciais) sua realização se dá de forma muito mais descentralizada, impessoal (BRUNO et al. 2010; AUTOUN, 2010).

Cada sociedade e cada época tem seu regime de visibilidade próprio e ele não pode ser deduzido nem dos atributos ou atos de um sujeito universal da visão, nem dos dados empíricos de um mundo em si mesmo visível. Pois um regime de visibilidade consiste não tanto no que é visto, mas **no que torna possível o que se vê**. Dessas condições de visibilidade participam máquinas, práticas, regras, discursos que estão articulados a formações de saber e jogos de poder, em uma construção constante, social e histórica, de fatos e artefatos. (BRUNO et al. 2010:08, grifo nosso)

Para o nosso estudo sobre os domínios tecnológicos da historiografia no século XXI é interessante justamente atentarmos para uma parte importante do “que torna possível” tal visibilidade: as tecnologias. Percebermos como, então, a tecnologia está por toda parte, engendrando práticas novas e transformando o modo como vivemos, mas lembrando que são as pessoas que operam (criam, reciclam, vendem, compartilham etc.) estas tecnologias¹⁴.

¹⁴ Por outro lado, é plausível também considerar que algumas ações de fato podem partir de vontade de alguns grupos ou indivíduos, mas que outras, por vezes, podem se tornar incontroláveis, ou simplesmente estar fora da capacidade de um grupo ou uma pessoa operá-las. O ato de tornar um determinado conteúdo digital viral é um exemplo disso. A pessoa pode realizar a postagem de um vídeo no [Youtube](https://www.youtube.com/), mas não

A vigilância é, assim, mais um dos processos que já existiam antes em nossa sociedade – como a virtualidade –, mas que na cibercultura ganha novo significado a partir de um paradigma tecnológico. Um divisor de águas em relação a isto foi o 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque (LYON, 2012:137), especialmente para a sociedade estadunidense, que após esse dia vive um incremento constante de várias formas de vigilância. A colisão dos aviões nas torres do *World Trade Center* não só foram midiaticizadas exaustivamente naquele dia, como voltou repetidas vezes às páginas de jornais impressos, da Web e da televisão. Na midiaticização do 11 de Setembro estadunidense – durante e depois da queda das Torres Gêmeas – uma mensagem reiterada pela mídia inúmeras vezes foi a de que a perda da privacidade, dali em diante, seria um preço a ser pago pela segurança (LYON, 2010:116). A vigilância de dados tornava-se assim, um imperativo do século XXI para defender o estado de possíveis conspiradores, tanto nos espaços físicos reais (aeroportos, lugares públicos) como no ambiente virtual. Para David Lyon “parece existir uma crença de que soluções tecnológicas são apropriadas e funcionam, mesmo não tendo funcionado na manhã do 11 de Setembro” (LYON, 2010:116). A tecnologia que permite a criação de bancos de dados pessoais interconectados viabiliza a observação, a classificação e a discriminação de determinados grupos sociais, o que se tornou uma tendência da “cultura ampliada de suspeita” (LYON, 2010:120).

Esse processo se alimenta do medo e das incertezas reiterados a cada evocação do “ataque terrorista”, como ficou vulgarizado o evento. Para Lyon, toda essa vigilância no contexto estadunidense “é aceita facilmente porque vários tipos de observação tornaram-se comuns em uma ‘sociedade espectadora’ (*viewer Society*) encorajada pela cultura da TV e do cinema” (LYON, 2010:117). O espetáculo midiático em torno do evento, na visão do autor, não foi nada neutro:

Sem o 11 de setembro, muitas das medidas técnicas e legais, sonhos antigos de alguns políticos tecnocratas, jamais pareceriam plausíveis ou viáveis. Mas o medo e o ódio alimentados pela TV são armas poderosas na mudança de curso da política. Aqueles – a maioria do hemisfério norte – que assistiram as imagens pela TV tiveram sua consciência invadida não só por morte e destruição, mas também por uma visão específica do mundo. Essa visão que tolera pouca contradição e dá pouca margem ao debate. (LYON, 2010: 118)

É importante notar, por outro lado, que antes mesmo de desencadear todo esse processo da vigilância essa mesma tecnologia ativou o movimento do Al Qaeda. Foi a Internet que possibilitou aos autores da ação a consulta dos horários de voos, a comunicação rápida e difícil de ser rastreada para agilizar a ação, possibilitando a concatenação das atividades entre os vários envolvidos. Sendo essencial lembrar que tudo isso foi feito sem que fosse necessário nenhum grande *hacker*. Como destaca Maynard:

É importante salientar que atentados em 11 de Setembro de 2001 mostraram ao mundo uma nova face do terrorismo, antes conhecida apenas pelas agências de espionagem. Organizações não-lineares, com ativistas atuando em um modelo de dispersão, dentro da concepção de “lobos solitários”, dificultavam o rastreamento das parcerias e a identificação da hierarquia em grupos como a Al Qaeda. Nunca é demais lembrar que os sequestradores dos aviões da American Air Lines e da United Airlines utilizaram recursos como e-mails e salas de chats para articularem o atentado, bem como pesquisaram na rede informações sobre os alvos a serem atingidos. Neste novo modelo, a tecnologia passou a ocupar um papel central, pois como observou David Talbot “a internet não é apenas uma ferramenta usada pelas organizações terroristas – ela é fundamental para suas operações. Alguns afirmam que desde o 11/9, a presença da Al Qaeda on-line se tornou ainda mais forte e pertinente do que sua própria presença física” (MAYNARD, 2013)

Esse fato e o próprio caso da vigilância e sua intensificação, sobretudo nos países do hemisfério norte, como nota Lyon, é apenas mais uma ilustração do teor ideológico que pode acompanhar a utilização das tecnologias. Outra frente em que percebemos uma apropriação ideológica da tecnologia é na atuação de ativistas declarados e simpatizantes da extrema-direita na promoção de suas visões de mundo na Internet. Nesse caso também há uma difusão massiva de mensagens de ódio, mas aqui o abuso dos discursos de ódio não é apenas um meio, para alcançar resultados políticos *x*, *y*, *z*, mas um fim em si mesmo. A promoção da intolerância nas páginas criadas e geridas por esses ativistas tem como consequência inevitável a propaganda da intolerância e do preconceito em relação às minorias. A misoginia, a homofobia, o racismo, a criminalização da pobreza e vários tipos de xenofobia ganham espaço em fóruns extremistas no ciberespaço (MAYNARD & LUCCHESI, 2012)¹⁵.

Outra dimensão problemática referente à atuação desses grupos e/ou indivíduos promotores da intolerância na Web diz respeito à outra face da “sociedade de controle”.

¹⁵ No que diz respeito aos estudos sobre esses movimentos, destacamos as atividades recentes do *Observatório das Atividades da Extrema-Direita na Internet*, cujo objetivo central foi realizar o levantamento, classificação e análise da presença dos movimentos da Extrema-Direita na Internet entre 1996 e 2008. Tal pesquisa, realizada pelos integrantes do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq), culminou na publicação do volume *História, neofascismos e Intolerância: reflexões sobre o Tempo Presente* (MAYNARD, 2012)

Na verdade, vendo por outro ângulo, podemos identificar que o controle nessa sociedade também não é absoluto. As mesmas tecnologias que permitem o controle, se manipuladas de outra forma, criam condições para o rastreamento e a identificação dos sujeitos envolvidos nessas atividades. Segundo Maynard, a “anomia geográfica” e a transnacionalidade da Internet complexificam este cenário, dificultando o rastreamento e a criação de padrões de punição para esses crimes na Web:

Integrada aos tempos do ciberespaço, a rede da extrema-direita é ampla, desconhece as fronteiras nacionais e põe em rotação um movimento que interliga as regiões mais distantes do globo. Através de espaços virtuais, desde os anos 1990, diferentes setores da extrema-direita têm conseguido agredir e escapar de punições na rapidez dos cliques dos mouses, deixando poucos rastros. E justamente esta espécie de “anomia geográfica” resulta em grande problema, pois o chamado Direito virtual “tem que regulamentar relações de abrangência internacional com leis de competência nacional”. Desta maneira, o Direito não tem conseguido acompanhar a velocidade desta nova forma de comunicação. (MAYNARD, 2010)

Entretanto, a prática da divulgação do ódio na rede não tem mais se limitado apenas a fóruns específicos, restritos a participação de membros cadastrados, escondidos atrás de anonimatos ou sob pseudônimos bizarros como “18/88” (1=A, 8=H, portanto “AH”, Adolf Hitler) ou “HH” (“Heil Hitler!”) (MAYNARD, 2010). Têm se tornado cada vez mais frequentes e ousadas as postagens em blogs (ver [glossário](#)) e redes sociais genéricas como Facebook. Em abril de 2013, por exemplo, um jovem conhecido como Donato di Mauro postou uma foto em seu perfil do Facebook em que aparecia enforcando um morador de rua com a seguinte legenda: "Quer fumar kraquinho? [sic] Em meio a [sic] praça pública cheio de criança? Acho que não". Na mesma postagem o usuário fez um comentário: “Já me acostumei...Falsos democratas, sociedade libertina, policiais corruptos, direitos humanos e por ai vai... O velho pão e circo para o povo humanista". Antônio Donato Baudson Peret, dono do perfil, tinha então, 25 anos e se identificava como *skinhead*. O rapaz tentou justificar a agressão da imagem dizendo que o homem estaria usando crack perto de crianças:



Figura 1. Reprodução de uma foto postada pelo perfil “Donato di Mauro” no Facebook. A imagem foi veiculada em várias páginas e se espalhou nas redes sociais com reações de repúdio ao conteúdo da postagem. Capturada do site Pragmatismo Político
<<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/10/neonazista-enforcou-mendigo-recebe-liberdade.html>>

Percebendo as reações negativas à sua postagem na rede o usuário apagou o conteúdo, mas a imagem já havia sido amplamente divulgada e, mesmo após haver deletado o conteúdo, Donato di Mauro foi identificado e denunciado pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua ao Ministério Público de Minas Gerais. Segundo informações da imprensa, o responsável pela postagem foi detido no dia 15 de abril, em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela Justiça de Minas por apologia ao crime, com os agravantes de racismo e formação de quadrilha. Entretanto, em 23 de outubro de 2013 a juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima concedeu-lhe um alvará de soltura¹⁶. O rapaz também tinha

¹⁶ Segundo um resumo da Associação de Magistrados Mineiros “A assessoria da Justiça Federal em Minas Gerais informou que o alvará foi expedido pela juíza da 9ª Vara, Raquel Vasconcelos Alves Lima. Como o processo corre em segredo de Justiça, não foi divulgado o que a levou a essa decisão. A autorização chegou à unidade prisional por volta de 19h, de acordo com a Secretaria de Estado de Defesa Social”. Disponível em:

http://www.amagis.com.br/home/index.php?option=com_content&task=view&id=14048&Itemid=224
Último acesso em: 27.10.2013.

ligações com estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais envolvidos em um trote de cunho racista em março desse mesmo ano¹⁷.

O caso de Donato di Mauro é um entre tantos que apenas ilustram como a Internet vem sendo utilizada como palco para demonstrações de ódio. Mesmo tendo sido posto em liberdade, porém, o responsável pela postagem nesse caso foi identificado e preso pela Polícia Civil. Entretanto, o desfecho na maioria dos casos não é este. A impunidade e a dificuldade de monitoramento ainda é muito grande. A definição de cibercrimes (ver [glossário](#)), pelo menos no Brasil, ainda está restrita a fraudes de segurança de computadores ou sistema de informações, sobretudo para furto de informações (exemplo: fotos ou senhas de banco)¹⁸.

No que diz respeito ao estudo da história nesse momento de proliferação de páginas de ódio na Web, é importante também atentar para as possíveis reconstruções historiográficas, em outras palavras, para as disputas sobre o passado que se dão entre os *bits e bytes* (ver [glossário](#)) da rede:

Em inversões interpretativas, os algozes são vítimas, qualquer tipo de documentação que evidencie tortura, prisão, assassinatos e a racionalização das mortes em campos de concentração e câmaras de gás é descartada como “falsificação”. (...) Em meio a apropriações simbólicas e batalhas da memória, estes portais são exemplos de ferramentas eletrônicas dedicadas a promover uma leitura intolerante da história sob pretensa pátina de luta por liberdade de expressão. (MAYNARD, 2011:45)

Inútil dizer que para revisionismos deste tipo não há lei, não há fiscalização de nenhuma polícia. Cabe a nós historiadores não sucumbirmos ao ceticismo epistemológico e a comprometidas análises ideologizantes dessa onda negacionista na Web. Talvez não seja necessário que todos nós adotemos a “epistemologia da vigilância” de Pierre Vidal-Naquet (CEZAR, 2012) como missão, mas que ao menos assumamos nossos postos neste necessário debate sobre os usos do passado no Tempo

¹⁷ Estado de Minas. Preso em Americana, skinhead que postou foto enforcando morador de rua já está em MG, 15/04/2013. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/04/15/interna_gerais,371614/preso-em-americana-skinhead-que-postou-foto-enforcando-morador-de-rua-ja-esta-em-mg.shtml Último acesso em: 28.10.2013.

¹⁸ Em novembro de 2012 foi criada a Lei nº 12.737 relativa à invasão de dispositivo informático. A “Lei Carolina Dieckmann” recebeu este apelido após o vazamento de fotos em que a atriz aparecia nua na Internet. A polícia constatou que a caixa de e-mail da atriz teria sido violada por hackers. A pena para este tipo de crime pode variar de seis meses a dois anos. Se o crime for contra autoridades como a presidência da República, do Supremo Tribunal Federal (STF), governadores, prefeitos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm 28.10.2012.

Presente. O silêncio, nesse caso, soaria indecorosamente neutro, quando pode ser, na verdade, exatamente o oposto disso.

Como nota o historiador francês Denis Rolland:

(...) o escrito “virtual”, raramente assinado, oferece, amiúde, para os consumidores, sem que o internauta o saiba, uma **história sem historiador**. Ao contrário da produção impressa, para a qual se dispõe de instrumentos de discriminação (bibliografias, resenhas críticas, reputação científica...), para a “rede” não existem hoje senão muito poucos meios para avaliar a qualidade do que nela se oferece, e as “sitegrafias” não são numerosas, nem muito confiáveis. Há, além disso, um agravante: a virtualidade da informação conduz facilmente a uma falta de distanciamento, em função de uma relação mais distanciada com as fontes mais diversificadas, a informação que chega às telas é julgada e utilizada a priori por estudantes e jovens pesquisadores com **menos filtros críticos** ainda do que a informação impressa. De certo modo, a magia da acessibilidade de dados distantes, somada à juventude do meio de informação, prejudica em parte o olhar potencialmente crítico.” (ROLLAND, 2004:02, grifo nosso)

Assim, a relativa redução dos filtros críticos para com os conteúdos digitais; as apropriações da Internet para fins ideológicos, político e econômicos; a difícil separação entre o público e o privado na rede; a superexposição a que estamos sujeitos no ambiente virtual e, paradoxalmente, a anomia e a invisibilidade que a tecnologia pode permitir a alguns indivíduos, a depender de como é utilizada, são alguns motivos pelos quais tendemos a concordar com a 1ª Lei de Kranzberg.

Se a tecnologia, definitivamente, não é neutra, como discutimos, tampouco, será indiferente para nós a sua historicidade. É relevante questionarmos a história das tecnologias que interessam à “história/historiografia digital”. Como evidenciou nosso estudo comparativo, a relação dos historiadores baseados nos Estados Unidos com a Internet e as mídias digitais que incorporaram ao seu ofício foi sensivelmente diferente daquela experienciada pelos colegas europeus.

1.1.1.1 “Lá no embigo do mar”*: a Internet

Se hoje podemos nos comunicar e nos informar de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora do dia ou da noite isto muito se deve à Internet (ver [glossário](#)). Antes dela, é inegável, o rádio e a televisão, como alternativas à linguagem escrita da

* A expressão “embigo do mar”, versão literal do grego, significa “o lugar mais elevado do mar”, como se lê nos versos 40-45 do primeiro livro de *A Odisseia*, de Homero (em verso Português por Manoel Odorico Mendes)

imprensa, das cartas e telegramas, desempenharam um papel muito importante no plano das comunicações, mas com a sua chegada e a nova postura ativa do usuário frente à tecnologia uma situação nova se configurou. A “rede das redes” teria sido pensada à época do seu surgimento como algo equivalente, nas comunicações, à “fronteira desbravada do Oeste”. O primeiro navegador (ver [glossário](#)) que se tornou popular - [Mosaic](#) - lançado em 1993, foi logo chamado de “a primeira janela para o ciberespaço” (BRIGGS & BURKE, 2006:300). O prognóstico de que a Internet seria um advento desbravador de novos horizontes se mantém e o sentido de inovação permanece no imaginário das pessoas até os nossos dias, como faz notar o uso da expressão “Big Bang” em referência ao seu *boom* comercial (CERF, 2009). Nas palavras de Al Gore “uma superestrada da informação”, aludindo às *highways* que o presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1961) criou nos Estados Unidos em sua gestão (MAYNARD, 2011:17).

O surgimento da Internet – *INTERaction / INTERconnection between computer NETWORKS* - porém, não foi exatamente uma explosão brilhante e barulhenta como a ideia de um “Big Bang” pode sugerir. A história da Internet se cruza com as histórias dos serviços de inteligência estadunidense no período da Guerra Fria e os primeiros passos dados na direção da criação dessa grande rede, hoje espalhada por todo o globo¹⁹ não foram exatamente um espetáculo para toda sociedade ver.

Sob a bipolarização do conflito ideológico que se acirrou na segunda metade do século XX, surge o interesse em meios de comunicação mais seguros entre organismos militares, bem como entre pesquisadores e cientistas. Nos Estados Unidos, em 1969, a DARPA (*Defense Advanced Research Projects Agency*) contratou a empresa BBN (*Bolt, Beranek e Newman*) para criar a ARPAnet (*Advanced Research Projects Agency network*, ver [glossário](#)). A primeira rede de computadores foi instalada na UCLA (*University of California/Los Angeles*). Poucos meses depois, a ARPAnet já se expandia para *Stanford Research Institute*, para a *University of California/Santa Barbara* e a *University of Utah*. Uma rápida visita aos sites dessas universidades e

¹⁹ Ainda de forma bastante desigual, como podemos notar neste mapa: <http://www.telegeography.com/assets/website/images/maps/global-internet-map-2011/global-internet-map-2011-x.png> Último acesso em: 06.02.2014.

centros de pesquisa hoje pode revelar como o quesito inovação permanece sendo uma prioridade nos projetos e pesquisas que desenvolvem²⁰.

O desenvolvimento das pesquisas que resultaram na ARPAnet faziam parte de um plano para a demonstração de superioridade tecnológica militar dos Estados Unidos em relação à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma reação e resposta à vantagem do leste na corrida espacial, com o lançamento do primeiro satélite artificial da terra, o Sputnik. A funcionalidade básica do satélite também era comunicacional e consistia na transmissão de um sinal de rádio.

Inicialmente, a rede era limitada as universidades e institutos. Seu grande diferencial, neste momento, não era o alcance ou o acesso, mas a sua capacidade de resistir e preservar as informações mesmo os computadores que estavam ligados a ela fossem destruídos ou mesmo que houvesse um ataque nuclear que também arrasasse sua infra-estrutura (BRIGGS & BURKE, 2006:301).

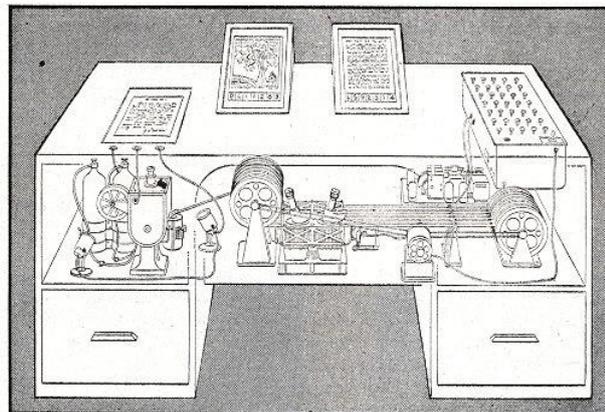
É preciso lembrar que os anos que viram “nascer” a Internet foram caracterizados por experiências que poderiam, em parte, ser consideradas contraditórias. De um lado, a estratégia do Pentágono de superar a URSS em todos os aspectos da eficiência bélica, inclusive na comunicação, conduzia para um panorama de tensão militar, em que as informações eram sigilosas, restritas a poucos, e as instituições tinham suas hierarquias e burocracias enfatizadas. De outro, ainda podia ser sentido na efervescência da contracultura o clamor pela liberdade e a aversão a projetos políticos de mais centralizadores, repudiados após a Segunda Guerra Mundial e a experiência totalitarista.

Nesse complexo período, de contradições políticas e culturais, de oscilação entre público e privado, social e individual, guerras e mortes de um lado (Vietnã), paz e desenvolvimento econômico do outro (Califórnia), a ARPAnet cresce. O uso da rede ampliou-se pelos meios acadêmicos e pôs em xeque seu escopo militar, o que resultou na criação de uma rede exclusivamente militar, em 1983, a MILnet (*Military Network*). A ARPAnet seguiu sendo utilizada em ambientes institucionais até 1990, quando então surge a *World Wide Web* (ver [glossário](#)), a aplicação de compartilhamento de informação necessária para que a Internet ganhasse o mundo.

²⁰ A DARPA, por exemplo, conduz o DARPA Robotic Challenge <<http://www.theroboticschallenge.org/>>, cujo objetivo é desenvolver pesquisas na área de robótica, a fim de criar modelos úteis para lidar com desastres naturais e/ou causados pelo homem.

A próxima “reviravolta” na história da Internet, na verdade uma mudança qualitativa que ampliaria as capacidades da rede, ocorreria exatamente aí, na virada dos anos 1980 para os 1990, mas dessa vez, tendo lugar na Europa. Em 1989, o cientista da computação britânico, Tim Berners-Lee, do Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN) concebeu o que ficou conhecido mais tarde como *World Wide Web* (WWW). “Suponha que eu tenha a possibilidade de programar meu computador para criar um espaço em que possa ser ligado a tudo”, especulava ele. “Suponha que toda a informação arquivada nos computadores de todos os lugares estivesse interligada.” (BRIGGS & BURKE, 2006:302).

A ideia de Berners-Lee era notável e já tinha sido imaginada, em certa medida, muitos anos antes pelo pesquisador do MIT ([Massachusetts Institute of Technology](#)), [Vannevar Bush](#), mas não fora levada a cabo. Em 1945, Bush, diretor do OSRD (Office of Scientific Research and Development), durante a Segunda Guerra Mundial, vislumbrava uma máquina ou sistema fotomecânico que chamou de “Memex” (*memory+index*). O dispositivo seria capaz de realizar um trabalho parecido ao do hipertexto, pois além de armazenar, idealmente também associaria informações e por isso a ideia fora considerada sua precursora do hipertexto. Cabe destacar que o engenheiro Bush, além de possuir uma mente criativa e inventiva, fora um dos homens de confiança do Projeto Manhattan, voltado para a criação da bomba atômica.



MEMEX in the form of a desk would instantly bring files and material on any subject to the operator's fingertips. Slanting translucent viewing screens magnify supermicrofilm filed by code numbers. At left is a mechanism which automatically photographs longhand notes, pictures and letters, then files them in the desk for future reference.

Figura 2. [Rascunho conceitual de Memex](#). Com displays lado a lado, a jamais construída Memex teria permitido ao usuário comparar e criar links entre documentos microfilmados. Reprodução de Vannevar Bush, 1945. Computer History Museum

A ideia da associação e interconexão de informações também havia aparecido em 1965 com a concepção de hipertexto por Theodor Nelson em seu projeto “[Xanadu](#)”, mas foi somente nos anos 1990, após as invenções de Berners-Lee - o HTTP (*Hypertext Transfer Protocol/Protocolo de Transferência de Hipertexto*) e o HTML (*HyperText Markup Language/Linguagem de Marcação de Hipertexto*) – a Internet pode efetivamente se popularizar. A partir de 1994, ocorre a explosão comercial - o número de usuários global atinge a marca dos 25 milhões. O sucesso da WWW criada poucos anos antes, começa a atrair as atenções de grandes empresas privadas e da imprensa. Em 1995, a *Microsoft* lança o sistema operacional Windows 95 com a conexão de rede *DialUp* (ver [glossário](#), conexão discada).

A Internet surge, assim, da junção do que Castells chamou de “uma fórmula improvável” – a *big science*, a pesquisa militar e a cultura da liberdade (CASTELLS, 2003:19). Para Maynard, essa variedade de instituições envolvidas no processo que resultou na Internet é uma característica a se destacar. Participam do projeto universidades, empresas de *software*, organizações governamentais e corporações militares (MAYNARD, 2011:21). Para o autor, o advento surge da junção de três processos:

1. Exigências econômicas por flexibilidade administrativa e globalização de capital, da produção e do comércio;
2. Demandas sociais em que os valores de liberdade individual e da comunicação tornaram-se supremos;
3. A revolução microeletrônica que possibilitou importantes avanços nas telecomunicações e na computação. (MAYNARD, 2011:22)

Além disso, destaca Maynard, houve a colaboração do sistema BBS (*Bulletin Board System*), que permitia a interconexão entre computadores pessoais e de programas como o MODEM ou o Computer Bulletin Board System, que possibilitava a transferência de arquivos, o armazenamento e a transmissão de mensagens entre computadores pessoais. Este ambiente para Castells apresentava a “tradição de base de formação de redes de computadores” que, de acordo com Maynard, completa o panorama em que “nasce” a Internet.

Alguns autores identificam na combinação do que Castells chamou de “fórmula improvável” o surgimento de uma chamada “ideologia californiana” (BARBROOK E CAMERON, 1996; EVANGELISTA, 2011), apontando para as contradições entre a burocracia militar imposta pelo período da Guerra Fria e o empreendedorismo do Vale do Silício. Enquanto para Castells:

A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. Reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade. (CASTELLS, 2003:13)

Para aqueles que se consideram críticos do neoliberalismo e do determinismo tecnológico do Vale do Silício, a “política de flexibilidade e liberdade acadêmica da ARPA”, comentadas por Castells (2003:23), estariam muito mais próximas do individualismo do que da cooperação desinteressada na “ideologia californiana”.

A esse respeito, em uma entrevista à Revista Cult em 2012, Andrew Keen, historiador e cientista político estadunidense, crítico da Web 2.0 (ver [glossário](#)), expressou o seguinte:

O argumento dele [Fred Turner, autor de *From Counterculture to Cyberspace* (2008)] é o de que a internet foi criada a partir da inesperada fusão de duas construções ideológicas, dois movimentos ideológicos: o *establishment* militar, industrial e educacional que emergiu da Guerra Fria e a contracultura política dos *hippies* do norte da Califórnia, em especial aquela que surgiu em torno da figura de Stewart Brand. Não é coincidência que ambos os grupos tenham tendências libertárias. Muitos norte-americanos que viveram a Guerra Fria tornaram-se obcecados pela ideia de liberdade como oposição ao modelo soviético, ao passo que a cultura *hippie* defendia ideias semelhantes de questionamento da autoridade. Não surpreende, dessa forma, que a internet, que emergiu como ideologia do cruzamento dessas duas correntes, seja um movimento sem centro, um movimento de arestas que, por definição, não aceita qualquer tipo de autoridade. (KEEN, 2012)

Turner, o autor comentado por Keen, é crítico do determinismo tecnológico e da sugestão de que uma “sociedade ideal: descentralizada, igualitária, harmônica e livre” (TURNER, 2008: *introduction*)²¹ teria chegado junto com a Internet ou pudesse ser promovida por ela. Turner chama atenção para o fato de que nos anos 1960, nem todos embarcavam nessa “utopia cibernética”, como ele chama, uma parte da população recebia a chegada dos computadores como “tecnologias da desumanização” que centralizavam a burocracia, racionalizavam a vida social e até mesmo a Guerra do Vietnam. O autor relata, por exemplo, que em 1964 estudantes da Universidade da Califórnia (Berkeley) marcharam em um protesto pela liberdade de expressão em que também reclamaram com seus líderes políticos por estarem sendo tratados como “bits de dados abstratos” (TURNER, 2008, *introduction*).

²¹ Original: “ideal society: decentralized, egalitarian, harmonious, and free”.

Apesar de haver certa crítica social, como comenta Turner, para Barbrook e Cameron a “ideologia californiana” estava fortemente difundida:

Esta nova fé emergiu de uma bizarra fusão da boemia cultural de São Francisco com as indústrias de alta tecnologia do Vale do Silício. Promovida em revistas, livros, programas de televisão, páginas da rede, grupos de notícias e conferências via internet, a ideologia da Califórnia, promiscuamente, combina o espírito desgarrado dos hippies e o zelo empreendedor dos yuppies. Este amálgama de opostos foi atingido através de uma profunda fé no potencial emancipador das novas tecnologias da informação. Na utopia digital, todos vão ser ligados e também ricos. Não surpreendentemente, esta visão otimista do futuro foi entusiasticamente abraçada por nerds de computador, estudantes desertores, capitalistas inovadores, ativistas sociais, acadêmicos ligados às últimas tendências, burocratas futuristas e políticos oportunistas por todos os Estados Unidos. (BARBROOK & CAMERON, 1996)²²

Essa ideologia da Califórnia pretendia, segundo os autores, criar uma nova ideia de “democracia jeffersoniana” (de Thomas Jefferson, um dos “pais fundadores” dos Estados Unidos) na qual todos os indivíduos estariam aptos a se expressar livremente no ciberespaço. Barbrook e Cameron argumentam que o otimismo mais radical da costa ocidental dos Estados Unidos era reforçado e influenciado pelas colocações assertivas de autores como Marshall McLuhan acerca do empoderamento do corpo e dos indivíduos a partir da convergência midiática, da computação e das telecomunicações (MCLUHAN, 2001). Haveria uma crença de que essas tecnologias poderiam criar uma *ágora* eletrônica em que todos poderiam se expressar, livres de censura.

Não está na alçada do presente trabalho, em função do recorte temático e, sobretudo, do tempo disponível para a realização de uma pesquisa de mestrado, discutir a fundo os elementos fundadores dessa suposta “utopia cibernética” que orientaria a “ideologia californiana”, outro complexo conceito que requer mais discussão. Isso demandaria, na verdade, outro grande trabalho para a História Cultural, História das Mentalidades. Entretanto, pensamos que seria mais interessante, nos limites desse trabalho, apresentar minimamente o complexo contexto em que surgem as tecnologias que vão servir à “história/historiografia digital” do que puramente fazer uma descrição

²² Original: “This new faith has emerged from a bizarre fusion of the cultural bohemianism of San Francisco with the hi-tech industries of Silicon Valley. Promoted in magazines, books, tv programmes, Web sites, newsgroups and Net conferences, the Californian Ideology promiscuously combines the free-wheeling spirit of the hippies and the entrepreneurial zeal of the yuppies. This amalgamation of opposites has been achieved through a profound faith in the emancipatory potential of the new information technologies. In the digital utopia, everybody will be both hip and rich. Not surprisingly, this optimistic vision of the future has been enthusiastically embraced by computer nerds, slacker students, innovative capitalists, social activists, trendy academics, futurist bureaucrats and opportunistic politicians across the USA.”

da evolução das técnicas²³. Interessa-nos destacar assim, alguns aspectos levantados por esses autores. De um lado, temos as circunstâncias históricas que influenciam o surgimento das tecnologias - a pesquisa militar-industrial e a competitividade com os soviéticos - e, de outro, as características do ambiente de trabalho que são incentivadas por isso - o alto teor de empreendedorismo e o favorecimento do trabalho interdisciplinar e colaborativo (TURNER, 2008, *introduction*).

Essa “aventura humana extraordinária”, como se referiu Castells na citação que destacamos acima, portanto, não se deu em um evento estanque, mas se desenrolou num processo complexo, em alguns momentos contraditórios e que inspirou diferentes interpretações, tanto em seu tempo, como em sua posteridade. Hoje, meio século após os primeiros passos da ARPAnet, o surgimento da Internet ainda é, bem dizer, um fenômeno que inspira leituras bem distintas. Enquanto alguns autores, inclusive os historiadores do *Roy Rosenzweig Center for History and New Media*, da *George Mason University* (Virginia, Estados Unidos) de quem falaremos no próximo capítulo, discutem o mundo livre e colaborativo que emergiu dessa transformação das tecnologias digitais, autores como Turner (2008) apresentam posturas mais céticas. Para Turner, os mesmos jovens que iam viver em comunidades nas montanhas e protestavam contra a guerra do Vietnã naquele período, foram se tornando, após o emblemático ano de 1968, menos engajado politicamente. Segundo o autor, eles teriam se afastado da política por acreditar mais na tecnologia e na “transformação da consciência” como fontes de mudança social. Castells, que discute a Internet como um suporte material para o “individualismo em rede” (CASTELLS, 2003:108), vê no surgimento de comunidades virtuais personalizadas/especializadas, a expressão de um novo padrão de sociabilidade centrado no indivíduo. O autor toma emprestada a expressão “ciberbalcanização”, de Robert Putman²⁴, para se referir ao baixo compromisso e à fragilidade/declínio do engajamento cívico que faz com que alguns indivíduos se isolem na rede, de forma

²³ Para panoramas sobre a história do surgimento da internet ver bibliografia CASTELLS (2003, especialmente Cap. 1), BRIGGS & BURKE (2006, especialmente Cap. 6 e 7) e MAYNARD (2011, especialmente Cap. 1), estes mesmos trabalhos trazem ainda outras referências para aqueles que quiserem se aprofundar no assunto. Uma cronologia técnica em língua inglesa pode ser encontrada no site da *National Science Foundation* dos Estados Unidos em [NSF and the Birth of Internet](#). No trabalho de Briggs e Burke também é possível acessar uma cronologia que vai de c.5000 a.C. “Invenção da escrita” até 2004 “Eleição presidencial dos Estados Unidos: Bush *versus* Kerry” (BRIGGS & BURKE, 2006:331-342).

²⁴ A obra citada por Castells é: PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon and Schuster, 2000.

talvez semelhante, podemos pensar, como se isolavam em comunidades de interesses específicos comuns em montanhas²⁵.

Assim, ao mesmo tempo que para muitos estudiosos a rede das redes foi libertadora, “des-hierarquizante” (dado que nas comunidades virtuais, não haveria, idealmente, hierarquia) em oposição à hierarquia das instituições clássicas contestadas pela própria contracultura dos anos 1960-70 e portadora da democracia, como faria supor a ideia de que todos teriam voz nessa nova “esfera pública” digital (THOMPSON, 1998), para outros seu surgimento foi marcado por debates e contradições sociais que ainda hoje precisam ser estudadas e melhor compreendidas.

Consideremos, em primeiro lugar que se por um lado, é plausível que a rede possibilite a qualquer indivíduo ou instituição um lugar de fala mais ou menos igual no ciberespaço, rompendo com a lógica do monopólio da informação e do conhecimento, antes exercido pela Igreja e posteriormente pelos homens das letras ou pela grande mídia, também é verdade, por outro lado, que a desigualdade social e a exclusão digital das zonas não privilegiadas do nosso globo impõem obstáculos a essa tendência democratizadora.

Em segundo lugar, devemos levar em conta que para além da objetiva necessidade dos meios técnicos e materiais (acesso a computadores/dispositivos com conexão à Internet) para “chegar” ao ciberespaço, um indivíduo precisará também dominar os códigos de comunicação desse novo espaço de fala para se fazer, efetivamente, ouvir/ver/ler. Sabe-se que hoje existem condutas estratégicas e mesmo recursos técnicos que podem ajudar a divulgar determinados conteúdos na Web (exemplo: sistemas pagos de links patrocinados como *Google Ad-words*), fazendo com que estes ganhem mais evidência que outros. Estamos dizendo, pois, que o ciberespaço, tão enfaticamente aclamado como ambiente livre/libertador, também possui suas formas tortas de hierarquia e exclusão.

Em terceiro lugar, por fim, além dos aspectos econômicos e culturais em questão, cabe ressaltar que os entraves para uma efetiva democracia da informação também passam por sérias questões de letramento, mais especificamente, Letramento Digital (*Digital Literacy*), que por sua vez dizem respeito à educação e políticas públicas, e estão inevitavelmente conectadas aos problemas de ordem econômica.

²⁵ Essa discussão, entretanto, vai muito além desta breve anúncio. Para ver mais a fundo estas questões ver bibliografia: BARBROOK & CAMERON, 1996; TURNER, 2008 e CASTELLS, 2003 (especialmente o Cap. 4, “Comunidades virtuais ou sociedade de rede?”)

Por tudo isso, ressaltamos a não neutralidade da tecnologia e desviamos de interpretações mais deterministas. A compreensão de que a Internet é um grande e revolucionário advento tecnológico não pode significar que esta tecnologia agora é absoluta no mundo. Vale lembrar que as novas tecnologias não substituem as antigas:

“Qualquer abordagem que entenda as novas tecnologias como sendo substitutas das antigas ignora a realidade centenária que demonstra que as novas tecnologias de comunicação apenas exercem e diversificam oportunidades, criando um ambiente mais complexo [...], por exemplo, o rádio após o aparecimento da televisão”. (CADY, 1990 apud CONWAY, 1997:20).

Cabe a nós, portanto, problematizar esse período de profusão tecnológica, buscando sempre percebê-lo como parte de um mundo tragicamente inédito por várias razões, afinal, estamos falando do “século sombrio” (SILVA, 2004), que registrou na história os horrores de conflitos mundiais e de genocídios. Talvez seja a época em que o homem mais dedicou tempo e recursos para a invenção de tecnologias, e não foram só de comunicação e informação. Mas, por outro, lado talvez seja também o período em que o planeta (e seus ecossistemas) mais sofreu as consequências adversas dessas invenções. No período entre guerras, Walter Benjamin já tinha oferecido uma reflexão bastante apaixonada, mas muito expressiva do momento em que escreve, sobre esse paradoxo do progresso tecnológico:

Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. (BENJAMIN, 1933)

O filósofo não se referia ao computador e à Internet naquele momento, obviamente. O ponto de sua reflexão era o investimento em estratégias e técnicas bélicas, causadoras, segundo ele, de tanta destruição e pobreza. Seu breve comentário, entretanto, é aqui recuperado por marcar, tão enfaticamente, essa percepção do artificial, do não humano, que supera o humano.

Desde a máquina a vapor, quanta mudança. Passamos das locomotivas, dos vapores e do telégrafo do século XIX, a submarinos, aviões e Internet. No rastro desse progresso, aprimorou-se “arte da guerra”, lembremo-nos das metralhadoras e dos rifles que assessoraram os imperialistas do XIX; criou-se uma bizarra engenharia da morte, pensemos às câmaras de gás nazistas; engenhrou-se também uma eficiente produção de

energia nuclear, embora também tenhamos passado por Hiroshima, Nagasaki e atualmente observemos com apreensão a dramática situação dos reatores de Fukushima²⁶. Hoje, muitos daqueles que podem comprar, carregam no bolso a síntese desse “tera-desenvolvimento” (de *teras* = monstro, usado na informática para designar 1 terabyte = 1024 gigabytes) tecnológico, podendo levar junto, inconscientemente, uma ínfima parcela dos minerais de conflito (exemplo: tântalo, tungstênio e estanho) utilizados na fabricação desses mágicos *widjets* (ver [glossário](#)), como *smartphones*, *laptops*, *tablets*, câmeras etc.²⁷.

Por outro lado, esse desenvolvimento trouxe ganhos incalculáveis para várias áreas da ciência e para a sociedade. Na China, as ferramentas digitais usadas no movimentos ambientalistas ajudam na luta pela preservação, na medida em que fornecem “meios visuais” de promoção da pressão pública para reduzir a poluição da atmosfera. Em Israel e na Palestina, instrumentos digitais são usados por grupos de controle de ONGs palestinas para monitorar e denunciar bloqueios estradais, casos de expropriação de terras, demolição de casas ou destruição de olivais (FISCHER, 2011:129). Pensando-se na história dos próximos anos, é plausível dizer, que será quase incontornável para um estudo dos movimentos sociais do século XXI levar em conta o papel das TICs, permitindo o uso de *sms* (*Short Message Service*) e redes sociais em diversos atos de contestação política. O norte da África e o Oriente Médio viveram durante o período que ficou conhecido nas mídias ocidentais como “Primavera Árabe” uma experiência inédita de mobilização popular via Internet. Na queda do presidente egípcio Hosni Mubarak e do regime de Muamar Kadafi, na Líbia, que já durava 50

²⁶ Após um terremoto de 9º na escala Richter seguido de tsunami que atingiu o Japão em março de 2011, causando grande destruição pelo país, a Usina de Fukushima teve três reatores avariados e desde então, chama atenção das autoridades. Em 2013, o nível do alerta do vazamento de água radioativa na região subiu do nível 1 (anomalia) para nível 3 (incidente grave) na Escala Internacional de Eventos Nucleares (Ines, na sigla em inglês). A empresa que opera a usina, a TEPCO (*Tokyo Electric Power Co*), anunciou recentemente (setembro/2013) que deve começar em novembro desse mesmo ano uma operação de retirada dos bastões de combustível gastos que estão vazando. Os 1.300 bastões juntos teriam uma radiação equivalente a 14 mil bombas como a de Hiroshima, segundo a Reuters. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2013/08/14/us-japan-fukushima-insight-idUSBRE97D00M20130814> Último acesso em: 30.10.2013.

²⁷ Na primeira década desse século os conflitos em torno da exploração mineral na República Democrática do Congo tornaram ainda mais dramática a situação dos conflitos que a região enfrenta desde 1998, resultantes dos conflitos entre hutus e tutsis, após o genocídio em Ruanda nos anos 1990. Desde 1999, cerca de 5 milhões de pessoas já morreram nos conflitos, ver Special Report: Congo, da [International Rescue Committee](#) Disponível em: <http://www.rescue.org/special-reports/special-report-congo-y> Último acesso em: 30.10.2013. O [Enough Project](#) traz relatórios e artigos sobre o assunto. Disponível em: <http://www.enoughproject.org/special-topics/understanding-conflict-minerals-provisions> Último acesso em: 30.10.2013.

anos, as redes sociais desempenharam um importante papel. No Brasil, as manifestações de junho de 2013, cuja reivindicação inicial foi a anulação do aumento das tarifas de ônibus, não só contaram com o apoio dessas redes para organizar grandes atos públicos nas ruas, mas também ganharam um espaço de valor ainda inestimado para as mídias alternativas, como o caso da Mídia NINJA²⁸. A situação de repetiu nas greves dos profissionais da educação do Município e Estado do Rio de Janeiro também nesse ano, em que as redes sociais foram canais importantes para a denúncia e o protesto contra a truculência da Polícia Militar com muitos manifestantes.

Por tudo isso, se considerarmos a Internet no “embigo do mar” de transformações tecnológicas dos últimos tempos, teríamos dificuldades em caracterizá-la apenas como a coroação de um grande “progresso” científico, com todo o positivismo que esta palavra pode carregar. Mais do que isso, como procuramos destacar acima, ela chegou complexificando que já existia, mantendo e acentuando, em muitos casos, as contradições desse intenso século XX (HOBSBAWM, 1994). Oscilando, no imaginário popular, mas também em alguns estudos acadêmicos, como um elemento capaz de ora favorecer o individualismo e a passividade política, ora promover a liberdade e o engajamento social, ainda que a atividade política aqui seja de um tipo bastante novo. Assim, fechamos este tópica lembrando que a Internet, como qualquer outra tecnologia, não é neutra. Como nos alerta Maynard, “a verdadeira questão não é ser contra ou a favor da Internet. O importante é compreender as suas mudanças qualitativas” (MAYNARD, 2011:42).

1.1.2 Novos espaços/suportes, novos documentos

A “história/historiografia digital” não é pioneira no que diz respeito à utilização de tecnologias informáticas como ferramentas para a escrita da história. Antes delas,

²⁸ *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*, grupo de mídia independente que surgiu em 2011 e que se tornou popularmente conhecido em 2013 pela cobertura realizada dos protestos, com transmissão ao vivo (*live streaming* / fluxo de mídia), utilizando as redes Twitter (em outubro de 2013 ultrapassava a marca de 24 mil seguidores) e Facebook (em outubro de 2013 ultrapassava a marca de 220 mil curtidas) para a divulgação dos links de transmissão. Vídeos e fotos se tornaram instrumentos de denúncia e protesto. Nas redes, através dos compartilhamentos, as mensagens e transmissões “dos Ninjas” ao vivo durante os protestos permitiram que os atos fossem acompanhados por milhares de pessoas (de qualquer lugar do mundo) que não participavam presencialmente dos protestos. Esse modelo de cobertura, na verdade, foi praticado por muitas pessoas, não só pelos Ninjas. A participação popular, dessa forma, ganhou espaço também na emissão dos discursos sobre as manifestações, conforme elas iam acontecendo, formando-se nesses espaços da Web 2.0 um vigoroso contraponto para as notícias e o ponto de vista da mídia estabelecida, como é o caso do jornal de grande circulação “O Globo”.

outras propostas metodológicas lançaram mão de *hardwares* e *softwares* em maior ou menor medida. Ora condicionando o acesso e a manipulação de determinado tipo de fonte (como para os arquivos de áudio daqueles que trabalham com História Oral), ora caracterizando um novo método de pesquisa histórica (como fizeram as “supercalculadoras” da História Quantitativa), o uso da computação pelas humanidades, e não só por historiadores, não é exatamente uma novidade.

Na Inglaterra, emerge na última virada de século, um novo campo denominado *Digital Humanities*²⁹, dedicado a pensar exatamente as mudanças qualitativas engendradas pela informatização digital deste último *fin de siècle*. Nos Estados Unidos e na Itália, igualmente, surgirão as tendências Digital History e Storiografia Digitale, respectivamente. À diferença dos anos 1970-80, este novo momento nas humanidades e na história começa se mostrando muito mais reflexivo sobre o próprio método e suas implicações por toda a pesquisa. Hoje a tecnologia não significa mais apenas o computador, máquina capaz de supercálculos e processamento de textos, mas toda gama de softwares (ver [glossário](#)), aplicativos (ver [glossário](#)) e plug-ins (ver [glossário](#)) que podem funcionar como ferramentas digitais para o pesquisador. Essas novas aplicabilidades das tecnologias digitais, bem como a profusão de dados eletrônicos no ciberespaço, ampliou a percepção que os pesquisadores tinham da própria tecnologia, seu uso passou a ser mais problematizado. Aos poucos, a tecnologia digital começa a deixar de ser vista puramente como ferramenta/meio para a realização de pesquisas, e passa a ser interrogada enquanto conjunto de fatores capaz de gerar um completo e novo ambiente de trabalho.

Este novo espaço de trabalho tem um sentido duplo: 1º significa que, por um lado, o local de trabalho do pesquisador é modificado, renovado e organizado de modo diferente, recebendo novos itens, talvez assumindo outras paisagens, transformando seu som ambiente, temperatura etc. Por exemplo: um historiador que antes catalogasse suas leituras em fichas de papel e as organizasse em um arquivo, gaveteiro ou em caixas, aos poucos poderá deixar de acumular papeis em móveis, na medida em que, pelo menos suas anotações (fichamentos, revisões bibliográficas) vão deixando de ser manuscritas para serem digitadas no computador (por mais que os livros e documentos permaneçam

²⁹ O termo teria surgido em 2001 durante a discussão sobre o título para o volume inglês *Companion to Digital Humanities*, organizado por Susan Schreibman, Ray Siemens and John Unsworth (2004). O compêndio encontra-se integralmente disponível de forma gratuita online: <http://www.digitalhumanities.org/companion/> Último acesso em: 18.02.2013.

analógicos). Papel sempre haverá, é quase inevitável para o nosso ofício imaginar o trabalho sem ele, entretanto, é razoável dizer que gradativamente os historiadores (ainda que hoje, em número moderado) estão adotando mais dispositivos eletrônicos, para além do computador *desktop* (PC, *personal computer*). Ou seja, chegam impressoras, *scanners*, *laptops*, *tablets*, leitores digitais (*e-reader*, ver [glossário](#)) etc. Do *laptop* em diante, já podemos dizer que o local de trabalho transcendeu as paredes da sala/biblioteca/arquivo inicial, ganhando a mobilidade própria desses itens portáteis. Pela facilidade do transporte, manuseio e autonomia de bateria, os *tablets* e *e-readers* aumentam ainda mais a flexibilidade dessas novas condições de trabalho. Alguém que, por exemplo, analise documentos disponíveis em versões digitais, pode, sem problemas, “transportá-los” nos seus dispositivos móveis para qualquer lugar. Além disso, é possível ler, sublinhar, anotar e ainda compartilhar isso, se comunicar com outras pessoas, ler e-mails etc. a partir de qualquer cômodo da casa, na rua, no trânsito, vai depender da concentração, disposição e estilo de cada um. Sem dúvidas, essas são mudanças qualitativas no dia a dia de trabalho de uma pessoa que, antes, ficava restrita, no mais das vezes, ao trabalho solitário em arquivos, bibliotecas ou escritórios pessoais.

O 2º sentido desse novo espaço de trabalho, por sua vez, diz respeito à incorporação do ciberespaço (ver [glossário](#)) e toda sua complexidade no leque de possibilidades de “campo”, de “lugar” de pesquisa. Ou seja, os recortes espaciais de nossas pesquisas, por assim dizer, podem ganhar uma nova dimensão. Um exemplo seria o estudo das narrativas de si na Internet, portanto, no ciberespaço, em blogs ou redes sociais. A esse recorte pode ser somado um de cunho mais tradicional (nacional, regional, local), afinal, é preciso lidar com a dualidade do real/virtual, dando conta de especificar o espaço das duas maneiras. Assim, uma pesquisa pode ser feita sobre um “lugar” do ciberespaço e ainda ser especificamente sobre um lugar geograficamente delimitado - o Brasil, a Argentina, ou a Índia. Mas, além disso, o próprio ciberespaço pode ser tornar um local de trabalho virtual. Deixamos (nem todos, mas podemos começar a deixar, a depender de nossas pesquisas) de ir ao endereço físico de um arquivo para acessar seu acervo online³⁰.

³⁰ No Brasil, por exemplo, poderíamos destacar alguns projetos de digitalização que potencialmente desobrigariam muitos historiadores do desgaste físico, do investimento de tempo e de recursos para ir até os acervos materiais dessas entidades, especialmente aqueles que trabalham majoritariamente com fontes da imprensa. A Hemeroteca Digital Brasileira < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>, da Biblioteca Nacional, o Acervo Digital do Jornal Folha de São Paulo < <http://acervo.folha.com.br/>>, o Acervo Digital do Estadão (Jornal Estado de S. Paulo) < <http://acervo.estadao.com.br/>>, e Acervo Digital do Jornal O

A palavra talvez seja inexata, mas é possível dizer ainda que neste ciberespaço existem “compartimentos”, outros lugares: redes sociais³¹, blogs, sites institucionais e comerciais, bancos de dados, fóruns de discussão, *wikis* (ver [glossário](#)) e até mesmo o próprio serviço de e-mail encerraria uma categoria especial dentre todas essas, por sinal, de muito interesse para a pesquisa história, sobretudo, para os que se dedicam ao estudo das biografias. Há de se considerar ainda, nessa cadeia, que esses novos espaços (“dentro” do ciberespaço) também se encontram virtualmente projetados (considere-se os vários dispositivos de visualização e acesso a esses espaços) e fisicamente armazenados (nas nuvens, em *hardisk*, *pendrives*, CDs etc.) em novos suportes.

Uma consequência desses novos espaços e suportes é que eles acabam apresentando para os historiadores uma sorte de documentos também novos, senão em seus tipos específicos – como os inéditos *born digital* (nascidos digital, ver [glossário](#)), em sua materialidade. Isso faz com que também o modo de acessar e abordar esses documentos seja diferente. O fato de o material disponível para historiadores no mundo digital hoje – fontes primárias e secundárias, nascidas digitais ou digitalizadas – estar diversamente acessível faz com que eles também possam ser diferentemente compreendidos enquanto documentos digitais, distintos de sua forma analógica.

Nesse novo contexto, de acordo com a *National Science Foundation* estadunidense, seria interessante para todas as áreas do conhecimento que uma ciberinfraestrutura fosse organizada pelas ciências e pela engenharia, a fim de criar oportunidades educacionais e de pesquisa à altura desse novo quadro (NSF, 2007:05). Para os estudiosos da Fundação, apenas desenvolvendo tal infraestrutura nós estaríamos refinando as ferramentas e os serviços da engenharia, sobretudo de uma engenharia educacional, voltada para instrução, melhorando como essas ferramentas podem oferecer suporte para disponibilização de fontes em rede, catalogação, análise e visualização de dados.

Deve-se considerar, desse modo, que a expansão e versatilidade dos tipos de documentos nos dias de hoje, torna urgente a reflexão sobre os métodos de pesquisa que fazem uso deles, de modo que possamos ter o melhor aproveitamento possível do que os aplicativos eletrônicos nos permitem no tratamento dessas informações. Para alguns

Globo < <http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Considere-se a diferença que estes projetos podem fazer no trabalho de historiadores que não são das capitais e nem cidades próximas ao eixo Rio-São Paulo.

³¹ São inúmeras, só a Wikipédia em Inglês apresenta uma lista com 200, e essas são somente as mais notáveis, sem contar as já desativadas.

autores não é mais sustentável, do ponto de vista metodológico, a utilização de procedimentos de leitura linear, como se fez clássico nas pesquisas alinhadas à cultura da impressão (SWEENEY, 1998; COHEN; ROSENZWEIG, 2005; BURTON, 2011, 2012; HAYLES, 2012). Há, contudo, que se considerar todo o tempo, os perigos e as promessas nessa era pós-impressão em que estamos vivendo, para alguns, caracterizada como a Era do Iluminismo "*computer-assisted*" (CALL, 1998).

Segundo Robert Sweeny, os dados computadorizados podem fazer uma enorme diferença, tanto epistemológica quanto metodológica, uma vez que podem despertar uma consciência sobre o próprio método de pesquisa histórica (SWEENEY, 1998; COHEN; ROSENZWEIG, 2005). O advento dos bancos de dados digitais, bem como o subsequente crescimento dos processos de digitalização para alimentá-los, está afetando substancialmente a percepção que temos das fontes históricas. Vivemos entre abundância e escassez (COHEN; ROSENZWEIG, 2005). Apesar da enormidade de fontes acessíveis hoje em dia, muitos historiadores começam a se perguntar como criar critérios para filtragem, seleção e avaliação desses novos documentos, dispersos nesse aparentemente caótico ciberespaço. Algumas vezes a digitalização ou o próprio modo como o pesquisador retira determinada fonte do ciberespaço ("salvando", fazendo download em seu computador, copiando e colando em algum programa etc.), por exemplo, pode acarretar a perda de contexto que pode afetar a compreensão dos conteúdos das fontes em ambiente digitais. Uma das preocupações iniciais é que uma informação, deslocada de seu lugar original, recortada do todo, pode produzir sentidos diferentes (TOMASSINI & GALLAI, 2004). De acordo com Lewis Call, esses seriam problemas específicos do que ele chama de "Pós-moderna Pedagogia da Ilustração" (CALL, 1998).

É nessa frente, mais questionadora e reflexiva sobre a natureza, o *status*, da fonte no mundo contemporâneo e os procedimentos para se trabalhar com elas no ambiente digital que a "história/historiografia digital" tem atuado. Como lidar com a fluidez dos dados na rede? Quais são as implicações conceituais dessas mudanças que introduzem consigo uma ruptura temporal e espacial, diferente de todas as transições já vistas na Academia anteriormente? Como as novas ferramentas digitais e os métodos decorrentes delas podem prover novos *insights* no tratamento de problemas históricos? E quais são as oportunidades para pesquisas realizadas em formato colaborativo, nesse novo espaço interconectado de trabalho?

1.1.2.1 Hipertexto eletrônico

Desde os anos 1960, os conceitos de espaço e tempo têm sido repensados por teóricos de mídia, sempre de forma conectada ao desenvolvimento tecnológico e também como o registro próprio da Globalização. Em 1974, o desconstrucionista Jacques Derrida já conectava a nova ideia de espaço (pós-cartesiano) com um diverso modo de ler e escrever (CALL, 1998). Ao mesmo tempo, analistas começam a questionar como a chegada dos computadores podem transformar a comunicação (MCCARTHY, 2012). Esse "diverso" modo de ler e escrever foi posteriormente identificado como hipertexto eletrônico, a alma do *Xanadu* de Theodore H (Ted) Nelson³². Segundo David J. Staley refere-se ao hipertexto como um dispositivo capaz, até mesmo, de mudar as relações entre autor e leitor:

(...) ligação digital de palavras como numa teia, não em uma cadeia linear tal como no texto impresso. Em vez de estar confinado dentro dos limites físicos do códice impresso, o "texto" de hipertexto se expande para preencher a rede eletrônica, uma vez que qualquer bloco de texto pode ser teoricamente ligado a outro bloco qualquer de texto em algum lugar do espaço eletrônico. O enredo do texto serpenteia-se através desta rede, determinada tanto pelas decisões do leitor como pelas intenções do autor. Portanto, a tela do computador fornece uma superfície de escrita não-linear, onde não há começo, meio ou fim do texto, onde as noções tradicionais de enredo linear e seqüência são derrubados, e onde as fronteiras sólidas entre o escritor e o leitor são quebrados.³³ (STALEY, 1998, tradução nossa)

Essas ligações eletrônicas seriam as responsáveis pela formação das chamadas hipermídias, que para Alfredo Eurico Rodrigues Matta, significam:

As hipermídias são bases de dados navegáveis. O usuário navega de informação em informação por um jogo de linhas, ou elos, de associação

³² Projeto Xanadu é uma das mais mal compreendidas iniciativas para criar um diferente tipo de mundo de computadores, baseado em um diferente tipo de documento eletrônico. (Documentos eletrônicos convencionais - PDF, Word, HTML - simulam papel e são contruídos em cima de conceitos de impressão. Documentos do projetos Xanadu fazem o que nenhuma impressão pode fazer.) Conceito: "Páginas voadoras! Profunda interconexão! Intercomparação paralela! Todo o conteúdo conectado com suas fontes originais! E muito mais." Ver: <http://www.xanadu.com/> Último acesso em: 06.02.2014.

³³ Original: [Hypertext refers to] the digital connection of words as in a web, not in a linear chain as in a printed text. Rather than being confined within the physical limits of the printed codex, the "text" of a hypertext expands to fill the electronic network, since any block of text can be theoretically linked to any other block of text somewhere in the electronic ether. The plot of the text meanders through this web, determined as much by the decisions of the reader as by the intentions of the author. Therefore, the computer screen provides a non-linear writing surface where there is no beginning, middle or end to the text, where traditional notions of linear plot and sequence are overturned, and where the solid boundaries between writer and reader are shattered."

entre nódulos de conteúdo. **A hipermídia adiciona explícita não-linearidade aos textos e leituras.** Elementos tais como: relações entre partes diferentes das informações, referências e apresentações imediatas de fontes, diferentes níveis de abstração das informações, tais como tabelas, sumários e notas, além da apresentação na forma de mídias alternativas como imagens estáticas ou em movimento, sons, animações, etc., podem fazer da hipermídia uma estrutura lúdica e dinâmica de informações e relacionamentos, organicamente flexíveis e adequadas a uma rica exploração pela mente humana (MATTA, 2001:61, grifo nosso)

O advento do hipertexto eletrônico por este potencial de ruptura com a linearidade dos textos chegou a ser comparado com a revolução literária do Iluminismo dos séculos XVIII e XIX devido ao poder que pode liberar para a disseminação de informações. (DARNTON, 1999; CALL 1998). No entanto, é importante ressaltar que o Iluminismo não tornou a informação acessível para todos. Pelo contrário, a limitou a uma minoria de pessoas com dinheiro para adquirir livros. Em nossos dias este fenômeno se repete em certa medida. Por um lado, temos a poderosa *World Wide Web* dispersando informações para todo o mundo, aumentando a habilidade das pessoas se comunicarem, bem como, dando a elas voz e espaço para falarem e serem ouvidas. Por outro lado, a exclusão digital ainda atua como uma barreira material para o acesso universal e irrestrito à informação: há ainda uma problemática sem precedentes que é o iletramento digital, relativo às técnicas de navegação em ambientes digitais. Os obstáculos se relacionam, ao mesmo tempo, com restrições econômicas e sociais, conectadas com mazelas educacionais que faz com que muitos em nossa sociedade não estejam treinados para ler o mundo através de dispositivos eletrônicos (BURDICK AND WILLIS, 2011)³⁴.

As tecnologias da informação e da comunicação acrescentam um componente essencial aos paradigmas da Era Digital: o hipertexto. Para fins educacionais, por exemplo, o hipertexto eletrônico pode ter enorme valor, por ser uma alternativa aos métodos de instrução passivos (CALL, 1998). Possibilitando aos professores apresentarem as ideias pelas evidências, estando estas ligadas aos seus contextos, cabendo ao aluno criar as chaves interpretativas, ao invés de adotarem modelos de aula meramente expositivos. No que diz respeito ao ensino de História, especificamente, o

³⁴ Como aponta Call, pode parecer que ambos, Iluminismo e Era Digital, tenham sua estrutura de classes ratificada de acordo com o sistema informacional que eles "rodam", ao invés de serem organizadas por quaisquer distinção que os governos criam. Isso também nos convida para a reflexão crítica de cultura política que constitui a sociedade em rede (CASTELL, 2005). Deve-se destacar que as tecnologias de informação e comunicação são uma preocupação de políticos ao redor do mundo, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil.

hipertexto pode ser um instrumento muito poderoso para encorajar o pensamento histórico crítico, no lugar de incentivar a reprodução de "verdades universais" (CALL, 1998; BARON, 2013), ao mesmo tempo em que seu uso contribuiria para combater a “descontextualização” das fontes que estamos vivendo hoje em face dos projetos de digitalização imaturos, ainda pouco conscientes da importância de se manter o vínculo entre fontes e contextos para a pesquisa histórica.

Para a escrita e, conseqüentemente, a retórica, o hipertexto pode promover uma radical mudança na passagem do impresso para o digital. As fontes digitais e os textos eletrônicos podem ser utilizados para construir uma narrativa com múltiplos percursos de leitura (HAYLES, 2001). Mais do que isso, alguns estudos apontaram que o modo como as fontes digitais são apresentadas hoje têm implicações relevantes para a cultura visual (ANDERSON, 2011), para o *design thinking* (BURDICK AND WILLIS, 2011) e para o letramento digital, de modo mais amplo (SCHMIDT, 2012).

N. Katharine Hayles faz uma digressão sobre ciência cognitiva que nos faz refletir sobre o papel dos objetos materiais no pensamento humano e ela nota, juntamente a outros teóricos, que os objetos materiais estão ligados ao nosso "sistema cognitivo estendido" (HAYLES, 2001). Fazer uso do hipertexto nos permite ligar tarefas mentalmente e facilitar exercícios de abstração e realização. Ela sublinha que a habilidade dos objetos materiais em funcionar como âncoras para o pensamento nos permite negociar altos níveis de abstração, muito mais rápido e flexivelmente do que se nós tentássemos fazer isso através de uma simples introspecção (HAYLES, 2001). 31).

Hayles argumenta que no ambiente digital, marcado pelo hipertexto “um propósito decretado pelas unidades "fragmentadas" da narrativa hipertextual é nos dar materiais de trabalho que nos permite movimentar facilmente conceitos.”³⁵ (HAYLES, 2001, tradução nossa). E estabelece uma clara correspondência entre o hipertexto e a noção de mente expandida, evocada acima. Por esta perspectiva, a navegação através das camadas do texto eletrônico seria uma experiência capaz de oferecer um verdadeiro aprimoramento, uma potencialização, das capacidades intelectuais humanas. Em outras palavras: “nós pensamos através, com e juntamente à mídia.”³⁶ (HAYLES, 2012, tradução nossa). Castells tem uma visão de hipertexto um pouco parecida com a de

³⁵ “one purpose enacted by the 'chunked' units of hypertext narrative is to give us material handles that allow us to move concepts around easily.”

³⁶ “we think through, with and alongside media.” Em outras palavras, nós pensamos em continuidade com as mídias.

Hayles, especialmente no que diz respeito à extrapolação do hipertexto dos limites da tecnologia para se confundir com o próprio cognitivo:

O hipertexto está dentro de nós, ou antes, está em nossa capacidade interior de recombinar e atribuir sentido dentro de nossas mentes a todos os componentes do hipertexto que estão distribuídos em muitas diferentes esferas de expressão cultural. A Internet nos permite fazer precisamente isso. Não a multimídia, mas a interoperabilidade baseada na Internet de acessar e recombinar todos os tipos de texto, imagens, sons, silêncios e vazios, inclusive toda a esfera da expressão simbólica encerrada no sistema de multimídia. Assim, o hipertexto não é produzido pelo sistema de multimídia usando a Internet como um meio para nos atingir a todos. É, em vez disso, produzido por nós, usando a Internet para absorver expressão cultural no mundo da multimídia e além dele. De fato, isso é o que o Xanadu de Ted Nelson tinha explicitamente em mente, e é isso que deveríamos ter compreendido. (CASTELLS, 2003:166)

As consequências mais profundas de um processo como este ainda são incomensuráveis para a ciência, mas o fato é que isto já está transformando a economia intelectual. A extensão virtual da mente humana trabalha transitando entre os nós de informação, fluindo na conexão artificial que liga corpo-teclado-cérebro-hipertexto e que projeta a propriocepção de uma pessoa em um espaço topográfico do hipertexto. A escrita eletrônica, neste sentido, poderia permitir mais sofisticadas realizações e abstrações, afirmando a "textualidade do corpo" (*textness of the body*) e as implicações cognitivas e se escrever e ler digitalmente.

1.2 Tempo Presente

Desde o esgarçamento entre a experiência e a expectativa, da abertura e distanciamento cada vez mais agudo entre as dimensões do passado e do futuro que marcou a transição do mundo moderno para o contemporâneo (KOSELLECK, 2013:202), o presente “nunca mais foi o mesmo” – como se diz na força de expressão popular - mudou radicalmente, alargou-se.

No século da história disciplinar, as contradições de várias gerações (1750, 1789, 1815) se misturando como se fossem algo simultâneo, trouxeram a ideia de um presente “muito veloz e provisório” (KOSELLECK, 2013:204). A experiência da aceleração, “de um passado que ia se afastando cada vez mais rápido”, como escreve Koselleck, trouxe o diagnóstico da “contemporaneidade do não contemporâneo”, imprimindo uma “incrível velocidade” à mudança (KOSELLECK, 2013:203). Para o autor, essa experiência “desencadeou, em sentido inverso – e por assim dizer – de forma

compensatória -, em todo lugar, ‘prazer e simpatia para a História’”, como escrevia, à época, o jurista alemão Clemens Theodor Phertes na correspondência revisitada por Koselleck. Diante disso, porém, “o historiador distanciado [como ditava o projeto escriturário do século XIX] estaria proibido de escrever uma História do presente, pois ela, no máximo, ajudaria a desencadear o partidarismo” (KOSELLECK, 2013:204). Não era possível uma “História escrita agora” da qual não se pudesse esperar “nada de duradouro, nenhuma verdadeira História” (KOSELLECK, 2013:204). A História a que se prestaria “prazer e simpatia”, portanto, dizia respeito àquela do passado, o qual, por sua vez, poderia ser tratado como “realmente teria sido”, conforme queria Leopold von Ranke (GUIMARÃES, 2007:25-26). Evitar a “crônica do tempo presente” para os historiadores oitocentistas era uma forma de distinção, de demarcação da disciplina, por assim dizer, em relação aos historiadores amadores (PEREIRA, 2011:57).

Para Mateus Henrique de Faria Pereira, o desenvolvimento da pesquisa histórica no século XX e, sobretudo, as problematizações de Marc Bloch sobre as “imposições” do moderno conceito de história ajudaram a superar esse corte radical entre o passado e o presente. Isso fez com que “os historiadores construíssem, com certa liberdade, outras categorizações da temporalidade” (PEREIRA, 2011:58) e retirou o veto do presente, embora boa parte dos historiadores que seguiram a primeira geração dos *Annales* tenham posteriormente preferido outras temporalidades por considerar a história contemporânea se limitasse ao *événementielle*. Somente após o término da Segunda Guerra Mundial, segundo o autor, o interesse pela história recente teria sido retomado, especialmente a partir do final dos anos 1970. Na França, particularmente, o presente voltava para o centro do debate com a legitimidade de “história do tempo presente” (PEREIRA, 2011:58).

Essa “volta” do presente como categorização de temporalidade coincide (ou é, em certa medida, produto e causadora) de um momento peculiar para a historiografia, em que se discute, em diversos espaços, as condições de produção de história na contemporaneidade. Os testemunhos orais, sobretudo tendo em vista os sobreviventes das experiências traumáticas da primeira metade do século, tinham centralidade nos debates de História Oral e recente. Com a chegada dos computadores, o quantitativo em história (FURET, 1988) discute um novo tipo de fonte, um novo procedimento. Os “regimes de produção do passado” são perpassados pelos debates acalorados do presente, a reboque das reflexões suscitadas pelo *linguistic turn* e do embate entre o relativismo científico e o princípio de realidade como partes integrantes do ofício do

historiador (GUIMARÃES, 2007:36). A História Pública surge trazendo consigo uma força para a noção de história como um direito de todos e todas, o que supunha um “acesso irrestrito” ao conhecimento histórico. Argumenta-se em favor da “respeitabilidade” de vários gêneros “divulgação histórica”, “ficção histórica”, “história didática” e, ao mesmo tempo, faz-se um apelo à reflexão por uma “consciência histórica” ampliada (ALBIERI, 2011:25).

Por “consciência histórica”, Sara Albieri entende “o modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem” (ALBIERI, 2011:25). Em um de seus últimos escritos publicados, Manoel Luiz Salgado Guimarães oferece uma arguta reflexão sobre a mudança na contemporaneidade dessa relação com a passagem do tempo. O autor reflete sobre o “presente do passado”, especialmente desses últimos anos do século XX, e levanta questões críticas para o nosso ofício:

Vivemos um tempo nas sociedades ocidentais contemporâneas em que ganharam força os investimentos nas tarefas de memória, que adquiriram, por isso mesmo, grande visibilidade em nossas sociedades. Quer pensemos nas tarefas de patrimonialização e musealização do passado, definitivamente inscritas como políticas de Estado, quer observemos as práticas voltadas para a visualização do passado através dos meios de comunicação em massa, deparamo-nos com um trabalho significativo de investimento na lembrança e nas narrativas de um passado de nossas sociedades. Na esteira daquilo que se convencionou chamar “dever de memória” e como parte dos desdobramentos de experiências traumáticas como a do Holocausto, entramos num tempo em que nossa relação com o passado vem se alterando de maneira significativa. Parece haver um passado que se recusa a ser passado segundo essas novas exigências, e sua recordação impõe-se como imperativo de ordem política. (GUIMARÃES, 2007:27)

Como, nesses contextos de emergência dos discursos de memória, especialmente baseados naquela noção de testemunho que mencionamos acima, dar conta do “dever de memória”, com a responsabilidade e ética de que é investido o *métier*? Parece-nos que a preocupação de Guimarães quando nos apresenta esses quadros de “inflação da memória” encontra eco na abordagem do problema contemporâneo do excesso de informação na Era Digital de Roy Rosenzweig. O historiador estadunidense fala do impasse paradoxal entre escassez e abundância de “matéria” para a história no capítulo de abertura do seu *Clio Wired: The future of The Past in the Digital Age*:

Os historiadores devem pensar simultaneamente sobre como pesquisar, escrever e ensinar em um mundo de abundância histórica sem precedentes e como evitar o futuro de escassez de dados. Embora essas prospecções tenham ocasionado enormes comentários entre bibliotecários, arquivólogos e cientistas da computação, historiadores, em sua maioria, têm ignorado isso totalmente. (ROSENZWEIG, 2001: *chapter 1*)

Vivemos, pois, em uma sociedade “superinformada” (CASTELLS; ROLLAND, 2004) e sob o “signo da aceleração” (VARELLA et al, 2012:07) da cultura histórica moderna arrefecido em nosso presente tecnológico, cibercultural. Em uma retrospectiva da última virada de século, Nicolau Sevcenko aborda essas mudanças factuais e de percepção do tempo na história fazendo uma analogia àqueles momentos que antecedem o *loop* de uma montanha-russa, “o mergulho no vácuo, o espasmo caótico e destrutivo” (SEVCENCKO, 2009:16). Do “breve século” XX de Eric Hobsbawm (1994), ficaram os traumas dos horrores das guerras e do Holocausto que “graças aos novos recursos tecnológicos [e não só] produziu-se um efeito de destruição em massa; nunca tantos morreram tão rápido e tão atrozmente em tão pouco tempo” (SEVCENCKO, 2009:16).

Vale lembrar ainda que este “surto vertiginoso das transformações tecnológicas não apenas abole a percepção do tempo, mas também obscurece as referências do espaço” (SEVCENCKO, 2009:20-21) e, para as consequências disso, ainda não se tem, sequer, hipótese. Tudo que podemos ver desde o vagão de nossa montanha-russa, mergulhando neste *loop* presentista, é um borrão.

Cabe aqui um rápido desvio da discussão historiográfica sobre a relação entre tempo e tecnologia a fim de percebermos como também em outras áreas da expressão humana a chegada da tecnologia provocou reflexões. Especialmente no que diz respeito à percepção temporal, interessa-nos recordar que, mesmo antes da Internet, o próprio relógio, as máquinas a vapor, o automóvel e a eletricidade, proporcionaram às pessoas uma noção diferenciada do tempo. O tempo reduzido de produção de um determinado item na indústria, o tempo de uma viagem encurtado pela agilidade do automóvel, as praticidades da energia elétrica e tudo que poderia ser feito mais “rápido” causaram alterações no modo como os homens se relacionavam com o tempo³⁷. O estabelecimento dessas tecnologias como rotina acabou tornando corriqueiro certo poder de intervenção dos homens nos tempos das atividades do dia a dia. O potencial transformador, libertador, “empoderador” da tecnologia pode ser sentido nas artes e literatura. Em 1885, H.G.Wells publicava na Inglaterra a primeira edição da novela *The Time Machine*³⁸, em que o personagem principal, um cientista inglês, sem nome, apenas

³⁷ A racionalização da produção capitalista no modelo fordista de fábrica, com a eliminação das porosidades (tempo morto) da linha de produção foi, por exemplo, um dos processos resultantes da utilização da técnica a favor do controle capitalista da produção no lugar de trabalho. Uma sátira clássica desse processo pode ser vista em “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin (1936).

³⁸ A obra originou adaptações cinematográficas em 1960 (George Pal) e em 2002 (Simon Welles). Disponível em: <http://www.online-literature.com/wellshg/timemachine/1/> Último acesso em 12/02/2014.

identificado como “*The time Traveller*” (o viajante do tempo), cria uma máquina que permite fazer viagens no tempo. A máquina, por si só, ilustrava como a tecnologia podia permitir ao homem “dominar o tempo” (RODRIGUES, 2010).

No início do século, o imaginário daqueles que tinham mais acesso às benesses tecnológicas começava a assumir, ao menos em parte, essa premissa de “empoderamento” através da tecnologia, como se via na ficção científica. Em 1909 o jornal francês *Le Figaro* publicava o Manifesto Futurista (*Manifeste du Futurismo*), assinado pelo artista italiano F. T. Marinetti, no qual a oitava proposição deixava bem evidente este pensamento:

Nós estamos no último promontório dos séculos!... Por que nós deveríamos olhar para trás, quando o que queremos é irromper as portas misteriosas do impossível? Tempo e Espaço morreram ontem. Nós já vivemos no absoluto, porque nós criamos a velocidade, eterna, omnipresente. (MARINETTI, 1909, tradução nossa)³⁹

Assim, esse avanço da ciência e da tecnologia como vimos acima, parece ter conferido aos “últimos tempos” o *topos* do “mais rápido do que nunca” (PEREIRA e MATA, 2012:26). Esta experiência de aceleração guardaria certa dose de eurocentrismo, provavelmente pelo fato de muitos eventos terem sido historicizados, terem passado pela tentativa de ser historicizados, mais rapidamente no século XX europeu, quase quer para atender uma demanda política, para cessar a dor. Guimarães quando nos fala de um “passado que se recusa a passar” alude a certo “imperativo da recordação”, que nos levaria à “compulsão pelo arquivo”. Nessas circunstâncias, o arquivo, feito espelho do passado (e vice-versa), se encontraria, no fim, “transmutado em lugar de verdade, reificado e deistoricizado” (GUIMARÃES, 2007:28).

Tal “obsessão” pelo passado, contudo - explica Temístocles Cézár, apoiado nas conjecturas historiográficas de Hartog e Jacques Revel:

(...) não reflete uma ideia de história fundada no que teria de fato acontecido, mas em um regime de historicidade marcado pelo presente. Paradoxalmente, o passado que não quer ou não pode passar [em referência a Ernst Nolte (1988) e Henry Rousso (1994)] implica um presente que, igualmente, não passa (CEZAR, 2012:31).

Estariamos falando então de um “presente hipertrofiado” (HARTOG, 2012). Na análise de François Hartog, por exemplo, caberiam os eventos contemporâneos que se fazem públicos tão logo acontecem (exemplo: 11 de setembro de 2001, através das TICs

³⁹ A digitalização do jornal (*Le Figaro* – Samedi 20 Février 1909) pode ser consultada através do site da biblioteca nacional da França: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2883730.r=Le%20Figaro.langEN>
Último acesso em: 01.11.2013.

e mídias de massas) e já se “historicizam”; por outro ângulo ainda, este mesmo “presentismo” pode ser interpretado como um “presente lento”, dilatado, uma vez que certo conjunto de experiências e de referências intelectuais de um tempo que está cada vez mais distante do hoje, ainda não se tornaram estranhas para nós e não seriam/teriam passado, portanto (PEREIRA e MATA, 2012:15).

Para Pereira, a historicização imediata seria uma marca dessa temporalidade:

O que chamo de “presentismo”, na esteira de Hartog, é uma relação com a temporalidade, que não exclui outras relações dessa mesma natureza. Nessa relação experimenta-se o presente como dilatado e onipresente, consumido em sua imediaticidade; o futuro como fechado e imprevisível, pois desaparece do horizonte; o passado como esquecido ou compulsivamente visitado, revisitado e/ou historicizado, já que é possível lembrar-se de tudo. Uma das principais características do presentismo é, assim, a tendência à historização imediata. (PEREIRA, 2011:57)

Nesse cenário, poderíamos dizer que a cibercultura em que estamos imersos é, também, um período de “historicização imediata da era digital” (PEREIRA e MATA, 2012:22), em sociedades de imediaticidade, de economia midiática, com suas histórias e seus crimes de massa. Um presente por muitas razões, distinto de outros tantos presentes do passado, como nos lembra Hartog (2010), pleno de memória, patrimônio e dívida. Momento de uma história eclipsada pela memória, em que o passado é mais sedutor do que a própria história (HARTOG, 2012:04).

Tal “obsessão” pelo passado, contudo - explica Temístocles César, apoiado nas conjecturas historiográficas de Hartog e Jacques Revel:

(...) não reflete uma ideia de história fundada no que teria de fato acontecido, mas em um regime de historicidade marcado pelo presente. Paradoxalmente, o passado que não quer ou não pode passar [em referência a Ernst Nolte (1988) e Henry Rousso (1994)] implica um presente que, igualmente, não passa” (CEZAR, 2012:31).

A síntese de Mateus Henrique de Faria Pereira (2011) e Sergio da Mata (2012) sobre os significados plurais do presente, confrontando as ideias do filósofo Hermann Lübbe – de encolhimento do presente – com as de Hans Ulrich Gumbrecht – de dilatação do presente – nos ajuda a compreender que, na verdade, não se trata de um contexto de Tempo Presente ou uma definição fechada de presente, mas uma hipótese de presentismo que, não necessariamente, impede que se experimentem outras temporalidades.

Diante do presente alargado e da memória inflacionada, a História Pública tem buscado se interrogar sobre as formas de história não acadêmica, e como ampliar o diálogo com a Academia. Enquanto isso, a História Oral tem estendido seus microfones

às testemunhas do contemporâneo e colaborado para a problematização e adoção de outras tipologias de fonte histórica, que não apenas o escrito. Nesse contexto, a demanda da memória, por uma audiência mais ampla (não especializada), estaria estimulando, ou permitindo, outras formas de representação do passado que, seguindo a hipótese do presentismo, se querem ligadas ao presente, como é o caso das “narrativas jornalistas da história” (BONALDO, 2010)⁴⁰. Haveria ainda a profusão de uma *visual history* (história visual) mediada pelas tecnologias e pelas mídias de massa, em que as séries de TV, os filmes e os jogos (*vídeo game*) com temáticas históricas se sobressaem (ANDERSON, 2011). É na esteira dessa ampliação de tipologias de fontes e formas de se contar o passado, mediadas pela tecnologia digital e não necessariamente mediadas por um historiador profissional, emerge a discussão da “história/historiografia digital”, pensando a história no meio eletrônico.

Para Jörn Rüsen, a razão histórica em que predominaria o meio eletrônico se trataria de um período “pós-histórico” em que, na sua radical “periodização universal do pensamento histórico”, não haveria “nenhuma ordem compreensiva de tempo incluindo passado, presente e futuro” e na qual o passado humano estaria “destemporalizado” (RÜSEN, 2006:133). Ao realizarmos este estudo, porém, não identificamos tal dissolução histórica no meio eletrônico. Antes, notamos com os autores analisados que há no ciberespaço inúmeras e diferentes formas de “monumentalização das formas de relação com o passado” (GUIMARÃES, 2007:28) que, em verdade, não ultrapassam a dimensão histórica do tempo, mas reafirmam a hipertrofia do presente apaixonado pela memória que vínhamos discutindo acima.

É assim, a partir desse complexo Tempo Presente, com todas as transformações tecnológicas mencionadas acima, que procuramos produzir sentido sobre as formas de tratamento e elaboração desse(s) passado(s) na Era Digital. Cabe-nos, pois, através do estudo comparado de duas obras emblemáticas sobre “história/historiografia digital”, repensar, como sugeriu Guimarães, o “lugar da disciplina história em nossa atualidade

⁴⁰ Para Rodrigo Bragio Bonaldo (2010), as “narrativas jornalísticas da históricas” no Brasil surgem atreladas a um fardo do presente que tem a ver com as grandes efemérides quando “os relógios da nação ressoam aos chamados da memória” e mesmo os jornalistas põem-se a escrever história. Bonaldo analisou em seu mestrado a obra *Terra Brasilis*, de Eduardo Bueno, uma coleção elaborada para a comemoração dos “500 anos do descobrimento” e tornou-se um *best seller* no mercado editorial de não ficção nacional. A crítica desse tipo de representação do passado na dissertação de Bonaldo reserva muitos pontos de conexão com a problemática da memória, das contingências do Tempo Presente e de uma “autoridade compartilhada” ou ainda das incertezas de um “história sem historiadores” (ROLLAND, 2004) que, sem dúvidas, estão presentes nos estudos atuais tanto de História Pública como da Digital History e da Storiografia Digitale “história/historiografia digital” como veremos.

em face dos desafios de um tempo em constante aceleração que nos acena com a sedução de uma ‘história online’” (GUIMARÃES, 2007:28).

1.3 Procedimentos metodológicos

A fim de dar conta de duas formas de elaboração do passado, quais sejam, a *Digital History*, assim chamada por historiadores que têm trabalhado sobre o tema nos Estados Unidos, e a *Storiografia Digitale*, como o objeto vem sendo chamado na Itália, realizamos uma análise bibliográfica de autores envolvidos com a pesquisa e produção específica sobre essas tendências historiográficas, tanto no espaço acadêmico institucional estadunidense, quanto italiano. As obras centrais em nossa análise são dois volumes que consideramos os trabalhos fundadores desses estudos, em cada um dos espaços analisados e que, não por acaso, trazem no título a própria designação que atribuíram a essas tendências. Tratam-se do volume coletivo *La Storiografia Digitale*, organizado por Dario Ragazzini em 2004 e pela obra a quatro mãos *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*, de Roy Rosenzweig e Daniel Cohen, de 2005. Assim, buscamos compreender a partir do confronto, em perspectiva comparada, de nossas fontes – a literatura apresentada – quais são as condições da produção histórica na Cibercultura, no Tempo Presente.

E aqui, novamente nos ocorre justificar a opção pelo método comparativo para abordar não eventos, feitos de homens e mulheres agindo no tempo, mas duas distintas maneiras de se conceber a operação historiográfica na Era Digital, de modo que nossa investigação inspira ares de uma meta-história, um estudo sobre a própria forma de pensamento histórico. Vale assinalar, aliás, que embora nosso trabalho estivesse amparado no arcabouço intelectual da História Comparada, especialmente no que diz respeito à formulação de perguntas, a porção mais artesanal de nossa pesquisa, no sentido de busca, arquivamento, manipulação e anotação das fontes foi consideravelmente influenciada pelas fontes – o que consideramos mais um aspecto dialético dessa *meta* pesquisa. Dizemos, com isso, que nos percebemos lidando com as fontes digitais (como *websites* de projetos, livros eletrônicos e muitos textos em PDF) de nosso *corpus* documental e conjunto de referências de maneira bastante análoga ao sugerido pelos autores quem que trabalhamos na análise da “história/historiografia digital”.

A opção, por exemplo, pelo *software* Zotero⁴¹ para gerenciarmos nossas referências, arquivarmos as fontes e anotarmos o texto reflete essa influência. Privados da instabilidade que temos ao consultarmos uma fonte histórica impressa, ao trabalharmos com fontes disponíveis na Internet, foi necessário tomar certas precauções, a fim de evitar, por exemplo, que no futuro (ou subitamente após algumas horas do acesso) determinadas informações se revelassem inacessíveis. A título de ilustração, vale levantar algumas especificidades do trabalho com pelo menos um tipo de documento digital: os *websites*. Diferentemente dos documentos, livros e artigos impressos (e mesmo daqueles materiais em formatos eletrônicos descarregáveis – disponíveis para *download*), as “páginas” da Internet (não numeradas, sem tamanhos padrão, sem cor padrão etc.) constituem uma nova categoria de fontes que não podem simplesmente ser colocadas numa gaveta, numa pasta ou numa estante. A análise dessa fonte eletrônica e hipertextual, bem como a sua referência e a garantia de sua posterior verificabilidade, demandam novos procedimentos metodológicos e mesmo cognitivos, pensando-se na leitura/navegação não linear.

Ao trabalharmos com *websites*, preocupamo-nos em fazer com que a percepção dos elementos de uma página também seja assegurada nas cópias que se arquivam do mesmo e, para tanto, é necessário preservar sua estrutura hipertextual e de navegação, mesmo para consulta *offline*. Isto significa que é preciso arquivar e acessar os sites tais quais eles são quando estão em seu ambiente original, *online*. A simples impressão em digital de *websites* (gerando arquivos PDF, por exemplo) não dá conta disso, uma vez que se perdem os elementos dinâmicos da página (imagens, animações em *flash* e especialmente a possibilidade de distinguir o que é texto estático de hipertextos), configurando uma descaracterização do *website* original. Além disso, a utilização de ferramentas digitais podem auxiliar no fichamento desses novos documentos, dado que, muitas vezes, apresentando inúmeras páginas, torna-se difícil fazer anotações sobre um *website*, guardando a localização/referência correta à página e altura (na barra de rolagem) do texto ou imagem a que nos referimos.

Em nossa experiência, a utilização do Zotero se revelou bastante útil também, não só por preservar o site (*offline*) como ele se apresenta online, mas também por permitir tal fichamento/anotação, e ainda, possibilitar a busca refinada por termo chave e/ou tag

⁴¹ Disponível em: <http://www.zotero.org/> Último acesso em: 25.02.2013

no interior de uma coleção (isto é, uma das unidades de armazenamento do Zotero), como pode ser visto na captura de tela abaixo:

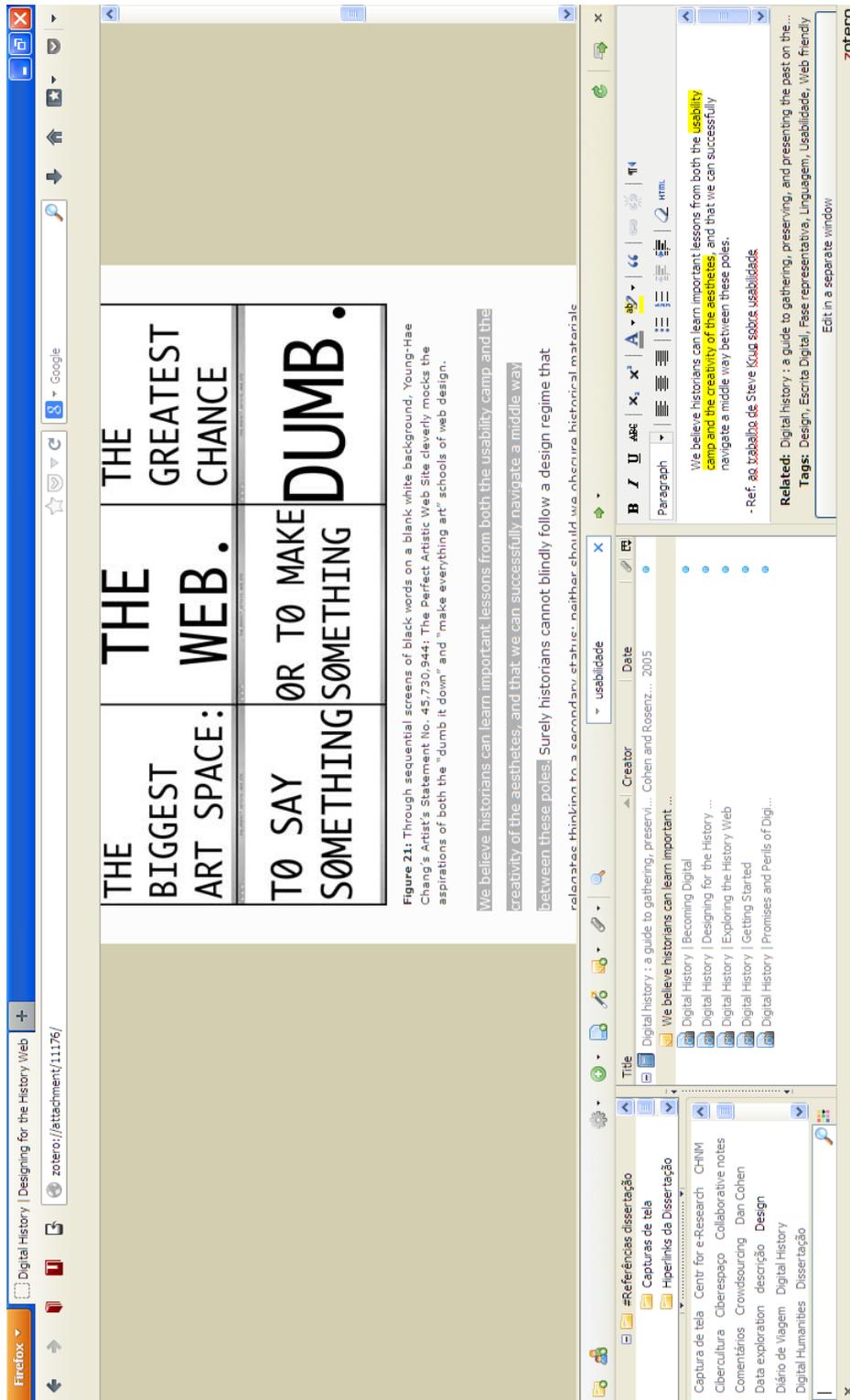


Figura 3. Captura de tela – Interface do software Zotero. No detalhe, busca textual por termo contido em nossa anotação na *website* do livro eletrônico do guia *Digital History* (COHEN; ROSENZWEIG, 2005). Note-se que incluímos a imagem na vertical aqui para propiciar melhor leitura no documento impresso.

Com isso queremos chamar atenção apenas para um dos aspectos que podem ser diferentes na operação histórica no Tempo Presente digital. Cabe a ressalva, contudo, que o nosso trabalho não se constitui (ao menos no formato apresentado aqui, seja o impresso ou em PDF) em um projeto de “história/historiografia digital”. Embora empiricamente seja orientado neste sentido e se debruce sobre fontes e literatura desta natureza e/ou relativas à esta temática, o produto final da pesquisa ainda preserva muito do aspecto linear característico do modelo impresso e atende a normas da Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e convenções internas do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) para textos dissertativos que, diga-se de passagem, ainda não fazem menção de aceitar *websites* como modelo alternativo. Consideramos que o trabalho seria diferente e possuiria outro potencial retórico caso se tratasse de um *website* de fato, que possibilitasse maior liberdade para inserção de imagens e, por conseguinte, de demonstração de argumentos – trazendo junto ao nosso argumento os exemplos das fontes, permitindo, de fato, a navegação através de hipertextos – uma outra experiência para o leitor que, ao fim e ao cabo, é também o que efetivamente caracteriza um projeto histórico digital. Contudo, a realização de tal *website* despenderia mais tempo e implicaria praticamente a reescrita do quase todo o conjunto, visto que, a operação, desde o início, seria concebida tendo em vista outras possibilidades de escrita/apresentação.

Como “operação”, vale avisar, entendemos as etapas do nosso ofício, tal qual apresentado por Michel de Certeau (1988). Já nossa comparação, que se explicita, trata-se da construção de um sistema de análise em torno de problematizações específicas ao nosso “duplo campo de observação” (BARROS, 2007:02), evitando generalizações e buscando, uma *comparaison raisonnée* (BLOCH, 1939) que nos permita acessar tanto as particularidades, quanto as similitudes de cada campo observado. Também nos motivou a escolha desse caminho a argüentação de Jürgen Kocka, sobre a potencialidade do método comparado liberar nosso olhar de apenas uma realidade, ajudando-nos a perceber questões que fazendo uma análise fechada em um único objeto seriam muito menos evidentes (KOCKA, 2003).

Embora toda história seja, em certa medida, história comparada, como argumenta Veyne - cuja formulação da história como um “inventário das diferenças” mesmo assim, nos é muito cara - ao “comparativismo histórico”, como assinalou José D’Assunção Barros (2007), pode sempre ser atribuído um sentido mais específico. Deste modo, muitos historiadores podem lançar mão de tal comparativismo, mas nem

por isso, seus trabalhos devem ser tomados como a História Comparada (BARROS, 2007:07).

Com Marc Bloch, e outros que no seu rastro defenderam a validade do método comparativo, vemos a aplicação do método comparativo como um dos caminhos possíveis para pesquisar e estabelecer uma explanação inteligível entre diferentes fenômenos. Mais que isto, uma espécie de substituto possível para o método experimental das ciências⁴², que permite, através da sistemática reunião de evidências, testar e validar hipóteses e explicações (SEWELL, 1967:208). Em nosso caso particular, como os dois focos de análise são contemporâneos e igualmente desconhecidos por nós, será utilíssimo fazer relação a um e a outro a fim de torná-los inteligíveis. Isto se fez necessário, uma vez que só pudemos acessar um através do outro, em um processo denominado por Barros de “iluminação recíproca”, apenas possível quando se opta por este tipo de trabalho comparativo:

Por vezes, será possível ainda a prática da “**iluminação recíproca**”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, **se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.** (BARROS, 2007:05, grifo nosso)

Dessa forma, a comparação se revela para nós como método ideal (não no sentido do perfeito/modelo pronto a ser aplicado) por permitir que façamos uma comparação pouco convencional, entre “tendências historiográficas”, e não necessariamente entre dois fenômenos da história vivida, dois acontecimentos do passado. Um trabalho como este talvez pudesse ter assumido outras formas - como uma história das mentalidades ou uma sociologia do pensamento – mas julgamos que a comparação nos ofereceria uma liberdade maior para analisar as tendências *Digital History* e *Storiografia Digitale* enquanto fenômenos sim, mas da historiografia, da própria produção do conhecimento sobre o passado. Esses “fenômenos

⁴² O método comparativo foi visto por Henri Sée (1933) como um instrumento capaz de transformar a História em ciência, pois era uma alternativa, no contexto da pesquisa, à impossibilidade de aplicar o método experimental. Assim, a História deixaria de ser descritiva e passaria a ser explicativa (THEML e BUSTAMANTE, 2007:04).

historiográficos”, por assim dizer, estando situados em um mesmo contexto histórico, mais amplo do que o de suas realidades nacionais, acabam por sofrer influências um do outro e, por esta razão, tal “iluminação recíproca” se torna tão fundamental através da comparação.

Ao construirmos nosso objeto, optamos por balizar nossa comparação pela observação das etapas da operação historiográf⁴³ (documental, explicativa/compreensiva e representativa), buscando compreender como cada conjunto sob análise percebe as implicações do digital nas várias fases da pesquisa histórica. Como toda escolha, este caminho nos reserva benefícios e desvantagens. Entre as desvantagens, está a perda de uma narrativa mais fluida e livre, que poderia ser um belo passeio por uma apreciação menos fragmentada da *Digital History* e da *Storiografia Digitale*. Em contrapartida, o maior ganho deste procedimento, a despeito dessa necessária fragmentação da análise, é o ajuste do foco a questões mais pontuais para cada lado observado neste estudo. Isso nos permite um movimento mais arrojado e menos disperso no labirinto que pode ser uma comparação do gênero, lidando com um objeto tão vivo quanto este, que nem mesmo os autores estudados ainda entraram em consenso sobre o estabelecimento de uma definição permanente⁴⁴.

Desta maneira, talvez o necessário ponto de partida de nossa comparação seja justamente o confronto dos modos como ambos os campos observados (EUA e Itália) propõem que seus pares se comportem na fase documental de suas pesquisas neste contexto “superinformado” em que se dá a “história/historiografia digital”. E como, diante deste oceano de informações, dados, imagens, vídeos e toda sorte de possíveis fontes disponíveis na Web, encaram um dos desafios mais clássicos do nosso ofício renovado para os historiadores do século XXI: o da seleção, gesto pelo qual tudo começa na história, segundo Certeau (1988:30).

Além disso, como indicamos acima, os dois polos de atenção selecionados dialogam entre si e por serem temporalmente contíguos são influenciados por uma série

⁴³ Tomemos como referência as fases destacadas por Paul Ricoeur, apoiado na compreensão operacional da história de Michel de Certeau: 1ª. Fase documental – aquela que “vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos” e diz respeito ao estabelecimento da “prova documental”; 2ª. Fase explicativa/compreensiva – aquela etapa em que os historiador responde aos “porquês” motivadores de sua pesquisa; e 3ª. Fase representativa – que diz respeito à colocação em forma literária, isto é, a escrita propriamente dita, que levará o conhecimento produzido ao público leitor. Cabe ressaltar que tal divisão “não se trata de momentos cronologicamente distintos, mas de momentos metodológicos imbricados uns nos outros” (RICOEUR, 2007:146-147).

de fatores semelhantes, característicos de um mesmo período histórico, mas que podem apresentar desdobramentos distintos em seus espaços específicos. Em virtude disso, ao percorrermos as fases documental, explicativa e representativa da operação historiográfica que os autores em questão propõem, tentaremos também perceber suas mútuas influências, diferenças e semelhanças. Foi possível perceber que há diferentes estratégias de diálogo, reconhecimento e negação entre os grupos de autores analisados. Tais performances, a nosso ver, são empregadas neste jogo segundo convém para determinar, afinal, a quem pertence a “verdade” da “história/historiografia digital”.

Portanto, é nas questões de frágil consenso e nos pontos de convergência de ambos os projetos que se inscreve nosso objeto de pesquisa. Levando em consideração o peso da tradição e das especificidades dos grupos envolvidos, bem como os lugares de agência e de fala dos pesquisadores expoentes que analisaremos. Neste aspecto, novamente fiamo-nos em Certeau e em suas advertências sobre a “institucionalidade” das pesquisas (CERTEAU, 1988:27) que, consoante os interesses políticos das instituições envolvidas, suas disponibilidades de recursos, circunstâncias e contingências históricas em que se encontram, designarão possibilidades, limites e rumos distintos para os vários projetos de “história/historiografia digital” em disputa.

2 Tendências historiográficas do Tempo Presente

A velocidade com que a tecnologia tomou conta das atividades humanas nos últimos anos tornou-a objeto de estudos em várias áreas. Nas Ciências Humanas e na História, mesmo com certa resistência, não foi diferente. Podemos identificar desde a difusão dos computadores e seu uso mais frequente em pesquisas acadêmicas que a máquina despertou desconfianças e fanatismos. Apesar das várias obstinações, a informática aplicada às ciências humanas⁴⁵ fez estrada ao longo dos anos 1980 e seguiu se transformando no compasso de mudança das próprias tecnologias que a possibilitaram⁴⁶, com certa demora, porém, na assimilação das inovações mais abruptas.

Ainda no século XX, os mesmos tipos desconfiados de início, já estavam relativamente adaptados ao novo companheiro de trabalho – o computador – agora conectado à Internet (ver [glossário](#)), e já se moviam com certa desenvoltura entre documentos Word, e-mails, CD-ROMs e catálogos online (RONCAGLIA, 2002:01). Entretanto, até que este novo jeito de trabalhar se tornasse objeto de estudo ele próprio, levou algum tempo. Foi preciso que as aplicações informáticas no campo das Ciências Humanas ganhassem certo relevo teórico para além da utilidade/praticidade de procedimentos isolados aqui e ali (RONCAGLIA, 2002:02).

Analogamente, uma significativa dezena de anos se passou até que a utilização dos computadores conectados entre si na rede mundial de computadores se popularizasse entre historiadores e lhes aprouvesse refleti-la para além das diferenças aparentes em face à experiência anterior, em que “Ir aos arquivos”, na lógica erudita, era “o enunciado de uma lei tácita da história” (CERTEAU, 1988:33).

No início do século XXI, a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs), como vimos no capítulo anterior, instauram uma inquietude nova para os historiadores de profissão que ao se utilizarem dos meios digitais em seu trabalho cotidiano começam a “desnaturalizar” os novos instrumentos. Inicialmente, quase inconscientemente, como artesãos diante de uma nova ferramenta ou novo material, enveredaram-se intuitivamente no suspeito, mas atraente desconhecido. O movimento não consciente desses gestos iniciais, entretanto, não estava totalmente desconectado da crítica. Ao perceber que havia algo possivelmente inédito na diversa

⁴⁵ *Informatica umanistica*, como chama Gino Roncaglia (2002), filósofo italiano dedicado ao ensino da informática aplicada às ciências humanas da Universidade de Tuscia, na Itália.

⁴⁶ Note-se que tal “lentidão” é, todavia, uma velocidade de mudanças pouco costumeira e rápida para aqueles que flertam com o passado, como os historiadores.

configuração de seu trabalho, alguns fazedores de história introverteram seus olhares. Em outras palavras, buscaram interrogar o que vem a ser, afinal, fazer história **através** (Internet como ferramenta), a **partir** (Internet como Fonte) e com a **Internet** (a Internet como uma matéria que engendra a possibilidade de um novo método).

Manuel Castells em seu trabalho *A Galáxia da Internet* (2003), apresenta uma visão otimista da “nova estrutura social predominantemente baseada em redes” (CASTELLS, 2003:08) organizada em torno e graças à Internet. Castells, como Nicolau Sevcenko (2009), não ignora que a rapidez com que se transformam as TICs tenha tornado mais complicado para a Academia acompanhar o ritmo dessas mudanças. Entretanto o autor chama atenção para o fato de que “Tirando proveito desse vácuo relativo de investigação, a ideologia e a boataria permearam a compreensão dessa dimensão fundamental das nossas vidas” (2003:08-09).

É válido observar que o título da obra de Castells atualiza a expressão de Marshall McLuhan “Galáxia de Gutenberg” (1967), sobre a difusão da “impressora” no Ocidente e, por analogia, atribui à Internet um papel central nos processos comunicacionais e informativos na contemporaneidade, tal qual, em um tempo, foi exercida pela impressão dos tipos móveis, revolucionando o mundo das letras moderno (CASTELLS, 2003:08). Como já disse Robert Darnton, toda época possuiu a sua própria “Sociedade de Informação” (DARNTON, 2005). A época inaugurada pelo invento de Johannes Gutenberg, sem dúvida, teve a prensa como peça-chave para a difusão da informação (MAN, 2004), a escolha de Castells por este título, dessa forma, compara a rede mundial de computadores de nossa época contemporânea à prensa como advento revolucionário da modernidade. Interessante observar que os autores do volume de Dario Ragazzini (2004), bem como Roy Rosenzweig e Daniel Cohen (2005) perfilham esta noção, mas sublinham, sobretudo, como diferença mais radical entre uma e outra “sociedade da informação” o deslocamento da tradição linear do modelo impresso para dar lugar à lógica digital, diversa daquela impressa e que, como veremos neste capítulo, adiciona complexidade ao meio eletrônico por dotá-lo de hipertextualidade e, conseqüentemente, não linearidade.

Por toda essa relevância adquirida pela Internet em nossa sociedade, julgamos que embora sintomática da nebulosidade do momento, a “boataria” e o silêncio a que se refere Castells carecem ser contornados. Assim, este trabalho, além de comparar os investimentos italiano e estadunidense na investigação do par História e Internet, busca

contribuir para um debate nascente também no Brasil e pode, como nos lembra Sevcenko, apresentar novas possibilidades de pesquisa:

É fato que não se pode prever o curso e o ritmo das inovações tecnológicas, mas a conclusão seguinte – de que também não podemos resistir a elas ou compreendê-las – não é verdadeira. Podem-se muitas coisas com a técnica, e graças ao seu incremento é possível fazer cada vez mais. Mas uma coisa que a técnica não pode fazer é abolir a crítica, pela simples razão de que precisa dela para descortinar novos horizontes. (SEVCENKO, 2009:17)

A apresentação do estado das artes sintetizados nos textos estadunidenses e italianos aqui analisados se inscreve, pois, nas discussões que estão surgindo em nível nacional também e que visam preencher o vácuo investigativo indicado nas críticas de Castells e Sevcenko. O tema, como procuramos mostrar até aqui, inscreve-se em um tempo de muitas e rápidas transformações, contudo nosso estudo pretende contribuir para o aprofundamento das correntes discussões sobre o tema no Brasil.

Desse modo, ao longo da apresentação de como os historiadores aqui estudados estão navegando em meio a este segundo dilúvio⁴⁷, procuramos discutir algumas questões que consideramos fundamentais para a realização da operação historiográfica, como advertira Michel de Certeau (1988). O historiador italiano Carlo Ginzburg, participando da edição 2010 do projeto “Fronteiras do Pensamento”, antes de proferir sua comunicação “História na Era Google” ponderou:

Todos usam a internet. Eu também. Todos falam sobre a internet. Eu também. Em tal tópico, o risco de ser banal é grande demais. Eu resolvi correr este risco, porque a revolução tecnológica que está ocorrendo perante nossos olhos e que modificou profundamente nossa existência mesmo nos aspectos mais triviais do dia-a-dia deve ser analisada em suas implicações. (GINZBURG, 2010)

Para oferecer a presente análise, concentramo-nos em um conjunto de trabalhos realizados ao longo da primeira década deste século (2001-2011), dando ênfase especial a dois deles, que se localizam, a bem dizer, nos meados desse nosso recorte temporal: *La Storiografia Digitale* (RAGAZZINI, 2004) e *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* (COHEN; ROSENZWEIG, 2005).

⁴⁷ “O físico Albert Einstein (1879-1955) certa vez afirmou que o século XX experimentou três grandes explosões: a demográfica, a atômica e a das telecomunicações. Esta última “bomba” foi chamada por Roy Ascott de ‘Segundo Dilúvio’. Isto é, como no primeiro, aquele narrado na Bíblia, a humanidade experimentou um fenômeno grandioso e inevitável. Algo que mudou o mundo. Porém, ao contrário dos tempos de Noé, as águas do novo dilúvio são formadas por dados, notícias, imagens, músicas e tudo o mais que circula no universo eletrônico. O oceano agora é feito de informações. Este novo lugar tem a sua melhor forma de representação naquilo que hoje chamamos Internet.” (MAYNARD, 2011:16).

2.1 Storiografia Digitale: a operação historiográfica atualizada para o século XXI

Em 2004 o historiador Dario Ragazzini⁴⁸, titular da faculdade de Educação da *Università degli Studi di Firenze*, reuniu artigos de especialistas da área de história, história da informação, da educação e de arquivística em um volume intitulado simplesmente: *La Storiografia Digitale*. A coletânea discute as “novas problemáticas dos estudos históricos após a revolução informática” e levanta as perguntas “Quanta e qual história está presente hoje na web?”, “Quanta e qual estará em um futuro próximo?”, “O que muda para os especialistas e não especialistas de história?”⁴⁹. Segundo Ragazzini:

Acontece que a atividade cotidiana – alta ou baixa, excepcional ou extraordinária – deixa traços do tipo informático, que serão os documentos e as fontes da história futura do nosso presente. Como a historiografia de uma cultura alfabética é diferente daquela oral, assim também a historiografia de uma cultura digital será – e já o é – diferente daquela de uma cultura alfabética.⁵⁰ (RAGAZZINI, 2004:VII, tradução nossa)

Uma nova historiografia, nesses termos – daquela que vai lidar com os traços de certos passados – seria um novo modo de fazer história, não apenas em uma produção de pesquisa histórica sobre a cultura digital ou a disponibilização em rede (divulgação científica) de trabalhos sobre processos históricos dos mais variados temas. Essa nova historiografia trataria também dessas novas possibilidades de objetos de pesquisa e formas de divulgação, mas paralelamente, se colocariam importantes questões de

⁴⁸ Dario Ragazzini é Professor Titular de História de Educação na Faculdade de Educação (*Facoltà de Scienze della Formazione*) da *Università degli Studi di Firenze* (UniFI). Dedicou-se ao ensino e publicação de temas relacionados ao ensino de História e à História da Educação. Atento às mudanças trazidas pela inserção das novas tecnologias no ofício do historiador organizou em 2004 o volume *La Storiografia Digitale*, que reuniu quatro artigos sobre a temática, reunindo reflexões de cinco pesquisadores em quatro artigos diferentes, sendo um deles, uma co-autoria entre dois autores participantes da coletânea. Além desse volume, Ragazzini também organizou a elaboração de um CD-ROM com a versão digital da obra de Antonio Gramsci. *Quaderni del Carcere. Nuova versione tematica digitale* (2008). O perfil do autor pode ser consultado em sua página na UNIFI: <http://www.sciedu.unifi.it/CMpro-v-p-131.html> Último acesso em: 01.11.2013.

⁴⁹ Textos da capa do livro (RAGAZZINI, 2004) que, paradoxalmente, não se encontra disponível online, ao menos até o momento em que fechamos o texto desta dissertação (novembro, 2013). No original: “nuove problematiche degli studi storici a seguito della rivoluzione informatica” (...) “Quanta e quale storia è oggi presente sul web?” (...) “Quanta e quale ve ne sarà nel prossimo futuro?” (...) “Cosa cambia per gli specialisti e per i non specialisti di storia?”.

⁵⁰ Adverte-se que as citações retiradas de originais em língua estrangeira são apresentadas em Língua Portuguesa em uma livre tradução realizada pela própria autora. No caso desta citação, original é: “Consegue che l’attività quotidiana – alta o bassa, eccezionale od ordinária – lascia tracce di tipo informático, che saranno i documenti e le fonti della storia futura del nostro presente. Come la Storiografia di una cultura alfabética è diversa da quella di una cultura orale, così la Storiografia di una cultura digitale sarà – ed è già – diversa da quella di una alfabética.”

método. Logo, no âmbito dessa “historiografia digital” (tradução livre), a introdução de novos procedimentos e a maior versatilidade das maneiras de se operar os procedimentos já conhecidos, esperados de uma pesquisa histórica,⁵¹ demandariam uma profunda discussão.

Para Michel de Certeau, quem escolhemos para nos orientar nesta apreciação de operações históricas, “o historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em história” e “efetua então uma manipulação que, como as outras, obedece a regras” (CERTEAU, 1988:29). Se com o advento da Internet mudam os materiais, ou pelo menos, aparecem novos tipos, como os documentos *born digital*⁵² (ver [glossário](#)), mudará também sua manipulação?

A manipulação destes materiais, como veremos, não será influenciada apenas pela nova materialidade das fontes históricas ou tipos de mídias e registros que podem agora ajudar o historiador não só na pesquisa, mas também na divulgação dos resultados de indagações históricas. A mudança se dá a começar pela diferente acessibilidade das fontes na Internet. Ragazzini abre seu artigo “As fontes históricas na época de sua reprodutibilidade informática”⁵³ (2004:03, tradução nossa) lembrando que as fontes da história não falam sozinhas, elas são, portanto, uma construção do pesquisador que realiza um “reconhecimento que é uma denominação e uma atribuição de sentido, um pedaço da operação historiográfica”⁵⁴ (RAGAZZINI, 2004:03, tradução nossa).

Havendo uma pergunta, portanto – como boa história problema – é pelas fontes que nosso trabalho começa. Se antes, um dos procedimentos do historiador era, a partir das fontes, levantar hipóteses e organizar suas verificações (ou não) para os leitores, Ragazzini sugere que diante das inovações tecnológicas de que temos tratado, o

⁵¹ Nesse ponto, parece haver consenso entre a “história/historiografia digital” produzida pelos estadunidenses e a que estamos discutindo, produzida na Itália (ainda que não exclusivamente por italianos). Segundo Daniel Cohen e Roy Rosenzweig, em seu guia *Digital History*, transcorrida uma década da “revolução digital”, a despeito das resistências e posicionamentos neoluditas do ceticismo tecnológico de alguns historiadores, fossem eles de esquerda ou direita, “mesmo a antiga disciplina da história começou a se metamorfosear” (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: introduction). No original: “Even the ancient discipline of history has begun to metamorphose.”. Mais a respeito da *Digital History* pode ser encontrado no próximo item deste capítulo. Já para as diferenças e semelhanças entre os discursos nos textos estadunidenses e italianos, indica-se o capítulo 3, em que tratamos especificamente desta comparação.

⁵² Para mais detalhes sobre este novo tipo de documento propõem-se a apreciação da historiadora Ricky Erway, disponível em “*Defining ‘born digital’*” <https://www.oclc.org/resources/research/activities/hiddencollections/borndigital.pdf> Último acesso em: 18.02.2013.

⁵³ No original: *Le fonti storiche nell’epoca della loro riproducibilità informática*.

⁵⁴ No original: “riconoscimento che è una denominazione e una attribuzione di senso, un pezzo dell’operazione storiografica”.

historiador será chamado também a uma função mais operativa e funcional de trabalhar as fontes para apresentá-las ao público, possivelmente em um trabalho de equipe que envolva até mesmo a coordenação de outros profissionais (exemplo: programador, web designer). O trabalho do historiador é, assim, modificado qualitativamente. O profissional da história deixaria de ser meramente o explorador do passado para se tornar o “mediador cultural entre passado e presente”⁵⁵ (RAGAZZINI, 2004:16, tradução nossa) preparando toda a “cenografia” na qual o usuário da Internet seria convidado a percorrer um percurso pré-estabelecido por esse mediador. Em tal percurso, as “provas” daquela história exploradora do passado, graças à reprodutibilidade das fontes em ambiente digital, estariam ao alcance imediato do usuário que, por sua vez, poderia criar outros itinerários de leitura para além daquele oferecido inicialmente pelo trabalho do historiador como mediador:

No lugar da imagem do organizador poderá ser evocada aquela do diretor, se queremos sublinhar o sentido de uma atividade de coordenação de profissionais diversos; poderá ser evocada aquela do arquiteto, se gostamos de uma semântica de solidez não separada da subjetividade ativa; poderá ser evocada aquela do engenheiro, se queremos sublinhar mais os aspectos funcionais. As metáforas – que valem para aquilo que valem (mesmo que o pensamento metafórico e de analogia tenha uma formidável força representativa e sugestiva) - denunciam que, na nascente época da historiografia digital, em comparação o quanto é possível com a idade figurada do explorador, aumenta a possível coparticipação cognitiva do usuário e aumentam as tarefas organizativas (também do trabalho de terceiros) do historiador.⁵⁶ (RAGAZZINI, 2004:16, tradução nossa)

Para o historiador italiano Antonino Criscione (2003)⁵⁷ as fontes históricas diante das novas modalidades informáticas digitais permitem a organização de uma

⁵⁵ No original: “mediatore culturale tra passato e presente”.

⁵⁶ No original: “Al posto dell’immagine dell’organizzatore potrà essere richiamata quella del regista, se si vorrà sottolineare il senso di una attività di coordinamento di professionalità diverse; potrà essere richiamata quella dell’architetto, se piace un portato semântico di solidità non disgiunta da soggettività operosa; potrà essere richiamata quella dell’ingegnere, se si vogliono sottolineare di più gli aspetti funzionali. Le metafore – che valgono per quel che valgono (anche se il pensiero metafórico e analógico ha una formidabile forza representativa e sugestiva) – segnalano che, nella nascente época della storiografia digitale, rispetto a quanto possibile nell’età figurata dell’esploratore, aumenta la possibile compartecipazione cognitiva dell’utente e aumentano i compiti organizzativi (anche di lavoro altrui) dello storico.”

⁵⁷ Antonino Criscione tinha formação em filosofia e história, onde sua dedicação sempre tendeu mais para o ensino de história e problemas relacionados à didática, preocupado, especialmente na sua maturidade com a chegada das novas tecnologias de informação e comunicação na formação em história. Decidido ao estudo da História Contemporânea, Criscione fez parte dos institutos *Istituto milanese per la storia dell’età contemporanea, della Resistenza e del movimento operaio* (ISMEC/Isrmo) e *Istituto Nazionale per la Storia del Movimento di Liberazione in Italia* (Insml). Morre em Milão em 2004, nos últimos anos da sua vida (64), dedica-se à reflexão da presença da história na rede, participa de eventos, escreve artigos e livro que abordam a temática. Foi o primeiro Webmaster da revista de História Contemporânea online *Novecento* < <http://www.novecento.org/>>. Uma nossa apreciação sobre sua contribuição à Storiografia

narrativa em níveis estratificada, na qual Ragazzini também chama atenção, haveria um “aumento da coparticipação cognitiva do usuário” em relação à história na rede. Para Criscione, o hipertexto transforma os fundamentos do conhecimento até a era digital, baseado nos livros e textos impressos. Para o autor, a hipertextualidade apagaria a noção de início, parte central e conclusão de um texto. Tudo se tornaria circunstancial, modificável, a partir do ponto de vista do usuário. De modo que, um texto escrito digitalmente, utilizando os recursos multimedias e a capacidade de criar redirecionamentos a dados, leituras ou fontes através de hiperlinks (ver [glossário](#)) menos rígido que o impresso. O elemento central na relação entre os velhos e os novos meios (novas mídias) para Criscione, seria a imediatividade do acesso a várias informações para além do texto em si a partir do hipertexto eletrônico (CRISCIONE, 2003).

Deve-se considerar que uma mudança qualitativa como essa na parte final do trabalho do historiador, fase de divulgação dos resultados (RAGAZZINI, 2004), aquela “representativa” (RICOUER, 2007:146-147), não ocorre de forma isolada.

Diante disso, em seu artigo sobre as fontes históricas na era de sua reprodutibilidade informática, Ragazzini chama atenção para a urgência da comunidade historiadora refletir, de maneira mais profunda sobre a seleção – e operações de descarte e escolha – que precisam ser feitas em virtude da Internet e da disponibilidade de informações que a cada dia mais está disponível na rede (RAGAZZINI, 2004:08). Para o autor, existem na verdade, dois momentos de seleção que devem ser pensados: 1. O que selecionar como “conservável” na rede / o que pode ser digitalizado e salvaguardado em formato digital?; e 2. Uma vez diante da grande oferta de fontes na rede, como operar uma seleção de fontes para um trabalho?

Estes problemas não são inéditos para historiografia, mas se apresentariam intensificados na Era Digital. Como ressalta o especialista em arquivos, Stefano Vitali⁵⁸, que também publica em *La Storiografia Digitale*, o problema da conservação (quer/requer pré-seleção) está à ordem do dia, pois é ela que atribui ao saber histórico um caráter “potencialmente universal”. Tal universalidade seria alcançada, segundo

Digitale em relação, especificamente, ao problema do hipertexto pode ser vista em “*Sopravviverà la storia all'ipertesto?*” (LUCCHESI, 2012c).

⁵⁸ Stefano Vitali é um dos autores da coletânea de Ragazzini *La Storiografia Digitale*, na qual assina o artigo *Una Memoria fragile: il web e la sua conservazione*. A época da publicação de Ragazzini, Vitali estava à frente do *Archivio di Stato di Firenze*. Tem formação em Arquivologia, Diplomática e Paleografia, tendo como área de formação principal a Filosofia, de sua experiência como arquivista, reflete sobre a natureza dos documentos digitais para a pesquisa histórica.

Certeau, através da garantia da verificabilidade das fontes. Na Internet isto só pode ser assegurado se além das operações de seleção, forem tomadas algumas medidas de preservação (VITALI, 2004:107). Problemas similares eram postos também à época das antigas bibliotecas, ou mesmo na fundação de cada arquivo, mas de maneira muito menos intensa. Para o autor:

A volatilidade e a dinamicidade dos sites, que se somam a outras características “críticas” – quais a imaterialidade e a fragilidade – próprias de todas as fontes digitais, apresentaram e continuam apresentando não poucos problemas de ordem metodológica para os historiadores, suscitando profundas perplexidades sobre a sua utilização no interior dos processos tradicionais de elaboração historiográfica.⁵⁹ (VITALI, 2004:106, tradução nossa)

Sobre essa fragilidade mencionada por Vitali, poderíamos pensar, por exemplo, ao número de sites que desaparecem por desativação, ou nos temíveis erros 404 (“*page not found*”). Nesses casos, como ficam a sua usabilidade? Aqui parece haver uma sensível mutação em relação ao tradicional trabalho de arquivo. É o axioma dos tempos digitais: escassez na abundância⁶⁰, compartilhado tanto na Itália, como nos Estados Unidos. Dessa forma somos levados a concordar com Harald Weinrich, quando ele diz:

(...) é evidente que todos aqueles que não se livram em tempo do *ethos* ingênuo da documentação completa, ainda que seja por um toque de leviandade, serão esmagados pela massa de informações disponíveis, de modo que eles próprios não poderão mais participar do processo de pesquisa. O que se pode fazer? Antes de mais nada, o que ainda não ocorre ou muito pouco, a cada iniciação na atividade científica, portanto na vida universitária, além das incessantes técnicas de obtenção de informações também se devia ensinar a sutil arte da rejeição de informações. Pois hoje em dia a ciência já não é mais praticável sem um claro componente de esquecimento. (WEINRICH, 2001:292)

É imperativo, portanto, que selecionemos não só o que queremos, mas, urgentemente, aquilo que não queremos. Instigados pelas nossas angústias e necessidades atuais, devemos selecionar, recortar, guardar, salvar e descartar, mas precisamos encontrar um critério. Para Vitali, o problema é saber “baseados em quais

⁵⁹ No original: “La volatilità e la dinamicità dei siti, che si sommano ad altri caratteri “critici” – quali l’immaterialità e la fragilità – propri di tutte le risorse digitali, hanno posto e continuano a porre non pochi problemi di ordine metodológico agli storici, suscitando profonde perplessità sulla loro utilizzabilità all’interno dei tradizionali processi di elaborazione storiografica.”

⁶⁰ Também refletem sobre este problema da documentação em excesso os estadunidenses, com algumas diferenças sobre onde recaem suas maiores preocupações, e como avaliam tal excesso. Para mais a este respeito consultar “Scarcity or Abundance?” (ROSENZWEIG, 2003). Abordaremos a questão também na próxima seção deste capítulo, abordando a visão estadunidense do problema.

critérios e com quais finalidades a seleção deve ser operada”⁶¹ (VITALI, 2004:111). O recorte e o tal componente de esquecimento foram, mesmo quando inconscientes, sempre necessários, possibilitadores. Mas como todo corte, parece sempre deixar no ar certo sentimento de amputação e o historiador é constrangido sempre a aprender a conviver com as dores fantasmas do que teve que ser, forçosamente, deixado de lado. Alguns transformam a angústia e o desconforto de viver com isto numa sorte de estímulo para se empenharem em perfurar novas montanhas de dados e informações e quiçá, sair de lá com alguma história.

Ainda para Vitali a “destruição” é bem-vinda:

Desde sempre a destruição foi um paradoxo inevitável de qualquer estratégia, mais ou menos consciente, de conservação. E isto se deve não apenas a razões de economia de espaço e de custos, como ao simples fato de que não pode existir transmissão de conhecimento e de memória, que não implique contemporaneamente variáveis doses de esquecimento: a memória, mesmo aquela documentária é seletiva por natureza.⁶² (VITALI, 2004:110, tradução nossa)

O risco da perda de uma informação no mar de documentos eletrônicos flutuantes (aqueles da superfície, rastreáveis através de mecanismos de pesquisa) ou mergulhados (aqueles da *Deep Web*) na Web abre um clarão de muitas incertezas para os historiadores do nosso século, tornando urgente o debate acerca das técnicas de conservação digital destes arquivos em longo prazo (RAGAZZINI 2004; NOIRET, 2005), incluindo neste debate uma pergunta fundamental: O que conservar? Volta à roda de discussão um tema-tensão há muito presente nos debates históricos - aquele entre o lembrar e o esquecer – a memória e o esquecimento. Ao mesmo tempo em que a internet sugere ao homem que é possível alcançar a aporia de “tudo salvar”, guardando tudo em suportes artificiais de memória virtual (seja em hardwares ou nas “nuvens”), nos deparamos com um problema limite, que é o da seleção, exposto acima e sintetizado no interessante título de Weinrich: “Armazenado, quer dizer, esquecido”.

As questões se colocam de maneira mais desafiadora quando os problemas de preservação não são muito familiares, dado a características específicas dos documentos *born digital*. Além do desaparecimento de sites, de sua dinamicidade (permitindo

⁶¹ No original: “In base a quali critério e com quali finalità la selezione viene operata”

⁶² No original: “Da sempre la distruzione è stata il paradosso inevitabile di ogni strategia, più o meno consapevole, di conservazione. E ciò deriva non tanto o soltanto da ragioni di economia di spazio e di costi, quanto dal semplice fatto che non può esistere trasmissione della conoscenza e della memoria, che non implichi al contempo variabili dosi di oblio: la memoria, anche quella documentaria, è per sua natura selettiva.”

diversas edições e reedições), o material já nascido digital, como nos fala Ricky Erway, apresenta riscos inerentes, de alcance ainda incalculáveis, acrescentaríamos. Entre os problemas, ela cita: a deterioração dos arquivos; a obsolescência das mídias, hardwares e softwares; e a fragilidade da autenticidade - os dados perderam sua integridade (ERWAY, 2010:03-04).

Por tudo isso, segundo Vitali, em sua contribuição ao volume *La Storiografia Digitale* (2004) a analogia entre Web e arquivo é equivocada:

A metáfora da Internet como um imenso depósito (real ou potencial) da memória e da cultura da humanidade, como ‘o mais revolucionário estoque da consciência humana da história’ [cita TRINKEL e MERRIMAN, 2000], enfim, como uma espécie de arquivo global, já se tornou há algum tempo um dos lugares comuns mais difundidos e abusados na contemporaneidade. Mas, olhando bem, a metáfora do arquivo pouco se adequa à Web. Ainda se por arquivo se entende simplesmente – como é na acepção vulgar e corrente e não naquela mais especificamente técnica – um aglomerado de documentos mais ou menos úteis, de ‘arquivo’ a Web demonstrou, até agora, possuir bem poucas características. Sobretudo, lhe falta um essencial: a razoável expectativa de reencontrar lá, depois de certo espaço de tempo, aquilo que a este [arquivo] lhe foi confiado.⁶³ (VITALE, 2004:101, tradução nossa)

Para Vitali, o arquivo se define exatamente pelo oposto do que tem caracterizado a Web. Para o autor, o arquivo se designa pela perenidade, ao menos pressuposta (em potencial), que este poderá dar às informações que custodiar no decorrer de longos períodos. Já a Internet, não quer oferecer uma constância, mas sim instantaneidade - a oferta de informações novas em um ritmo sempre mais rápido, próximo ao “tempo real” da própria informação. Isto é, mesmo que as informações que não são novidades possam ser acumuladas na Web, ela não estão sendo arquivadas, de fato, pois não há uma preocupação real com essa acessibilidade perene. Inversamente ao arquivo, a rede pouco oferece de estabilidade e permanência para as informações, sua contrapartida é dinamicidade.

A manipulação e tratamento das fontes figura, dessa forma, como um dos temas mais marcadamente preocupantes para os pensadores de *La Storiografia Digitale* (RAGAZZINI, 2004). Os vários autores tocam de alguma maneira no assunto, indicando a variedade de fontes, a instabilidade das informações na Internet, a possibilidade de construção de novo tipos de textos (que se apropriam das fontes de

⁶³ No original: “La metáfora di Internet come imenso deposito (reale o potenziale) della memoria e della cultura dell’umanità, come “il più rivoluzionario magazzino della coscienza umana nella storia”, insomma come una sorta di sterminato archivio globale, è ormai diventata da tempo uno dei luoghi comuni più diffusi dell’archivio poco si confia al web.”

maneira distinta, como a partir do hipertexto) que, cabe lembrar, poderão ser fontes para a história no futuro.

Luigi Tomassini⁶⁴ e Monica Gallai⁶⁵ na coletânea organizada por Ragazzini dedicam um artigo inteiro exclusivamente à discussão de uma fonte específica na Internet: a fotografia de documentação histórica. Tal artigo realiza um exercício heurístico para nos auxiliar a pensar, de maneira ilustrada, o problema das fontes digitais e digitalizadas para a historiografia, tomando como base o caso das fotografias históricas.

Como Ragazzini observa no artigo que abre o volume:

O universo de representações/reproduções humanas é reversível em formas digitais: dos mapas geográficos aos textos linguísticos, das imagens estáticas àquelas em movimento, das imagens de objetos às imagens de imagens de objetos, das representações estatísticas aos sons. Mas a passagem da representação tradicional à digital não é apenas uma mudança de suporte. (RAGAZZINI, 2004:17, tradução nossa)⁶⁶

A respeito especificamente de imagens, o autor complementa “muda a modalidade de olhar a imagem: o olho nu não basta, é necessário um hardware, incluindo um dispositivo de vídeo, e também um software”⁶⁷ (RAGAZZINI, 2004:17). Recursos como a “dilatação” e o a função de “zoom” em imagens digitais, por exemplo, são novidades deste novo suporte que atualizam as condições de trabalho dos historiadores.

Para Tomassini e Gallai, o caso das fotografias históricas significa um capítulo à parte do problema geral de digitalização e circulação de materiais de interesse históricos na Web (TOMASSINI & GALLAI, 2004:70).

A atenção dos italianos em relação ao problema da fotografia na rede, de certo, reserva também relações com o status das discussões a respeito deste tipo de fonte em

⁶⁴ Tomassini ensina História Contemporânea e técnica de fotografia na Faculdade de Conservação dos Bens Culturais de Bolonha na *Università di Bologna*. Além do artigo que discutiremos aqui, Tomassini também dedicou outros títulos e pequenos trabalhos à reflexão da fotografia e da informática para o trabalho historiográfico. Em 1996 organizou com S. Soldani o volume *Storia & Computer. Alla ricerca del passato con l'informatica*, em relação ao tema que comentamos no início desta seção com Roncaglia - “*informática umanistica*” (2002).

⁶⁵ Gallai é trabalha com problemas relativos à catalogação e digitalização de fotografia histórica na Faculdade de Conservação dos Bens Culturais de Bolonha (mesma instituição de Tomassini), junto ao Arquivo Fotográfico Toscano de Prato (Itália).

⁶⁶ No original: “L’universo delle rappresentazioni/riproduzioni umane è riversabile in forme digitali: dalle mape geografiche ai testi linguistici, dalle immagini statiche a quelle in movimento, dalle immagini di oggetti alle immagini di immagini di oggetti, dalle rappresentazioni statistiche ai suoni. Mai il passaggio dalla rappresentazione tradizionale alla digitale non è un semplice cambiamento di supporto”

⁶⁷ No original: “Cambia la modalità di guardare l’immagine: l’occhio nudo non basta, occorre dell’hardware, compreso uno strumento vídeo, ed occorre un software.”

suportes convencionais no país. Ao longo do artigo, os autores citam diversas iniciativas nacionais nesta área, mas ressaltando que o tema ainda é fresco e merece mais atenção. Especificamente para o caso das fotografias históricas na rede os autores chamam atenção para o fato de ter ocorrido uma digitalização muito precoce em alguns países (como EUA, por exemplo), enquanto a reflexão sobre a presença deste tipo de fonte na rede e suas possibilidades de uso em trabalhos historiográficos demorou a chegar. Mencionam, por exemplo, a baixíssima ocorrência do tópico entre os artigos publicados em uma das revistas internacionais de maior destaque na área até o final do século passado, antes do incremento de estudos mais voltados para o digital em lugar da computação – *History and Computing*⁶⁸ – entre os anos de 1987 e 1998⁶⁹. A maioria dos artigos, segundo eles, dedicava-se a pensar fontes quantitativas, bases de dados.

A reflexão proposta por Tomassini e Gallai, a diferença do perfil das abordagens norte-americanas de *Digital History*, como veremos no próximo capítulo, tendem antes a se concentrar sobre problemas de “historiografia *tout court*”, ao invés de começarem pela “historiografia digital” (TOMASSINI, GALLAI, 2004:74). Mais adiante, explicitam:

Uma vez esclarecido que a Internet, através deste processo de digitalização e disponibilização online de fotografias históricas, constitui em perspectiva um elemento de ruptura importantíssimo para a própria possibilidade de pesquisa historiográfica sobre fotografia, apresentando-se como um substituto tecnologicamente avançado de uma rede de arquivos antes inexistente, é igualmente claro que justamente por isto se apresentem **problemas não indiferentes de caráter metodológico**.⁷⁰ (TOMASSINI & GALLAI, 2004:77, tradução nossa, grifo nosso)

Entre os problemas mais sérios e ainda sem respostas deste grande fenômeno de disponibilização de fontes históricas – neste caso, fotografias históricas – na rede diz respeito às etapas anteriores à própria consulta dos historiadores aos novos repositórios digitais. Fazendo eco aos questionamentos de Vitali sobre as diferenças entre a Web e os arquivos “físicos”, Tomassini e Gallai chamam atenção para a “perda de contexto”

⁶⁸ O endereço da revista referenciado em *La Storiografia Digitale*, ironicamente, apresentava em fevereiro de 2013 a temida mensagem *page not found (error 404)* em <http://mcel.pacificu.edu/JAHC/>, sem nenhuma referência ao novo endereço da revista, facilmente rastreável no Google: <http://quod.lib.umich.edu/j/jahc/> Último acesso em: 19.02.2013.

⁶⁹ Para acessar os índices da revista neste período: <http://odur.let.rug.nl/ahc/journal/index/createindex.html> Último acesso 19.02.2013.

⁷⁰ No original: Uma volta chiarito che Internet, attraverso questo processo di digitalizzazione e messa in rete delle fotografie storiche, costituisce in prospettiva un elemento di rottura importantissimo per la stessa possibilità di indagine storiografica sulla fotografia, presentandosi come un sostituto tecnologicamente avanzato di una rete archivistica prima inexistente, è altrettanto chiaro che proprio per questo si presentano problemi non indifferenti di carattere metodológico.

que alguns documentos digitalizados podem sofrer ao serem transpostos de suas coleções impressas (o mesmo vale para os manuscritos). Tal “desconexão” entre o documento digitalizado e sua locação original resulta na transformação deste em um quase novo documento singular, que desvinculado do seu todo, pode dar forma a outras hipóteses e condicionar diferentes perguntas das que poderiam fazê-lo como parte de algo maior a que este correspondia antes da digitalização (TOMASSINI & GALLAI, 2004:78).

Isto não quer dizer que todos os processos de digitalização incorram neste tipo de problemas, mas os autores alertam para estes não tão ignoráveis riscos. Para os autores, isto ocorre devido à inevitável perda de padrões estabelecidos ao longo do tempo para a catalogação em arquivos físicos (tipo tradicional). A alta e satisfatória padronização de arquivamento e catalogação pode ser exemplificada pelas bem sucedidas bases bibliográficas. Ainda que, como na Internet, nem sempre se possa acessar imediatamente determinado item do acervo, o alcance de tal padronização e o compartilhamento, mais ou menos global desses padrões (protocolos) foi de uma importância incomensurável para todas as áreas das ciências, com certo relevo para as Letras e Filosofias, Humanidades em geral.

Ocorre que para fontes “tradicionais” (textuais, sobretudo), a disponibilização online tentou, em alguns casos, com certo sucesso, reproduzir os padrões off-line de catalogação. Entretanto, para arquivos de imagem:

(...) muito frequentemente Internet significa a disponibilização online do documento, sem que por trás exista uma rede efetiva de institutos de conservação e de consulta confiáveis e qualificados, ou de algum modo dotados de oportuna experiência e competência no que diz respeito a este tipo particular de fontes.⁷¹ (TOMASSINI e GALLAI, 2004:78, tradução nossa)

Isto ocorre em parte devido a algumas digitalizações não serem precedidas de uma ordenação “tradicional” e em parte pela falta de experiência diante do novo. Como se dizia antes, não se trata apenas de uma troca de suportes. Os autores perguntam, afinal: “Que parte do patrimônio será digitalizado e colocado em rede, em base a quais critérios de seleção e escolha, e o que acontece à parte que não será colocada em rede?”⁷² (TOMASSINI e GALLAI, 2004:78) – o que remete a um impasse desde

⁷¹ No original: “(...)molto spesso Internet significa la messa in rete del documento, senza che dietro vi sia una rete efetiva di istituti di conservazione e di consultazione affidabili e qualificati o comunque dotati dell’opportuna esperienza e competenza in merito a questo tipo particolare di fonte.”

⁷² No original: “Quale parte del patrimonio viene digitalizzato e messo in rete, in base a quali critério di selezione e di scelta, e cosa accade ala parte che non viene messa in rete?”

sempre presente na história, mas que com a Internet se intensifica. E ainda: “Existem políticas públicas de coordenação e programação de oferta fotográfica de documentação histórica na rede, seja da parte das organizações privadas que das públicas?”⁷³ (TOMASSINI & GALLAI, 2004:79) – o que revela uma preocupação com a identificação de um responsável pelo processo e com, digamos, a oficialidade do mesmo. A terceira pergunta levantada pelos autores também diz respeito à identificação de um responsável pela custódia dos documentos e sua digitalização, mas esbarra em outro aspecto, igualmente presente entre as preocupações estadunidenses: o da propriedade da fonte: “Em que relação se encontra a livre oferta de muitas organizações privadas e a oferta a pagamento não só de grandes agências privadas, mas inclusive de algumas importantes instituições públicas?”⁷⁴ (TOMASSINI & GALLAI, 2004:79).

A última pergunta para além de colocar em pauta a economia destes documentos digitalizados, diz respeito a um importante aspecto destacado pelos estudiosos do *Digital Humanities* como um dos denominadores comuns básicos para que a “virada digital” venha mesmo ao encontro de uma ampliação das possibilidades de pesquisa: o livre acesso às informações, o ainda controverso *open source*⁷⁵ (SPIRO, 2012).

Com estas perguntas colocadas, ainda que o artigo não traga as respostas, os autores colocam em relevo questões que ajudam a entender porque a disponibilização de documentos online, em perspectiva, pode condicionar pesquisas, inclusive limitando-as, ao mesmo tempo que as torna possível de uma certa maneira muito mais “facilitada” que no passado. Isto é, em alguma medida, também um questionamento à suspeitável “democracia da informação” na Internet⁷⁶.

Uma problemática que os historiadores já enfrentaram nos suportes analógicos, mas que ganha nova roupagem com o fenômeno da digitalização é a relação original e cópia (TOMASSINI & GALLAI, 2004:82). Normalmente a cópia pode perder algumas

⁷³ No original: “esistono delle politiche pubbliche di coordinamento e di programmazione della offerta di fotografie di documentazione storica in rete, sia da parte dei privati che degli enti pubblici?”

⁷⁴ “No original: “in che rapporto stanno fra loro l’offerta libera di molti enti e privati, e l’offerta a pagamento non solo di alcuni grandi aziende private, ma anche ormai di alcuni importante enti pubblici?”

⁷⁵ Segundo Lisa Spiro, dois dos principais valores para as humanidades digitais que a Web pode proporcionar são “abertura e colaboração” (*openness and collaboration*). A este respeito também se verá no terceiro capítulo desta dissertação como nos Estados Unidos têm sido encarados os problemas relativos a *copyrights* na rede, bem como o surgimento de monopólios da informação como o *Google*.

⁷⁶ Em seu livro, *Google défie l’Europe*, Jean-Noël Jeanneney, argumenta que a linguagem algorítmica em que se baseia o sistema de classificação de sites do Google, ancorado no número e frequência de acesso dos mesmos constitua uma espécie de “populismo cultural”, de tal forma que, a dita “democratização” da informação colocada em andamento pelo advento da internet, da web 2.0 e de iniciativas de digitalização como as realizadas pelo Google (projetos como *Google Books*, por exemplo) seria uma falácia e ameaçaria, desta forma, afogar a Europa em uma cultura de massa alienante (DARNTON, 2011).

características do original, isto é comum, como por exemplo, a qualidade do papel em que determinada imagem foi impressa ou revelada. Entretanto, as cópias permitem uma série de vantagens para os pesquisadores, como poder levar o documento para casa, colocá-lo lado a lado com outros para fim de comparação, dobrá-lo, rasurá-lo, anotá-lo, entre outros gestos que seriam destrutivos e abomináveis do ponto de vista da preservação. No meio digital, não é diferente, a cópia oferece vantagens e desvantagens. A grande diferença inaugurada pela Web a este respeito é que se trata de cópias, muitas cópias, que podem ser reproduzidas indeterminadamente, e que muito mais facilmente editáveis (violáveis) do que suas ancestrais físicas.

Esta nova configuração permite, então, novas maneiras de acessar um documento, novas formas de exploração e, quiçá, possibilidades de interpretação. Segundo Ragazzini, a passagem ao digital afeta cada âmbito da experiência sensorial humana, trazendo muitos novos problemas. Pense-se nas novas possibilidades de explorar sons, músicas, vídeos, textos, imagens e todas as suas combinações imagináveis (RAGAZZINI, 2004:19). Entretanto, além das questões já mencionadas acima relativas à dificuldade de realizar uma catalogação padronizada na Internet há outros problemas. A disponibilização desta gama de documentos, em mídias variadas, copiáveis, editáveis e tão facilmente armazenáveis, traz implicações não só em relação à etapa documental da operação historiográfica (como seleção e classificação das fontes), mas também abre novas possibilidades no que diz respeito à interpretação e compreensão de um problema. A História Oral é um belo exemplo de como um diferente tipo de fonte, como os arquivos de áudio/vídeo, podem engendrar novas possibilidades de abordagem⁷⁷.

Algo relacionado ao novo estatuto da fonte em ambiente digital que não é inédito, mas apresenta algumas particularidades no caso estudado são as falsificações. Na Internet, o problema da autenticidade dos documentos tem sido enfrentado com certa dificuldade. Ora, em vias impressas há protocolos que, em tese, ajudariam as pessoas a identificarem se um documento se trata (ou pelo menos deveria se tratar de) de um original ou uma cópia. Com as digitalizações e a fácil reprodutibilidade e

⁷⁷ O projeto “Identidades do Rio”, coordenado pela prof. Hebe Mattos, do Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF) ilustra de forma clara como a tecnologia pode favorecer esta abordagem. O site do projeto é recheado de narrativas multimídias. Os temas históricos tratados no site foram transpostos com êxito para a linguagem digital. De modo que, um projeto que, a princípio, poderia ter seus resultados reservados a um pequeno número de interessados dentro de uma instituição, ganha ares de História Pública na esfera aberta da Internet. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/> Último acesso em: 19.02.2013.

modificabilidade dos documentos na rede, estes protocolos se fragilizam. São testadas as assinaturas digitais através da técnica de *watermarking*⁷⁸ (TOMASSINI & GALLAI, 2004:96). Contudo, mesmo estas saídas revelam-se débeis diante de *softwares* de edição de imagem como *Photoshop*.

A fragilidade e os problemas relativos à conservação dos arquivos, sites e toda sorte de documentos na Web, nestes termos, não tem apenas relação com a perenidade ou não da existência de um arquivo na rede, mas com a própria salvaguarda de suas características. A verificabilidade, que mais acima mencionamos garantir certa pretensão universalista para o conhecimento histórico, não passa de uma incerteza a mais neste mundo digital.

Em 2001, o historiador italiano Rolando Minuti⁷⁹ dedicou todo um livro às “incertezas de uma mutação”, relativas à interseção entre a Internet e o ofício do historiador. Minuti não se posiciona como um pessimista, nem como um absoluto otimista diante da nova tecnologia. Seu trabalho – disponibilizado integralmente online no idioma italiano⁸⁰ – busca, na verdade, defender o não ataque das tecnologias, sem que se reflita sobre elas. Acalmando aqueles mais preocupados e afoitos com a grande mudança de uma possível “substituição” de todo o que se conhecia antes, e instigando os mais alheios a questionarem sua indiferença, Minuti pondera:

Portanto não é possível sustentar, no estado atual das coisas, que a rede já represente um contexto realmente substitutivo das condições de trabalho e dos instrumentos tradicionalmente próprios da pesquisa histórica, ainda se se pode afirmar com certeza que já oferece ajudas relevantes, em muitos casos mais potentes e eficazes que os instrumentos tradicionais; e que o seu conhecimento e potencialidade são de grande importância para que a mutação - provavelmente inevitável - do ofício do historiador e da prática historiográfica, no contexto comunicativo regulado pelas redes, aconteça de modo consciente e responsável.⁸¹ (MINUTI, 2001:II.1, tradução nossa)

⁷⁸ Utilização de marcas d'água para identificar a proveniência ou qualquer outro dado relativo à custódia ou propriedades de um documento.

⁷⁹ Rolando Minuti é Professor Associado da *Università degli Studi di Firenze*, onde leciona História Moderna na graduação e no doutorado. É co-responsável pelo laboratório de história moderna do Departamento de Estudos Históricos e Geográficos da mesma universidade. É membro da *Società Italiana di Studi sul Secolo Diciottesimo* (Sociedade Italiana de Estudos Sobre o Século XVIII) e responsável pelo site da mesma. Concentra-se sobre a história intelectual da Europa no Iluminismo. Juntamente aos estudos de História Moderna, começou a apresentar nos anos 1990 interesse pela relação entre as tecnologias de informação e comunicação com a didática e a pesquisa histórica.

⁸⁰ *Internet e il mestiere di storico. Riflessioni sulle incertezze di una mutazione*, ou “Internet e o ofício do historiador: Reflexões sobre as incertezas de uma mutação” (tradução nossa).

http://www.cromohs.unifi.it/6_2001/rminuti.html Último acesso em: 19.02.2013.

⁸¹ No original: “Non è dunque possibile sostenere, allo stato attuale delle cose, che già la rete rappresenti un contesto realmente sostitutivo delle condizioni di lavoro e degli strumenti tradizionalmente propri della ricerca storica, anche se si può affermare con certezza che già offre aiuti rilevanti, in molti casi più potenti ed efficaci rispetto agli strumenti tradizionali; e che la loro conoscenza ed il loro potenziamento sono di

As reflexões de Minuti, ao longo de todo o livro, seguem este tom de equilíbrio, pró-questionamento, contra resistências conservadoras. Ora, se não podemos mais resistir às mudanças, devemos ao menos compreendê-las e tirar proveito delas. O historiador nota que a comunidade historiadora, continua, de um modo geral, a reagir com perplexidade no que diz respeito à rede. Minuti fala aos europeus, sem dúvida. Não podemos afirmar que se conheça como os historiadores angolanos, nigerianos, egípcios, japoneses ou australianos estejam se comportando a este respeito. Contudo, podemos afirmar que a generalidade sugerida por ele não alcança em peso a comunidade de historiadores estadunidenses, estes, digamos, são menos tímidos e céticos a respeito do tema, muito provavelmente, como veremos no próximo capítulo, em função de sua relação histórica com a tecnologia.

O apelo de Minuti é que não se banalizem os problemas advindos desta mutação e que nem se supervalorizem. Ele nota, por exemplo, que se excetuando os trabalhos que de certo modo utilizam a Internet como meio ou fonte, ainda são poucos (ou pelo menos o eram em 2001) os casos em que predominam as remissões a sites da Web nas referências. Isto, para ele, é indicativo da resistência e desconfiança que muitos ainda apresentam em relação à rede. Por vezes, a resistência provém de um desconhecimento ou inabilidade das técnicas de navegação que além de causarem certa vexação em muitos colegas, os paralisam e faz criar uma série de preconceitos em relação ao novo desconhecido.

O cenário italiano de 2001 talvez se assemelhasse um pouco ao momento brasileiro de aproximadamente uma década depois. Nós também, de certa forma, ainda olhamos com perplexidade para tudo o que este campo novo propõe. Os primeiros movimentos em direção a uma reflexão crítica apresentam o que a relação entre informática e história traz de inovação para a nossa oficina, e aqueles que avançam em direção ao digital e à Internet apresentam alguns limites e possibilidades que este advento pode nos proporcionar⁸².

Podemos perceber, pois que se pode falar em historiografia digital na Itália porque antes este tema se insere conceitualmente na própria historiografia, com

grande importanza perché la mutazione -probabilmente inevitabile- del mestiere dello storico e della pratica storiografica, nel contesto comunicativo regolato dalle reti, avvenga in modo consapevole e responsabile.”

⁸² Entre as referências brasileiras: FIGUEIREDO, (1997), MAYNARD (2011). ALMEIDA (2011), AGUIAR (2012) e TAVARES (2012). Indicamos também nossas prévias contribuições ao debate: LUCCHESI (2012a; 2012b).

problemas e especificidades mais ou menos inéditos. Os autores que se reúnem no volume de Ragazzini, embora falem em “incertezas”, “problemas”, “desafios”, não se eximiram da crítica, como dizíamos na introdução desse capítulo, ser a apreensão de Sevcenko, a abolição da crítica diante da rapidez das transformações.

Talvez o problema inédito que aproxima a análise dos diversos textos italianos em diálogo conosco seja o da imaterialidade do documento digital, nas palavras de Minuti, sua ausência de “física” (*fisicità*). A natureza virtual dos documentos digitais, como vimos acima, desencadeia uma série de problemas relacionados não apenas ao acesso e manipulação destes, mas também relativos à sua autenticidade. E estes problemas, como dizíamos no início desta subseção, fundam também questões inesperadas de ordem interpretativa. Não se conhecem a fundo este objeto e suas possíveis descrições, propriedades e funcionalidades. Qualquer tentativa de padronizá-lo e assemelhá-lo a algo que já conhecemos, por analogia ou comparação, resultam úteis, mas ainda assim, ineficazes no limite. Estamos diante de um documento instável que, a rigor, como já chamou atenção Minuti, sequer existe fisicamente (em uma dimensão tangível para o ser humano sem a mediação de nenhuma tecnologia).

Segundo Minuti, a solicitação de uma reflexão mais profunda, do ponto de vista historiográfico, em nossa contemporaneidade, deve-se ao fato de que esta natureza instável, imaterial e quase inverificável dos documentos digitais implica um reexame daquilo que, de fato, caracteriza o trabalho do historiador:

Quando me encontro diante de um documento de papel, impresso ou manuscrito, assim como quando estou diante de um monumento, um testemunho material de realidade passada, posso dispor de técnicas e de procedimentos consolidados por uma tradição filológica e crítica afirmada a partir da Idade do Humanismo, que me permitem contextualizá-lo, investi-lo de história, de correlacioná-lo a outros monumentos igualmente contextualizados, e construir sobre esta base um discurso histórico. A *fisicidade* [fisicità] do documento, a sua inércia e estabilidade me consentem de refinar estas técnicas e de canalizá-las no quadro de um procedimento cientificamente conduzido, ainda se qualitativamente diferente em respeito aquilo que caracteriza as ciências do mundo físico, pela impossibilidade evidente e óbvia de reproduzir a realidade passada em termos de experiências de laboratório, e pelo primado da dimensão argumentativa e discursiva em relação à linguagem formalizada. A natureza específica do saber histórico; a sua diferença em relação às ciências do mundo físico, em direção às quais a tradição positivista tendia forçosamente a reconduzi-lo; a sua estreita ligação com a formulação de problemas que não se pode tomar como 'dados' de uma vez por todas, mas que mudam junto ao mudar da realidade global [*complessiva*] na qual os homens vivem - e que produzem discursos históricos, narrativas, conceitualizações que progressivamente se transformam e se renovam, são elementos caracterizantes da historiografia e

definem as características específicas do ofício do historiador e seu papel na sociedade.⁸³ (MINUTI, 2001: I.3, tradução nossa)

Ora, mas se o documento precisa ser verificável, estável e material para que se possa fazer história com ele, como se abordará, do ponto de vista histórico os rastros deixados pela atividade eletrônica, as fontes digitalizadas, as porções de passado dispersas na rede, tão notadamente fluidos e instáveis? A menos que aceitemos uma premissa teleológica e nos situemos no pós-história, o caminho parece não ser o da impossibilidade, mas sim o da necessidade de um reexame ou quem sabe uma atualização de algumas práticas anteriores para enfrentar a nova situação. Daí que, para Minuti em 2001, bem como para Ragazzini, Noiret, Tomassini, Gallai e Vitali, a hipótese de um novo documento produzir também uma nova historiografia não ser de todo estapafúrdia. Desde que, segundo ele, se mantivesse a condição inegociável da verificabilidade (ou pelo menos tentativa de), se poderia continuar fazendo historiografia. É a ida aos documentos que garante, a despeito do que se possa dizer do estilo narrativo de cada historiador, a contestabilidade daquilo que dizemos e diferencia a história da fantasia.

Deste modo, Minuti argumenta que os instrumentos tradicionais da filologia e da crítica devem se envolver e se transformar diante da virtualidade dos documentos digitais, mesmo mantendo firmes alguns de seus postulados metodológicos (MINUTI, 2001:I.3). De maneira propositiva, explica:

Quem deverá enfrentar problemas de identificação, de datação e de contextualização de documentos eletrônicos, que já podem se dizer parte relevante da realidade contemporânea, deverá se valer de uma maneira sempre mais forte de instrumentos como a análise dos rastros deixados pelos protocolos de comunicação, os fragmentos de informações recuperáveis nos *web-server* e nos *mail-server*, a análise dos cookies introduzidos em

⁸³ No original: “Quando mi trovo di fronte ad un documento cartaceo, a stampa o manoscritto, così come quando mi trovo di fronte ad un monumento, ad una testimonianza materiale di una realtà passata, posso disporre di tecniche e di procedure consolidate da una tradizione filologica e critica affermatasi a partire dall’Età dell’umanesimo, che mi consentono di contestualizzarlo, di investirlo di storia, di collegarlo ad altri documenti e monumenti egualmente contestualizzati, e di costruire su questa base un discorso storico. La fisicità del documento, la sua inerzialità e stabilità mi consentono di affinare queste tecniche e di convogliarle nel quadro di una procedura scientificamente condotta, anche se qualitativamente diversa rispetto a quanto caratterizza le scienze del mondo fisico, per l’impossibilità evidente e ovvia di riprodurre la realtà passata in termini di esperienza di laboratorio, e per il primato della dimensione argomentativa e discorsiva rispetto al linguaggio formalizzato. La natura specifica del sapere storico; la sua differenza rispetto alle scienze del mondo fisico, verso le quali la tradizione positivista tendeva forzatamente a ricondurlo; il suo stretto legame con la formulazione di problemi che non possono dirsi dati una volta per tutte, ma che mutano insieme al mutare della realtà complessiva nella quale gli uomini vivono -e che producono discorsi storici, narrazioni, concettualizzazioni che progressivamente si trasformano e si rinnovano-, sono elementi caratterizzanti della storiografia e definiscono i caratteri specifici del mestiere di storico e del suo ruolo nella società.”

computadores específicos, por exemplo.⁸⁴ (MINUTI, 2001:I.3, tradução nossa)

A natureza fluida dos documentos que impulsiona toda esta reflexão é também, em certa medida, uma amostragem da instabilidade de algo maior que caracteriza, ou é, o próprio meio sobre o qual estamos aqui dialogando com os colegas italianos: o ciberespaço⁸⁵. Um dos problemas primários que parece se colocar diante deste novo espaço, particular porque não material, porque virtual (não analógico) e dotado de alto dinamismo, é justamente a falta de compartimentos, a ausência de critérios que agrupem ou classifiquem de maneira inteligível a enorme e plural oferta de recursos disponibilizados na Web. Outro historiador italiano dedicado às questões da Internet, Antonino Criscione (2003), sugere – em oposição ao que afirmamos anteriormente com Vitali - que a melhor metáfora para pensar a “*storia su internet*” (a história na internet, no ciberespaço) seria mesmo a do arquivo, justamente por dar conta deste caráter dinâmico e aberto que caracteriza a oferta de materiais “não convencionais” sobre história (todo tipo de documentos, a multimedialidade) constantemente “colocados” *online*, não em ordem, mas pelo menos, ordenáveis.

O desacordo sobre a utilização ou não da metáfora do arquivo revela, invés de um não consenso gratuito sobre a definição do ciberespaço e da Internet (ora tomados como sinônimos na literatura analisada), que a escavação dos problemas tem despertado preocupações diferentes, motivadas pelas mesmas características do novo. Enquanto a instabilidade e a abertura da Internet para Vitali inviabilizaria a utilização da imagem de um arquivo para a mesma, uma vez que esta não poderia, como um arquivo, proteger e preservar seu acervo *ad infinitum*, salvo acidentes; para Criscione, esta mesma dinamicidade assemelha a Internet a um arquivo em que se colocam e se retiram coisas que ainda precisam ser ordenadas, isto é, que demandam pois, urgentemente, a criação de um código, de critérios e outros mecanismos que ajudem a regular os documentos

⁸⁴ No original: “Chi dovrà affrontare problemi di identificazione, di datazione e di contestualizzazione di documenti elettronici, che già possono dirsi parte rilevante della realtà contemporanea, dovrà avvalersi in maniera sempre più forte di strumenti quali l’esame delle tracce lasciate dai protocolli di comunicazione, i frammenti di informazione recuperabili sui *web-server* e sui *mail-server*, l’esame dei *cookies* introdotti su macchine specifiche, per esempio.”

⁸⁵ Para o criador do termo na literatura nos anos 1980, William Gibson, ciberespaço é: “Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não-espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como marés de luzes da cidade.”

presentes nesta rede. Ou seja, mais que um simples repositório, como um arquivo, a Internet demanda por organização e, a despeito dela, ainda se faz pesquisável, rastreável.

A analogia ao arquivo, mais ou menos adequada, pode ser válida e prática para tentar explicar o que é este desconhecido. Entretanto, a operação de alternância entre o *modus operandi*, as finalidades e características de um arquivo físico (um prédio, com andares, estantes, gavetas, ficheiros, protocolos etc.) para a sua versão virtual não é tão prática assim. Há elementos novos que não se correspondem e originam então, dissensos como o apenas mencionado entre Criscione (2003) e Vitali (2004).

O elemento central que constitui o ciberespaço seria o hipertexto eletrônico. O tipo de ligação de informações em nós que permitiria então uma nova arquitetura da informação, um novo tipo de texto, eletrônico-digital. Fazendo referência ao filósofo da informação Pierre Lévy, Criscione (2001) atribui um peso ainda maior ao hipertexto do que apenas a mudança do formato da informação. Para o autor a questão da história e do hipertexto “envolve outros planos de análise no que diz respeito à relação entre as tecnologias da inteligência [LÉVY, 2000] e os processos de conhecimento.”. Leitor de Lévy, Criscione parece assumir sua definição de ciberespaço de maneira bastante grave, pensando nele não apenas como um suporte a mais, mas algo totalmente novo com decisivas implicações para as humanidades. Em uma definição um pouco mais complexa da apresentada no capítulo anterior, ciberespaço para Lévy é:

“... **espaço** de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. (...) Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. **Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço.** Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço **o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século.** (LÉVY, 2000:92-93)

De certo, ao relermos esta definição, uma, duas, três vezes nos ocorrem a paradoxal afirmativa de Weinrich “Armazenado, quer dizer, esquecido” (2001), as preocupações de Vitali (2004) sobre a instabilidade das fontes e a incapacidade da Internet garantir a vida futura destas informações e a sugestão inaugural de Ragazzini

(2004) ao *La Storiografia Digitale* de que a cultura digital exigiria mesmo outro tipo de escrita da história.

Sobre história no ciberespaço, ao dialogar com o historiador estadunidense Edward L. Ayers⁸⁶, Criscione reafirma que a “história hipertextual” permite um aprimoramento do trabalho do historiador, tanto no sentido analítico, quanto no estético. Fala-se então, apesar das dificuldades e dos problemas metodológicos que se colocam, de um aumento das condições de explicação e compreensão da história, versada em forma narrativa. Segundo Criscione, seria o próprio hipertexto - o “potencial assassino da história” - a dotar o ciberespaço de uma complexidade tal, que possibilitaria este salto historiográfico:

Ter à disposição um espaço mais complexo consentiria ao historiador combinar estruturas e processos, espaço e tempo, e de colocar os documentos em amplos sistemas dinâmicos. Tais sistemas, como *The Valley of the Shadow* [referência a um projeto estadunidense] o site sobre Guerra da Secessão americana projetado e realizado pela equipe dirigida por Ayers, são tais e capazes de não inspirar a reificação, que é a ameaça constante quando se fala de estruturas históricas, nem à imprecisão ou à teleologia, que emergem quando se fala de processos históricos. A **história hipertextual** permitiria, de fato, pensar em modos diferentes de construir narrações estratificadas, ramificadas, aninhadas, além de apresentar as fontes e construir argumentações em referência a essas.⁸⁷ (CRISCIONE, 2003, tradução nossa, grifo nosso)

Tudo isto começa a desenhar, ao menos no imaginário italiano uma nova normalidade de pesquisas históricas (MINUTI, 2001). É preciso atualizar alguns procedimentos para dar conta do que Vitali chamou, no ano seguinte à saída de *La Storiografia Digitale* de “caleidoscópio multiforme de representações do passado”⁸⁸ (2005: 01) na rede. Além da diferença de suportes, dos tipos de documentos *born digital* que surgem, da facilidade de acesso e de armazenamento de fontes entre outros aspectos

⁸⁶ Edward L. Ayers é pesquisador e professor de História da América, presidente da *University of Richmond* (Richmond, VA, desde 2007) e considerado entre os estadunidenses um dos pesquisadores da história pioneiro em *Digital Humanities*. O renomado projeto *Valley of the Shadow*, atualmente é um dos serviços, por assim dizer, compartilhados com a universidade através das atividades do Laboratório de Digital Scholarship, idealizado por Ayers. Sua página oficial na universidade poder ser acessada aqui: <http://president.richmond.edu/ayers/curriculum-vitae.html> Último acesso em: 01.11.2013.

⁸⁷ No original: “Avere a disposizione uno spazio più complesso consentirebbe allo storico di combinare strutture e processi, spazio e tempo, e di collocare i documenti in ampi sistemi dinamici. Tali sistemi, come *The Valley of the Shadow*, il sito sulla Guerra di Secessione americana progettato e realizzato da una *équipe* diretta da Ayers, sono tali da non spingere alla reificazione, che è la minaccia costante quando si parla di strutture storiche, né all'imprecisione o alla teleologia, che emergono quando si parla di processi storici. La **storia ipertestuale** permetterebbe infatti di pensare a modi diversi di costruire narrazioni stratificate, ramificate, nidificate, nonché di presentare le fonti e costruire argomentazioni in riferimento ad esse.”

⁸⁸ VITALI, Stefano. Rappresentazioni Della Storia e del Passato Nella Rete. Archivio di Stato, Firenze. Disponível em: <http://biennale.st.tiscalibusiness.it/62/61793.pdf>

que já mencionamos acima sobre o cenário digital, há ainda outros problemas de ordem metodológica que surgem nos desdobramentos destas primeiras características somadas ao regime de historicidade presentista (seja de um presente acelerado ou lento) que estamos vivendo, de “historicização imediata”, como dizíamos na seção anterior com Pereira e Mata (2012:22).

De certa maneira, agrava o nosso quadro certa ideia de aceleração do tempo que, já no século XIX, como mostrou Koselleck em seus estudos sobre a obra de Lorenz von Stein, podia ser sentida. Parece que a observação do caleidoscópio de que nos fala Vitali tem nauseado os novos navegantes.

Saindo um pouco da Itália, mas não da Europa, a experiência do historiador francês Denis Rolland⁸⁹ pode ser uma boa, ainda que breve, ilustração destes problemas. Rolland entende a Internet como uma nova fonte, inscrita no Tempo Presente e que ainda demanda exames críticos. Busca contemplar não apenas o *backstage* da pesquisa histórica, mas também pensa como ela se apresenta para o grande público. De acordo com o autor, na Internet a história assume frequentemente a forma de narrativas, mas de “costuras invisíveis”, cujo nível de credibilidade científica é quase sempre desconhecido, o que pode acabar levando a certo “mal-estar da história”, por ser muitas vezes repleta de dissimulações ou amnésias-constitutivas (ROLLAND, 2004:02), nem sempre, diga-se de passagem, perceptíveis para este grande público.

Rolland alerta em seu *Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas* que o espírito crítico de nossa audiência não está preparado para uma leitura, em diversos níveis, como se faz na Internet, onde geralmente a única classificação objetiva das páginas é aquela referente à frequência de um determinado site. Escreve ele:

(...) o escrito “virtual”, raramente assinado, oferece, amiúde, para os consumidores, sem que o internauta o saiba, uma **história sem historiador**. Ao contrário da produção impressa, para a qual se dispõe de instrumentos de discriminação (bibliografias, resenhas críticas, reputação científica...), para a “rede” não existem hoje senão muito poucos meios para avaliar a qualidade do que nela se oferece, e as “sitegrafias” não são numerosas, nem muito confiáveis. Há, além disso, um agravante: a virtualidade da informação conduz facilmente a uma **falta de distanciamento**, em função de uma relação mais distanciada com as fontes mais diversificadas, a informação que chega às telas é julgada e utilizada *a priori* por estudantes e jovens pesquisadores com **menos filtros críticos** ainda do que a informação impressa. De certo modo, a magia da acessibilidade de dados distantes, somada à juventude do meio

⁸⁹ Professor de História Contemporânea da [Università de Strasbourg](http://www.univ-strasbourg.fr/), diretor e pesquisador do [Centre d'histoire de Sciences Po](http://www.centre-histoire-science-po.fr/) Página pessoal: <http://denisrolland.univ.free.fr/index.php?z=5>

de informação, prejudica em parte o olhar potencialmente crítico.
(ROLLAND, 2004:02)

Preocupado com o que ele chama de uma “cacofonia informativa” na rede, de parâmetros e objetivos muito diversos, o esforço de Rolland no supracitado artigo é fazer um exame dos sites de Ministérios de Relações Exteriores de 14 países⁹⁰, analisando assim, como estas instituições se relacionam com a sua história e de que forma comunicam seus discursos na Internet. Tendo em mente os problemas apontados no excerto acima, analisa os esquecimentos e as memórias de que lançaram mão para construir, segundo ele, diferentes “estratégias de história”, fazendo uso de uma “seletividade política” (ROLLAND, 2004:07). Colocando estas questões, o trabalho de Rolland, nos linka⁹¹ diretamente à página dos problemas da representação do passado na Internet, que como pudemos perceber nos textos italianos, apenas começam por aqui.

Vitali identificou diversos problemas sobre o consumo da história na Internet. Um dos problemas apresentados por Vitali, que de maneira mais ou menos intensa também se faz sentir em outros trabalhos da *Storiografia Digitale* é da hipertrofia de memória na rede. Tal fenômeno poderia ser exemplificado de diversas formas, seja pela ação de particulares ou instituições. Os blogs, por exemplo, concederam a “qualquer um” o poder de fala nesse novo meio, e daí, destaca o autor, produziram-se milhares de textos, pretendendo-se historiográficos, mas dominados pelo senso comum, muitas vezes impregnados da visão do passado que é veiculada nos *mass media*, fantástica e mitológica.

Corre-se o risco, adverte o responsável pelo o Arquivo de Estado de Florença, “de afogar as iniciativas científicas em potencial em um mar de sites diletantes”⁹² (VITALI, 2005:01). Mas também há casos em que a iniciativa parte de sites institucionais, entre os quais Vitali pesca o exemplo do *Library of Life*⁹³, promovido por uma instituição com a autoridade da Cruz Vermelha Internacional que encoraja as

⁹⁰ Pesquisa realizada *na internet* durante o segundo semestre de 2001.

⁹¹ É interessante perceber também como a sociedade incorporou o uso de alguns verbos, antes restritos unicamente ao ambiente informático e virtual, ao seu dia-a-dia. São alguns exemplos: deletar, linkar, googlar, Lpostar e, mais recentemente, a ressignificação do verbo mais badalado do Facebook: curtir.

⁹² No original: “le iniziative scientificamente attendibili in un mare di siti diletantistici”

⁹³ O endereço original de *Library of Life. Share Memories Forever*. <http://www.libraryoflife.org/> não encontra-se rastreável atualmente. No entanto, se pode acessar alguns instantâneos digitais do site através do *Way Back Machine*, iniciativa do *Internet Archive*, que visa preservar, de alguma maneira, um histórico das páginas da Web, podendo levar o internauta de volta à versões anteriores (já alteradas ou excluídas) de diversos sites web afora. Ver um exemplo de consulta via *Way Back Machine*: <http://web.archive.org/web/20050803075255/http://www.libraryoflife.org/> Último acesso em: 24.02.2013.

peças a “compartilhar suas memórias e a mantê-las vivas para sempre on line”, construindo assim, justamente um enorme arquivo de histórias de vida. É de experiências como estas que Vitali constata o surgimento de uma espécie de *popular historymakers* com a popularização da Internet⁹⁴.

Não mais *Magistra Vitae*, nem providencial e tão pouco autônoma, plena de autoridade, vinda de um discurso superior, com um lugar de fala específico na sociedade, e às vezes maculada pela responsabilidade do julgar. Nada disso. Segundo Vitali, os contornos que a história assume na nossa contemporaneidade, nos tempos da Internet, não é nem mesmo aqueles de uma microhistória, nem daquela vista de baixo ou pela periferia, mas uma “história em migalhas” (*storia in briciole*) – escreve ele – uma sorte de *patchwork* de eventos fragmentados do qual escapam o nexos, o contexto e o enredo. Para o autor, uma espécie de história *self service* em que muitas vezes a memória revestida de nostalgia reivindica identidade (VITALI, 2005:05), a nosso ver uma delicada sobreposição da oferta de memórias na rede aos, de fato, registros de história nela disponíveis.

Instaura-se com isso, também o problema da autoridade na rede, seja no sentido de autoria, como no de autoridade científica, pois na rede os papéis de emissor de mensagens/enunciados e os destinatários se confundem.

Com a digitalização se criam novas modalidades de organização do conhecimento. Isto se faz ainda mais relevância para aquelas profissões que se baseiam sobre o texto. O hipertexto, neste sentido, determina uma ruptura com a tradição linear do texto derivada de séculos de civilização da escrita. Na tradição de forma textual linear característica do livro impresso podemos individuar claramente o autor do texto, tanto que o direito do autor sanciona o princípio de propriedade intelectual ligando o texto ao autor. (...) Com o hipertexto, de fato, se ligam muitas porções de texto que podem provir de autores diferentes, tornando não somente difícil a individuação do autor único, mas também problemático o próprio conceito de autor. A questão se coloca sobre a paternidade do texto, mas também sobre a influência das aproximações de texto criadas pelos links. A 'montagem' enquanto geradora de significado, assume também um seu papel na autoridade de um hipertexto. Se de um lado, portanto, se perde uma ideia unitária de autor, por outro,

⁹⁴ Dois historiadores estadunidenses Roy Rosenzweig e David Thelen, lembra Vitali, escreveram em 1998 um ensaio chamado *Everyone a Historian* em que avaliavam positivamente o fenômeno, alegando que como os historiadores profissionais, os *popular historymakers* confeccionam suas próprias narrativas, ainda que sob a forma de uma conversa à mesa ou árvores genealógicas, ao invés de monografias eruditas. Tal fenômeno cria, de certa maneira, uma aproximação bastante forte entre História do Tempo Presente, História Oral e História do Tempo Presente, como notamos na introdução do presente trabalho. Não por acaso as críticas e as polêmicas sobre estas maneiras de se tratar a disciplina histórica na contemporaneidade se aproximam também. Ver também, “Not a simply task: professional historians meet Popular History Makers” (ROSENZWEIG, 2000). Ver bibliografia.

emergem novas figuras que adquirem poder sobre o texto.⁹⁵ (PAROLIN, 2002, tradução nossa)

O problema da autoridade como destaca Laura Parolin, aparece também no artigo de Serge Noiret⁹⁶ - especialista em história da informação belga, mas fixado no *European University Institute* (EUI) desde o início dos anos 1990 - em *La Storiografia Digitale*. O autor aponta a perda de estabilidade do documento eletrônico e as questões relativas ao conceito de autenticidade na rede, este último, em grande medida, atrelado à noção de autoridade (NOIRET, 2004:37). O autor chama atenção para o fato de que pouquíssimos sites (ao menos até 2004) estavam funcionando como espaços profissionais, científica e criticamente protegidos. Isso revela uma preocupação semelhante a de Vitali e Parolin no que diz respeito ao diletantismo na rede e à dissolução da autoridade nesse ambiente, enfim, à “história sem historiadores”, como percebia Rolland naquele mesmo ano.

Segundo Serge Noiret, a história produzida pela Academia não é o único tipo de história presente na Internet (NOIRET, 2004; 2005). Há vários tipos de narrativas sobre o passado e histórias presentes nessa rede. O autor diz haver ainda a presença de memórias (em blogs, páginas de redes sociais, sites variados) e diversos usos públicos do passado (em definições de verbetes de temáticas históricas na *Wikipedia*, por exemplo, ou sites institucionais de empresas ou entidades públicas que contam uma história sobre si) na Internet, com fins muito variados, entre eles ideológico e

⁹⁵ No original: "Con la digitalizzazione si creano (o meglio si diffondono, in quanto l'idea di ipertesto precede la sua possibilità pratica) nuove modalità di organizzazione della conoscenza. Questo ha tanto più rilevanza per quelle professioni che si basano sul testo. L'ipertesto, in questo senso, determina una rottura con la tradizione lineare del testo derivante da secoli di civiltà della scrittura. Nella tradizione della forma testuale lineare caratteristica del libro a stampa possiamo individuare chiaramente l'autore del testo, tanto che il diritto d'autore sancisce il principio della proprietà intellettuale legando il testo all'autore. (...) Con l'ipertesto, infatti, si legano più porzioni di testi che possono provenire da autori differenti, rendendo non solo difficile l'individuazione dell'autore unico ma anche problematico il concetto stesso di autore. Il quesito si pone sulla paternità del testo ma anche sull'influenza degli accostamenti di testo creati dai links. Il "montaggio" in quanto generatore di significato, assume anch'esso un suo ruolo nell'autorità di un ipertesto. Se da un lato, quindi, si perde un'idea unitaria di autore, dall'altro, emergono nuove figure che acquistano potere sul testo."

⁹⁶ Serge Noiret figura entre os estudiosos da *Storiografia Digitale* na Itália em virtude de sua produção no idioma italiano sobre o tema e participação em atividades e eventos como especialista da informação que fala sobre *Storiografia Digitale*. Noiret é um dos responsáveis pelo diálogo institucional entre o *European University Institute* (EUI – Florença, Itália) e o *Roy Rosenzweig Center for History and New Media* da *George Mason University* (CHMN/GMU – Fairfax, Virginia, EUA). Noiret figura entre os autores da coletânea *La Storiografia Digitale* (RAGAZZINI, 2004) com um artigo sobre a história contemporânea na rede (*La storia contemporanea nella rete del "villaggio globale"*). Atualmente é presidente da Federação Internacional de História Pública (IFPH, na sigla em inglês), fundada entre 2011 e 2012. O perfil do autor pode ser consultado em sua página no EUI: <http://www.eui.eu/Personal/Staff/Noiret/noiret.html> Último acesso em: 01.11.2013

propagandístico, como já notava Maynard (2011). Na Itália, especialmente, as disputas em torno de memórias na rede despertam a atenção dos historiadores, muito em função do seu passado recente, de experiência fascista.

Noiret soma a esses problemas, a ignorância de boa parte de historiadores, ao menos no contexto italiano, de que a Internet “oferece uma riqueza enorme – ainda se de fruição mais difícil – de informação ocasional, não organizada, dispersa”⁹⁷ (CALVO, CIOTTI, RONCAGLIA, ZELA *apud* NOIRET, 2004:38). Acusa a rarefação de conteúdos de relevância científica ou, ao menos “dos quais não duvidar muito” na Itália daquele período. Noiret assume a rede como um “grande hipertexto relacional”, ou ainda “um vilarejo global”. Ele reconhece que o problema da baixa qualidade das publicações científicas não é uma exclusividade da Internet. Isto sempre ocorreu também em vias impressas, com frequência até. A diferença mais sutil, porém bastante problemática no que diz respeito, novamente, à autoridade das informações na rede, é que na cultura impressa muitas vezes o mau trabalho não ganhava espaço, tendo uma circulação quase indiferente. No contrapé, mesmo trabalhos de baixa qualidade científica podem ganhar o direito à “cidadania do vilarejo global” e nele obter espaço de circulação (NOIRET, 2004:39).

Este fenômeno pode ter sérias implicações na história, desde o estabelecimento de negacionismos ao aparelhamento ideológico de um site como instrumento pedagógico de militância para esta ou aquela corrente política (MAYNARD, 2011), resultando assim em um uso público indiscriminado da história que demanda uma tarefa ética para lá de urgente da comunidade historiadora (NOIRET, 2004:45). A rápida historicização do Tempo Presente digital, que mencionamos acima, tem de forma igualmente veloz, atribuído sentidos históricos um tanto quanto questionáveis a eventos recentes, na maior parte das vezes, partindo dos *mass media* e em pouquíssimos casos, do seio da comunidade historiadora. A repetição do exemplo do 11 de setembro de 2001 não se dá pela falta de outros exemplos, mas pela força e alcance das mensagens que se propagaram a respeito.

Noiret nota ainda que ao enfrentar estes problemas que seriam de uma possível “cultura histórica digital” só mesmo através da noção menos específica de “cultura digital da rede”, como diz Manuel Castells (2001). Pelo menos na Itália, sublinha, as

⁹⁷ No original: “offre in ricchezza enorme – anche se di più difficile fruizione – di informazione occasionale, non organizzativa, dispersa”.

iniciativas partiram de algo não peculiar apenas à história, mas daquela noção mais geral de “informática humanística”, na qual a história teria pego carona nos últimos anos, sem que se enfrentasse o problema diretamente do ponto de vista dos historiadores.

Todo este distanciamento que a história ainda mantém em relação à rede faz com que problemas que podem ser particularmente sérios para o nosso ofício permaneçam fora de combate. Um exemplo mencionado por Noiret é a lacônica descrição de certos sites e seus autores. Alguns sequer adicionam às suas publicações e documentos uma data de entrada. Em muitos casos não se encontra nem mesmo a identificação nominal dos autores. Tudo isto pode ser ainda mais grave quando se tratam de sites que publicam “alguma historiografia digital” desta maneira descuidada. Neste último ponto, códigos bem basilares como uma clara referência à citação bibliográfica do texto são muitas vezes ignorados, sem que haja nenhuma orientação para a citação do mesmo na linguagem da Web (que pode, por exemplo, utilizar-se de links) (NOIRET, 2004:48). Desta forma, aparentemente, vemos acumularem-se as desvantagens da rede sem que haja uma conscientização de como aproveitar suas vantagens, o que, entretanto, somente poderá ser entrevisto, de fato, a partir da crítica, como parece unânime entre os autores de *La Storiografia Digitale* (2004). Noiret se pergunta:

Devem, os historiadores profissionais, ignorar os vários tipos de conteúdos históricos gerados na web etiquetando-os sob o infamante nome de “amadorismo” quando não nascem no âmbito acadêmico? Ou devem ao invés disso refletir sobre como e por que nascem esses interesses no uso da rede para comunicar conteúdos históricos de natureza variada da parte de um público tão distante das preocupações acadêmicas dos historiadores, mas, frequentemente, tão próximos e em sintonia com as técnicas e os significados do meio (médium)?⁹⁸ (NOIRET, 2004:46, tradução nossa)

É interessante observar que Noiret talvez seja um dos primeiros, entre os historiadores que estão publicando na Itália, mesmo no volume de Ragazzini (2004), a chamar atenção de maneira explicitamente positiva para as possibilidades de se interrogar a história que é colocada em rede sem a mediação dos historiadores profissionais. Não por acaso, o pesquisador se envolveu poucos anos após a redação desse artigo em alguns fóruns de discussão sobre os usos públicos da História, como o *National Council on Public History* (EUA), o qual organizou em 2009 uma “força

⁹⁸ No original: “devono, gli storici professionisti, ignorare i vari tipo di contenuti storici generati nel web etichettandoli sotto il nome infamante di ‘amatorialismo’ quando non sono nati in ambito accademico? O devono invece riflettere sul come e sul perché nascono questi interessi nell’uso della rete per comunicare contenuti storici di varia natura da parte di un pubblico molto lontano dalle preoccupazioni accademiche degli storici, ma, spesso, molto vicino ed in sintonia con le tecniche ed i significati del médium?”

tarefa” por uma *Public History* (História Pública) internacional. Esse grupo da força tarefa se tornou uma comissão interna do *International Committee for Historical Sciences* em 2010 e de 2011 para 2012 essa comissão se transformou na *International Federation for Public History*, da qual atualmente Noiret é presidente.

Para Noiret, a circunscrição da discussão dos problemas históricos apenas no âmbito da informática humanística entendida na sua acepção vertical – em que cada disciplina tem sua autonomia – é limitadora das práticas de história digital. Mas segundo o autor, admite-se o sentido horizontal de “informática humanística”, que valoriza a transversalidade dos métodos e a prática de todas as ciências sociais, em uma inter-relação, através da informática, isto pode ser bastante positivo, haja vista a colaboração que pode surgir das trocas entre as disciplinas. Seria necessário, pois, atualizar procedimentos da oficina da história, a luz das trocas e dos empreendimentos que outras ciências sociais experimentaram com sucesso (NOIRET, 2004:68).

Muito se fala das potencialidades da rede e do hipertexto, mas o que Noiret tenta mostrar neste artigo é que existe o plano ideal e teórico de toda novidade da rede e existe o “real do virtual”, ou, resumindo sua ideia, como as coisas de fato acontecem, na prática, nos trabalhos historiográficos. Seu texto, portanto, aborda, em realidade, as limitações que a história ainda enfrenta na rede. Um dos atrasos para a nossa área, que embora se faça sentir alhures, se constitui em um entrave bastante significativo para a real prática de uma historiografia digital, é o fato de Internet e hipertexto não se conjugarem na maior parte dos casos (NOIRET, 2004:50). Ou seja, como se no mais das vezes se utilizasse a Internet para pesquisar, escrever e divulgar história, mas sem fazer uso do elemento que justamente a torna distinta da cultura impressa: o hipertexto.

O recurso ao hipertexto e, hoje, também à hipermedialidade, é uma escolha, mas não a escolha da rede e seguramente não aquela da historiografia de rede. A grandíssima maioria da historiografia contemporânea de rede no mundo do ‘*scholarly publishing*’ das revistas digitais não está ligada a objetos digitais multimídia, uma das íntimas potencialidades próprias da rede, e não oferece diversos níveis de texto. Ao máximo, o historiador digital usará os links para alcançar as notas do texto, os parágrafos seguintes, um site que permita uma citação copia-e-cola, uma referência a um lugar na rede onde se situa um outro texto digital, etc.⁹⁹ (NOIRET, 2004:50, tradução nossa, grifo do autor)

⁹⁹ No original: “Il ricorso all’ipertesto e, oggi, anche all’ipermedialità, è una scelta ma non la scelta della rete e sicuramente non quella della Storiografia di rete. La stragrande maggioranza della Storiografia contemporanea di rete nel mondo delle “scholarly publishing” delle riviste digitali non è collegata ad oggetti digitali multimediali, una delle intime potenzialità della rete stessa, e non offre diversi livelli del testo. Al massimo, lo storico digitale userà dei link per raggiungere le note del testo, i paragrafi seguenti, un sito che permette una citazione copia/incolla, il rinvio al posto della rete dove si colloca un altro testo digitale etc.”

Arriscamos dizer, por fim, que a hipertextualidade seria um dos, senão o mais central elemento desta “historiografia digital”. Como vimos até aqui, na Itália, embora haja uma presença de estudo sobre o tema, ainda não se estabeleceu uma clara conceituação do termo, na própria coletânea *La Storiografia Digitale*, por vezes, aparece como sinônimo a expressão “historiografia de rede” (*storiografia di rete*). A indefinição do mesmo reflete a instabilidade do meio em que este se realiza e a velocidade com que tudo isso vem se transformando no Tempo Presente, dada a rapidez da mutação tecnológica e o gradual incremento dos estudos a respeito. Para os historiadores que pensaram o hipertexto no centro desta problemática como Criscione e Noiret, o hipertexto transforma (ou pode transformar, se devidamente explorado, como lembra Noiret) as bases do conhecimento fundadas na cultura do livro e dos textos impressos. Um texto escrito no formato digital, recorrendo às multimídias e à referencialidade a partir de *links* (possíveis na Web) se torna mais ou menos fluido, mais ou menos rígido. E a diferença dos textos da tradição impressa, como enfatiza Noiret, requerem certa técnica/habilidade para serem construídos, das quais um bom número de historiadores ainda se mantém distante (embora esta situação também esteja mudando). A característica fulcral da relação entre cultura impressa e a digital, para Criscione, reside na “imediatividade” com que se dá a relação entre mídias e como se realiza o acesso de várias destas mídias simultaneamente (ou quase) pelo leitor de texto (CRISCIONE, 2003).

Tal imediatividade das novas mídias digitais, frente às tradicionais se desdobraria, para Criscione, em duas tendências opostas. Uma delas, a noção de transparência (ou a ilusão da transparência) que aflora quando se dá a possibilidade de o leitor acessar por ele mesmo, quase que instantaneamente um *link* e verificar a fonte referenciada em uma nota hipertextual. Outra é a opacidade, que pode resultar da fragmentação de muitos pontos de vista colocados à disposição através do acesso mediado pela tecnologia (CRISCIONE, 2003). São limites e possibilidades de se trabalhar em rede.

Noiret conclui seu artigo, entretanto, propondo uma interessante chave de leitura para a discussão das novidades relativas ao par História e Internet: que se enxerguem as mesmas como problemáticas inerentes ao ofício do historiador em si:

Todavia, permanece o fato em si que as problemáticas que se podem individualizar relativamente à ‘história e Internet’ são aquelas mesmas que se colocam à base do ofício do historiador desde sempre; a rede não muda os

termos daquilo que ensinaram os iluministas já no século XVII com Mabillon e como ensina ainda hoje o Marc Bloch sempre atual de Apologia da História, a propósito desta velha ciência que há mais de dois mil anos se colocou sobre uma base epistemológica: ‘*si les sciences devaient, à chacune de leur conquête se chercher uma appellation nouvelle, au royaume des académies que de baptêmes, et de pertes de temps!*’ [BLOCH, 1974:31]¹⁰⁰ (NOIRET, 2004:68, tradução nossa)

De certo modo, esse pensamento exprime bastante o que o grupo na Itália sobre o debate da/na “história/historiografia digital”, antes de serem questões tecnológicas ou de comunicação telemática, eletrônica, digital – como se queira – os problemas que se colocam para o nosso ofício estão na base da operação histórica e, portanto, vão recair sobre os elementos incontornáveis desse processo: a memória (e a prova), a interpretação (e a explicação) e a construção da narrativa histórica (e aí seus suportes, suas mídias etc.). Pensando nestes termos, por mais novas que sejam as tecnologias, elas não criam novos tipos de historiadores, apenas vão requerer deles novas habilidades. Podemos pensar assim em certa atualização (não necessariamente imperativa) do nosso métier, mas não considerar que o “novo”, em que pesem suas promessas, dispense o velho.

2.2 Digital History: no tempo dos historiadores digitais

Refletindo sobre as transformações do digital posteriormente se incorporariam às discussões do *Digital Humanities* na Inglaterra, o sociólogo John B. Thompson (1998), da *University of Cambridge*, apresenta um quadro de significativa mudança no que diz respeito à comunicação na contemporaneidade. Segundo ele, a utilização das redes de comunicação e informação, criou novas formas de ação e interação na sociedade, ao mesmo tempo em que transforma os diversos tipos de relação entre os indivíduos e relações mais íntimas, subjetivas, de si consigo mesmo. Além das relações sociais, as TICs também alteram radicalmente a organização espaço-temporal da vida social, o que, portanto, toca diretamente nas matérias com que lida o historiador em seu ofício.

¹⁰⁰ No original: “Tuttavia, rimane il fatto in sé, che le problematiche che si possono individuare relativamente a ‘storia ed Internet’ sono quelle stesse che si pongono alla base del mestiere di storico da sempre; la rete non muta i termini di quello che hanno insegnato gli illuministi già nel XVII secolo com Mabillon e como insegna ancora oggi il Marc Bloch del sempre attuale Apologie pour l’histoire ou du métier d’historien, a proposito di questa vecchia scienza che da più di duamila anni si è posta uma base epistemológica: ‘*si les sciences devaient, à chacune de leur conquête se chercher une appellation nouvelle, au royaume des académies que de baptêmes, et de pertes de temps!*’”

J. B. Thompson propõe uma teoria social para os meios de comunicação de massa na qual propõe uma revisão do conceito de “esfera pública” proposto por J. Habermas. Para o autor, a criação de novas formas de sociabilidade e de vida pública que se colocam fora do Estado, e que independem dele, significaria, na verdade, a reinvenção da esfera pública (THOMPSON, 1998:327). A Internet, muito provavelmente, de meados dos anos 1990 para cá, foi um dos maiores incrementos incentivadores dessa nova esfera pública. Nesse novo contexto, segundo J. B. Thompson, a liberdade da coisa pública se faria perceber em sua mais plena forma, livre de regulamentações e de intervenções de alguma *supra* institucionalidade.

O potencial transformador de padrões sociais que essas tecnologias possuem talvez seja diferentemente sentido – e estudado - no país que foi, e é ainda, um dos líderes mundiais nesta produção, berço, aliás, do nascimento da própria Internet, país que a viu se desenvolver desde o surgimento da Arpanet (ver [glossário](#))¹⁰¹, na década de 1960, até o *boom* do *World Wide Web* (ver [glossário](#)), nos anos 1990: Estados Unidos da América. O envolvimento de centros universitários de pesquisa no processo que fez o que inicialmente seria uma tecnologia militar se transformar em uma rede de computadores de domínio público, sem dúvidas, significou muito para a Academia do país e suas práticas. Ora, fora este processo de quase trinta anos que possibilitou que antes de “reinventar” uma esfera pública desgarrada do Estado, a própria tecnologia pudesse, em nome da comunicação científica, desvencilhar-se dele. O que queremos dizer é que talvez a Internet só tenha desaguado no *WWW* livre e aberto graças ao impulso colaborativo dos pesquisadores envolvidos na sua criação. Manuel Castells, afirma:

A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subvertes valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. Reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade. (...) De fato, a produção histórica de uma dada tecnologia molda seu contexto e seus usos de modos que subsistem além de sua origem, e a Internet não é uma exceção a esta regra. Sua história ajuda-nos a compreender os caminhos de sua futura produção da história. (CASTELLS, 2003:13)

O grupo de historiadores dos Estados Unidos que acompanharemos neste capítulo, mais precisamente, aqueles ligados direta ou indiretamente ao centro de

pesquisa *Roy Rosenzweig Center For History And New Media, da George Mason University* (CHNM-GMU) na Virgínia¹⁰², certamente não ignora o papel de seu país do desenvolvimento desta tecnologia. É possível, ainda, que seja esta história a agregar certo sentido de responsabilidade e – por que não? – autoridade em seus discursos sobre os usos destas tecnologias nas ciências e, de maneira mais específica, na História¹⁰³.

Neste capítulo, para contemplar as acepções da *Digital History* estadunidense, apresentaremos a discussão realizada nos Estados Unidos por um grupo específico de historiadores, aqueles articulados ao CHMN, bem como no caso italiano percorremos as principais ideias dos autores de *La Storiografia Digitale* (RAGAZZINI, 2004). Entretanto, há de se considerar que as duas principais obras trabalhadas aqui se inserem em um contexto nacional de diálogo com seus pares mais próximos, e ao mesmo tempo, em um cenário mais global do desenvolvimento do debate acerca da aproximação das tecnologias com as ciências humanas. Isto significa que, por maior que seja o enfoque dado a estas obras, sabemos que elas não estão “falando sozinhas” com suas audiências, mas que construíram seus argumentos no espaço de suas tradições, de forma dialética, em seus pertencimentos institucionais e especificidades nacionais.

Roy Rosenzweig foi o historiador estadunidense que encabeçou os primeiros projetos do CHMN (fundado em 1994 por ele mesmo). Vale ressaltar que este centro aglutinou um grande grupo de historiadores ocupados em tentar sistematizar formas de interpretações do passado que se valessem de fontes e ferramentas digitais compartilhados na *World Wide Web*¹⁰⁴ para isso. A obra *Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web* escrito por Rosenzweig e Daniel Cohen (2005) que, após a morte de Rosenzweig, em 2007, assumiu a direção do

¹⁰²Sobre este Centro de Pesquisa Sobre História e Novas Mídias ver: <http://chnm.gmu.edu/> Acessado em: 20.02.2012.

¹⁰³ A maneira com que os estadunidenses abordam o tema da *Digital History*, propondo não apenas um título para a “coisa”, mas também uma investitura para aqueles que a praticam – os historiadores digitais, talvez deva bastante a este passado. Enquanto, distantes da criação da Internet, sofrendo de maneira refratária as transformações advindas desta inovação tecnológica, os italianos que vimos no capítulo anterior olham seu presente, buscando apoio no seu passado, na tradição da historiografia mesma. Em outro contexto, nos Estados Unidos os pensadores da *Digital History* pensam seu presente olhando para o futuro, para o que a *Digital History* promete. A historicização da tecnologia que possibilitou a Internet, está, de certa maneira, implícita do discurso dos norte-americanos que sabem estar falando com *quem sabe que eles sabem o que é a Internet*. Enquanto na Itália se busca respostas no longo espaço de experiência da historiografia; nos EUA se buscam respostas para o horizonte de expectativas deveras instigante da história que se faz digitalmente. Para outros aspectos desta comparação, ver capítulo 3.

¹⁰⁴Importante destacar aqui que não se tratam de pesquisas sobre a relação da informática e dos computadores, enquanto *software* e *hardware*, mas propriamente do como realizar e compartilhar pesquisas históricas através da rede. Não devemos confundir a sistematização dessas práticas com o que foi dito na segunda geração do *Annales* a cerca de uma história serial, quantitativa.

centro figura entre os projetos “Research + Tools” do CHMN. Na introdução do livro, os autores fazem menção às mudanças operadas pela “revolução digital” e situam sua obra:

Este livro emerge em resposta para essas dramáticas mudanças. Apenas dez anos atrás, nós não teríamos imaginado a necessidade de "um guia para coletar, preservar e apresentar o passado na web". De fato, poucos de nós sabiam da existência da web. Mesmo os editores da *Wired* ignoraram isso em seu suplemento inaugural. Dez anos atrás, nós teríamos sido objeto de curiosidade, se não de escárnio, se propuséssemos tal objeto. Hoje, a necessidade disto parece auto-evidente.¹⁰⁵ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I, tradução nossa)

O “guia” estabelece desde o início que *Digital History* é fazer história usando a Web consciente de suas vantagens e desvantagens. Entre as vantagens, tocam em questões de certa maneira também destacadas na Itália como aspectos positivos, embora, algumas dessas características também se desdobrem em problemas para a operação historiográfica: capacidade (de armazenamento), acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interatividade e hipertextualidade (ou não-linearidade). Entre as desvantagens, estariam aspectos relacionados à superinformação na rede, como: qualidade, durabilidade, leitabilidade (*readability*), passividade e inacessibilidade (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: *introduction*).

Sobre a *capacidade* de armazenamento, os autores se perguntam como poderá ser diversa a escrita da história em um futuro em que todas as evidências puderem estar disponíveis? Aqui, ficamos com o impasse entre escassez – temida quando não se conhecia bem a Web – e a abundância quase sufocante do salvamento completo. Embora Cohen e Rosenzweig encarem esta característica da Web como algo ao nosso favor e sejam mais entusiastas dela do que os italianos, Rosenzweig em um precedente artigo - *Scarcity or Abundance? Preserving the Past in a Digital Era* (2003) – reconhece que armazenar não será o suficiente. Para ele, bem além da solução técnica para a incompatibilidade entre mídias e leitores, por exemplo, o que será mais necessário é a abertura dos historiadores para trabalhar na abundância.

Mesmo o “mais calibrado mix de tecnologias” não salvará o passado para o futuro, a despeito da possibilidade de armazenamento, mas Rosenzweig vê em

¹⁰⁵ Adverte-se que as citações retiradas de originais em língua estrangeira são apresentadas em Língua Portuguesa em uma livre tradução realizada pela própria autora. No original: “This book emerges in response to these dramatic changes. Just ten years ago, we would not have imagined the need for “a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web.” Indeed, few of us knew the web existed. Even the editors of *Wired* ignored it in their inaugural issue. Ten years ago, we would have been objects of curiosity, if not derision, if we had proposed such a project. Today, the need for it seems self-evident.”

iniciativas como o *Internet Archive* < <http://archive.org/> > um grande valor para a comunidade histórica, embora muitos ainda não consigam ver serventia no serviço, em vinte cinco ou cinquenta anos isto poderá ser apreciadíssimo (ROSENZWEIG, 2003). O problema maior não está na tecnologia ou na máquina, mas nos historiadores. Para os autores do guia, muitos historiadores ainda resistem. Há aqueles que não abraçaram a visão de que cada um se torna seu ou sua próprio(a) historiador(a), ou não endossaram com tanto entusiasmo a ideia de uma biblioteca universal que contenha todos os verbetes e arquivos etc. Para a dupla, uma hipótese informal seria a de que os historiadores receiam ter que realizar suas pesquisas utilizando muito mais fontes só porque elas estão acessíveis. Eles discordam que os historiadores sejam quase naturalmente hostis às novas tecnologias, mas compreendem que eles não estão prontos para receber com tanta facilidade mudanças em seus métodos tradicionais de trabalho. Uma forte questão para os autores diz respeito à saída de uma “cultura de escassez” para a entrada em um mundo de abundância que muitos podem achar inquietante (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I).

A despeito, porém, desse receio pela assunção de uma abundância, a *acessibilidade*, para Cohen e Rosenzweig, seria promissora justamente pelo que podemos pensar do sentido mais amplo da palavra. Pelo fato de tornar acessível a uma enorme audiência, em certa medida, jamais experimentada (nestes marcos da nova esfera pública da Web), uma grande quantidade de informações e fontes. A abertura de bibliotecas, arquivos e museus ao grande público online, não só duplica ao primeiro instante a quantidade de fontes através das cópias digitais, mas também modifica a experiência de quem consome tal informação. Se isto pode ser significativo para adolescentes que acessem documentos da *Library of Congress* na Internet, o que pode significar para historiadores?

Entre outras coisas, a acessibilidade é uma das características da Web que mais aproximam a *Digital History* das práticas de História Pública (*Public History*), ou seja, a história aplicada, a história e os diversos modos como ela é colocada no/para o mundo. Isto se deve ao fato de que na Era Digital, “O passado se encontra repentinamente mais acessível e isto é ainda mais rico em função da terceira característica da mídia digital - daquilo que podemos chamar de *flexibilidade*”¹⁰⁶

¹⁰⁶ No original: “The past that is suddenly more accessible is also much richer because of a third characteristic of digital media—what we might call *flexibility*.”

(COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I), ressaltam autores. Esta característica seria aquela pela qual na Web se tornou possível reunir diferentes tipos de mídias (arquivos de sons, áudios, textos, imagens, vídeos) em um mesmo espaço. E mais, tal flexibilidade significa também a possibilidade destas mídias assumirem facilmente outras roupagens. Pensemos a uma palavra que “linka” para um mapa, que “linka” para uma imagem, ao mesmo tempo acompanhada de sons e texto?

Sobre tal tipo de “escrita multimedial” possível na Web, Rosenzweig e Steven Brier são categóricos: “Para historiadores, as vantagens disto são óbvias. O passado ocorreu em mais de um meio. Então por que não estarmos aptos a apresentá-lo em múltiplas dimensões?”¹⁰⁷ (1994). A flexibilidade, dessa forma, transformaria a própria experiência do **consumo** de história. Entretanto, essas mídias digitais também vão, em virtude da sua abertura e *diversidade*, alterar as condições de **produção** da história. Como os autores que discutem a *Storiografia Digitale* na Itália também notaram, não só historiadores utilizam a Web para publicar histórias, pelos mais variados categorias de autores. Rosenzweig e Cohen chamam atenção para o fato de que através dos olhos do Google – como a maioria das pessoas vê a Web – mesmo um desinteressado blogueiro pode ser mais influente em determinados temas do que celebrados historiadores. Na rede, todos podem produzir conteúdo e isto significa mais, como veremos.

Os autores do guia agrupam estas primeiras quatro qualidades das mídias digitais como um grupo vantagens quantitativas:

nós podemos fazer mais, alcançar mais pessoas, armazenar mais dados, oferecer aos leitores maior variedade de fontes, podemos levar mais materiais históricos para as salas de aula, dar para os estudantes mais acesso a fontes restritas, aprender de mais perspectivas.¹⁰⁸ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005, I, tradução nossa)

Mas as mudanças não se tratam apenas do que se pode somar. A dupla lembra o exemplo da crítica literária Janet Murray em seu *Hamlet on the Holodeck* (1997) sobre o futuro da narrativa no ciberespaço. A autora faz uma distinção entre as características “aditivas” e “expressivas” das novas mídias através de uma analogia com os primeiros tipos de filmes, também chamados *photoplays*, que eram uma mera adição de formas de arte (fotografia mais teatro) e os filmes mais recentes, nos quais após terem aprendido a

¹⁰⁷ No original: “For historians, the advantages of multimedia are obvious. The past occurred in more than one medium, so why not present it in multiple dimensions?”

¹⁰⁸ No original: “we can do more, reach more people, store more data, give readers more varied sources; we can get more historical materials into classrooms, give students more access to formerly cloistered documents, hear from more perspectives”

usar montagens, *close-ups*, *zooms* etc. como parte da narrativa, os produtores conseguiram dar aos velhos *photoplays* uma nova forma de expressão.

Enquanto as características quantitativas das novas mídias digitais se relacionam diretamente com os problemas mais imediatos da relação entre o par história e Internet de que falávamos na introdução deste trabalho, os aspectos qualitativos destas mídias, como também o notaram os italianos, com outras palavras, é o que há de mais relevante para se pensar novas formas de escrever a história na Era Digital. Para resumir, é o que pode, de fato, incorrer em novas maneiras de se pesquisar, tratar o documento, ler, interpretar, construir uma narrativa que explique e, por fim, dá-la ao público.

No quadro das características “expressivas” ou qualitativas que interessam à História neste novo contexto, está a chamada *manipulabilidade*. Rosenzweig e Cohen afirmam que possibilidade de manipular dados a partir de ferramentas eletrônicas e revelar coisas que não seriam evidentes sem isto é uma poderosa operação para historiadores contemporâneos. A simples busca de palavras, por exemplo, atualmente bastante banalizada, seria um primeiro e mais básico exemplo de manipulação. “A capacidade de buscar palavras do JSTOR¹⁰⁹ - segundo os autores - torna possível um tipo de história intelectual que não seria possível de ser realizada prontamente com fontes impressas” (COHEN; ROSENZWEIG, 2005).

Ainda mais sedutora seria a ideia de criar buscas automáticas em meio aos grandes bancos de dados de imagens, sons e filmes¹¹⁰. Entretanto, a mesma manipulação que pode facilitar estes processos pode também agilizar operações de deformação dos dados (lembramos dos inconvenientes historiográficos sobre a edição de imagens históricas citados pelos italianos), mas nossos autores parecem mais interessados na aceção mais positiva, de qualidade, desta manipulabilidade.

A *interatividade* seria mais uma das mudanças qualitativas da Web, sobretudo na Web 2.0 (ver [glossário](#)). Rosenzweig e Cohen destacam-na porque ela inaugura uma nova relação com o conteúdo histórico em que todo ponto de consumo é – pode ser também – ponto de produção. Esta interatividade possibilita múltiplas formas de diálogos históricos, não apenas entre historiadores profissionais, mas entre profissionais

¹⁰⁹ Agora também com livros, além de fontes primárias e artigos de periódicos. Disponível em: <http://www.jstor.org/> Último acesso em: 20.02.2013. E a versão para livros acadêmicos: <http://books.jstor.org/> Último acesso em: 25.02.2013.

¹¹⁰ O que de maneira ainda não totalmente automatizada já pode ser feito mesmo via motores de pesquisas comuns, como Google, graças ao crescente uso, consciente ou não, da categorização de dados via etiquetas eletrônicas – as *tags*. Vide o exemplo do Google Imagens.

e não-profissionais, professores e estudantes, estudantes e estudantes e todas as pessoas que estiverem de alguma maneira refletindo sobre o passado na rede. Pense-se à possibilidade dos *feedbacks* via comentários em blogs e sites Web afora, sem falar dos fóruns e redes sociais. Os autores observam, como também chamaram atenção os autores da coletânea organizada por Ragazzini em 2004, que tudo isto altera, em certo sentido, o nível de responsabilidade da prática historiadora. Na Web as novas formas de colaboração, debates e jeitos de "coletar o passado" não são novidades restritas à Academia. Qualquer um (dotado de computador com acesso à Internet) pode fazê-lo:

Ao menos potencialmente, mídias digitais transformam a tradicional relação de mão-única entre leitor/escritor, produtor/consumidor. Historiadores públicos, em particular, têm buscado formas de "compartilhar autoridade" com seu público; a web oferece um meio ideal para que este compartilhamento e colaboração.¹¹¹ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I, tradução nossa)

Por fim, a escrita descontínua possibilitada pela *hipertextualidade* (ou *não-linearidade*) da Web também parece reforçar esta espécie de nova relação entre autor e leitor, uma vez que a interação do leitor com as fontes e com o texto inteiro poderá ser distinta da forma imaginada a priori pelo seu autor. Nesta configuração, exacerba-se a velha convenção de que cada leitura encerra uma releitura. Os leitores ficam aptos a colaborar com o texto e se tornam, em certa medida, co-autores do mesmo (DECEMBER, 1996). Rosenzweig e Steven Brier notam que isto não se limita ao uso dos pesquisadores de carreira, mas pode chegar às escolas, repercutindo nas práticas docentes da comunidade historiadora:

a tecnologia computacional pode tornar possível para estudantes e outros leitores ter mais controle sobre sua aprendizagem e para se moverem em seu próprio ritmo, tomando as decisões sobre a direção em que eles querem ir, por quais atalhos querem investigar. Novas tecnologias podem também liberar os professores de alguns dos aspectos mais repetitivos e menos edificantes de ensino e permitir-lhes passar um tempo trabalhando direta e criativamente com os alunos.¹¹² (ROSENZWEIG e BRIER, 1994, tradução nossa)

¹¹¹ No original: "At least potentially, digital media transform the traditional, one-way reader/writer, producer/consumer relationship. Public historians, in particular, have long sought for ways to "share authority" with their audiences; the web offers an ideal medium for that sharing and collaboration."

¹¹² No original: "computer technology can allow students and other readers to have more control over their learning, to move at their own pace, and to make decisions about the direction they want to go in and the byways they want to investigate. New technology also may free up teachers from some of the most repetitive and least edifying aspects of teaching and allow them to spend time working directly and creatively with students."

Já as desvantagens das mídias digitais, estariam diretamente atreladas às suas vantagens, como prós e contras inevitáveis. Os problemas da *qualidade* e da autenticidade, por exemplo, emergem na rede, em parte, devido à vasta capacidade de das mídias digitais. Contudo, os autores notam que os problemas de equívocos de informações históricas são tão passíveis de acontecerem na rede como em outros ambientes. A diferença, para eles, é que "em geral, a rede está mais certa do que errada". E exemplificam isto dizendo que uma rápida pesquisa no *Google* (à época) encontraria 613 *web pages* discutindo o "*Gettysberg Address*", mas 86,100 que corretamente indicariam a digitação/grafia certa para o lugar no discurso de Lincoln como "*Gettysburg*".

A *durabilidade* (baixa) seria o lado B da flexibilidade que comentamos anteriormente. Ao mesmo tempo em que se tem uma multiplicidade de mídias disponíveis, caminha-se sobre o fio da navalha de uma perda incontornável de tudo. Entretanto, mais uma vez, acalmando os mais desconfiados, Rosenzweig e Cohen afirmam que “difícilmente preservação histórica e de arquivos são problemas novos, mas a era digital nos forçou a reconsiderar questões fundamentais sobre o que deveria ser preservado e por quem.”¹¹³ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I, tradução nossa).

Outra questão que tentam desmistificar estes estadunidenses que chamaram para si a responsabilidade, o direito e a autoridade de apresentar os perigos e as promessas da supernova *Digital History* diz respeito à nova experiência de leitura anunciada pelos profetas do hipertexto. As dificuldades de leitura, segundo os críticos deste advento, engendrariam o fim da leitura. O maior ponto de discussão a respeito seria o desconforto e os problemas de se ler em um monitor, algo que hoje, aproximadamente oito anos após a publicação do guia de Rosenzweig e Cohen, parece estar "resolvido" através do uso de tecnologias para oferecer uma melhor definição das imagens, possibilidades de operar contrastes nos textos etc.¹¹⁴.

¹¹³ No original: “historical and archival preservation are hardly new problems, but the digital era has forced us to reconsider fundamental questions about what should be preserved and who should preserve it.”

¹¹⁴ Haja vista o lançamento de novos tipos de monitores, mais confortáveis para os olhos, a adequação dos *layouts* dos sites, o desenvolvimento de leitores digitais como o *Kindle* (com a tecnologia *e-ink*) e mesmo a criação de aplicativos para facilitar a leitura na web, como o *Readability*, que se divulga como “um jeito melhor para ler na Web” pois promove uma espécie de limpeza/despoluição das web pages transformando-as em praticamente uma versão digital (estilo PDF) de um texto impresso. Sobre o este último, ver também: “*Readability*: porque não estamos prontos para a dispersabilidade” em: <http://historiografianarede.wordpress.com/2013/01/24/readability-porque-nao-estamos-prontos-para-a-dispersabilidade/> Último acesso em: 21.02.2013.

O real problema da *leitabilidade* seria, segundo os autores, não a capacidade física da leitura, mas aqueles aspectos mais profundos ligados aos significados e formas padrão desta atividade clássica na história. A nova leitabilidade supõe também uma maneira de escrever diversa e logo uma interrogação também sobre o que é ser autor neste meio hipertextual, em que os leitores são convidados a montarem seus próprios percursos através dos textos.

A prática da escrita hipertextual no meio acadêmico rompe com um conjunto de convenções de escrita e leitura em que o mundo impresso está circunscrito e ao qual estamos treinados a ler. Regras tácitas estabelecidas em séculos, como as notas de pé de página, tendem a facilitar a leitura (e compreensão) de quem conhece estes códigos. Os autores argumentam que no mundo impresso:

Muitos acadêmicos podem encontrar rapidamente a tese nas primeiras páginas, as conclusões nas duas últimas páginas, e um sentido das fontes utilizadas através de um rápido exame das notas de rodapé. Tais estratégias são inúteis para enfrentar ensaios em hipertexto. Não só a tese é muitas vezes difícil de encontrar de forma rápida, como também, nem sempre é claro que há uma tese. Onde é o começo? O fim?¹¹⁵ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I, tradução nossa)

Desta maneira, se perderiam os parâmetros tradicionais através dos quais o leitor baseava suas expectativas sobre um texto, inclusive sobre o tempo de leitura que este demandaria. De certa maneira, o que Rosenzweig e Cohen querem dizer com os inconvenientes da leitabilidade na rede é que não existe mais aquela espécie de "contrato social em que o autor concorda em seguir certas convenções de argumentação, organização e documentação" e o leitor, por sua vez, "concorda em dedicar certa quantidade de tempo para dar uma leitura confiável ao artigo" (2005).

Já a *passividade* seria o reflexo da má exploração da qualidade interativa da Web. Os autores brincam que, há época, apesar das possibilidades de interação oferecidas pelas mídias digitais, no que diz respeito à história, uma das formas mais interativas de história na internet eram "testes de múltiplas escolhas". Eles notam que "computadores são melhores em 'sim' e 'não', 'certo' e 'errado', enquanto historiadores preferem palavras como 'talvez', 'possivelmente' e 'é mais complicado que isso'." (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I).

¹¹⁵ No original: "Most academics can rapidly find the thesis in the first few pages, the conclusions on the last two pages, and a sense of the sources used through a quick scan of the footnotes. Such strategies are worthless in confronting hypertext essays. Not only is the thesis often hard to find quickly, but it is not always clear that there *is* a thesis. Where is the beginning? The end?"

O quarto, mas não derradeiro problema implícito neste contexto seria o negativo da promessa de super acessibilidade, a *inacessibilidade* e os riscos de monopólio. O guia alerta: "O mais conhecido perigo - a exclusão digital em posse de computadores e utilização da Internet entre ricos e pobres, brancos e não-brancos - diminuiu um pouco, mas ele persiste, apesar de reivindicações políticas dizerem o contrário"¹¹⁶ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I, tradução nossa). A exclusão não resolvida continua colocando obstáculo às maravilhas do acesso total. Além disso, os vários processos de comercialização de dados em curso, tornando privados e restritos a pagamento o que poderia ser aberto, de acordo com a filosofia *open source* da Internet também são preocupantes.

A respeito desta comercialização geradora de inacessibilidade, Robert Darnton, um dos diretores à frente de um dos mais ousados projetos de digitalização no mundo, fazendo frente ao Google Books - a *Digital Public Library of America* (DPLA) – alerta:

Digitalizar e vender o produto de maneiras que não consigam garantir amplo acesso seria repetir o erro cometido quando editoras exploraram o mercado de periódicos científicos, mas numa escala muito maior, pois transformaria a internet num instrumento de privatização de um conhecimento que pertence à esfera pública. Nenhuma mão invisível interviria para corrigir o desequilíbrio entre o bem privado e o bem público. Somente o público pode fazer isso, mas que é a voz do público? Não os legisladores que cunharam a Lei de Proteção a Mickey Mouse. (DARNTON, 2009:29)

O projeto da biblioteca envolveu mais de 40 instituições de ensino e pesquisa dos Estados Unidos, com lançamento previsto para abril de 2013. Uma biblioteca pública que promete, inicialmente, 02 milhões de livros em formato digital, acessíveis em qualquer parte do mundo. O primeiro diretor executivo da DPLA é ninguém menos que Daniel Cohen, que por sua experiência em iniciativas digitais do CHNM, acumula expertise para gerenciar a biblioteca.

Como seu colega do CHMN, desde a *Harvard University*, Darnton defende a digitalização, mas não qualquer digitalização. Para Darnton, a despeito do frenesi em torno aos e-books (ver [glossário](#)), o livro impresso não morreu; nem toda a informação do mundo está disponível online; aliás, nós não entramos na era da informação agora (a comunicação de notícias existe no mundo desde antes de Gutenberg e se aperfeiçoou com após a sua invenção, mas isso já tem pelo menos cinco séculos); as bibliotecas não

¹¹⁶ No original: "The best-known danger—the digital divide in computer ownership and Internet use between rich and poor, white and non-white—has diminished somewhat, but it persists despite politically motivated claims to the contrary."

são obsoletas; e nem mesmo podemos afirmar que em nosso futuro o serão ou mesmo que *nosso futuro* será digital.

Segundo Darnton, sua experiência como diretor da biblioteca de Harvard lhe mostrou que o digital, de maneira alguma, está eliminando ou pondo em risco, os livros e as bibliotecas. As bibliotecas continuam abarrotadas de gente e as pessoas não deixaram de ir até as bibliotecas porque podem utilizar computadores. Agora elas vão e em muitos casos levam os computadores consigo. E isto ocorre por uma razão muito simples e forte ao mesmo tempo: “Bibliotecas nunca foram depósitos de livros. Sempre foram e sempre serão centros de saber” (DARNTON, 2009:16).

Os problemas apresentados pelos autores na dupla face destas mídias digitais, são, portanto, até o momento, questões suspensas que esperam por uma solução em um futuro próximo. O que aos autores do guia estão dizendo é algo como: há vantagens e desvantagens, em abraçar as mídias digitais, mas os problemas, mesmo os novos, não solucionados ainda, não são impeditivos ou anuladores das características positivas do digital. Então, por que não utilizá-la?

O apelo maior do guia *Digital History*, parece ser, apesar de os autores não quererem se alinhar a entusiastas cegos pelas tecnologias (eles apontam os problemas), em favor do uso das tecnologias pelos historiadores. Considerando que muitos não o fazem por desconhecer as vantagens da Web, ou por medo dos riscos oferecidos, por pouca intimidade com a tecnologia e pouca *expertise* informática, os autores tentam apresentar, afinal, “porque um historiador deve criar um *website* e quais desafios e possibilidades isto lhe coloca”. Neste sentido, explicam os autores:

De maneira mais genérica, nós queremos que você saiba o suficiente para organizar e liderar um esforço de história online, mesmo se você estiver se juntando a outros colaboradores (designers, programadores, advogados, arquivistas, bibliotecários) com um conhecimento mais especializado de aspectos chaves do seu projeto. Nossa meta prática é baseada em uma inspiração mais ampla de fazer a '*History Web*' um lugar onde os historiadores possam ordinariamente praticar seu ofício em novos e inovadores caminhos. Nós achamos que é um equívoco para os historiadores se confinarem simplesmente à história (estritamente definida) e depois entregar seus projetos para '*experts*'. Neste meio, o trabalho novo e criativo só sairá de colaborações entre parceiros iguais com diferentes perspectivas e habilidades.¹¹⁷ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005: I, tradução nossa)

¹¹⁷ No original: “More generally, we want you to know enough to organize and lead an online history endeavor even if you are joined by collaborators (designers, programmers, lawyers, archivists, librarians) with more specialized knowledge of key aspects of your project. Our practical goals have a basis in a broader democratic aspiration to make the History Web a place where ordinary historians can practice their craft in new and innovative ways. We think that it is a mistake for historians to confine themselves purely to history (narrowly defined) and then turn their digital projects over to “experts.” In this new

Como podemos perceber dos excertos extraídos do guia *Digital History* para este trabalho, em uma livre tradução, a própria linguagem dos estadunidenses em se comunicarem de maneira mais direta com os leitores revela um tipo diverso de escrita. Eles se posicionam como “companheiros” dos leitores, assumindo a postura da colaboratividade que marcou o próprio desenvolvimento da tecnologia em seu país.

Rosenzweig e Cohen fazem questão de deixar claro aos seus leitores, inclusive, que o “nós” que utilizam muitas vezes no texto não quer apenas dizer “nós, os dois autores”, mas todos os colegas de profissão que nos anos anteriores à publicação do guia, também aprenderam juntos muita coisa sobre tecnologia. Como a parceria entre Rosenzweig, Steve Brier e Josh Brown, que estiveram com ele na *American Social History Project (ASHP)* do *Graduate Center of the City University of New York*. Sem nomear todos os outros companheiros de viagem desde a fundação do CHMN, para o qual Cohen entrou em 2001. Os projetos desenvolvidos pelo CHMN são identificados pelos autores como uma graduação no tema da *digital history*, enfrentando os problemas e superando os desafios para levar cada ideia a cabo. Isto significa, para Rosenzweig e Cohen, que o “nós” do projeto do livro *Digital History* (também sediado no CHMN), representa, na verdade, dezenas de pessoas que estiveram com eles nos anos precedentes enfrentando os perigos e estudando as possibilidades para se fazer *Digital History* em bases democráticas, de compartilhamento do conhecimento, de maneira livre, como os autores acreditam.

Os projetos do CHMN podem ser todos acessados através do seu site: <http://chnm.gmu.edu>. Eles se encontram agrupados em três rubricas que revelam bastante sobre as preocupações e ambições da instituição:

1. "*Teaching + Learning*": reúne 22 iniciativas dedicadas à disponibilização de fontes primárias online, módulos de ensino/planos de aula construídos online em alta qualidade e à oferta de instrução em "*critical thinking skills*". Um exemplo é o *Making the History of 1989*, que recebe apoio do *National Endowment for the Humanities* e do *German Historical Institute* (Washington D.C.). Este *website*¹¹⁸ sobre história que traz fontes

medium, new and creative work will only come out of equal collaborations among partners with different perspectives and skills.”

¹¹⁸ Disponível em: chnm.gmu.edu/1989/ Último acesso em: 25.02.2013.

primárias variadas sobre a queda do Comunismo no leste europeu em 1989, além de ensaios, entrevistas, planos e casos de estudos;

2. "Research + Tools": Desenvolve publicações e aplicativos para definir *digital humanities* para a nova geração de pesquisadores, bibliotecários e profissionais de museus. Entre as oito iniciativas desta rubrica figuram o guia de Rosenzweig e Cohen¹¹⁹ e o software Zotero¹²⁰, que permite coletar, gerenciar e citar fontes de pesquisas obtidas na internet (como demonstramos acima), além de habilitar os usuários para compartilhar suas referências com outros internautas. Originalmente lançado como uma extensão do navegador Firefox, atualmente já apresenta versões *beta* para *Safári* e *Google Chrome*, além de disponibilizar *apps mobiles*; e

3. "Collecting + Exhibiting": conjunto, até o momento, de 13 coleções que reúnem diversos registros digitais, documentos do passado digitalizados, e os dispõe em forma de uma exibição de história online. Entre eles está o *The September 11 Digital Archive*¹²¹ dedicado à preservação e apresentação da história dos ataques em Nova Iorque, repositório de vários documentos digitais relacionados ao fato, como e-mails, fotos, áudios entre outros. Segundo Rosenzweig e Cohen, em 11 de setembro de 2002, o site recebeu oito milhões de hits, em virtude do movimento das pessoas, lembrando e co-memorando online o ocorrido. Como outros projetos do CHMN recebem apoio externo, este também foi realizado em colaboração com a *American Social History Project/Center for Media and Learning* da *City University of New York Graduate Center*, com quem Rosenzweig, à época diretor do CHMN, tinha estreitas relações por ter trabalhado lá anteriormente, antes de se envolver integralmente no CHMN.

Os historiadores do CHNM, portanto, não estavam sozinhos ao refletirem sobre a emergência de uma nova forma de realizar pesquisa histórica. Não estavam sozinhos,

¹¹⁹ Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/> Último acesso em: 25.02.2013.

¹²⁰ Disponível em: <http://www.zotero.org/> Último acesso em: 25.02.2013.

¹²¹ O projeto é também reconhecido entre os italianos como uma forte iniciativa de *Digital History*. Disponível em: <http://911digitalarchive.org/> Último acesso em: 25.02.2013.

pois existe um grupo de historiadores falando a respeito do tema de forma muito próxima na Itália e também não estavam isolados, fechados em uma discussão que não saiu do perímetro do CHNM.

Fora da *George Mason University* também se pensa *Digital History*. Outra interessante obra em que nos apoiamos para apresentar as ideias estadunidenses do que vem a ser esta “história/historiografia digital” para os estadunidenses é o debate online *The promise of Digital History*¹²². O texto chamado de “*interchange discussion*” foi publicado no *Journal of American History* (JAH), da *Organization of American Historians* (OAH), e é composto por perguntas dos editores e respostas dos autores convidados feitas na sequência, de modo que os textos dos debatedores que responderam às perguntas primeiro pudessem ser conhecidos por quem viesse a respondê-las depois. Tal intercâmbio de ideias nos oferece uma visão geral de como o tema tem sido encarado nos Estados Unidos, inclusive fora do perímetro institucional do CHNM.

O próprio formato da discussão travada entre Daniel Cohen, Michael Frisch, Patrick Gallagher, Steven Mintz, Kirsten Sword, William G. Thomas III e William J. Turkel, é propositivo de uma nova maneira de se encarar a produção do conhecimento histórico na rede, como Rosenzweig e Cohen já tinham chamado atenção, abusando da interatividade. Eles dizem:

Queríamos que o intercâmbio fosse livre para fluir; além disso, encorajamos os participantes não apenas a responder às questões versadas pelo JAH, mas também a se comunicarem uns com os outros diretamente. O que segue é uma versão editada da verdadeira conversa online *ao vivo* que isto resultou.¹²³ (JAH, 2008, tradução nossa)

A questão inicial proposta pelo JAH talvez seja a mais central para este nosso capítulo, a que diz respeito, justamente à definição de *Digital History*, isto que, entre os italianos, como vimos, está longe de encontrar uma designação ou conceitualização fechada. Eles definem *Digital History* “como qualquer coisa (método de pesquisa, artigo de revista, monografia, blog, exercício de sala de aula) que utilize tecnologias digitais para criar, incrementar ou distribuir pesquisa e conhecimento histórico.”

¹²² Disponível em: <http://www.journalofamericanhistory.org/issues/952/interchange/index.html> Último acesso em: 25.02.2013.

¹²³ No original: “We wanted the “Interchange” to be free flowing; therefore we encouraged participants not only to respond to questions posed by the JAH but also to communicate with each other directly. What follows is an edited version of the very lively online conversation that resulted.”

Perguntados sobre suas próprias definições, os participantes deram uma interessante mostra da abertura conceitual acerca do tema, que por ter uma definição muito ampla, oferece também uma baixa aplicabilidade do mesmo, por ser pouco específico. No limite, o que é tudo, pode também não ser nada. William G. Thomas III dá a sua definição:

Digital History é uma abordagem para examinar e representar o passado que trabalha com as novas tecnologias de comunicação do computador, ao *network* da Internet e os softwares de sistema. Em um nível, *digital history* é uma arena aberta de produção de conhecimento e comunicação, envolvendo o desenvolvimento de novos materiais e coleções de dados acadêmicos. Em outro, é uma abordagem metodológica enquadrada pelo poder hipertextual dessas tecnologias para fazer, definir, investigar e anotar associações nos registros humanos do passado.¹²⁴ (JAH, 2008, tradução nossa)

Já William J. Turkel, quem responde na sequência afirma, de forma ainda mais genérica: “*Digital History* faz uso de formas digitais”¹²⁵ (JAH, 2008, tradução nossa). Daniel Cohen, também participa da discussão e no momento seguinte oferece uma visão que deixa transparecer bastante o modo como suas ideias são perpassadas pelos problemas e pelas antecipações feitas por Roy Rosenzweig, antes mesmo que escrevessem juntos o guia. Ele diz: “Ao menos para pesquisa, *digital history* pode ser definida como uma teoria e prática de trazer a tecnologia para suportar a abundância que agora confrontamos.”¹²⁶ (JAH, 2008, tradução nossa). Já no sentido do que a *Digital History* deve enfrentar, como direciona Cohen, Thomas em novo comentário da “*Interchanged discussion*” afirma que os maiores desafios que esta deve enfrentar são relativos à “impermanência e fluidez” do meio.

Kirsten Sword tenta definir *Digital History* pelo que ela engloba de novo, não pelo que é, e aponta para três filões: 1. Novos Arquivos (e as novas indagações possíveis a partir deles); 2. Audiências (novas pontes entre Academia e comunidade, caminhos para História Pública); e 3. Colaboração (algo capaz de engendrar novos projetos, mas ainda limitado pelo padrão institucional de historiadores que trabalham sozinhos). As três questões colocadas por Sword passam inevitavelmente pelas

¹²⁴ No original: “Digital history is an approach to examining and representing the past that works with the new communication technologies of the computer, the Internet network, and software systems. On one level, digital history is an open arena of scholarly production and communication, encompassing the development of new course materials and scholarly data collections. On another, it is a methodological approach framed by the hypertextual power of these technologies to make, define, query, and annotate associations in the human record of the past.”

¹²⁵ No original: “Digital history makes use of sources in digital form”

¹²⁶ No original: “At least for research, digital history can be defined as the theory and practice of bringing technology to bear on the abundance we now confront.”

características das mídias digitais evidenciadas pelo trabalho de Rosenzweig e Cohen no guia de 2005, que como vemos, ainda em 2008, continuam sendo “novidades”. Retomando sua fala, Turkel também sublinha a questão dos arquivos, dizendo que para ele, pensar em *Digital History* é pensar em acesso a fontes online.

No interior desta discussão, Michael Frisch é o único a se manifestar claramente um “não historiador digital”, dizendo se classificar como um *outlier* do grupo. Frisch trabalha com história oral e desenvolveu aplicativos para a disciplina com as novas mídias tecnológicas. De fora, ele diz ser um trabalhador da história com uma orientação por ferramentas. Ele se pergunta: "O que as ferramentas digitais emergentes fazem com a nossa percepção do trabalho que estamos fazendo ou podemos fazer? O que elas fazem com o nossa acepção de história como um modo de interrogação/criação de conhecimento/compreensão?"¹²⁷ (JAH, 2008, tradução nossa).

Para Frisch, é um paradoxo que na história oral, por exemplo, em diversos tipos de projeto, ainda sejam poucos os que trabalham diretamente com as fontes primárias, dedicando horas para ouvir gravações e assistir vídeos. Percebe que na maior parte das vezes, a nova mídia, como o vídeo, por exemplo, só é manipulada para a confecção de documentários, restando aos que trabalham na área o costumeiro trabalho com textos aos quais estão mais familiarizados: as transcrições. A chegada das ferramentas digitais, para ele, pode ajudar a romper com este comportamento, que seria, em outras palavras, parte daquelas resistências e "inércias das disciplinas" mencionadas por François Hartog (2010:01).

Ao analisarmos o debate travado entre os pesquisadores estadunidenses, percebemos que a *Digital History* ainda se encontra bastante indefinida, mas parece mais fácil ao menos dizer o que ela *não é*. Pela descrição dos autores e pontos enfocados por eles discussão afora, podemos perceber que, mesmo não havendo um consenso, há uma consciência de que é necessário refletir a respeito dessas novidades relativas a novas mídias digitais.

Outra pergunta lançada ao grupo diz respeito ao treinamento, ou melhor, ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos de graduação. Perguntados sobre quais seriam as habilidades essenciais para a nova geração de "historiadores digitais", o grupo novamente responde junto na consciência de que realmente é necessário haver uma

¹²⁷ No original: “What do these emerging digital tools do to our sense of the work we are and can be doing? What do they do to our sense of history as a mode of interrogation/knowledge-creation/understanding?”

formação específica para isto, mas não univocamente. Para Amy Murrell Taylor, que gerenciou um dos pioneiros projetos de *Digital History* nos Estados Unidos – *The Valley of the Shadow*¹²⁸, de Edward L. Ayers (1993), por exemplo, o importante seria fazer os alunos pensarem como estas tecnologias podem servir para fins de interesse histórico e como se pode criar "novas" histórias como resultados.

Estas novas histórias, possíveis de serem criadas através de projetos como o de Ayers, pela fluidez do meio, a possibilidade de se realizar edições e novas edições ainda a qualquer tempo, fazem com que elas pareçam ainda mais interminadas do que os trabalhos de história impresso que, no limite, também nunca terminam, mas têm um certo senso de unidade. As implicações disto só podem ser refletidas se os estudantes forem estimulados, como sugere Taylor e também Thomas, a pensarem *Digital History* para além da tecnologia.

Um dos aspectos do ceticismo comedido dos italianos, em certa medida, endossado por Frisch neste debate, é justamente este pensamento da história nos tempos da Internet e todas as novas tecnologias de informação e comunicação, mas as implicações disso para a historiografia – como produção coletiva de história e como operação historiográfica. Cohen explica que em seus cursos de *Digital History* ele começa não pelas habilidades técnicas que um estudante deve ter (e é o que esperam os estudantes, segundo ele) para lidar com novas tecnologias, mas inicia com perguntas que todos diante de um projeto de livro de história (impresso) deveriam se fazer. Assim, somente conscientes dos objetivos, dos problemas históricos envolvidos nestes projetos é que os estudantes começariam a ser apresentados para a tecnologia.

Julgamos que esta necessidade de Cohen entrar na discussão com esta ressalva, de que também ele pensa na historiografia antes da *Digital History*, apenas mostra como, no movimento de transição para esta, assim chamada, “cultura digital” para a qual caminhamos, tem-se quase *naturalmente* supervalorizado a técnica em detrimento do conhecimento histórico, ao invés de, como propõe Frisch, instrumentalizar estas ferramentas para se fazer história de um outro jeito, abandonando alguns costumes acadêmicos, alguns preconceitos. “Sair do mais do mesmo”, como diz a expressão em bom português, talvez seja uma das maiores promessas da *Digital History*.

O impasse se desenha como: fazer história *a partir de* e *com* estas ferramentas ou deixar que as ferramentas *façam* e *determinem* a história. Certamente nem mesmo os

¹²⁸ Disponível em: <http://valley.lib.virginia.edu> 25.02.2013.

historiadores digitais mais entusiasmados pelas tecnologias esperam inserir dados nos computadores, lançar isto online e acreditar que isto venha a ser história. Entretanto, ainda destreinados e inexperientes nisto que, aqui no Brasil nem possui um nome ainda – nós utilizamos a dupla expressão “história/historiografia digital” – muitos se perdem diante da magnitude de informações disponíveis na rede e se deslumbram pela tecnologia.

Talvez por haver ainda tantas incertezas, três anos após a publicação do volume de Rosenzweig e Cohen, que esperava ao menos introduzir a *Digital History* para os que não sabiam ainda nada do tema, se tenha convocado uma discussão agora um pouco mais ampla, coletiva, a fim de repensar as promessas da *Digital History*. Talvez a morte de Rosenzweig em 2007 tenha despertado em seu parceiro de trabalho Cohen e em outros amigos a sensibilidade de que seria preciso envolver muito mais pessoas no debate para que este não se perdesse. Ainda que o silenciar do debate não representasse o fim das questões. Continuariam sendo utilizadas as tecnologias (Frisch se pergunta, em trinta anos, quem fará história sem utilizá-las?), mas muito provavelmente se encobriria a tecnologia como apenas mais uma ferramenta – não uma ferramenta de capacidades múltiplas e instauradoras de novas possibilidades – e se faria uso dela inconscientemente.

Mesmo após a saída do “guia” (pensemos bem nas funções dos manuais na história), ainda em curso, pois, um debate sobre a aproximação da história com a tecnologia, suas vantagens e desvantagens, mas bem sintetizados na “fala” Sword:

O que significa treinar historiadores digitais, ao invés de integrar os métodos e preocupações dos novos meios de comunicação na prática histórica estabelecida? Na minha instituição [Indiana University], esta questão se coloca nos debates em curso sobre a diferença entre um "método" e um "campo".¹²⁹ (JAH, 2008, tradução nossa)

Em outras palavras, não se sabe ainda se a *Digital History* é um método ou um campo de estudos. Refletindo sobre a formulação de Certeau de que “os nascimentos de ‘disciplinas’ encontram-se ligados à criação de grupos” (CERTEAU, 1988:21), talvez fosse correto chamá-la de disciplina. Outra possibilidade ainda seria adulterar a sentença de Certeau e transpor sua ideia, tendo em vista a mobilização dos grupos de pesquisa em “historiografia digital” nos Estados Unidos e na Itália, como campos de estudos.

¹²⁹ No original: “What does it mean to train digital historians, as opposed to integrating the methods and concerns of the new media into established historical practice? At my institution, this question folds into ongoing debates about the difference between a “method” and a “field.””

Daqui derivaria, provavelmente, outro problema ainda, aquele da classificação da produção estadunidense italiana como sendo efetivamente algo de um grupo. Ocorrenos que talvez para os mais conservadores, onde situamos mesmo os autores que publicaram na Itália que foram mais favoráveis às tecnologias, a “história/historiografia digital” seja um método enquanto para os mais entusiasmados, mesmo aqueles investidos de um entusiasmo crítico, a “história/historiografia digital” seja um campo.

Atribuímos a dificuldade de definição do que vem a ser *Digital History* à própria vida e novidade do tema. Contudo, atentamos para o fato de que resulta muito difícil trabalhar em condições tais em que os instrumentos utilizados por nós para tornar palatáveis e inteligíveis determinados temas fatos ou ideias, encontram-se tão debilmente definidos como estão nossos conceitos. Pudemos perceber a fragilidade das definições em nossa própria ida aos vários textos sobre o assunto, quando percebemos que a constelação conceitual em que se inseria o nosso tema era tão vasta, nova e movediça.

Como dissemos na introdução deste trabalho, este é um dos desafios, mas não um limitador, do nosso trabalho no Tempo Presente. A escolha por tomar o caminho da História Comparada só fez com que esta continua expansão e modificação dos conceitos com que trabalhamos fosse percebida de maneira mais significativa, uma vez que alternando o olhar entre América e Europa, pudemos notar ainda mais claramente a polissemia dos termos utilizados por nossos autores. Perceber, por exemplo, a relação entre “história/historiografia digital”, hipertexto, cultura digital e ciberespaço nos levaram a leituras alhures. Recorremos, por exemplo, à uma literatura, ao menos introdutória, de hipertexto e retórica da Web (como John December, Thomas Hager, Eric Havelock, David J. Staley, entre outros), pois percebemos que somente compreendendo melhor seus significado, poderíamos tornar inteligíveis os discursos estadunidenses e dos autores do *La Storiografia Digitale* que lançam mão destes conceitos.

É útil neste sentido recuperar a definição de hipertexto realizada por David J. Staley, que citamos no primeiro capítulo, na qual o autor menciona um “hipertexto” feito de ligações digitais que se expande pelo meio eletrônico e é dotado de “não-linearidade”. Merece destaque o título de Staley ao seu artigo publicado em uma das revistas de maior prestígio na área (*Journal of the Association for History and Computing*): *Digital Historiography: Hypertext*. Mais uma vez notamos que uma das mais fortes, senão a principal característica da Web a operar mudanças na operação

historiográfica não é a disponibilidade de fontes, a facilidade de acesso, o canal aberto para o *network*, a multiplicidade de mídias, o fantástico armazenamento e manipulação de dados possível ou a virtualidade da informação, mas a hipertextualidade¹³⁰. Os novos trajetos possíveis entre fontes, referências e diversos textos – históricos ou não - interligados nesta teia modificam, pois, de certa maneira, pelo menos duas das três “fases” da operação histórica (RICOUER, 2010), necessariamente relacionadas uma a outra, quais sejam, o estabelecimento da prova documental e a colocação em forma literária do que se pesquisou, isto é, o encerramento da própria representação historiadora.

Em 1999, Edward L. Ayers nos alertava que os arquivos digitais e a escrita da história – a construção da narrativa em si – em suportes digitais nos levaria necessariamente a um novo tipo de escrita, que levasse em consideração os recursos – a possibilidade de construir conexões e manipular dados no ambiente eletrônico - que nos permitiriam então escrever uma história que pudesse ser lida e entendida em diversas etapas e camadas. Uma narrativa que, nestes moldes, possibilitaria um envolvimento muito maior dos leitores que a escrita tradicionalmente realizada nos livros cartáceos (modelo do códex). À história narrada e escrita desta maneira Ayers (1999) atribuiu o título de *hipertextual*.

Para Darnton, a escrita digital é a composição de outro tipo de texto, que concebe um público novo também – os leitores digitais. É permitir ao seu público que navegue em um texto constituído em vários andares e níveis onde:

Se eles vêm em cima de algo que lhes interessa em particular, eles podem clicar uma camada abaixo em um ensaio suplementar ou um apêndice. Eles podem descer mais profundamente através do livro, através dos *corpus* documentais, bibliografias, iconografia, música de fundo, e tudo o que eu puder oferecer para dar a compreensão mais completa possível do meu assunto. No final, os leitores produzirão seus próprios objetos, porque eles vão encontrar os seus próprios caminhos através deles, lendo horizontal, vertical ou diagonalmente, aonde quer que as ligações eletrônicas possam levar. (DARNTON, 1999)

Ora, é justamente a relação entre história e hipertexto que, no cenário geral das discussões acerca da “história/historiografia digital”, como temos visto, ocupa espaço privilegiado nas reflexões de diversos pesquisadores, seja nos Estados Unidos, seja na Itália. Esta hipertextualidade geraria não só a necessidade dos historiadores aprenderem

¹³⁰ Cujas reflexões a respeito está presente de maneira bastante significativa em ambos os nossos campos de observação.

a escrever de um novo jeito, possivelmente, estabelecendo algumas novas regras, bem como, desenvolver outras técnicas de leitura e filtros críticos. O que Rosenzweig e Cohen esperam fazer com seu guia é, em alguma medida, ajudar os historiadores a fazerem isso. Eles dão as cartas “básicas”, contando que cada um depois poderá fazer seu próprio jogo. Não temos dúvidas de que a abordagem do problema por Cohen e Rosenzweig, ou mesmo pelos debatedores da “*interchanged discussion*” do JAH seja diversa dos autores de *La Storiografia Digitale*. Algo que notamos no caso das obras estadunidense, por exemplo, é um discurso propositivo, prescritivo, orientador que nas reflexões apreensivas dos colegas da bota mediterrânea pouco se faz notar.

Entretanto, embora apresentem as tecnologias e também discutam um pouco da linguagem específica da Web, Rosenzweig e Cohen (2005: *getting started*) não julgam indispensavelmente necessário que todos os historiadores que quiserem trabalhar com *Digital History* entendam e saibam escrever em códigos como este, em *HyperText Markup Language*:

```
<html>
<head>
<title>My History Site</title>
</head>
<body bgcolor="#FFFFFF" text="#000000" link="#0000CC"
vlink="#800080">
<p>The history of...
```

Entretanto, é desejável que todos saibam como isto funciona para entender, afinal, como o passado pode ser representado na rede. Trata-se apenas de uma outra linguagem, e não um “bicho de sete cabeças”¹³¹.

Segundo Steve F. Anderson, cada nova geração de tecnologia midiática traz consigo uma nova possibilidade de se *reimaginar* nossa relação com o passado (2011:01). Para Anderson, por exemplo, a nova linguagem pode significar uma nova forma de representar o passado, como o que ele chama de “*Visual History*” (somente possível através os recursos multimídia) capaz de atrair maior audiência e interessar a mais pessoas.

Anderson chama atenção para o fato de que “Em nossa presente era de proliferação tecnológica, aquilo que frequentemente chamamos de história parece vir,

¹³¹ Uma recente iniciativa realizada a várias mãos, de maneira multinacional (envolvendo estadunidenses, canadenses, ingleses e quem mais quiser), pretende “ensinar” gratuitamente algumas técnicas básicas de programação para os humanistas que se interessarem pela nova linguagem. O *Programming Historian* tem o respaldo e incentivo da *Network Canadian History and Environment* e, não por acaso, do CHMN.

mais ou menos automaticamente, de filmes, televisão e telas de computadores (...). E assume, “de fato, a historiografia depende da mídia como matérias-prima e meio de transmitir ideias de um momento ou geração para o(a) próximo(a)”. Entretanto, alerta para o fato de que “a precisa natureza da relação entre a historiografia e seu meio está longe de ser transparente” (ANDERSON, 2011:04). E nós acrescentamos, por tudo o que vimos, longe também de ser neutra. Os meios, ainda que *não façam história por eles mesmos*, condicionam a pesquisa e a comunicação histórica. Daí, a necessidade de, como defenderam Cohen e Rosenzweig, aprendermos, afinal, como funcionam eses novos meios.

3 O digital entre a história e a historiografia

Neste capítulo cotejaremos as definições (ou tentativas de), apreensões e proposições apresentadas no conjunto de textos analisados no capítulo anterior. Buscaremos, a partir de uma perspectiva comparada, extrair uma síntese do debate que se desenvolveu na primeira década deste século ao redor da temática da *Storiografia Digitale* e da *Digital History* – o que viemos nos referindo em português como “história/historiografia digital”. Através da comparação foi possível perceber que nos Estados Unidos verificou-se mais cedo um entusiasmo maior quanto às promessas da *Digital History*, enquanto na Itália houve inicialmente mais de resistência (e mesmo um ligeiro ceticismo) em relação à chegada das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na oficina da história, o que viria a ser a *Storiografia Digitale*. Contudo, observamos que ao final do período estudado, tanto em um espaço quanto no outro, é possível afirmar que existe uma tendência à expansão dos estudos sobre o tema e, conseqüentemente, o desenvolvimento de projetos correlatos. Entretanto, devemos ressaltar que mesmo havendo maior convergência entre os dois campos de observação no final do período levado em consideração neste estudo (2001-2011), ainda existem diferenças de infraestrutura e culturais que favorecem e/ou limitam de maneira distinta os projetos e o progresso dos estudos sobre o tema de um lado e do outro do Oceano Atlântico.

Procuramos, ao longo desta análise, atentar às tradições, interesses e disponibilidade de recursos diferentes para cada grupo, que por sua vez, instituem pressões, possibilidades e rumos distintos para esses projetos de “história/historiografia digital”. Como certa vez observou Michel de Certeau, a mesma institucionalidade que permite é aquela que interdita:

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, importa analisar como ela aí funciona. Essa instituição inscreve-se num complexo que lhe permite somente um tipo de produções e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar *torna possível* determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*; exclui do discurso o que é sua condição num dado momento; desempenha o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Indubitavelmente essa combinação *permissão* e a *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica, e a razão pela qual ela não é compatível com *não importa o quê*. É igualmente sobre essa combinação que age o trabalho destinado a modificá-la. (CERTEAU, 1988:27, grifos do autor)

Assim, neste capítulo, além de confrontarmos como cada grupo tem concebido a operação histórica na Era digital, buscamos fazê-lo à luz das influências que suas redes de pertencimento tiveram em suas atividades, produções e projetos.

Nosso objetivo principal, nesse contexto, é apresentar de forma conjunta, através deste exercício de comparação, o debate que se trava em torno da afirmação de um *locus* legítimo para a “História Digital” (*Digital History*) ou “Historiografia Digital” (*Storiografia Digitale*).

Parece-nos incontornável lidar, a esta altura, com o problema da indefinição do nosso objeto – talvez excesso de definições. Nesse sentido, esperamos nas próximas páginas oferecer uma proposta de solução, ainda que provisória, para o impasse colocado por Kirsten Sword sobre a *Digital History* – e aqui incluímos a *Storiografia Digitale*, por reflexo da “iluminação recíproca” (BARROS, 2007:05) que operamos: afinal, estamos falando de um “método” ou um “campo”? Igualmente, esperamos tornar inteligível que conjunto de valores e desafios vem ao nosso encontro com essas inovações (a cada dia, já não tão novas assim), já não tão nova assim, que, por outro lado, a cada dia se renova nos avanços da tecnologia.

Antes de avançarmos para o primeiro item da discussão deste capítulo, que será justamente o problema do “lugar” a que se referia Certeau, é importante que sejam feitas algumas considerações sobre as **obras analisadas**.

La Storiografia Digitale, organizado por Dario Ragazzini em 2004, é uma edição da UTET Libreria, uma casa especialmente dedicada a títulos científicos e históricos, que teve nove reimpressões ao longo de quatro anos, até 2008. Apresenta-se na versão mais tradicionalmente conhecida de livro de papel, preço de capa sugerido em 2008 €18,50 (Dezoito euros e cinquenta centavos). Apresenta sumário no início e índice de nomes no fim. Trata-se de uma coletânea que reúne quatro artigos de autores diferentes, cujas traduções livres para os títulos são: I. “As fontes históricas na época de sua reprodutibilidade informática” (RAGAZZINI, 2004); II. “A história contemporânea na rede do “vilarejo global” (NOIRET, 2004); III. “A fotografia de documentação histórica na Internet” (GALLAI & TOMASSINI, 2004); e IV. “Uma memória frágil: a web e a sua conservação” (VITALI, 2004). Além de uma introdução assinada pelo

organizador: “O nascimento da historiografia digital”¹³² (RAGAZZINI, 2004). O volume totaliza 131 páginas e traz no verso da folha de rosto a advertência padrão da *Associazione Italiana per i Diritti di Riproduzione delle Opere dell’ingegno* (AIDRO, atualmente CLEARedi) sobre *copyright* que informa ser permitido apenas a realização de fotocópias de até 15% do volume, segundo o artigo 68 da Lei nº 633 de 22 de abril de 1941 e o acordo assinado entre várias organizações editoriais em 18 de dezembro de 2000 que reconfirmava este limite.

Digital History: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web, escrito por Roy Rosenzweig e Daniel Cohen, é primeiro publicado em sua versão online em 2005, como parte da rubrica *Research + Tools* do *Roy Rosenzweig Center for History and New Media* (CHNM). A versão impressa sai no ano seguinte pela editora *University of Pennsylvania Press*, e pode ser adquirido pelo site da editora por \$29.95s (Vinte e nove dólares e noventa e cinco centavos de dólar). O livro impresso, como o digital, apresenta sumário, capítulos, agradecimentos e apêndice, entretanto, o índice nominal (que também aparece na publicação italiana, e se trata de um item importante na arquitetura de informação do impresso) só aparece no livro impresso. No digital, a busca por nomes ou qualquer termo pode facilmente ser feita através do recurso do navegador “localizar”. Na versão digital, por sua vez, aparece uma lista de links que no livro de papel já não se verifica. Os conteúdos, escritos a quatro mãos, são os seguintes: Introdução; 1. “Explorando a ‘History Web’”; 2. “Começando”; 3. “Tornar-se digital”; 4. “*Designing* para ‘History Web’”; 5. “Construindo uma audiência”; 6. “Coletando História Online”; 7. “Apreendendo o passado?”; 8. “Preservar ‘*Digital History*’”; e “Considerações finais”¹³³ (COHEN; ROSENZWEIG, 2005, tradução nossa). O livro impresso tem um total de 328 páginas e também traz no verso da folha de rosto a informação sobre a lei de *copyright* dos Estados Unidos de 1790, que protege os direitos autorais por 14 anos, renováveis por mais 14.

Cabe destacar, portanto, as diferenças editoriais dos projetos: de um lado, a concepção de uma obra coletiva, montada com artigos de diversas pessoas, do outro uma obra escrita em dupla que também possuirá um caráter peculiar no que diz respeito

¹³² No original: I “Le fonti storiche nell’epoca della loro riproducibilità informatica.”; II “La storia contemporanea nella rete del “vilaggio globale”; III “La fotografia di documentazione storica in Internet”; IV “Una memoria fragile: il web e la sua conservazione”; e “La nascita della Storiografia digitale”.

¹³³ No original: “Introduction; 1.Exploring the History Web; 2.Getting Started; 3.Becoming Digital; 4.Designing for the History Web; 5.Building an Audience; 6.Collecting History Online; 7.Owning the Past?; 8.Preserving Digital History; Final Thoughts”

à noção de autoridade, mas, ainda assim, é distinto de uma coletânea de artigos escritos por vários autores; de um lado, artigos reunidos por afinidades temáticas, de autores com distintas experiências, convidados-conhecidos do organizador, mas que não mantinham nenhum vínculo institucional em comum; do outro, um projeto imaginado para ter um fio condutor, concebido como um “guia” (o que supõe certa linguagem instrucional), com capítulos encadeados, embora independentes, escritos por dois pesquisadores da mesma universidade e membros do mesmo centro de pesquisa. Na Itália, autores que se interessam pelo tema, mas que, exceto por Serge Noiret, que coordenava o [WWW-VL History Project](#)¹³⁴ já naquela época, não tinham experiência prática com criação de projetos digitais e toda a engenharia que isso envolve; Nos Estados Unidos, dois pesquisadores que já tinham se envolvido em criação desse tipo de projetos na prática, inclusive trabalhando na mesma equipe, como no caso do *September 11 Digital Archive*. Um produto editorial sobre *Storiografia Digitale* concebido e realizado como uma obra tradicional da cultura impressa; e outro, sobre *Digital History*, que segue a tradição, publicando também um livro impresso, mas que realiza algo diferente ao disponibilizar a versão digital (não é uma reimpressão digital, um PDF do livro) do livro, com hiperlinks, imagens, navegação multilinear, possibilidade de busca de palavras, sem paginação, sem limites de reprodução (*copy and paste* autorizado).

Essas características dos produtos editoriais analisados, como veremos, revelam o modo como a tecnologia estava sendo pensada pelos estadunidenses e pelo grupo de autores do *La Storiografia Digitale*. Não seria correto dizer que indicam amadurecimentos diferentes da noção de “digitalidade” (*digitality*), mas podemos considerar que são marcadores de diferentes maneiras de pensar sobre a inovação e a mudança, diferentes dialéticas de teoria e práxis.

Além dessas duas obras, outros autores que publicam tanto na Itália, quanto nos Estados Unidos, e se inserem no debate sobre a relação do par História e Internet. De um e de outro país, buscamos trazer para o diálogo alguns textos auxiliares, na medida em que confrontam ou reafirmam o que os dois volumes analisados discutem. Particularmente no caso italiano, nos interessam as reflexões de Rolando Minuti (2001) sobre os desafios do meio eletrônico para o ofício do historiador, as discussões de

¹³⁴ *The World Wide Web Virtual Library*: primeiro índice de *websites* históricos da web, idealizado em 1993 por Dr. Lynn H. Nelson, *University of Kansas*, coordenado por Serge Noiret desde 2004. O site reúne links com temáticas que podem ser interessantes para o estudo da história categorizados por países, continente, períodos, especialidades, etc. Segundo Rosenzweig e Cohen, este teria sido na verdade o primeiro *website* histórico da Internet (COHEN; ROSENZWEIG, 2005:1).

Antonino Criscione (2003) sobre o elemento central em todo o debate, que o hipertexto e por fim, os textos adjacentes de Stefano Vitali (2005) e Serge Noiret (2005; 2011) que ajudam a aprofundam as discussões sobre as formas de representação do passado e as memórias possíveis na Web. Já nos Estados Unidos, além dos trabalhos de Robert Darnton (2000; 2007; 2010) e Edward L. Ayers (1999a; 1999b), notáveis em suas discussões sobre o novo tipo de escrita hipertextual, interessou-nos fazer algumas pontes com outros textos de Rosenzweig e Cohen, especialmente o intercâmbio realizado pelo *The Journal of American History* (JAH), *The Promise of Digital History*¹³⁵ (JAH, 2008), encabeçado por Cohen, mas que reúne um grupo de pesquisadores de várias áreas da história para discutir “História Digital”. Esta, em especial, é uma discussão interessante para este trabalho, pois se refere direta e indiretamente ao guia de Cohen e Rosenzweig. Além disso, ocorre após a morte de Rosenzweig (1950-2007), o que acabou por deixar a Cohen certa responsabilidade pela curadoria do assunto no ambiente institucional do CNHM e algo que também o colocou em evidência no cenário das discussões nacionais. No texto, talvez motivados pela súbita ausência do pesquisador mais experiente e preocupados com o rumo da temática no país, os historiadores tentam definir o que é *Digital History*, quais seriam as boas práticas, alguns problemas de instrução, enfim, limites e possibilidades.

Assim, avançando nessa seara pretendemos compreender como a Academia, dos dois lados, está lidando com esse novo “feixe de problemáticas” (THEML & BUSTAMANTE, 2007:12) relacionados ao par História e Internet.

3.1 História ou Historiografia Digital: qual é o lugar desse "novo"?

Por que dedicar um estudo a uma tendência historiográfica que não está definida e sequer pode ser entendida como uma – coesa e homogênea - por meio dos textos que trabalhamos? Se esta novidade, enquanto advento historiográfico, ainda não está bem resolvida, ou seja, não se chegou a um consenso exatamente o que venha a ser, por que realizar um estudo comparativo que tampouco busca propor uma definição fechada

¹³⁵ Discussão alimentada a partir da troca de e-mails entre os membros da *Organization of American Historians* (OAH) e posteriormente publicada no jornal eletrônico da organização. O debate inicia-se com uma pergunta: “Qual seria a promessa da “historiografia digital?” à qual diversos comentadores somam suas opiniões e se colocam novas perguntas, sucedendo uma série de pequenos artigos dentro de um mesmo texto, de múltipla autoria.

sobre o que vem a ser tal objeto? O que, de fato, está em discussão, se não é a própria ‘História Digital’ ou ‘Historiografia Digital’? Afinal, quem participa e a quem interessa este debate?

3.1.1 Indefinição eloquente

Em primeiro lugar, gostaríamos de oferecer uma resposta a tais questionamentos explicando o porquê de optar por seguir nos referindo aos dois termos como “história/historiografia digital”, embora tenhamos verificado na literatura algumas definições – mesmo que vagas – para *Digital History* e *Storiografia Digitale*. Essa escolha, na verdade, deve-se à nossa percepção de que a variação contida no “coletivo singular história” (KOSELLECK, 2006:41-60), nesse contexto, pudesse obscurecer as singularidades de cada proposta. Muito embora exista um projeto de fundo comum entre o apresentado por cada campo de observação analisado, também consideramos que há diferenças sutis na concepção do que vem a ser o objeto em discussão para um e para outro.

Percebemos que embora dos dois lados o uso da palavra história, por vezes, faça coincidir a noção de curso dos acontecimentos com a da própria narrativa histórica, é significativo que a seleção dos distintos termos pelos estadunidenses e pelo grupo da Itália tenha sido diferente. Aqueles que com Ragazzini utilizam mais frequentemente o termo *storiografia*, enquanto também existe na língua italiana a palavra *storia* (que poderia ser usada nos dois sentidos), deixam mais explícito sua compreensão de que se referem a um processo de reflexão sobre a história e à própria narrativa da história – à operação histórica que efetivamente constrói, social e cientificamente, o conhecimento histórico. Paralelamente, nos Estados Unidos, aqueles que com Cohen e Rosenzweig se valem apenas de *history*, e não *historiography* (que também existe na língua inglesa expressando a crítica histórica, a operação de fazer/escrever história), sugerem ambigualmente (1) uma concepção mais plural do termo (tanto a história vivida, quando o conhecimento produzido sobre ela); ao mesmo tempo que (2) podem estar se referindo apenas à dimensão do acontecimento histórico; ou ainda (3) aludindo à sua etapa representativa (como diz o subtítulo do “guia” do CHNM: “(...) *presenting the past on the web*”, indicando essa concepção de apresentação do passado na rede). Por outra perspectiva, o jogo de palavras poderia se complexificar ainda mais se considerássemos,

para ambos os casos, o termo historiografia (*storiografia*, na Itália) ou história (*history*, nos EUA) uma referência à certa filosofia da história. Como os textos não são objetivos no esclarecimento dessas escolhas, consideramos que tal polissemia, ou ainda, a amplitude desse conceito que está se formando, é parte integrante desse momento crítico de nascimento, debate e indefinições do objeto.

Assim, mesmo assumindo que nossos leitores conhecem os sentidos possíveis de “história” e “historiografia”, decidimos não justapor um ou outro termo ao lado da palavra “digital” em uma tradução para a Língua Portuguesa que buscasse sintetizar o pensamento do conjunto de textos analisados. Consideramos assim, deixar essa definição em aberta, mas compreendendo-a como um problema inerente do momento estudado.

Desse modo, ainda em resposta à pertinência deste estudo, a despeito da indefinição que já comentamos, caberia lembrar com Arthur Alfaix Assis e Sérgio da Mata, no prefácio à recente edição brasileira de *O conceito de História* (KOSELLECK et al., 2013) que “somente a pesquisa histórico-conceitual estará em condições de decidir se um determinado termo filosófico deve sua origem a um ato criador individual ou a um anônimo trabalho de elaboração coletiva” (ASSIS & MATA, 2013:24-25).

Consideramos essa última observação sobre a impossibilidade de um estudo não conceitual atribuir a algum sujeito ou coletivo à definição de um termo filosófico (que aqui estendemos para a discussão do nosso tema) muito significativa na medida em que nos relembra também das tensões subjetivas em torno dessas definições. Como veremos adiante, a própria falta de uma definição certa para o que cabe exatamente à “história/historiografia digital” (*Digital History* ou *Storiografia Digitale*) é denunciadora da corrente disputa que existe em torno do campo. Ou seria método? Em virtude dessa disputa, entrevemos não apenas um gancho para uma história conceitual do tema, mas também uma história política do mesmo, na medida em que as discussões sobre ele se dão, a nosso ver, em uma simbólica arena de lutas. Lutas aqui, não devem evocar a noção maniqueísta de adversário para esta arena, entretanto, devemos ter em mente que estão em jogo, nessas lutas, estratégias para que uma determinada visão de *Digital History* ou *Storiografia Digitale* seja considerada como uma noção mais próxima de certa do tema, e logo, mais possível de ser enquadrada ao *establishment* (mais legítima). Por tudo isso, o nosso, que não é um estudo conceitual ou político, mas leva alguns de seus pressupostos em consideração, é um exercício heurístico em que, através da comparação, supomos e problematizamos o contexto analisado como sendo

um momento de disputas simbólicas e políticas entre os dois campos de observação. Uma disputa que talvez seja pela autoridade do lugar de fala que está a definir “história/historiografia digital”.

Por fim, um indício significativo do estado transitório do tema é a ausência de um léxico específico e sedimentado para toda esta discussão. Exceto pelo vocabulário técnico oriundo da computação, as expressões utilizadas pelos exploradores da relação entre História e Internet são plenas de polissemia. A expressão “historiografia de rede”, utilizada por Noiret e Ragazzini (2004), por exemplo, pode ser expressiva e sintetizar a ideia de *Storiografia Digitale*, mas também pode deixar brechas para interpretações diversas. Que “rede” seria esta, a Internet? As redes sociais da Web? A rede de historiadores que estão conectados? Ou tudo isso significaria também “História Digital”? Enfim, por mais esta razão, a transitividade do objeto e, conseqüentemente, as disputas que ainda estão em andamento neste debate, optamos pela não tradução e proposição de uma expressão única para reunir essas ideias, embora no Brasil já exista uma tendência à nomeação, a ocorrência de “História Digital” e “Ciberhistória”, por exemplo, ilustram esse processo¹³⁶. Outro aspecto problemático no que diz respeito aos vocábulos, conceitos e expressões utilizadas é propriamente a questão idiomática, não apenas do significado literal das palavras em inglês ou italiano, mas os significados mais profundos de que estas mesmas palavras são investidas nos contextos culturais específicos em que são utilizadas. Nunca é demais lembrar que toda tradução é também reescrita (LEFEVERE, 1992).

3.1.2 Contornos de um debate no ciberespaço

Para o sociólogo Manuel Castells, nós estamos vivendo um período em que uma comunicação híbrida se desenvolveu e ela se dá tanto no lugar físico como no *ciber* lugar (CASTELLS, 2003:110-111). Parte do que estamos discutindo nesta dissertação, podemos dizer, ocorre nos espaços e fóruns físicos (eventos, encontros, produtos intelectuais dos mais variados impressos) e ao mesmo tempo, nos espaços e fóruns virtuais, ou seja, no ciberespaço (blogs, redes sociais, listas de discussões etc.). Através da interconexão virtual, graças à rede mundial de computadores, estaríamos todos

¹³⁶ Antes de concluirmos este estudo comparativo ainda tínhamos muitas dúvidas sobre como enfrentar esse problema dos termos. Apenas ao final desse período de estudos, pudemos constatar que essa sutil diferença poderia ser, de fato, uma distinção reveladora sobre o debate.

conectados em um ciberespaço universal, segundo Pierre Lévy (LÉVY, 1999:VI). Assim, consideramos o debate travado em torno da *Digital History* e da *Storiografia Digitale* (e entre elas) uma discussão inscrita no Tempo Presente e no ciberespaço, não só por acontecer parcialmente em espaços online, mas, sobretudo, por estarmos em um contexto de cibercultura, como já abordamos no primeiro capítulo desta dissertação.

Interessa-nos, aqui, recuperar o lugar que têm tido os debates acerca do nosso tema, conforme pudermos perceber na busca por informações sobre o assunto na própria Internet, na análise da literatura e na navegação crítica de *websites* de projetos online de ambos os lados. É importante compreender lugar, como uma indicação geográfica, como um sinônimo para espaço/oportunidade de debates, bem como para a institucionalidade em que o próprio debate se insere (CERTEAU, 1988:27).

Sabemos que nossa comparação coloca-se uma tarefa delicada, pois comparamos, por assim dizer, historiografias (ao menos, no sentido de discuti-las de forma ampla, como forma de produção de conhecimento sobre o passado) contíguas no tempo, mas produzidas em lugares distintos e, portanto, sujeitas às contingências de suas próprias realidades, tradições, consciência histórica. Em outras palavras, o nosso trabalho se trata de uma comparação historiográfica intercultural que, como proporia Jörn Rüsen, esbarrará nas particularidades da memória cultural de onde cada historiografia toma forma (RÜSEN, 2006:18). Por esta razão, interessa-nos considerar as peculiaridades desses espaços, tal qual os contextualizamos no início desse trabalho, a fim de acessar também as particularidades da produção da história nesses ambientes.

Observamos assim que, na transição entre a cultura alfabética, baseada na tradição impressa, para a Cibercultura, baseada no digital e na lógica hipertextual de criação textual, os espaços de produção historiográfica em questão reagiram de maneiras distintas à entrada da tecnologia, especificamente. A possibilidade de utilizar outros meios, que não apenas a escrita (linear, pensada para impressão, de reprodução e circulação mais limitada), nas “formas de tratamento e elaboração do passado” (GUIMARÃES, 2007:39) foi problematizada de formas diferentes nos Estados Unidos e na Itália. A esta diferença podem se somar diversos fatores da cultura histórica italiana ou estadunidense. Podemos questionar, por exemplo, como a influência de certa reminiscência dos ensinamentos de Benedetto Croce, na Itália, pode ser sentida nos trabalhos sobre *Storiografia Digitale*. E aqui podemos suspeitar que a preocupação com a historicidade das fotografias presentes na discussão dos italianos Monica Gallai e Luigi Tomassini (2004), por exemplo, pode estar, de algum modo, correlacionada às

bases metodológicas para a crítica histórica lançadas por Croce. Uma ilustração dessa problemática é a apreensão dos autores quanto à perda do controle das fotografias de documentação histórica na rede, onde estas possíveis fontes, desprovidas do seu contexto original, perderiam muito de suas “informações de conjunto”, (*informazioni di corredo*) (GALLAI & TOMASSINI, 2004:78), o que enfraqueceria sua historicidade. Analogamente, algumas marcas da cultura histórica estadunidense, bastante afeita às efemérides e comemorações nacionais, podem ser percebidas em vários tipos de projetos que tratam de história nacional no CHMN¹³⁷.

No que diz respeito especificamente à entrada das TICs na oficina da história e à consequente utilização rotineira da Internet, consideramos que o passado recente desses dois países possa explicar algo. Nos Estados Unidos, como vimos no início deste trabalho, as tecnologias tiveram uma participação crescente na vida da sociedade, tendo o acesso à Internet se tornado popular a partir dos anos 1990. Além disso, como vimos, tecnologicamente, o país viveu um complexo processo de inovação. Esse processo envolvia abertura, colaboração e cooperação nas pesquisas por um lado, e por outro, o surgimento de um padrão de sociabilidade individualista (de isolamento em redes) que, segundo os autores trabalhados, podia ser, em parte, explicado como desdobramento das transformações vindas do Vale do Silício, mas também poderia esta atrelado à contracultura dos anos 1960-70 (BARBROOK E CAMERON, 1996; CASTELLS, 2003; 2005; TURNER, 2008).

Nos Estados Unidos, em 2000, o número de usuários de Internet era de 124,000,000, equivalente a 44,1% da população. Na Itália, no mesmo período, este número era de 13,200,000, representando 22,8% da população¹³⁸. Certamente, o número global americano é superior, mas o que queremos chamar atenção é para o percentual (proporcional) da população que utilizava Internet naquele ano - o da Itália é praticamente a metade. Este dado, somado à experiência estadunidense com o

¹³⁷ Entre eles, os seguintes [Hypertext Scholarship in American Studies](#), [The September 11 Digital Archive](#), [Papers of the War Department 1784-1800](#), [Histories of the National Mall](#), [History Matters](#), [Exploring U.S. History](#), [Teaching American History](#), [Sidelights](#), [Virginia 400](#), [Probing the Past: Virginia and Maryland Probate Inventories](#), [Interpreting the Declaration of Independence by Translation](#), este último, dedicado exclusivamente às traduções e retraduações da Declaração de Independência dos Estados Unidos em vários períodos (do século XVIII ao XX), diversas línguas (italiano, francês, espanhol, alemão, russo, hebraico, japonês etc.). O objetivo do projeto é perceber como as traduções eram influenciadas pelos contextos históricos em que eram produzidas e como se davam a recepção das mesmas. Todos podem ser acessados a partir do site do CHNM <http://chnm.gmu.edu/> Último acesso em: 05.11.2013

¹³⁸ Estatísticas para Estados Unidos <<http://www.internetworldstats.com/am/us.htm>> e Itália <<http://www.internetworldstats.com/eu/it.htm>> via [Internet World Stats](#), Usage and Population Statistics.

surgimento da tecnologia, certamente tem uma relevância a nossa análise. É plausível considerar que a proliferação, mais rápida, nos Estados Unidos de cursos de formação (nível: graduação e pós-graduação) em *Digital History* esteja associada a um maior compartilhamento do uso da tecnologia e da importância de problematizar sua incorporação nas várias profissões, inclusive na História. Por outro lado, qualitativamente, essa informação pode não significar muita coisa. Contudo, se considerarmos estes números somados a outros aspectos dessas sociedades, eles são potencialmente reveladores.

Vale, para avançarmos, perceber portanto, como nos Estados Unidos os historiadores serão mais propensos ao uso da tecnologia que na Itália. Para Castells, o empreendedorismo do Vale do Silício e o entusiasmo inovador de alguns pesquisadores encontraram brechas na Academia estadunidense, efetivos espaços para realizar a partir das próprias universidades uma “aventura humana extraordinária” – a invenção da Internet (CASTELLS, 2003:13). O que somado, por outro lado, à busca por excelência dos centros de pesquisa estadunidenses nas mais várias áreas do saber, formam uma combinação bastante dinâmica e favorável à ao endossamento mais compartilhado de novas pesquisas.

Dito isto, é preciso considerar que mesmo no ciberespaço se farão sentir as contingências relacionadas ao espaço geográfico e institucional de onde falam os sujeitos envolvidos no debate sobre “história/historiografia digital”. As características culturais e de infraestrutura de trabalho de uma sociedade, podem, portanto, ser percebidas mesmo no ciberespaço onde, a *priori*, não haveria fronteiras nacionais. O ciberespaço, embora dê voz a todos com suposta igualdade, não está livre de ser estratificado, tampouco pasteuriza o que quer que nele esteja presente. Assim, mesmo concordando com o que diz a literatura sobre a fluidez dos dados no ciberespaço, consideramos também que a liberdade, abertura e aparente ausência de regras e hierarquias do ciberespaço, estão, na verdade, em necessária relação dialética com os aspectos da “vida real”, do mundo acadêmico fora das redes, com seus vícios, tradições e predisposições.

Isso fica implícito na maior ocorrência de sites de projetos de *Digital History* nos Estados Unidos curados por universidades e centros de pesquisa, do que na Itália. O que pode ser parcialmente atribuído à familiaridade com a tecnologia apresentada em maior percentual populacional entre estadunidenses que italianos (quantitativamente falando, com base nas estatísticas supracitadas). Consideramos que esses projetos foram

idealizados a partir da premissa e evidência de que existia uma audiência para estes projetos, especialmente em escolas, onde o conteúdo poderia servir a professores e alunos. Por outro ponto de vista, considerando um aspecto um pouco mais qualitativo, relativo às culturas envolvidas nessa comparação, poderíamos inferir que, em razão da menor carga da tradição nos Estados Unidos, os entes responsáveis por projetos de *Digital History* no país estivessem ligeiramente mais predispostos a inovar no formato da comunicação do que aqueles da Itália. Do lado europeu, onde haveria ainda certo conservadorismo tradicional impedindo que as mudanças ocorressem no mesmo embalo que na América do Norte, os sites foram surgindo aos poucos, nem sempre com o apoio de universidades. Ao contrário, no mais das vezes, por esforço e iniciativa de alguns indivíduos envolvidos em sociedades de pesquisa, ou em seus próprios projetos, independentes das grandes universidades.

Mas não são apenas esses fatores que dirigem distintamente as pesquisas em nossos campos de observação. Devemos considerar um terceiro elemento a condicionar a realização de projetos sobre o tema História e Internet, e aqui incluímos os projetos editoriais que resultaram no volume *La Storiografia Digitale* (RAGAZZINI, 2004) do “guia” *Digital History* (COHEN; ROSENZWEIG, 2005): a disponibilidade de recursos. Quando nos referimos à “disponibilidade de recursos” não entendemos apenas os fundos (financeiros) disponíveis para o investimento em projetos (como apoio ou patrocínio parcial/total). Referimo-nos à vontade política de executar tais projetos, isto é, à prioridade que se dá a iniciativas digitais em cada realidade nacional estudada, o que faz com que, efetivamente, os fundos disponíveis sejam destinados a este ou aquele projeto.

Além disso, não se pode restringir recursos à capital financeiro, há que se pontuar também a indispensabilidade dos recursos humanos. A disponibilidade de pessoal qualificado não só para idealizar esses projetos, mas para colocá-los em pleno funcionamento no ciberespaço e mantê-los ativos é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, bem como, para o seu bom desempenho ao longo do tempo. Ou seja, gente para capacitada para trabalhar em todas as pontas: concepção, implementação e manutenção desses projetos, algo que, além de recursos para a sua remuneração, requer a construção de uma base para a formação/treinamento destes pesquisadores e profissionais e uma estrutura de reconhecimento acadêmico para essas atividades. Pudemos notar, por exemplo, comparando alguns dos sites de projetos citados na literatura estudada e encontrados em nossa navegação exploratória (via mecanismos de

pesquisa), que as páginas criadas por entes estadunidenses apresentaram significativas diferenças de *layouts* e arquitetura de informação em relação às estruturas dos sites italianos. Apenas para ilustrarmos um caso, vejamos, os dois sites abaixo (recomendamos acesso aos links diretos para melhor visualização e navegação dos mesmos):

1. **Site italiano:** *L'edizione digitale del Liber Privilegiorum Sanctae Montis regalis Ecclesiae* (FALLETTA, 2009) (<http://vatlat3880.altervista.org/>)



Figura 4. Captura de tela da seção “A paisagem e a memória” (*Il paesaggio e la memoria*) do site *L'edizione digitale del Liber Privilegiorum Sanctae Montis regalis Ecclesiae*. Versão digital da tese de doutorado de Serena Falletta (2009) em História da Europa Mediterrânea (*Università degli Studi di Palermo*, Itália).

2. **Site estadunidense:** *The Differences Slavery Made: A Close Analysis of Two American Communities* (AYERS & THOMAS, 2003) (<http://www2.vcdh.virginia.edu/AHR/>)

The Differences Slavery Made: A Close Analysis of Two American Communities

William G. Thomas III and Edward L. Ayers

Evidence Historiography Tools

SUMMARY OF ARGUMENT Comparing Social Structures

INTRODUCTION
SUMMARY OF ARGUMENT
POINTS OF ANALYSIS
METHODS

View : [The Debates](#) | [Modernity in the United States Context](#) | [Geography and Difference](#) | [Politics and Slavery](#) | [The Case Studies: Augusta and Franklin](#) | [Comparing Economies](#) | [Comparing Social Structures](#) | [Politics and the Election of 1860](#) | [Conclusion](#)

The most startling and observable difference on the ground to Northerners and Southerners alike was the difference slavery made in population density. In the North the average population per square mile was 32 persons. Ninety-five percent of Southern counties had a lower density of white residents than the Northern average. In Franklin County the population density was 55 persons per square mile, while Augusta held just 28 persons per square mile (22 white residents per square mile). When the Reverend Abraham Essick came south from his home in Pennsylvania in 1860 to minister in the Valley of Virginia, he noted the difference the border made whenever he traveled back home. "During my visit to Pennsylvania I was deeply impressed by the contrast between the general appearance of the country and this. Naturally they are similar, both lying in the same valley, and presenting many of the same characteristics. But in Virginia the farms are large and the population sparse. The differences in cultivation, productiveness, and the general indications of thrift, are immensely in favor of Pennsylvania. It is usual to account for this on the grounds of Slavery." ([Diary of the Reverend Abraham Essick, June 6, 1857](#))

Historians have suggested that such a thorough and persistent difference might account for other sectional differences in economy, social structure, or understanding of political power. For many contemporaries the difference between North and South was observable and real, visible on the ground in the ways buildings looked, were arranged or cared for, in the ways crops were planted, tended, or harvested, in the ways roads and towns intersected and developed. Northern travelers looked at the relative sparseness of people on the land in the South and viewed it as a lack of progress and energy. The Northerners saw scattered schoolhouses and churches, isolated villages and empty roads. White Southerners, however, thought they lived in places more beautiful and more humane than the crowded rural districts of the North. They argued that their farms, plantations, and towns were just as productive as those of the North, that white people in the South were actually better off than those in the North.

Augusta's and Franklin's churches, schools, newspapers, and political parties were clearly variants of the same kinds of institutions. People in both communities drew on the same cultural traditions, found the same topics, trends, and fads fascinating, adopted the same fashions, and read the same books. They eagerly employed the same new technologies. White women found similar opportunities above and below the Mason-Dixon Line. Free black people faced similarly restricted economic opportunities in both places. While both counties had some immigrants, the population of each was heavily native-born. White residents in both places often treated African Americans with disregard and contempt.

Yet slavery had insinuated itself into every facet of life in Augusta. Slavery touched every corner of Augusta, reaching into its mountains, valleys, and hollows. The institution was found at every elevation, on every soil type. The newspapers were filled with the business of slavery, and business adapted itself to the opportunities and constraints of bondage. (See [Map: Residences with Slavery](#))

White slaveholders and enslaved people in Augusta engaged in a series of daily performances from mundane greetings to fully costumed plays. For the enslaved such acts were full of tension and double meaning, but for whites these nuances seemed to have been either lost or ignored. Augusta plantations even held winter performances of *Uncle Tom's Cabin*. Alansa Rounds Sterrett organized one such "social" and had the Sterrett's oldest slave, "grey headed Uncle Kit Matthews," play Uncle Tom. Sterrett, a Northerner who moved to Augusta in the late 1850s, was swept up in the beautiful and charming life of wealthy Southern society. Like others who attended nearby schools, such as the Virginia Female Institute, and whose fathers and mothers owned plantations and held slaves, she witnessed any number of "novel scenes" in which enslaved people performed for whites. For example, Sterrett described in her memoir a "darkey wedding," as "comical, mirthful, and hilarious affairs to black and white alike." Augusta residents, black and white, went through elaborate rituals of deference and command, in which whites managed to keep underlying tensions offstage. Again and again, these scenes were played out in the homes and plantations that dotted the Augusta landscape. (See [Memoir of Alansa Rounds Sterrett](#))

Citation: Key = TAS7

Evidence Historiography Tools

Figura 5. Captura de tela da seção “Comparando estruturas sociais (*Comparing Social Structures*)” do site *The Differences Slavery Made: A Close Analysis of Two American Communities*. Experimento aplicado de *Digital Scholarship* realizado por William G. Thomas III e Edward L. Ayers (2003: Key = T11) no âmbito de atividades do Virginia Center for Digital History da University of Virginia com financiamento do National Endowment for the Humanities..

Os dois projetos destacados para pinçarmos algumas dessas diferenças foram escolhidos por se proporem a realizar uma narrativa de história online, para além de simplesmente ser um banco de dados, biblioteca ou arquivos digital sobre algum tema.

Ou seja, neles foi possível observar como os autores se utilizam dos recursos digitais para expor suas evidências. O primeiro, a versão digital da tese de Serena Falletta (2009, *Università degli Studi di Palermo*, Italia), apresenta um trabalho enorme de transcrição de documentos (monarquistas, episcopais e papais), num total de 90 em que a autora organiza uma rede de dependências entre as fontes indexadas para analisar um documento diplomático da Igreja Católica, especificamente, o *Liber Privilegiorum Sanctae Montis Regalis Ecclesiae* (oriundo do final do século XV), abordando relações sociais, políticas e econômicas nas arquidioceses do Mediterrâneo num lastro de quatro séculos. É interessante observar que o escopo geral do trabalho, pontuado pela própria autora, era justamente avaliar a potencialidade do hipertexto na expressividade da narrativa (FALLETA, 2009). O site permite uma navegação multilinear através dos conteúdos, embora ofereça ao leitor recursos de orientação inspirados na tradição impressa, como índice, listas cronológicas de documentos, arquitetura do site etc. Ao longo do texto, há entradas de citações e *links* (destacados por ícones especiais) para abas com informações extras sobre determinados assuntos (funcionando, portanto, como uma espécie de nota expandida).

O segundo site se trata de um artigo de fôlego elaborado por William G. Thomas III e Edward L. Ayers sobre como a escravidão dividiu a sociedade estadunidense nos anos anteriores à Guerra Civil, a partir da análise comparada de duas comunidades nas adjacências de Mason-Dixon Line (Franklin e Augusta). Os “pontos da análise” comparada dos autores passavam por questões específicas como “Informação e Comunicação”, “Religião e escola”, “Comércio”, “Campanha de 1860”, entre outros. Para cada item de análise, uma aba diferente foi criada no site, trazendo junto às questões analíticas do texto, todas as evidências associadas a cada uma delas utilizadas pelos autores. Assim como no primeiro caso, a navegação é multilinear e embora não exista um mapa do site (com este nome), cada aba possui uma lista dos conteúdos que podem ser navegados, que funciona como elemento de orientação. Em contrapartida, o site também oferece uma espécie de mapa de leitura na caixa de ferramentas (*tools*) para o leitor conseguir por alguma ordem na leitura, mesmo na navegação multilinear. O recurso, identificado como *Reading Record* (gravador de leitura) é uma ferramenta que permite ao usuário visualizar quais foram as seções do site que já visitou e quais são as que faltam entre três categorias: Análise, Historiografia e Evidência.

O que gostaríamos de chamar atenção nesse momento é para algumas diferenças da estrutura de informação dos sites que, a nosso ver, revelam suas condições de

produção, bem como suas eventuais interdições. Falletta, autora do primeiro projeto, apresentou além da análise de fontes, uma rigorosa descrição de cada documento, termo ou referência que julgou que agregasse expressividade à argumentação de sua análise e fez um forte trabalho de hipertexto, interconectando os conteúdos que considerou correlatos no texto. A terceira parte do seu trabalho é totalmente dedicada à reflexão sobre a própria metodologia utilizada – “Do manuscrito ao hipertexto” (*Dal manuscrito all’ipertesto*). Nele, discute a literatura de apoio e os conceitos que norteiam seu trabalho. Falletta leu o volume de Ragazzini (2004) e o de Cohen e Rosenzweig (2005), entre vários outros autores também trabalhados por nós e tem uma compreensão bem ampla do que pode ser “a comunicação histórica na era multimedial” (FALLETA, 2009).

No entanto, em que pese sua densidade teórica e seu elaborado trabalho com fontes, o *layout* e a arquitetura de informação do site (o modo como é organizado: molduras, cabeçalho, índice, seções, em sua ordenação, posicionamento, formatação etc.) por algumas questões técnicas, não correspondem, por assim dizer, à complexidade do pensamento histórico e de sua relação com as novas mídias demonstradas pela autora nas discussões metodológicas. A coluna principal do site é emoldurada por uma estrutura fixa (coluna lateral esquerda e cabeçalho) que não acompanha a fruição do texto ao deslizar da barra de rolagem que acompanha o conteúdo principal/central. Além disso, a cada item do índice proposto pela autora, por mais que se possa avançar e recuar com os botões de navegação, o *link* permanente do navegador não muda automaticamente, tornando o rastreamento dos links visitados mais complicado (se o link permanente não muda, nem mesmo o histórico dos navegadores registra a passagem de páginas). Os links permanentes de cada seção, fundamentais para se fazer a referência correta ao texto, são acessíveis apenas se o usuário acessar cada item dos índices da através da opção (que deve ser acionada pelo usuário, isto é, não faz parte da programação do site) “abrir em nova aba/janela” do seu navegador. Um agravante disso é a ausência de identificadores em números, letras ou códigos para cada seção/página do site, a fim de facilitar a citação/referência dos conteúdos. Outro serviço ausente no site é a barra de pesquisa interna para todo o conteúdo do site, sem a mesma, a localização de termos e palavras-chaves se torna mais trabalhosa porque precisa ser acionada pelo próprio usuário a partir da opção “localizar” de seu próprio navegador, forçando-o a percorrer página por página manualmente se desejar fazer uma varredura do site.

Essas são apenas observações panorâmicas da estrutura geral do site ¹³⁹. Entretanto, essa visão global do projeto nos permite supor algumas razões para que sua criação tenha apresentado este resultado final, que na verdade, se resumiriam à ausência de um apoio institucional, com recursos para a realização do mesmo. Se a autora pudesse contar com a ajuda de uma equipe, ou mesmo apenas um programador (hábil nas linguagens XML, HTML, ver [glossário](#)), a revisão do conteúdo e a busca por soluções para problemas como esse do não aparecimento automático dos *links* permanentes e da falta do serviço interno de busca poderiam ser resolvidos. Se houvesse ainda a colaboração de um *web designer* ou *designer gráfico* que pudesse trabalhar com a equipe pensando as melhores soluções para um *layout* limpo, mais *web friendly*, que não interferisse na navegação multilinear do site e até mesmo a tornasse mais fluida, o site poderia ficar ainda mais inteligível. Outras soluções seriam possíveis se simplesmente a própria autora tivesse apoio para dedicar mais tempo e recursos para seu projeto, o que envolveria, por exemplo, um considerável investimento (de tempo também) para a sua própria capacitação. Essas limitações técnicas, portanto, refletem a ausência de recursos (humanos e financeiros) e falta de apoio institucional enfrentada pela autora na construção de um projeto tão grande e complexo, como o desse site, por conta própria.

O site de Thomas e Ayers (2003) seguiu outra lógica de criação. Não se tratou da tese ou projeto individual, atrelado à formação dos autores, mas fez parte de um experimento consciente, buscado pelo centro de *Digital History* onde os dois puderam trabalhar em colaboração com uma equipe. Além do apoio institucional de seu centro de pesquisa - [Virginia Center for Digital History](#) – o projeto recebeu financiamento do [National Endowment for the Humanities](#). (Fundo Nacional para as Humanidades, EUA), que em 2003 já apoiava iniciativas de *Digital Scholarship*, antes mesmo da publicação de Cohen e Rosenzweig pelo CHNM promover amplamente as potencialidades da *Digital History*. Nesse caso, além da equipe de seu próprio centro de pesquisa, os autores contaram com a colaboração de colegas de outras universidades que, em maior ou menor medida, auxiliaram no planejamento e apresentação de soluções para o

¹³⁹ Não verificamos, por exemplo, se todas as ligações eletrônicas estão funcionando corretamente em todas as páginas, mas foi possível verificar que ao menos um link da *home* está quebrado, justamente o redirecionamento que levaria para a nota técnica “projeto de pesquisa”, sem o qual, a compreensão de todo a proposta do site fica comprometida. Foi possível localizar o projeto de pesquisa de Falletta através do Google, no site Università degli Studi di Palermo: <http://portale.unipa.it/persone/docenti/f/serena.falletta/?pagina=pubblicazione&idPubblicazione=76715>
Último acesso em: 01.11.2013.

projeto final. O desenvolvimento de um GIS (*Geographic Information System/Sistema de Informação Geográfica*, ver [glossário](#)) para o projeto, só para dar mais um exemplo, contou com o trabalho de um grupo de estudantes de graduação e de pós-graduação da universidade (AYERS & THOMAS, 2003: TM0). Ainda assim, a incorporação da metodologia GIS ao projeto só foi possível porque os autores também contaram com a participação de pesquisadores de outras universidades, como *University of North Florida* e do *Electronic Cultural Atlas Initiative*, da *University of California, Berkeley*, ajudando na tomada de decisões e todo o processo de elaboração das interfaces do sistema THOMAS, 2003: TI5). O GIS, nesse caso, adicionou expressividade e potencializou a historicidade do projeto, pois permitiu que as informações geográficas das comunidades analisadas pudessem ser cruzadas com outros dados da historiografia ou das fontes, a fim de fornecer as evidências de maneira mais arrojada para as análises dos autores¹⁴⁰.

O envolvimento de determinados profissionais nas equipes responsáveis por projetos digitais de história, não necessariamente, está condicionada apenas à disponibilidade de fundos para realizar o pagamento. Há de se considerar, por exemplo, as experiências estadunidenses mais comuns em trabalhos coletivos (organização de projetos em *work teams*) e a presença de historiadores com habilidades para coordenar equipes mistas, interdisciplinares. A habilidade para tal tarefa, não se trata simplesmente de um espírito de liderança ou de uma capacidade administrativa, a questão é mais de capacitação teórica e técnica para tal (como percebemos no caso de Falleta). No caso específico dos projetos digitais, é necessário que o historiador empenhado conheça, minimamente, as linguagens do computador e dos *softwares* de programação e *web design*. Não é dado que o próprio historiador precise saber operar todas as funções, mas já seria um diferencial ele conhecer o que pode ser realizado a partir de conjunto de ferramentas digitais, pois isso lhe colocaria à disposição algumas alternativas à tradição impressa e facilitaria a sua comunicação com colegas envolvidos e/ou uma equipe de profissionais (não necessariamente historiadores) aptos para executar as tarefas que tem

¹⁴⁰ Ainda sobre o GIS, é interessante observar o projeto ORBIS (*The Stanford Geospatial Network Model of the Roman World*) e seu uso de tecnologias geoespaciais. ORBIS criou um modelo (Vwind) para compreender o transporte marítimos durante o Império Romano e, eloquentemente, exemplifica como a tecnologia, o trabalho em time e pensamento histórico crítico somado ao investimento em tecnologias podem favorecer a inovação (SCHEIDEL, 2009). Outro projeto bem sucedido no uso de dados e mapas formulados em GIS é o *Montréal l'avenir du passé* (MAP) de Robert Sweeny, baseado na *Memorial University* (Newfoundland, Canadá) <<http://www.mun.ca/mapm/>>

em mente¹⁴¹. Sem conhecimento do que determinados *softwares*, *plug-ins* (ver [glossário](#)) e *aplicativos* (ver [glossário](#)) podem fazer, o historiador não estaria impossibilitado de conduzir um projeto digital, mas em certa medida, estaria menos aparelhado para fazê-lo, não conseguindo conceber algumas ferramentas. Ou seja, o letramento digital (*Digital Literacy*) se torna, nesse momento, uma demanda no seio das Humanidades (incluindo-se a História), na medida em que permitiria aos envolvidos em projetos digitais, vislumbrar as mais vastas possibilidades de uso das ferramentas digitais, podendo explorar e aproveitar melhor o novo suporte, bem como o dispositivo do hipertexto e as demais ferramentas digitais que podem permitir uma diferente apresentação do passado na rede.

Por fim, ainda em relação ao fator recursos, é de se considerar que a maior ou menor disponibilidade de recursos humanos e financeiros estarão inevitavelmente relacionadas às políticas públicas desses países. Observamos, por exemplo, que o surgimento de alguns projetos em âmbito universitário nos Estados Unidos estão diretamente ligados à presença de um curso de formação em *Digital History*, com instrução de capacidades técnicas básicas, para além dos aspectos teóricos. A formação de historiadores nesses cursos gera gradualmente um considerável aumento no número de profissionais propensos (e capacitados) a auxiliar na idealização e gerenciamento de

¹⁴¹ Em julho de 2012 foi lançado um projeto em parceria com o NICHE (*Network in Canadian History & Environment*) e o CHNM chamado *The Programming Historian* < <http://programminghistorian.org/> > (que em 2013 passou a ser chamar *The Programming Historian 2*). O projeto surge da contestação de que muitos historiadores (ou profissionais das humanidades, em geral), não estão preparados para operar simples tarefas de programação para suas páginas e projetos na Web. O objetivo dos envolvidos é oferecer um montante de tutoriais para tarefas de programação (de complexidade simples e moderada) para que todos os interessados possam usufruir desse conteúdo, exercer seu autodidatismo e começar a praticar por conta própria. O projeto tem como filosofia o *Open Source* e o *Open Access*, portanto, tudo o que é divulgado no site é livre para distribuição e reprodução. O que importa é informar o quanto mais possível, apenas usam licença *Creative Commons*. Construído de forma coletiva e colaborativa, o projeto se beneficia da *expertise* de profissionais de diversas universidades (Norte América e Europa: *King's College London, George Mason University, University of California, University of Virginia, University of Western Ontario, University of Waterloo, Emory University*) que possuem laboratórios em cursos em *Digital Humanities* ou *Digital History*. Além disso, o programa aceita submissões de textos tutoriais de qualquer pessoa da comunidade que queria colaborar com o projeto e concorde com a filosofia *Open Access/Open Source*. Disponível em: <http://programminghistorian.org/> Último acesso em: 01.11.2013. Projetos como esse estão no horizonte de expectativas do debate acerca da instrução em *Digital History* na América do Norte. O grupo de trabalho *Teaching Digital History and New Media* do encontro anual do [National Council on Public History](#) (Ottawa, 2013) produziu uma série de reflexões a respeito dos desafios nessa fronteira do ensino-aprendizado da história e das novas mídias na Era Digital. Uma preocupação unânime nas considerações dos participantes da discussão que presenciamos por ter feito parte do grupo é justamente a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o treinamento técnico (capacidades básicas de programação, por exemplo) e a reflexão histórica nos cursos de *Digital History* (ambos: graduação ou pós-graduação). Um resumo das discussões pode ser encontrado aqui : <http://ncph.org/cms/wp-content/uploads/Teaching-Digital-History-and-New-Media-Case-Statements.pdf> Último acesso em: 01.11.2013.

projetos digitais, além de fomentar maior sensibilização ao redor de iniciativas nessa área. Entretanto, a criação de cursos de formação em *Digital History* ou *Storiografia Digitale* não depende exclusivamente da vontade ou pré-disposição de um pesquisador, ou ainda de um departamento isolado. Como é sabido, a criação de cursos, sobretudo em universidades públicas, passa por uma série de questões financeiras, filosóficas, ideológicas e de prioridades dentro de cada comunidade acadêmica. Há de se considerar, nesses processos, que geralmente os pesquisadores mais maduros são aqueles que têm maiores possibilidades de influenciar decisões política no interior da comunidade acadêmica¹⁴².

Outro fator importante a ser considerado - relacionado em maior ou menor medida com as políticas públicas de Estado e o que é prioridade em pesquisa científica nesses países - é a incorporação da *Digital Scholarship* (atividades acadêmicas digitais) aos quadros oficiais da produção de conhecimento (BURTON, 2005). O reconhecimento de um produto intelectual digital¹⁴³ – coletivo ou individual – fruto de pesquisa documental e de elaboração do conhecimento histórico na forma de narrativa, ainda que seja uma narrativa visual/multimedial (ANDERSON, 2011), como algo equivalente a uma publicação (ou similar) que agregue valor aos currículos dos envolvidos para fins de reconhecimento em concursos e disputas de vagas, de uma forma em geral, seria um diferencial no incentivo à concretização de projetos digitais. A ausência de uma estrutura de recompensa, ou seja, a não incorporação de projetos digitais a atividades tradicionais que contem na experiência profissional dos pesquisadores para fins de ganhos em eventuais planos de carreira, é um dos elementos desmotivadores das atividades acadêmicas digitais que, como todas as outras, demandam um grande investimento, intelectual, de recursos e de tempo (BURTON, 2005).

¹⁴² Além da sensibilidade e do interesse pelo tema, há de se considerar que os historiadores profissionais também estão interessados em construir uma carreira e em contextos onde a prática da *Digital History* ou a *Storiografia Digitale* não é valorizada e não vem reconhecida pelos órgãos de fomento, ou tampouco contam pontos em avaliações de currículo para concursos, muitos historiadores se sentem desmotivados (BURTON, 2005). É interessante pensar na trajetória de alguns historiadores estadunidenses como Edward L. Ayers e Roy Rosenzweig que, quando começaram a atuar, segundo Vernon Burton, no “campo” da *Digital History* americana (*American Digital History Field*), já se encontravam em um momento mais estabelecido de suas carreiras, já inseridos em circuitos acadêmicos e não precisavam dessas atividades para construir um currículo. Cerca de uma década após os primeiros passos de ambos em direção à *Digital History*, com o crescimento do interesse no tema, seus trabalhos começaram a ser reconhecidos, valorados e inclusive premiados.

¹⁴³ Um produto digital, neste sentido, poderia ser um CD-ROM, um site, um blog, um simples artigo publicado exclusivamente em formato digital, a administração de redes sociais, entre outras atividades possíveis na Web.

Na Itália, até setembro de 2013, não foram identificados programas de pós-graduação com oferta formativa em *Storiografia Digitale* ou mesmo *Digital Humanities*. No que diz respeito à graduação, existem possibilidades no interior de departamentos de Humanas e faculdades de Letras e Filosofias. Disciplinas relacionadas ao par História e Internet, não necessariamente estarão sob a rubrica de *Storiografia Digitale*, o que se tem notícia são de disciplinas de informática e humanidades, como *Informatica Umanistica*, na *Università degli Studi di Pisa*¹⁴⁴. Na pós-graduação, verificamos a ocorrência de alguns mestrados (*Láurea Magistrale*) também relacionados à *Informática Umanistica*, na área de Filologia Moderna na *Università degli Studi di Firenze*¹⁴⁵ ou na área das Ciências etno-antropológicas e arquivísticas-livreiras, na *Università degli Studi di Sassari*¹⁴⁶.

Nos Estados Unidos, além da *George Mason University* e do CHNM, há outros centros de pesquisa e formação fazendo ponte entre Humanidades e Computação. Dentre os principais centros, destacam-se o *Maryland's Institute for Technology in the Humanities*, o *Virginia Center for Digital History* (exclusivamente projetos de História), o *Institute for Advanced Technology in the Humanities*, o *Center for Digital Humanities* da *University of California Los Angeles*, o *Center for Computer Assisted Research in the Humanities* da *Stanford University* e o *Center for Humane, Arts, Letters, and Sciences Online* (MATRIX) da *Michigan State University*. Vale notar que algumas vezes, são abertos espaços para projetos específicos de história dentro das universidades, independentemente desses centros. A *University of Nebraska-Lincoln*, por exemplo, mantém o *Digital History Project* < <http://digitalhistory.unl.edu/>>, cuja

¹⁴⁴ Corso de *Informatica Umanistica*, *Università degli Studi di Pisa*: <http://www.unipi.it/index.php/lauree/corso/10456> Último acesso em: 07.11.2013. Importante sublinhas que em 2010, surge na Universidade de Pisa o “Laboratório de Cultura Digital”, fundado pelas professoras da casa, Enrica Salvatori, Maria Simi e Elvira Todaro. A Professora Associada de História Medieval, Enrica Salvatori, também idealizou em 2006 o projeto [Historycast](#), um site com postagens regulares de podcasts sobre temas históricos. Inicialmente apenas Salvatori realizava postagens, hoje a equipe cresceu e o projeto se estabeleceu como uma significativo exemplo de História Pública e Digital no espaço italiano, prestando grande serviço para a divulgação científica da história e, ao mesmo tempo, que também comunica para audiências não especializadas. Hoje, além do projeto estar presente nas redes sociais ([Twitter](#) e [Facebook](#)), também passou a aceitar (outubro/2013) contribuição dos leitores e ouvintes.

¹⁴⁵ Mestrado em Filologia Moderna, articulado aos currículos de *Linguistica Italiana e Informatica Umanistica* *Università degli Studi di Firenze* <http://www.lettere.unifi.it/vp-195-filologia-moderna-lm-14.html> 07.11.2013.

¹⁴⁶ Mestrado em *Informática Umanistica*, na área de Ciências etno-antropológicas e arquivísticas-livreiras. *Università degli Studi di Sassari* http://www.lefweb.uniss.it/index.php?sez=2&arg=1&txt=1&son=2&id_ins=1855 Último acesso em: 07.11.2013.

proposta é informar ao público e aos acadêmicos o estado das artes através da disponibilização de entrevistas, artigos, de um diretório de projetos de *Digital History* e resenhas críticas sobre estes projetos. Outro valioso material disponibilizado no site são os *syllabi* (planos de curso) e os projetos realizados por estudantes de *Digital History*¹⁴⁷. Na descrição do site, *Digital History* é “um campo acadêmico em emergência e em rápida transformação”¹⁴⁸.

Mas essa profusão de espaços de pesquisa e formação, denotando o reconhecimento institucional da Digital History nos Estados Unidos nem sempre foi assim. Foram necessários alguns esforços – e tempo - para abrir esse espaço. Para Orville Vernon Burton¹⁴⁹, a Digital History nos Estados Unidos no início dos anos 2000 ainda era um campo (o autor dedica todo um artigo à análise desse campo) de estudos emperrado (BURTON, 2005). Para o autor, a situação começou a mudar devido à iniciativa de alguns historiadores que conseguiram, pelo sucesso de suas empreitadas, demonstrar a importância do campo e então fazê-lo. Ainda sobre o estado do campo na virada de séculos, Burton observa:

até mesmo os historiadores tecnologicamente mais experientes careciam das habilidades para criação e programação digital necessárias para tornar a sua erudição histórica verdadeiramente digital em sua prática acadêmica da história. Esses historiadores, além disso, tem muito pouco incentivo para desenvolver essas habilidades, porque não há uma demanda muito grande para a Digital History, ou qualquer orientação clara ou modelos para a Digital History. Esta situação é uma derivação do clássico dilema do ovo e a galinha. Os historiadores não vão desenvolver competências tecnológicas de Digital History, porque não há um campo de Digital History para fazer essas habilidades valerem a pena, e o campo da Digital History não irá se desenvolver porque os historiadores não estão desenvolvendo essas habilidades tecnológicas. Ainda, com exceção de alguns programas de pós-graduação raras em universidades norte-americanas, a próxima geração de historiadores não está sendo treinado em técnicas de Digital History, particularmente assustadoras para os historiadores de Estados Unidos moderno quando se considera como mais e mais os registros de nosso

¹⁴⁷ É interessante assinalar que todos os planos de curso de *Digital History* listados (total 04; 01 de graduação e 03 de pós-graduação) indicam como leitura obrigatória o guia elaborado por Cohen e Rosenzweig, *Digital History* (2005). Ver syllaby códigos: HIST 470; HIST 870; HIST 970 (2007/2011);

¹⁴⁷ No original: “is an emerging and rapidly changing academic field.”

<http://digitalhistory.unl.edu/about.php> Último acesso em: 07.11.2013.

¹⁴⁸ No original: “is an emerging and rapidly changing academic field.”

<http://digitalhistory.unl.edu/about.php> Último acesso em: 07.11.2013.

¹⁴⁹ Professor de história e sociologia University of Illinois e professor e pesquisador sênior do Centro Nacional para Aplicações de Supercomputação mesma universidade.

passado se tornaram digital desde meados dos anos 1980. (BURTON, 2005:2008, tradução nossa)¹⁵⁰

Naquele período, Burton, refletindo a necessidade de se pensar as contribuições da computação para as Humanidades, organizou o volume intitulado *Computing in the Social Sciences and Humanities* (BURTON, 2002). A publicação anunciava a “Revolução Digital” e contou com contribuições de historiadores como Ayers e Rosenzweig. Inovava também oferecendo um CD-ROM contendo *links* para sites da *World Wide Web* e – para aqueles que tivessem uma baixa conexão à internet – uma coleção de sites ditos relevantes pelo autor da obra, além de conteúdos de outros projetos tratados no livro. O livro, aberto por um artigo de Ayers, pontuava o cenário de mudança e a angústia dos historiadores diante disso:

Os historiadores são treinados para ver no contexto de mudança, mas mesmo um historiador pode achar que é difícil ganhar um senso de perspectiva sobre as mudanças tecnológicas que nos varrem esses dias. O própria aparelhagem está evoluindo com uma velocidade surpreendente, e a ampla cultura parece obcecada com a evolução. Artigos sobre os últimos milagres de estoque de alta tecnologia preenchem as páginas de negócios, enquanto a publicidade de automóveis e ligas desportivas exibem os seus endereços da *World Wide Web* como medalhas de honra. Livros e revistas a favor e contra as novas mídias apimentam as listas *bestseller*, e *how-to-books* sobre computação dominam novas seções das livrarias. (AYERS, 2002: 19, tradução nossa)¹⁵¹

A velocidade das transformações, não impediu, porém que alguns “pioneiros”, para usar a expressão de Burton, iniciassem seus trabalhos. Nesse contexto, o que parece consenso entre a Academia estadunidense foi o papel desempenhado por Rosenzweig. Para Anthony Grafton, foi na *George Mason University*, onde Rosenzweig ensinou por mais de um quarto de século, que tudo começou. Lá, nos anos 1990, Rosenzweig inaugurou o Centro para Histórias e Novas Mídias (já citado várias vezes

¹⁵⁰ No original: “even the most technologically savvy historians lack the digital creation and programming skills necessary to make their historical scholarship truly digital historical scholarship. These historians, moreover, have very little incentive to develop these skills because there is not a very large demand for digital history, or any clear guidance or models for digital history. This situation is a derivation of the classic chicken-and-egg conundrum. Historians will not develop digital history technological skills because there is not a field of digital history to make those skills worthwhile, and the field of digital history will not develop because historians are not developing those technological skills. Moreover, except for a few rare graduate programs in American universities, the next generation of historians is not being trained in digital history techniques, particularly frightening for historians of modern United States when one considers how more and more records of our past have become digital since the mid-1980s.”

¹⁵¹ No original: “Historians are trained to see in the context of change, but even a historian might find it hard to gain a sense of perspective on the technological changes sweeping over us these days. The machinery itself is evolving with astonishing speed, and the larger culture seems obsessed with the evolution. Articles on the latest high-tech stock miracle fill the business pages while advertisements for automobiles and sport leagues bear their World Wide Web addresses like badges of honor. Books and magazines for and against the new media pepper the bestsellers lists, and how-to-books on computing dominate new sections of bookstores.”

neste texto sob a sigla CHNM), que a princípio, apesar do grande nome, se limitava a um pequeno escritório na universidade, que embora não fosse uma instituição de ponta no país, aspirava grandes conquistas (GRAFTON, 2011). Rosenzweig trazia consigo a experiência de sua primeira publicação multimídia, o *Who Built America? From the Centennial of 1876 to the Great War of 1914* (CD-ROM, 1993)¹⁵², que consistia em uma introdução à história nacional estadunidense baseada em materiais de várias mídias, cobrindo o período do século XIX tardio ao início do século XX. O premiado CD-ROM¹⁵³ ampliava um livro impresso, homônimo, publicado um ano antes, permitindo aos alunos irem além das páginas impressas e consultar as fontes primárias e secundárias utilizadas pelos historiadores para dar sentido ao passado. Os percursos oferecidos no CR-ROM permitiam acesso a 700 fontes, de vários tipos, chegando a quase cinco mil páginas de documentos textuais, quatro horas e meia de áudio, quarenta e cinco minutos de filmes e mais de 700 itens iconográficos (KOVALCHICK AND DAWSON, 2004:665)¹⁵⁴.

Um dos primeiros projetos a se estabelecer dentro do CHNM foi o *History Matters* (1998), desenhado para atender estudantes e professores da educação básica, para além do âmbito universitário. O projeto foi um dos primeiros exemplos de como as novas mídias poderiam contribuir para inovadoras práticas didático-pedagógicas, disponibilizando recursos multimídia para utilização em sala de aula. Atualmente o projeto oferece um banco de fontes primárias e documentos de toda ordem (textuais, iconográficos, audiovisual etc.), além de planos de aula e resenhas críticas de mais de mil sites sobre a história do país (*American History*).

No início dos anos 2000, quando a American Historical Association (AHA) era presidida por um colega seu, Eric Foner, Rosenzweig se engajou nos trabalhos da associação, da qual foi por três anos um enérgico vice-presidente. Foi ele, por exemplo,

¹⁵² Livro didático digital de autoria coletiva: *Who Built America? From the Centennial of 1876 to the Great War of 1914*, a multi-media CD-ROM (New York: Voyager, 1993); escrito com S. Brier and J. Brown.

¹⁵³ *Who Built America?* recebeu o prêmio "James Harvey Robinson" da *American Historical Association* pela sua "notável contribuição ao ensino e aprendizagem da história" (*outstanding contribution to the teaching and learning of history*) (KOVALCHICK AND DAWSON, 2004:666)

¹⁵⁴ O sucesso do primeiro CD-ROM fez com que *Who Built America?* continuasse a série, dando origem a outros dois livros didáticos eletrônicos de autoria coletiva *Who Built America? From the Great War of 1914 to the Dawn of the Atomic Age in 1946, a multi-media CD-ROM* (New York: Worth Publishers, 2000), do qual Rosenzweig foi autor chefe e produtor executivo e *Who Built America? Working People & the Nation's Economy, Politics, Culture & Society* (New York: Worth Publishers, 2000), do qual participou como autor convidado no volume dois.

quem encorajou a associação a abrir uma página na Web para acesso universal ao periódico *American Historical Review* e outras de suas importantes publicações.

Do CHNM, dirigido por Rosenzweig de 1996 a 2007, destacamos o desenvolvimento de ferramentas para o “historiador digital”, como consta em seu site. Dentre elas, ganha relevo o próprio *software Zotero*¹⁵⁵. Originalmente lançado como uma extensão do navegador Firefox (CHNM, 2006), o programa atualmente já apresenta versões *beta* para outros navegadores como *Safari* e *Google Chrome*, além de se encontrar disponíveis em *apps mobiles* para este *software*¹⁵⁶.

Voltando à Itália, não é possível afirmar que ali faltaram iniciativas. O já mencionado trabalho de Rolando Minuti, *Internet e il mestiere di storico. Riflessioni sulle incertezze di una mutazione* (2001), é um exemplo pioneiro de publicação digital na Itália, disponível integralmente no site da revista eletrônica *Cromohs (Cyber Review of Modern Historiography)*, por si só, uma realização de peso no cenário italiano, ainda no século XX. Criada em 1995 em uma força-tarefa entre as *Università degli Studi di Trieste* e a *Università Degli Studi di Firenze*, por iniciativa de Guido Abbattista e ao próprio Minuti, ambos dedicados à História Moderna. A primeira revista voltada para Historiografia Moderna na Internet, totalmente livre, e uma das primeira inteiramente dedicada à História, *Chromos* se colocava, já nos anos 1990, o desafio da comunicação telemática, se questionando sobre a importância do compartilhamento de informações na rede mundial de computadores e, sobretudo, pensando nas conseqüências da Web para o mundo das humanidades (Cromohs, 1995, presentazione). Embora não configure um projeto de *Digital History* ou *Storiografia Digitale*, a revista indica que havia uma sensibilidade ao tema, que vinha sendo discutido na esteira da *Informatica Umanistica*. Esta, concebida propriamente como um campo disciplinar (“campo disciplinare”) pensava a instrumentalização das ferramentas informáticas, nas suas mais amplas

¹⁵⁵ Hoje já existem programas similares ao Zotero, como o Mendeley, que também funciona como gerenciador de referência, mas possui menos funções que o Zotero em relação à navegação na Web, captura de conteúdos, screenshots de páginas e funções de anotação. Disponível em: <http://www.mendeley.com>

¹⁵⁶ Para uma panorâmica a respeito do uso da computação e de ferramentas como Zotero pela Oficina da História, ver: COHEN, Daniel. Zotero: social and semantic computing for historical scholarship. *Perspectives. History and the Changing Landscape of Information*. V. 45, p. 13-15, May 2007. <http://www.historians.org/perspectives/issues/2007/0705/0705tec2.cfm>
Último acesso em: 09/04/2012. Este artigo foi compartilhado por um usuário do Zotero com a comunidade ligada à ferramenta através do arquivo Digital History https://www.zotero.org/groups/digital_history Último acesso em: 10/04/2012.

concepções, ao dia-a-dia do trabalho do cientista social, do historiador, do antropólogo e Humanidades em geral.

A possibilidade de realizar estudos de crítica literária e análise automáticas de textos era uma das preocupações; a codificação digital dos textos e os problemas (e soluções) de metadados que as novas tecnologias colocavam para a arquivística e biblioteconomia que, então, deveriam ser pensadas também do ponto de vista digital; bem como a reflexão sobre um arquétipo de “cultura de rede” eram questões teóricas presentes nos fóruns da *Informatica Umanistica*, onde dialogavam pesquisadores como Tito Orlandi, Giuseppe Gigliozzi, Dino Buzzetti e Gino Roncaglia.

Uma das diferenças entre os primeiros passos do que veio a ser a “história/historiografia digital” nos Estados Unidos e na Itália, é que do lado americano, os progressos da *Digital History*, estiveram, desde cedo, atrelados à realização de projetos que, na prática, apresentaram soluções para a História (ou para os historiadores) a partir do uso de novas tecnologias, demonstrando-as através de sites, CD-ROMs, softwares, aplicativos etc; ao passo que, na Itália, a *Storiografia Digital*, antes de resultar em projetos institucionalizados e reconhecidos, ruminou muito das questões teóricas colocadas pela *Informatica Umanistica* e se assentou sobre uma tradição bastante filosófica e filológica, oriunda do debate com aqueles das diferentes disciplinas que se ocupavam dessa última. Esse debate, por sua vez, preocupou-se com questões relativas à utilização de novos suportes e ferramentas, na própria introdução dessas inovações nas práticas da Humanidade. Contudo, este último movimento, não foi subitamente seguido pela real implementação dessas novas práticas – com, por exemplo, a criação de laboratórios e centros de estudos que as experimentassem – o que se deu mais prontamente nos Estados Unidos. De modo que, muito das reflexões no espaço italiano permaneceram latentes, ou mesmo se aprofundaram, mas no campo das ideias e nos debates organizados via publicações. Mesmo eventos e oficinas, só começam a se tornar freqüentes na Itália a partir de 2009.

Neste cenário, Serge Noiret talvez seja o homem de fronteira da *Storiografia Digitale* que vem sendo produzida na Itália e aquela discutida no âmbito das publicações estadunidenses. Fala de suas limitações à luz de trabalhos de colegas italianos, mas também estabelecendo contrapontos com leituras da *Informatica Umanistica* e do *Digital Humanities* inglês e, sobretudo, estabelecendo um diálogo com os autores estadunidenses. Talvez por esta razão, concentre-se na crítica dos limites que vê na *Storiografia Digitale* discutida por seus colegas, iniciando exatamente pela baixa

utilização consciente do hipertexto, no sentido de realmente valer-se dele para construir um texto efetivamente diferente daquele impresso¹⁵⁷. Em um artigo seguinte à publicação do volume de Ragazzini, Noiret analisa em especial a “A ‘nova historiografia digital’ nos Estados Unidos (1999-2004)¹⁵⁸” (NOIRET, 2005) e constata, novamente, que apesar das inovações e novos caminhos oferecidos pela Internet, nós historiadores continuamos divulgando nossos trabalhos da maneira tradicional, ainda que nos valhamos da rede para fins de pesquisa. Um dos exemplos mais expressivos dessa hipótese de Noiret em 2005 é a concepção mesma do projeto editorial do livro que participa com Ragazzini, como falamos acima, que segue o modelo tradicional, linear do impresso.

Entretanto, através da mediação de Noiret, que em seus trabalhos notavelmente faz referência aos estudos estadunidenses sobre *Digital History*, em 2011, o *European University Institute* (EUI) organizou em parceria com o CHMN o evento THATCamp – edição “Florence”. O THATCamp é um dos eventos idealizado pelo CHMN para discutir questões relacionadas, não estritamente à História e Internet, mas de maneira mais ampla, ao *Digital Humanities*.¹⁵⁹ O próprio Noiret, iniciou em 2009 uma série de pequenas oficinas sobre *Digital History* (o autor utiliza bastante o termo em inglês) e *Humanities Computing*, no próprio espaço do EUI em Florença, denominado *Atelier Multimédia: Digital History Courses*. Os cursos ocorrem anualmente até hoje (2014), com diferentes temporadas no início das novas estações. Nos seminários do *Atelier Multimédia*, pensados especialmente para os alunos do EUI, Noiret e/ou convidados falam sobre ferramentas como o *Zotero*, plataformas como *Wordpress*, *Blogger*, criação de catálogos online etc.

No entendimento de Noiret, os primeiros casos de “história/historiografia digital”, se tratavam de trabalhos científicos que utilizavam a Internet para serem

¹⁵⁷ Noiret é um notável conhecedor dos trabalhos de Robert Darnton sobre os níveis da escrita da história nos tempos da internet, provavelmente por esta razão a questão lhe seja tão urgente. Para Darnton o processo de escrita digital pode por em curso uma “revolução historiográfica”, em que através da utilização dos nós de informações – hipertextos – seria possível construir um tipo diferente de texto, uma narrativa de várias camadas e enfim, representar e ler a história de maneira completamente diversa do que os códex e os livros permitiram (DARNTON, 1999).

¹⁵⁸ No original: “La ‘nuova storiografia digitale’ negli Stati Uniti (1999-2004)”

¹⁵⁹ Boa parte de suas publicações (artigos de periódicos, sobretudo) se encontram indexadas na rede social Academia.edu onde o pesquisador mantém um [perfil](#), além de serem divulgadas em seu [blog pessoal](#). É interessante perceber que Noiret é um dos poucos autores, no cenário italiano, a ter uma forte inserção na Web, ao lado de Enrica Salvatori, do supracitado projeto [Historycast](#). Além disso, Noiret também está presente no Twitter ([@sergenoiret](#), com mais de 570 seguidores em janeiro de 2014). Daniel Cohen, do lado estadunidense, também possui um [blog pessoal](#) e Twitter ([@dancohen](#), com mais de 12.600 seguidores em janeiro de 2014)

difundidos e se baseiam, sobretudo, no o hipertexto para uma reelaboração da escrita historiográfica, incorporando frequentemente as próprias fontes e parte dos elementos consultados para conduzir a pesquisa (NOIRET, 2005:171). Uma definição que, pelo que foi exposto no capítulo 2, podemos dizer que abrange características da discussão de *Storiografia Digitale* (bastante atenta ao hipertexto) e também dos projetos de *Digital History* estadunidenses, que na prática puseram lado a lado narrativa histórica e evidências, fazendo uso das tecnologias digitais, como o já citado *The Valley of the Shadow*.

Observando essas duas realidades, em perspectiva comparada, percebemos como os primeiros passos da pesquisa e a formação em “história/historiografia digital”, ocorrem de maneira distintas nos Estados Unidos e na Itália. Embora ambas estejam ligadas ao surgimento de grupos, conforme anunciava Certeau, ao condicionar o nascimento das disciplinas à criação de grupos (CERTEAU, 1988:21), estes se configuram de maneira diversa. Nos Estados Unidos ocorre, por assim dizer, uma organização um pouco mais rígida – mais respaldada institucionalmente – de grupos ao redor de centros de pesquisa, laboratórios, grandes projetos; enquanto na Itália, os grupos iniciais são um pouco mais frágeis inicialmente, do ponto de vista institucional e menos numerosos, formando-se, por vezes, em virtude de um evento sazonal e/ou um esforço de publicação, em contraste com os projetos coletivos estadunidenses onde os vínculos eram mais rígidos e duradouros.

Segundo Noiret já em 2005 apontava que os primeiros estudos sobre o tema nos Estados Unidos começam, senão por iniciativa, ao menos com o apoio das próprias associações de historiadores (como vimos, Rosenzweig teve espaço na *American Historical Association*). São associações do *establishment* acadêmico norte-americano, como a *American Historical Association* e a *Organization of American Historians*, preocupadas em entender e mapear os novos tipos possíveis de trabalhos científicos, redigidos pelos “historiadores de profissão”¹⁶⁰ que ajudam a dotar, no caso estadunidense, a *Digital History* de um status de campo de estudo, com tudo que isso

¹⁶⁰ É interessante chamar atenção para a expressão “historiadores de profissão” utilizada por Noiret neste contexto, expressão muitas vezes sublinhada por outros historiadores que lidam com a temática do “digital”. Devido ao diletantismo característico da Internet para várias áreas, não apenas na história, a expressão tem para nós, pelo menos duas funções bastante relevantes: 1. Faz referência direta a pesquisadores (e não professores da educação básica, quando professores, são docentes do ensino superior); 2. Marca a necessidade de sublinhar a diferença entre estes e outro grupo de historiadores e/ou amantes de história que, nem sempre, levam em consideração o decoro acadêmico ou rigor metodológico quando divulgam seus textos na Internet.

traz consigo- cursos de especialização, grupos de trabalho, debates sobre uma estrutura de recompensa/reconhecimento para as produções intelectuais do/no campo etc. Por contraste, a situação invertida na Itália, que consiste na ausência de espaço e apoio institucional para a *Storiografia Digitale*, acaba por aproximá-la mais de uma metodologia, dentro da dúvida proposta por Sword à própria *Digital History* (se método ou campo?) – um conjunto ainda muito amplo e impreciso de procedimentos que podem ser apropriados por historiadores de qualquer área para apresentar o seu trabalho, uma forma (modo de fazer) história complementar para outros domínios da disciplina.

Esse quadro, entretanto, não configura uma situação estática. O rápido avanço dos estudos sobre *Digital Humanities* e *Humanities Computing* no mundo, bem como o constante desenvolvimento das tecnologias e a inexorável ampliação das fontes digitais/digitalizadas para as várias áreas da história continuam a sensibilizar historiadores lá e cá. Na Itália observa-se mais recentemente, a popularização de revistas eletrônicas (também com presenças em redes sociais) que cada vez mais se ocupam em discutir online os objetos de suas áreas de atuação. A revista *Diacronie – Studi di Storia Contemporânea*, por exemplo, surge de uma associação de pesquisadores independentes em 2008 e é totalmente repaginada em 2009, quando começa a ganhar apoio na forma de parcerias com outras instituições, não só italianas. Hoje, a revista trimestral ultrapassa a publicação nº 16. Dizendo-se de caráter historiográfico, uma das vocações da revista é a disponibilização de informações sobre a história contemporânea e a historiografia recente na rede, seguindo os preceitos da rede e do *Digital Humanities* de livre acesso, interdisciplinaridade e compartilhamento¹⁶¹.

Em outras palavras, embora, visto desse modo – pelo pioneirismo de projetos efetivados – a vanguarda da “nova historiografia digital” tenha cabido à *scholarly* estadunidense (NOIRET, 2005), isso não significa dizer que a *Storiografia Digitale* na Itália esteja fadada a permanecer nos pequenos fóruns, tampouco que seus debates estejam aquém dos realizados no espaço estadunidense. O que identificamos neste estudo foi a diferença qualitativa entre o ritmo e o tipo dos debates acerca do tema que ganhou corpo na Itália e nos Estados Unidos no período de 2001 a 2011. Como assinalamos diversas vezes, a despeito da velocidade das mudanças e da intensidade das

¹⁶¹ Destaca-se a publicação de um dossiê sobre *Digital History* ([Digital History: la storia nell'era dell'accesso](#)) e a realização de um evento ([La storia nell'era dell'accesso. Impiego delle tecnologie digitali nelle discipline storiche](#)) sobre a mesma temática realizados pela revista em 2012 pela revista, que revelam a efetiva dialética entre práxis e reflexão que a a mesma se coloca em sua definição, disponível em: <http://www.studistorici.com/progett/il-progetto/>

inovações, esses historiadores se colocaram o desafio de pensar esse problema e o que este estudo tentou fazer foi capturar uma fotografia desse momento, buscando levantar questões para pensarmos também em nossa realidade nacional a validade deste debate.

3.2 A operação histórica no Tempo Presente Digital

Dadas as considerações e problematizações que levantamos nas seções anteriores, podemos assumir que a operação histórica - essa através da qual o historiador, subjetivamente ligado a um contexto social, cultural e político (que lhe é inextricável), produz, cientificamente conhecimento sobre o passado – encontra-se sensivelmente afetada pelas mudanças tecnológicas, de hábito, e de cultura (cibercultura, cultura de rede, sociedade em rede, como vimos no capítulo 1) de nosso Tempo Presente.

Hoje, provavelmente, críticas como a de Carlo Ginzburg (1976) a François Furet e outros que enxergaram o computador como aliado e a o método quantitativo (ou serial) como possibilidade de pesquisa, não recairiam sobre o uso dessa máquina, como elemento capaz eclipsar o qualitativo das pesquisas históricas. Pensando nas especificidades de sua pesquisa, sobre o indivíduo Menocchio, como caso-limite da representatividade de certa classe, tempo e cultura, Ginzburg ecoava o ceticismo que vinha da Inglaterra:

O chiste de E. P. Thompson sobre o 'grosseiro e insistente impressionismo do computador que repete *ad nauseam* um único elemento, passando por cima de todos os dados documentais para os quais não foi programado', é literalmente verdadeiro, já que o computador, como é óbvio, não pensa, mas executa ordens. Por outro lado, só uma série de pesquisas particulares, de grande fôlego, pode permitir a elaboração de um programa articulado, a ser submetido ao computador. (GINZBURG, 1976:21)

Passados mais de trinta anos, algumas pesquisas foram feitas e, poderíamos dizer que a máquina hoje é passível de programações que, não necessariamente, vão repetir numerais em *bits e bytes* (ver [glossário](#)) inapreensíveis, qualitativamente, para os historiadores. O desenvolvimento de *softwares* que permitem maior intervenção dos usuários (permitindo criar diferentes critérios para as varreduras a serem executadas ou para os dados a serem processados), tornam esse computador um forte aliado também para pesquisas que querem ver o qualitativo em múltiplas escalas de observação, não estamos falando apenas de uma microhistória.

Ironicamente, hoje, especialmente nos fóruns brasileiros, tem se atribuído a Ginzburg à expressão ‘História na Era Google’. O historiador, que claramente não parou no tempo atrás do *O Queijo e os vermes*, proferiu em 2010 uma conferência no evento *Fontes do Pensamento* (2010) em Porto Alegre (UFRGS), onde comentou a sua experiência com a tecnologia e uma breve análise do cenário em que deixa claro, hoje ser inviável o historiador se afastar dessas tecnologias.

Nossa percepção sobre período analisado (2001-2011) é que com a aproximação dos historiadores dessas novas tecnologias, ou seja, a colaboração dos estudos da “história/historiografia digital”, os procedimentos informáticos antes restritos ao método quantitativo limitador para algumas análises como notou Ginzburg, agora – atualizados - conseguem atender algumas demandas para pesquisas mais qualitativas.

Isso tem, em certa medida, configurado uma nova tendência historiográfica, indicando novos caminhos para a elaboração de narrativas históricas. As mudanças começam já na **fase documental**. Aliás, essa é talvez a etapa da pesquisa histórica em que mais rápido foram sentidas as vantagens da tecnologia, embora, é claro, estas sempre venham acompanhadas de contrapartidas. A esse respeito, vale observar o valor heurístico da observação das experiências citadas acima, em *The Difference Slavery Made* (EUA) e *Liber Privilegiorum Sanctae Montis regalis Ecclesiae* (Itália).

Um dos primeiros fatores a se destacar nesta fase é de ordem bastante prática e diz respeito à reunião dos documentos: aumenta-se relativamente a agilidade da pesquisa, graças à acessibilidade. A disponibilidade e o fácil acesso à documentação via Internet, poupando recursos do pesquisador (tempo de deslocamento e dinheiro), tem dinamizado a Academia (para o bem ou para o mal). Ter ao alcance fundos como o do *The Trans-Atlantic Slave Trade Database* ou aos arquivos digitais da *Library of Congress* podem tornar a etapa de reunião de documentos, significativamente mais produtiva (pensando especificamente na relação horas de trabalho x itens encontrados, transcritos, fotografados, fotocopiados). A fácil reprodutibilidade dos arquivos digitais, complementa esse aspecto reduzindo incrivelmente o tempo e em muitos casos a burocracias que precisamos enfrentar para copiar alguns documentos. Pensando na realidade brasileira, a [Biblioteca Nacional](http://www.bn.br) (Brasil) tem se destacado na vanguarda de iniciativas como essas, para a disponibilização de documentos na Web. É notável, por exemplo, o serviço prestado à comunidade pela sua Hemeroteca Digital <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> .

A própria possibilidade de poder arquivar/armazenar as fontes de uma pesquisa em seus próprios dispositivos eletrônicos, de acordo com sua própria lógica e vínculos de pertencimento (criando pastas, coleções, novos inventários etc.) e depois pesquisar dentro desse novo arquivo ou biblioteca, bem reduzido, já altera o modo como lidamos com a documentação.

Outro aspecto a se destacar, ainda quanto à fase documental, diz respeito ao tratamento da documentação: a manipulação dos documentos digitais é sensivelmente daquela dita tradicional (aqui já incluindo o microfilme, por exemplo). Uma vez armazenados, esses documentos podem ser ampliados, invertidos, girados, impressos, anotados, recortados, reimpressos... Enfim, utilizados/manipulados das mais diferentes maneiras, sem risco de danificação. Em alguns casos, a ampliação, no caso de alguns manuscritos e fotografias, bem como a utilização do simples recurso de contraste pode melhorar a legibilidade da fonte. Por outro lado, já pensando no olho da máquina, e não no nosso, documentos textuais digitalizados cujos caracteres já foram reconhecidos por algum programa (ex.: *Adobe Pro*) podem ser perfeitamente varridos por motores para buscas textuais, com precisão para encontrar a frequência com que determinado termo aparece no texto, verificar a ausência de outros etc.

Essa discussão já nos sugere algumas implicações no âmbito da hermenêutica, dos desdobramentos das novas tecnologias para a **fase explicativa/compreensiva** das pesquisas históricas. Justamente onde escapa mais ao humano, no que diz respeito ao processamento de dados. O surgimento de ferramentas de *text-mining* (mineração de texto, no original) e interpretação de dados estatísticos acabam oferecendo novos *inputs* para a pesquisa. Essa espécie de robô eletrônico cria, a partir das fontes primárias e secundárias, inusitados relatórios de leituras automáticas, que extraem e processam, em poucos segundos, um número imenso de informações, inapreensíveis para a capacidade humana naquele mesmo tempo. Certamente, essa automação não dispensa o humano, como mencionamos no capítulo que abriu esse estudo, a crítica parte – ainda nos tempos de cibercultura – dos humanos, das cabeças que operam essas máquinas. Como advertia Caio Boschi em suas provocações sobre as novas tecnologias e o ofício do historiador, é preciso vigiar o “positivismo informatizado”:

Nesse contexto, não é de se pensar que a facilidade de compilação e cruzamento de dados tenha, contraditoriamente, efeitos danosos sobre o conhecimento histórico, na medida em que a produção historiográfica gerada a partir dessas possibilidades inclina-se a resultar em trabalhos excessivamente atrelados às informações contidas nas fontes documentais, em detrimento da ponderação analítica e qualitativa destas? Não seria

também por aí que se poderia constatar estarmos vivendo sob a égide de um neo-positivismo científico? Ao rigor e às certezas intrinsecamente afiançadas pela tecnologia ou pelo dito 'positivismo informatizado' não estaria se contrapondo alguma anestésica indispensável problematização, quer da pesquisa histórica, quer e, em especial, da epistemologia histórica? (BOSCHI, 2009:70)

Em outras palavras, o momento da interpretação, embora possa ser modificado pela presença das máquinas, continua demandando (talvez até mais) uma hermenêutica do complexo total de informações apresentadas (pelas fontes e/ou pelos robôs) que passa, necessariamente, pelo trabalho criativo e elaborativo dos historiadores.

O *text mining*, essa possibilidade de trabalhar com “filtros” a partir de robôs consiste numa espécie de mineração inteligente dos textos, procurando extrair informações de alta qualidade e precisão de grandes volumes de dados. Para historiadores, o potencial da ferramenta ainda é imensurável, mas a possibilidade de sondar grandes fundos documentais em instantes e extrair informações como essa, podem se mostrar úteis tanto no momento da interpretação e análise da documentação, como na etapa anterior, de garimpo de informações – o que, embora ainda esteja sendo avaliado, tem se demonstrado fonte de interesse para muitas áreas (lingüística, especialmente) e não tem sido diferente na História. Em 2008, o CHNM já iniciava pesquisas em *text mining* e anos mais tarde, ferramentas para essa finalidade, estariam “entre as mais quentes” na caixa de ferramentas das pesquisas em *Digital Humanities* (GRAHAM & MILLIGAN, 2012). Essas representações gráficas, porém, não são “mágica”, alertam Shawn Graham e Ian Milligan ao criticarem o *software* MALLETT (*MAchine Learning for Language Toolkit*), com finalidades afins. Há muitos problemas que as ferramentas digitais ainda não compreendem, como os não-ditos e as ausências de documentação sobre um determinado assunto em um banco de dados, além de uma série de outras contingências. Mas, ainda assim, os autores consideram que esses programas sejam itens importantes para historiadores e outros profissionais das Ciências Humanas hoje em dia (GRAHAM & MILLIGAN, 2012).

Falamos da coleta, organização e armazenamento da documentação; falamos do tratamento da informação e de algumas novas possibilidades de análise de textos e grandes bancos de dados que podem servir ao historiador; resta por fim, considerar, o aspecto que mais aparece para o consumidor final, digamos assim – os nossos pares e a comunidade em geral. A etapa final do trabalho do historiador consiste em criar uma narrativa que apresente (no sentido de mostrar e tornar presente) uma parte do passado

que antes dessa intervenção historiadora estava ausente. É através da “representância historiadora” (RICOUER, 2007), que tornamos visível o passado. Nessa operação, as memórias são tidas como matrizes do nosso trabalho – um texto historiográfico.

O trabalho historiográfico que surge ao final dessa **fase representativa** da operação histórica apresenta-se, porém, um pouco diverso dos formatos tradicionais na Era Digital, como já vínhamos falando anteriormente. Roger Chartier observa que mesmo a relação autor-leitor sofre algumas mudanças:

No mundo dos impressos, um livro de história supõe um pacto de confiança entre o historiador e o seu leitor. As notas remetem a documentos que o leitor, no geral, não poderá ler. As referências bibliográficas mencionam livros que o leitor, na maioria das vezes, não poderia encontrar senão em bibliotecas especializadas. As citações são fragmentos recortados por mera vontade do historiador, sem possibilidade, para o leitor, de conhecer a totalidade dos textos de onde foram extraídos os fragmentos. **Esses três dispositivos clássicos da prova da história (a nota, a referência, a citação) estão muito modificados no mundo da textualidade digital a partir do momento em que o leitor é colocado em posição de ler, por sua vez, os livros que o historiador leu e consultar por si mesmo, diretamente, os documentos analisados.** Os primeiros usos dessas novas modalidades de produção, organização e certificação dos discursos de saber mostram a importância das operações cognitivas que implica o recurso ao texto eletrônico. Aqui há uma mutação epistemológica fundamental que transforma profundamente as técnicas da prova e as modalidades de construção e validação dos discursos de saber. (CHARTIER, 2009:60-61, grifo nosso)

A mutação de que fala Chartier, refere-se a todo esse novo conjunto de procedimentos para escrever a história que, embora se façam notar mais explicitamente na etapa final – o derradeiro e literal momento da escrita – perpassa todas as fases da pesquisa, desde a busca da prova à formatação de um discurso histórico.

Como observa Paul Ricoeur, em consideração à operação historiográfica de Certeau (1975), quando se toma o termo “fase”, deve-se notar que está tudo ligado, a preterir de ordens:

(...) não se trata de momentos cronologicamente distintos, mas de momentos metodológicos imbricados uns nos outros; repetiremos quanto for preciso, ninguém consulta um arquivo sem um projeto de explicação, sem uma hipótese de compreensão; e ninguém se dedica a explicar uma sequência de acontecimentos sem recorrer a uma colocação em forma literária expressa de caráter narrativo, retórico ou imaginativo. (RICOUER, 2007:147)

A colocação de Ricoeur nos lembra que há algo anterior à própria ida às fontes: a formulação de uma questão, a qual se deve explicar e que, para tanto, se produzem as

hipóteses. Mesmo o trabalho anterior à seleção das fontes, portanto, encontra-se, de certo modo, em relação de interdependência com as demais fases do trabalho daquele que faz história. Tal imbricação explica, por exemplo, porque determinados textos, objetos materiais e imagens são “fontes históricas” para um historiador (por lhe “dizer” algo) e para outros não.

E essa abstração, esse questionamento, como escrevia Certeau, é algo indissociavelmente relacionado à subjetividade do historiador. O que é “próprio” da história, portanto, embora passe pela máquina e, de certa forma, seja condicionado por ela (limites e possibilidades), ainda é algo anterior à técnica:

A especificação de seu papel não é determinado pelo próprio aparelho (o computador, por exemplo) que coloca a história no conjunto de opressões e possibilidades nascidas da instituição científica presente. A elucidação do *próprio* da história é descentrada em relação ao aparelho: refluí no tempo *preparatório* de programação que a passagem pelo aparelho torna necessária, e é rejeitada no outro extremo, no tempo de *exploração* aberto pelos resultados obtidos. Elabora-se nos *interditos* fixados pela máquina, por objetos de pesquisa a serem construídos, e, em função do que permite essa máquina, por uma maneira de tratar os produtos *standard* da informática. (CERTEAU, 1988:33)

Apoiando-nos em Certeau, poderíamos pensar que mesmo sob um novo formato, essa escrita da história *digital* (com este adjetivo frisando o papel da máquina), é, ainda, simplesmente, a tarefa do historiador, porém, enredada nas “opressões e possibilidades” do Tempo Presente.

Em 2004, o então editor da *American Historical Review*, Michael Grossberg¹⁶² em uma comunicação feita em Florença, refriu-se a este novo formato de texto historiográfico, inserido nas contingências do Tempo Presente, como uma “expressiva construção de textos”. O que deve, segundo Noiret, ser entendida de modo bem distinto de uma simples transposição ou “reimpressão eletrônica” de um livro/artigo impresso para uma versão sem *copyrights uploaded* na Internet (NOIRET, 2005:173).

Essa “expressiva construção de textos” implica o recurso à hipermedialidade e à hipertextualidade, característica da Internet, seja no momento da escrita, que na divulgação dos resultados. Isto pressupõe, como imaginava Robert Darnton quando se pôs a pensar sobre esta “revolução historiográfica”, que o processo de escritura, seja, em si, eletrônico, digital. Para Darnton, escrever digital seria lançar mão dos recursos

¹⁶² Sua apresentação “*Taking the Right Path: Electronic Publication and the Creation of New Histories for the New Age*, in *Fiesole Collection Development Retreat Series*” encontra-se disponível em: http://www.casalini.it/retreat/2004_docs/Grossberg.pdf Último acesso em: 11/05/12

eletrônicos para produzir artigos e/livros em camadas, por onde o então leitor digital pudesse navegar (DARNTON, 1999). Na escrita (que então pode assimilar um pouco de programação), já devem ser pensados, portanto, os formatos, os recursos multimediais (textos, iconografias, músicas, vídeos, mapas, referências sitográficas e bibliográficas etc), a disposição do conteúdo etc. de cada nível de leitura em que cada camada escrita consistirá. Segundo Noiret, é nisso que consiste esse novo texto historiográfico: “escrever digital[mente] e comunicar com a rede” (NOIRET: 2005, emenda nossa).

Nesse contexto, tradição e inovação ainda não se equalizaram. Das incertezas postas para o ofício do historiador por Minuti em 2001, muitas ainda permanecem, como as implicações da construção de textos cada vez mais hipertextuais, questão presente urgente para a maioria dos autores trabalhados, especialmente Darnton e Criscione. Aqui, é vale levantar um questionamento sobre o lugar da nota de rodapé nos futuros trabalhos historiográficos.

Essa que já foi marca identitária de nosso ofício, pois “identifica tanto a prova primária que garante a solidez da novidade da história, quanto as obras secundárias que não minam a forma e a tese de sua novidade.” (GRAFTON, 1998:16), permanecerá nos textos historiográficos que adotam *hyperlinks*? Temos observado em projetos como o *The Valley of the Shadow*, uma maneira diferente de atribuir autoridade ao texto. A evidência sendo apresentada conjuntamente para o leitor, através de *hyperlinks*, em outras camadas do texto.

A nota é - para recuperarmos uma imagem da apreciação clássica de François Hartog aos primeiros procedimentos metodológicos de Heródoto, o controverso pai da História - a marca de enunciação (eu vi, eu ouvi... eu li) moderna cuja finalidade é fazer crer, dar a crer (HARTOG, 1999). Será que vamos substituir o eu vi, eu li e outros recursos que façam valer a autópsia e tornem crível nossa narrativa (pela sua vontade de verdade, comprovada nas evidências) por palavras sublinhadas de azul, que levam nossos leitores a ver com seus próprios olhos o que estamos lhes dizendo?

Como as glosas, ancestrais do nosso moderno instrumento erudito, as notas não necessariamente se extinguirão, mas, com larga probabilidade, devem conviver com outros recursos de citação, referência e nota no ambiente digital. Talvez se tornem menos frequentes em textos *digital born*. É uma questão a ser observada. Mas a reflexão que já pode ser feita, por enquanto, é sintomática desse período de conversa entre o novo e a tradição:

especialmente em artigos de periódicos de quaisquer tendências acadêmicas que seja, [os usos de hipertexto digital] tendem a se aproximar mais dos formatos lineares.(...) tendem a preservar uma estrutura básica linear e usar hipertexto apenas para expandir notas de rodapé e apêndices. (BRENT apud ANDERSEN , 1996, tradução nossa).

Esse diagnóstico de transição, porém, assinala que o potencial da escrita digital está sendo sub aproveitado. Para John December, o hipertexto seria , em um nível, uma maneira de “jogar com metáfora e associação” e, em outro nível, mais pragmático, “uma forma de dispor informação em camada” (DECEMBER, 1996). Levando em consideração a dimensão literária da escrita história e, ao mesmo tempo, as inimagináveis e inúmeras formas em que o passado pode ser narrado, há de se pensar, contudo, que a escrita hipertextual tem um grande contributo a oferecer aos historiadores.

3.3 Expectativas no/do horizonte digital

O estado das artes da “história/historiografia digital” nos Estados Unidos e na Itália é, por tudo o que foi dito aqui, sensivelmente diferente. Contudo, dos dois lados, e alhures em todo o mundo das Ciências Humanas, o desenvolvimento tecnológico tem colocado desafios bem parecidos para os acadêmicos.

Como foi mencionado, nas duas realidades, ainda se faz necessário uma mais abrangente e consolidada estrutura de reconhecimento para os produtos intelectuais digitais. Isso faria parte de algo maior - uma real e efetiva reorganização das instituições de saber em função das novas circunstâncias da produção científica. Isto significa a criação de uma infraestrutura, não apenas material, mas também na forma de se organizar, remunerar e reconhecer os recursos humanos envolvidos na produção de saber, nesses novos moldes. Nos Estados Unidos, *National Science Foundation* cunhou o termo "ciberinfraestrutura", para se referir ao aparato aplicado a esses novos ambientes de pesquisa em que as capacidades das mais elevadas ferramentas da computação estariam à disposição dos estudiosos e seriam inter-operáveis através de redes. Nesses ambientes, não só o equipamento *hardware* é levado em consideração, mas também as soluções para a organização das disciplinas e seus respectivos currículos e planos de carreira. Ambientes que conjuguem os fatores materiais, o que sem dúvida já denota certo apoio institucional (mínimo que seja, como a concessão de espaço e equipamentos) à novas concepções do modo de fazer ciência propiciarão mais e melhores pesquisas sob esse novo formato.Formato, aliás, que não podemos esquecer,

extrapola as suas próprias características de apresentação, sendo diferente não apenas no aspecto do produto final (digital), mas também no modo de ser construídos. Projetos colaborativos, interdisciplinares e mais abertos para a comunidade podem ser uma tendência desse novo panorama, já observada aqui e acolá¹⁶³.

Hartog, citando Fernand Braudel, nos alerta “ocorre frequentemente que, sob a influência de fortes e ricas tradições, toda uma geração atravessa o tempo de uma revolução intelectual sem participar dela” e completa a advertência lembrando que “existem, como sabemos, as inércias das disciplinas, as rotinas das escolas, o peso das instituições” (HARTOG, 2010:01). É, portanto, de se esperar que em certos espaços os ranços da tradição retardem um pouco a instalação de tal ciberinfraestrutura.

Especificamente para a História, se colocam importantes impasses de ordem prática e teórica. Temos acompanhado uma profusão de digitalizações, nascimento de Wbsites, surgimento de redes sociais e uma série de outros ambientes que geram todos os dias uma quantidade incomensurável de informação, mas não estamos totalmente seguros sobre como coletá-las e armazená-las. O futuro da memória digital é ainda nebuloso e não podemos correr riscos de perder informações. Assim, têm aparecido muitos pareceres mais resistentes ao processo de digitalização por medo da perda de informações e por certo efeito colateral disso, que seria o (suposto) conseqüente descaso com os originais materiais (de papel). Essa acusação acerta em cheio as instituições de salvaguarda de documentos, mas não é necessariamente o mais preocupante. É claro que o zelo com a documentação original precisa continuar existindo e, se possível, sempre redobrado, mas essa é uma problemática que enfrentamos há séculos e, apesar das complicações impostas pelas trocas de suportes ao longo dos anos, já sabemos, minimamente, como lidar. Mas o que tem figurado como problema mais grave no tópico de discussões sobre a memória nos ambientes digitais, especialmente nos fóruns especializados como o dos “historiadores digitais” estadunidenses, é a documentação unicamente digital.

Se antes a ida aos arquivos era imperativa e demandava, antes mesmo disso, a elucubração de problemas, com o digital, permanece esta necessidade, mas somada a um problema ainda não resolvido, que é a transformação da Web em um espécie de

¹⁶³ O *More Than a List of Crew* [Memorial University, Canadá], *Spatial History Program* [Stanford University, EUA] e o *Voyages – Trans-Atlantic Slave Trade Database* [Emory University (USA), da University of Hull (Reino Unido), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e Victoria University of Wellington (Nova Zelândia)] ilustram o recente reforço de Humanidades digitais em investigações de larga escala, colaborativas, interdisciplinares e mais abertas às grandes audiências.

arquivo “Frankenstein”, o tal “mar de informação” no qual podemos nos afundar, para retomar a metáfora aquática lá do início. O problema, em resumo, não é novo, trata-se de excesso de informação. Harald Weirinch falava sobre uma sociedade superinformada já em meados do século passado. Hoje, porém, diante dos nossos navegadores e da suposta magia da tecnologia que tudo pode, talvez não atentemos, mas continua sendo urgente selecionar:

Desde então [1950...] tornou-se evidente que vivemos numa sociedade superinformada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações – qualquer criança pode fazer isso hoje na internet -, mas em rejeitá-las – **e para isso ainda não há programas na internet.** (WEINRICH, 2001:285, grifo nosso)

Além de termos que aprender a selecionar e descartar no ambiente digital, uma nova questão se coloca para os historiadores: o compartilhamento da autoridade que a rede parece, inexoravelmente, propor. A afirmação do auto-intitulado humanista digital, Shawn Graham, de que as mídias digitais fazem de toda história, história pública (GRAHAM, 2012), nos coloca essa questão: até quando será possível para a história dita científica ignorar as várias expressões de história hoje disponíveis a apenas um clique para mais de 2, 4 bilhões de usuários de internet ao redor do mundo¹⁶⁴?

A este respeito, o diálogo entre a História Pública (*Public History*) e as novas tendências historiográficas pode ser positivo, pensando a produção e o compartilhamento do saber em novos moldes. No Brasil, em setembro de 2012, foi criada a Rede Brasileira de História Pública (RBHP, <http://historiapublica.com/>), que segundo a apresentação constante em seu site, organizou-se

em torno do interesse comum de pesquisadores, profissionais, professores e estudantes interessados em refletir sobre a história pública, suas potencialidades e desafios, bem como de estimular a prática de produção do conhecimento histórico dirigido a diferentes públicos, com um enfoque interdisciplinar. (RBHP, 2012)

Da Itália, Noiret (como presidente da Federação Internacional de História Pública) hoje vem tentando promover essa integração entre a *Digital History* e a *Public History*. Para ele, a História Pública é uma disciplina já estabelecida nos Estados Unidos há pelo menos trinta anos. Entretanto, embora a disciplina já tenha estimulado a criação de organizações, revistas e mesmo cursos de formação acadêmica em outros contextos

¹⁶⁴ *Internet World Stats*, dados válidos referentes a junho 2012. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats.htm> Último acesso em: 07.05.2013.

nacionais - como Itália, Inglaterra e Austrália - esta ainda é uma “disciplina fantasma” (NOIRET, 2011).

Tal status da História Pública – disciplina fantasma – atribuído por Noiret, talvez pudesse ser igualmente aplicado às discussões sobre “história/historiografia digital” em várias realidades. No Brasil, por exemplo, as discussões ainda estão começando a ganhar espaço, ainda nem se fala nessa “disciplina”.

Algo que talvez possa explicar essa falta de espaço para essas novas formas de fazer história é a ausência de uma *critical literacy*, *visual literacy*, *research literacy*, *information literacy* (ROSALES et al., 2012; MOLONEY, 2012), em outras palavras, um letramento (no sentido mais amplo do termo) atualizado às circunstâncias do Tempo Presente, em que há, tanto o imperativo tecnológico quando uma nova lógica de compartilhamento de saberes. Um letramento digital amplo, positivo e crítico, que vá além do domínio da linguagem de programação (da criação e leitura de códigos) e das habilidades técnicas da informática, pode, a propósito do que dizíamos há pouco, ajudar a conceber aquela ciberinfraestrutura, necessária para trabalhar nesses novos formatos (BURDICK AND WILLIS, 2011; SCHMIDT, 2012).

Considerações finais:

Diante das novas possibilidades de escrita da história discutidas neste trabalho, os historiadores ainda estão tateando seus problemas, buscando suas definições, como vimos. Contudo, a partir do que foi apresentado neste estudo, cruzando as informações tanto da *Digital History*, quanto da *Storiografia Digitale*, percebemos que a nova modalidade historiográfica como concebida pelos estudiosos envolvidos no debate, possui três características bem claras: é inscrita no ciberespaço, escrita digitalmente (hipertextualmente) e é divulgada na rede.

A chegada do digital, adjetivada como “revolução” em boa parte dos textos com os quais trabalhamos¹⁶⁵, em um primeiro momento, pareceu obscurecer a figura humana em favor de uma talvez exagerada tecnofilia. Entretanto, como nos alertou Certeau, já em relação à entrada dos computadores nas oficinas da história, embora a máquina possa ter alterado algo nos momentos epistemológicos chave da operação historiográfica – “conceitualização, documentação, tratamento ou interpretação” – ela continua dependendo do homem para operá-la, ainda que sob um novo conjunto de regras (CERTEAU, 1988:33-34). Hoje, passada mais de uma década do início das primeiras pesquisas sobre o tema, a tecnologia já não é mais tomada simplesmente como um elemento positivo, numa perspectiva integrista, ou negativo, sob olhar mais apocalíptico. O que se tem buscado, como procuramos demonstrar aqui, é uma avaliação mais qualitativa desse advento para as ciências humanas, em especial, em nosso caso, sua intervenção nas condições de escrita da história no Tempo Presente.

Pudemos perceber, entretanto, que ainda é muito frágil e pouco homogêneo esse conjunto de regras e melhores práticas tanto para a *Digital History*, quanto para a *Storiografia Digitale*. A ausência de um consenso sobre a definição do conceito/campo/método/disciplina “História Digital” ou “Historiografia Digital” é, na verdade, um signo dessa transição da cultura impressa para a cultura digital.

Contudo, identificamos que há uma grande tendência nos dois lados estudados, a perceber o digital como algo capaz de designar algo novo. Se na Itália isto ainda não significa um campo disciplinar, pelo menos vimos que pode servir como uma metodologia para diversas outras formas de se fazer história, em seus vários domínios. A diferença é que atualmente, nos Estados Unidos, uma porção considerável dos

¹⁶⁵ “Revolução Digital”; “Revolução da Informação”; “Revolução Historiográfica”; “Quarta revolução”; “Hiper-revolução da aprendizagem” entre outros.

historiadores que já fazem uso dessas ferramentas estão também se ocupando em pensá-las, elaborá-las e testá-las, ao passo que na Itália o desenvolvimento de *software* ainda é objeto de reflexão teórica, muito embora, como vimos, isso não impeça a elaboração de projetos digitais inteiramente pensados para a *Web* (FALLETTA, 2009).

Diante disso, consideramos o desenvolvimento de bancos de dados, projetos de digitalização, *design* de *softwares*, criação de motores de análise de texto, reflexões acerca do uso da escrita hipertextual (em múltiplos andares de textos) e as diferentes plataformas de apresentação gráfica de informações consistem em uma verdadeira ampliação da “caixa de ferramentas” e das possibilidades de procedimentos do historiador, independente do seu país de atuação. Ocorre, pois, um incremento nos próprios processos imbricados nas várias fases da escrita da história, potenciais novos “modos de fazer”. Dentre essas novidades, cabe assinalar também a ocorrência de mudanças nas normas de escrita em curso na transição do modelo linear impresso para o não-linear digital, ainda difíceis de serem identificadas, mas certamente significativas, como a adoção de citações diretas em *hiperlinks*, os textos eletrônicos não paginados e a emergência do próprio *website* como produto intelectual, resultado de pesquisas, canal de divulgação.

Para levar a situação adiante, tanto na Itália, quanto no Brasil – e mesmo nos Estados Unidos, onde a ciberinfraestrutura também não é uma realidade compartilhada nacionalmente – seja mais que nunca necessário romper com a inércia disciplinar a que se referia Hartog (2010:01), abrir espaços para debates, buscar oportunidades de financiamento, organizar publicações, experimentos, oficinas, tudo é válido no sentido de construir um espaço de debate e pleito por apoio institucional.

Nesse sentido, é bem-vindo o pensamento de Edward L. Ayers que encara a nova situação com certo otimismo, mas sabendo que, na verdade, as mudanças no nosso ofício, têm muito menos a ver com o computador do que pode parecer nesse momento:

...history may be better suited to digital technology than any other humanistic discipline. Changes in our field far removed from anything to do with computers have helped create a situation in history where the advantages of computers can seem appealing, and perhaps even necessary. At the same time, changes in information technology, far removed from any consideration of its possible uses for our discipline, have made it possible for us to think of new ways to approach the past. The new technologies seem tailor-made for history, a match for the growing bulk and complexity of our

ever more self-conscious practice, efficient vehicles to connect with larger and more diverse audiences. (AYERS, 1999a)¹⁶⁶

O que resta necessário, a nosso ver, diante de tudo o que foi apresentado acima é avaliar profundamente quanto dessas novidades abalam as bases epistemológicas da disciplina histórica, como e por quê. Como se discutiu bastante acima, a relação com as fontes, com o texto e mesmo com o leitor (pares acadêmicos ou grandes audiências) está modificada. Isso necessariamente quer dizer alguma coisa a nós historiadores do século XXI. Mas as perguntas que ficam são: tratam-se apenas de mudanças formais, estilísticas e/ou de design da informação (referindo-nos ao elemento predominantemente visual da Web)? A hipertextualidade causa diferenças apenas na apresentação, na etapa final do trabalho histórico? A “história/historiografia digital” poderá mesmo ficar restrita a um grupo de historiadores que vão usá-la como metodologia e/ou estudá-la enquanto campo?

Tais perguntas demandam novas investigações e podem provocar muitos debates. O que, de nossa parte, acrescentamos desde já, é que de modo algum essas transformações discutidas limitam-se à superfície do trabalho histórico, tampouco se tratam de algo que possa estar limitado a apenas um grupo ou poucos grupos de historiadores na Academia. Falamos de uma transição cultural, da passagem da tradição impressa para o digital e, isso não pode, absolutamente, ser entendido como uma mudança isolada, restrita a um ou dois aspectos do nosso trabalho. Para ler o mundo digital e pensar historicamente no século XXI a Academia precisa se abrir às discussões da “história/historiografia digital” cuja emergência talvez vá além do surgimento de um campo ou de um método, mas expresse uma virada crítica no *modus faciendi* da Clio.

¹⁶⁶ A tradução literal desta citação, em virtude de algumas expressões particulares no texto, enfraqueceriam a força das sentenças de Ayers, de modo que optamos por mantê-la no original.

Glossário:

Aplicativo: Um aplicativo é um programa ou um grupo de programas projetado para ajudar o usuário a desempenhar uma tarefa, geralmente relacionada a processamento de dados. Aplicativos, também identificados pela abreviação “app” (derivada de *Application Programming Interface*), incluem programas de banco de dados, processadores de textos e planilhas, editores/vizualizadores de foto etc. Em muitos casos, independem se um sistema operacional para funcionar. É um tipo de *software* bastante comum entre usuários de dispositivos eletrônicos como tablets, smartphones etc. Redes sociais como Twitter e Facebook disponibilizaram aplicativos para seus usuários. Hoje muitos bancos possuem versões *mobile* de seus sites e/ou aplicativos para que o cliente possa gerenciar sua conta pelo celular, por exemplo. Alguns *softwares* já nasceram na forma de aplicativos (antes de possuírem websites), como é o caso do Instagram. Atualmente existem uma série de aplicativos com temática histórica, como por exemplo o Cleveland Historical e o History Pin, ambos permitem, através de mapas e diversas mídias integradas por Sistema de Informação Geográfica (GIS - *Geographic Information System*) que os usuários acessem informações sobre lugares específicos e, caso queiram, façam adições de conteúdo.

Arpanet: O precursor da internet, ARPANET foi uma grande e ampla área de contatos criada pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa dos Estados Unidos (*States Defense Advanced Research Project Agency*, ARPA), nascida com escopos militares. Fundada em 1969, no contexto da Guerra Fria, a ARPANET serviu como um teste para as novas tecnologias de rede, ligando várias universidades e centros de pesquisa. Os dois primeiros centros que formaram a ARPANET foram a *University of California, Los Angeles* e a *Stanford Research Institute*, seguido pouco depois pela *The University of Utah*.

Bits e bytes: Abreviação de dígito binário, a menor unidade de informação em uma máquina. Um *byte* é constituído por 8 *bits* consecutivos.

Blog: Abreviação de *web* (weblog), o blog é uma página da *Web* que funciona como um diário pessoal de acesso público para um indivíduo. Nascido com essa inspiração, blogs geralmente seriam atualizados diariamente e frequentemente refliriam a personalidade do autor. As apropriações dos blogs, na prática, pode se mostrar bem variadas. Alguns blogs são coletivos, reproduzindo artigos de vários autores, funcionando como revistas eletrônicas. Com o tempo,

mesmo grandes jornais aderiram aos formatos de blogs para disponibilizar dentro de seus sites sessões exclusivas para um autor. Projetos culturais, museus ou mesmo produtos culturais (como filmes, festivais etc.) hoje em dia utilizam o formato de blog (não tão formal quanto um site) como canal de comunicação oficial com seus públicos. Blogs temáticos (poesia, cinema, teatro, moda, decoração, política, economia etc.) também são comuns. Um fenômeno curioso a ser observado acerca dos blogs são os exemplos de blogs que viram livros, como ocorreu com alguns trabalhos do blogueiro Fabrício Carpinejar <<http://carpinejar.blogspot.fr/>> (vale observar que a expressão “blogueiro” em muitos casos aparece como descrição de ocupação de *personas* mais evidentes na Internet).

Born digital: São conteúdos criados e administrados em formato digital, como fotografia digital; documentos de texto digital, como PDF; material colhido da *Web*, como captura de telas, manuscritos digitais; registros/resíduos eletrônicos, como históricos de navegação e dados eletrônicos de programas específicos (informações bancárias e de bancos de dados institucionais, por exemplo); dados estatísticos de navegação, utilização e desempenho de *websites*, sistemas, programas etc.; dados dinâmicos dos computadores; arte digital (com múltiplos tipos de mídia: animação, áudio, imagem, etc.); publicações em mídias digitais, como CDs e DVDs (ERWAY, 2010).

Cibercrimes: O cibercrime engloba qualquer ato criminoso relacionado com computadores e redes (algumas vezes é chamado *hacking*). Além disso, o crime cibernético também inclui crimes tradicionais realizados através da Internet. Por exemplo, crimes de ódio, telemarketing e Internet fraude, roubo de identidade e de furtos na conta de cartão de crédito. São considerados crimes cibernéticos quando as atividades ilegais são cometidas através do uso de um computador e da Internet.

Cibercultura: Surge como uma gíria utilizada para descrever a cultura emergente das pessoas que estão em rede no ciberespaço, uma sociedade de pessoas que usam redes de computadores para se comunicar, mas como conceito foi tomando um significado ligeiramente mais complexo, acompanhando os desenvolvimentos dos estudos a respeito. Para Pierre Levy, por exemplo, a cibercultura é “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2000:17).

Ciberespaço: É uma metáfora cunhada pelo autor William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer* (1984), mais tarde consagrado como obra *cyberpunk*,

para descrever o terreno não físico criado por sistemas de computador. Sistemas on-line, por exemplo, criam um ciberespaço no qual as pessoas podem se comunicar umas com as outras (via e-mail, redes sociais, chats, etc.), fazer pesquisas, trabalhar ou simplesmente fazer compras. Analogamente ao espaço físico, o ciberespaço contém objetos virtuais/digitais (arquivos, mensagens de correio, gráficos, etc.) e apresenta diferentes modos de transporte e entrega desses materiais. Ao contrário do espaço real, no entanto, explorar o ciberespaço não requer qualquer movimento físico diferente de pressionar as teclas de um teclado ou mover o mouse. Vale notar que tecnologias mais avançadas já operam por comando de voz. Alguns programas, especialmente jogos de computador, são projetados para criar um ciberespaço especial, que se assemelha a realidade física, em alguns aspectos, mas desafia-o em outros. Em sua forma extrema, chamada de realidade virtual, os usuários são apresentados com feedback visual, auditivo, e até mesmo tátil que faz o ciberespaço parecer mais real. *Videogames* como o *Nintendo Wii* e o *Xbox* rodam jogos deste tipo. O *Google Glass* da *Google* também já realiza algumas atividades deste tipo. Tudo conectado à rede mundial de computadores.

Dialup: Refere-se a conexão de um dispositivo a uma rede através de um modem e rede telefônica pública. Acesso discado é realmente apenas como uma conexão telefônica, exceto que as partes nas duas extremidades são dispositivos de computador em vez de pessoas. Como o acesso dial-up usa linhas telefônicas normais, a qualidade da conexão nem sempre é boa e as taxas de dados são limitadas. No passado, a taxa máxima de dados com acesso dial-up foi de 56 Kbps (56 mil bits por segundo), mas as novas tecnologias como ISDN estão oferecendo taxas mais rápidas. Uma forma alternativa de se conectar dois computadores é através de uma linha alugada, o que é uma ligação permanente entre dois dispositivos. As linhas alugadas fornecem processamento mais rápido e conexões de melhor qualidade, mas eles também são mais caros.

eBook: É a versão eletrônica de um livro que pode ser lido em um suporte tecnologicamente diferente do papel. Pode apresentar vários formatos, como PDF, ePub e Mobi.

e-reader: Forma abreviada de leitor eletrônico de livros, e-books são dispositivos informáticos portáteis, como o Kindle, da Amazon, Barnes e Noble Nook e iPad da Apple, que tornam possível para livros em formato digital serem vistos e lidos por seus usuários. A tecnologia para

leitores de e-books e e-book está disponível na forma mais rudimentar por mais de vinte anos, mas a popularidade destes dispositivos realmente não decolou até a introdução do Kindle em 2009 e introdução do iPad, em 2010.

GIS: É sigla para *Geographic Information System* (Sistema Geográfico de Informação) que utiliza equipamentos hardwares e softwares para gerar, analisar, gerir e representar dados atrelados a uma informação espacial geográfica (dados alfanuméricos). Uma aplicabilidade interessante do GIS em estudos históricos que fazem uso de novas tecnologias é a possibilidade do cruzamento de outros tipos de informações (que podem estar cronologicamente estratificadas) com a informação do espaço. Cruzando informações de espaço, tempo e de propriedades de terrenos e imóveis (através de censos, documentos de compra e venda, relatórios públicos etc.) o projeto *Montréal l'avenir du passé* (MAP, <http://www.mun.ca/mapm/>), por exemplo, coordenado por Robert Sweeny, da *Memorial University* (Newfoundland, Canadá) consegue gerar uma visualização diferente dos mapas históricos da cidade de Montreal em diferentes momentos do século XIX e XX, permitindo aos pesquisadores visualizar um quadro, realizar comparações e tirar conclusões que consultando diferentes bases de dados, isoladamente, exigiriam muito mais tempo (isto se considerarmos que determinados que os mesmos tipos de insights poderiam ocorrer no acesso aos dados de forma estanque).

Hiperlink: Um elemento em um documento eletrônico que liga para outro local no mesmo documento ou para um documento completamente diferente, normalmente, ao clicar no link que leva para o destino. Hyperlinks é item mais essencial de todos os sistemas em hipertexto, incluindo a *World Wide Web*.

HTML: É a sigla para *HyperText Markup Language* (*Linguagem de Marcação de Hipertexto*), utilizada para escrever/criar as páginas da *Web*, definindo sua estrutura e *layout*, definidos pela utilização de etiquetas (*tags*), entre parênteses angulares (< e >) que funcionam como comandos na formatação dessa linguagem. Os documentos HTML são interpretados pelos navegadores e traduzidos para os usuários que não vêem o código, mas o efeito gráfico final, basicamente visual, executado pelos comandos da linguagem. Os documentos HTML são formados pelas hiperligações (hipertexto) de vários tipos de mídia (vídeo, texto, áudio etc.)

Internet: A Internet é uma rede global que conecta milhões de computadores em um intercâmbio de dados e informações dos mais variados tipos em formato digital

eletrônico, também chamada de “rede mundial de computadores”. Vale ressaltar que frequentemente se confundem os termos internet e web. A diferença entre os dois, segundo Pisani e Piotet (2010: 16-17) é que “A internet é a rede da informática mundial que nos permite acessar correios eletrônicos ou *websites*, por exemplo. A *web*, ou *World Wide Web*, é uma das maiores aplicações permitidas pela internet. É um sistema que possibilita consultar, por meio de um navegador, páginas contidas em sites. Temos, então, de um lado, um conjunto de computadores conectados entre si e, de outro, um conjunto de documentos modificáveis, igualmente conectados entre si. (...) A internet é a rede, a *web* é um de seus serviços mais populares”. Neste trabalho o termo “Internet” foi amplificado pelos ecos de seu uso popular também, de modo que, consideramos tal confusão entre os termos *Web* e Internet seja, efetivamente, efeito de uma simbiose semântica entre ambas as denominações (ocorrendo uma espécie de metonímia) da qual julgamos mais proveitoso eleger Internet, mais popular no Brasil, como o grande termo guarda-chuva para dar conta do todo: rede mundial de computadores, *Web* e suas funcionalidades.

Link: A palavra pode ter vários significados, sendo o que mais interessa para a compreensão das discussões desse trabalho o primeiro: (1) Nos sistemas de hipertexto, como a *World Wide Web*, um *link* é uma referência a outro documento: um *hyperlink*. Essas ligações são às vezes chamados *hot links* e levam para outros documentos quando se clica sobre eles; (2) Na programação, o termo refere-se à ligação da execução de um elemento de ligação; (3) Para colar uma cópia de um objeto em um documento de tal maneira que ele mantém sua ligação com o objeto original. Atualizações para o objeto original pode ser refletido no duplicado pela atualização do link; (4) Nos programas de planilhas, *liking* se refere à capacidade de uma planilha a dar seus dados para determinadas células de outra planilha. Dois ou mais arquivos são, portanto, ligada por células comuns; (5) Nas comunicações, um *link* é uma linha ou canal ao longo do qual os dados são transmitidos; (6) Em sistemas de gerenciamento de dados, um *link* é um ponteiro para outro registro; (7) Em alguns sistemas operacionais (UNIX, por exemplo), um *link* é um ponteiro para um arquivo. *Links* de tornar possível a referência a um arquivo por vários nomes diferentes e para acessar um arquivo sem especificar um caminho completo;

Mecanismo de pesquisa: Também chamado de motor de busca (*search engine*) é um programa que trabalha como uma espécie de robô, buscando informações a partir de palavras-chaves fornecidas pelo usuário, tanto na *World Wide Web* como em outras

bases de dados. Um dos primeiros buscadores no Brasil foi o *Cadê?*, atualmente *Yahoo! Cadê?*, fundada nos idos de 1995. Pouco tempo depois, em 1998, era lançado o motor de busca estadunidense Google, que se tornou um dos mais utilizados da Internet, crescendo enquanto empresa e oferecendo uma série de outros serviços para usuários de Internet como o *Gmail*, por exemplo, serviço gratuito de *webmail* ou o *Blogger* (plataforma gratuita para criação de blogs).

Navegador: Abreviação para *Web browser* (no inglês), é um software usado para localizar, recuperar e também exibir o conteúdo na *World Wide Web*, incluindo páginas *web*, imagens, vídeos e outros arquivos. Como um modelo tipo cliente / servidor, o navegador é o cliente executado em um computador que contata o servidor *Web* e solicita informações. O servidor *Web* envia as informações de volta para o navegador da *Web* que exibe os resultados no computador ou outro dispositivo com acesso à Internet que suporta um navegador.

Plugin: Um módulo de hardware ou software que adiciona um recurso ou serviço específico de um sistema maior. A ideia é que o novo componente simplesmente se conecta ao sistema existente.

Postar: Para publicar uma mensagem em um fórum on-line, blog ou rede social.

Software: Software significa instruções de computador ou dados. Algo que pode ser armazenado eletronicamente é o software, em contraste com os dispositivos de armazenagem e dispositivos de exibição que são chamados de hardware. A distinção entre software e hardware é por vezes confusa, porque eles são integralmente ligados. Claramente, quando se compra um programa, está comprando um software. Mas para comprar o software, precisa-se comprar o disco (hardware) no qual o software está gravado.

Virtual: O virtual é algo que existe "em potência", tem origem no latim medieval "Virtualis", onde o radical "Virtus" significa: virtude, força ou potência. O filósofo Pierre Lévy, com quem dialogamos nesse trabalho, em seus trabalhos traz argumentos que anulam a oposição entre real e virtual. Virtual, para ele, está nessa potência; seria um "complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução, a atualização." (LÉVY, 1996:16). Na cibercultura, o virtual pode

ser potencializado pela tecnologia, mas, de fato, a virtualidade já existia antes do digital, como, nota o autor, as próprias linguagens humanas virtualizam “o tempo real, as coisas materiais, os acontecimentos atuais e as situações em curso.” (LÉVY, 1996:73).

Web 2.0: Termo utilizado para designar a segunda geração da *World Wide Web*, mais focada na interatividade e no compartilhamento de informação entre usuários. Por conta disso, marcam o surgimento da Web 2.0 os blogs, as *wikis* e as redes sociais, bem como uma mudança significativa dos modelos de *websites* que se “repaginaram” para dar conta desta nova vocação, passando a apresentar botões de compartilhamento instantâneo, assinatura de conteúdos, espaços para comentários e conteúdos mais dinâmicos.

Widget: *Widget* é um termo genérico para aquilo que em uma interface gráfica permite ao usuário interagir com o aplicativo e o sistema operacional. Pode ser um programa e/ou componente da interface gráfica do usuário (GUI, no inglês), que torna algumas áreas de trabalho mais amigáveis para que o usuário realize determinadas tarefas, sem que este necessariamente deva conhecer a fundo linguagens de programação computacional. *Widgets* exibem informações e convidam o usuário a agir de várias maneiras.

Wikis: Um tipo de site colaborativo que compreende o trabalho coletivo permanente de muitos autores, recentemente têm despertado atenção de estudiosos de mídia e filosofia por seu suposto de repositório de inteligência coletiva (LÉVY, 1993). Semelhante a um blog em estrutura e lógica, uma *wiki* permite qualquer pessoa editar, apagar ou modificar o conteúdo que foi colocado no site usando uma interface de navegador, incluindo o trabalho de autores anteriores. Em contraste, um blog, normalmente de autoria de um indivíduo, não permite que os visitantes para mudar o material original publicado, apenas adicionar comentários ao conteúdo original. O termo “wiki” significa rápido, veloz, no idioma havaiano e geralmente é utilizado como abreviação para a Wikipédia (enciclopédia livre da *World Wide Web*) em língua inglesa, sendo menos comum esta abreviação em língua portuguesa.

World Wide Web: Um sistema de servidores de Internet que suportam especialmente documentos formatados. Os documentos são formatados em uma linguagem de marcação chamada HTML (HyperText Markup Language) que suporta links para outros

documentos, bem como gráficos, áudio e arquivos de vídeo. Isto significa que se pode saltar de um documento para outro simplesmente clicando nos *hot spots (links)*. Nem todos os servidores da Internet são parte da *World Wide Web*. Existem vários aplicativos chamados navegadores da *Web* que tornam mais fácil para acessar a *World Wide Web*, dois dos mais populares são o Firefox e o Internet Explorer da Microsoft. *World Wide Web* não é sinônimo de Internet.

XML: É a sigla para *Extensible Markup Language*, que significa em português Linguagem Extensível de Marcação Genérica, usualmente recomendada pela recomendada pelo *World Wide Web Consortium (W3C)* - que cuida da padronização e interpretação de conteúdos para *websites* - para a criação de documentos com dados organizados hierarquicamente, tais como textos, banco de dados ou desenhos vetoriais

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Leandro Coelho de. **Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, 2012.

ALBIERI, Sara. *História Pública e consciência histórica*. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp. 19-28.

ALMEIDA, Fábio Chang de. **A serpente na rede : extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina**. Dissertação de Mestrado em História – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15011>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. *O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas*. **AEDOS**, vol. 3, n. 8, 4 Novembro 2011, pp. 9-30. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AMORIM, Elaine de. *Arquivos, pesquisas e novas tecnologias*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ANDERSEN, Richard. *Hypertext notes*. **Ejournal**, vol.6, n.3, Agosto,1996. Disponível em: <<http://www.ucalgary.ca/ejournal/archive/v6n3/andersen/frames.html>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ANDERSON, Steve F. **Technologies of history: visual media and the eccentricity of the past**. Hanover: Dartmouth College Press, 2011.

ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. *Prefácio* In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; *et al* (Orgs.). **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. pp. 09-34.

ANTOUN, Henrique. *Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura*. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010. pp. 141-154.

AYERS, Edward L.; THOMAS, William G. III. *The Differences Slavery Made: A Close Analysis of Two American Communities*. Virginia Center for Digital History, University of Virginia, 2003. Disponível em: <<http://www2.vcdh.virginia.edu/AHR/>> Acesso em: 11 fev. 2014.

AYERS, Edward L. *History in Hypertext*. University of Virginia, 1999a. Disponível em: <<http://www.vcdh.virginia.edu/Ayers.OAH.html>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. *The Pasts and Futures of Digital History*. University of Virginia, 1999b. Disponível em: <<http://www.vcdh.virginia.edu/PastsFutures.html>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

AYERS, Edward L. *Technological Revolutions I Have Known*. In: BURTON, Orville Vernon. **Computing in the Social Sciences and Humanities**. University of Illinois Press, 2002.

BANDINI, Gianfranco & BIANCHINI, Paolo. **Fare storia in rete: fonti e modelli di scrittura digitale per la storia dell'educazione, la storia moderna e la storia contemporanea**. Roma: Carocci, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n. 1, Junho 2007.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. *The Californian Ideology*. **Science as Culture**, n. 6.1, 1996: 44-72.

BARON, Christine. *Using Inquiry-based Instruction to Encourage Teachers' Historical Thinking at Historic Sites*. **Teaching and Teacher Education** n. 35.3: 157-169, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza* (1933). In **Obras Escolhidas**, Vol. I, Brasiliense, 1987.

BERNSTEIN, Adam. *Digital Historian Roy A. Rosenzweig*. **The Washington Post**, Sábado, 13 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/10/12/AR2007101202489.html>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. **Revue de synthèse historique**, vol. 46, 1928, pp. 15-50.

_____. *Problèmes d'Histoire Comparée*. **Annales d'histoire sociale**, vol. 1, n. 4, 1939, pp. 438-440.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno**. Dissertação

de mestrado em História. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BOSCHI, Caio César. *O historiador, os arquivos e as novas tecnologias : notas para debate / Caio Boschi* In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **Outros combates pela História**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra: 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter; DIAS, Maria Carmelita Pádua; *et al.* **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

BURDICK, Anne. WILLIS, Holly. *Digital Learning, Digital Scholarship and Design Thinking*. **Design Studies Design Studies** 32.6: 546–556, 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURTON, Orville Vernon. **Computing in the Social Sciences and Humanities**. University of Illinois Press, 2002.

Burton, Valerie. Multi-media website **More than a List of Crew** (E-work). Julho-Dezembro, 2011.

_____. *Report on Instruction Development Grant Awarded to 'Primary Documents in the Digital Classroom* March 2011 – June 2012. **Memorial University**. 3 de Julho de 2012.

BUSH, Vannevar. *As We May Think*. **The Atlantic**, 1 de Julho de 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/?single_page=true>. Acesso em: 30 jan. 2013.

CALANCA, Daniela. *Percorsi di storiografia digitale*. **Storia e Futuro. Rivista di Storia e Storiografia**, n.6, Maio 2005. Disponível em: <http://www.storiaefuturo.com/it/numero_6/percorsi/7_percorsi-di-storiografia-digitale~99.html>. Acesso em: 6 nov. 2013.

CALL, Lewis. *Hypertext and the Postmodern Pedagogy of the Enlightenment*. **History and Computing**, Vol. 1, n. 1, 1998 Acesso em: <<http://quod.lib.umich.edu/j/jahc/3310410.0001.106?rgn=main;view=fulltext>> Acesso em: 11 fev. 2014.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; GRINBERG, Keila; SEDREZ, Lise Fernanda. **Debate online Historia Digital: Ensino, Pesquisa e Divulgação**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=T-aRq1c3QiY> Acesso em 30 jan. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CERF, Vinton. *The Internet's Big Bang*. **TIME's Annual Journey: 1989**. Quinta-feira, 18 de Junho de 2009. Disponível em: http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1902809_1902810_1905184,00.html. Acesso em: 28 out. 2013.

CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (Org.). **Historia: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

_____. **The Writing of History**. New York: Columbia University Press, 1992.

CEZAR, Temístocles. *Tempo Presente e usos do passado*. In: VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; *et al* (Eds.). **Tempo Presente e usos de passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, pp. 31-50.

CHABOD, Federico; FIRPO, Luigi. **Lezioni di metodo storico**. Roma: Laterza, 1992.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

COHEN, Daniel J. *The Blessay*. 24 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.dancohen.org/2012/05/24/the-blessay/>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. *History and Technology - Zotero: Social and Semantic Computing for Historical Scholarship*. **Perspectives : newsletter of the American Historical Association**, vol. 45, n. 5, 2007.

COHEN, Daniel J; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Preservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 2001.

CRISCIONE, Antonino. *Sopravviverà la storia all'ipertesto*. **Memoria e Ricerca**, n.12, 2003 Disponível em:

<http://www.francoangeli.it/Riviste/Scheda_Rivista.aspx?IDarticolo=19530&lingua=it>. Acesso em: 4 nov. 2013.

DANTAS, Camila Guimarães. *El pasado en la red: Notas sobre un acierto digital*. **Conocimiento Abierto, Sociedad Libre - III Congreso ONLINE - Observatorio para la CiberSociedad**, 2006. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=809>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

DARNTON, Robert. *5 Myths About the 'Information Age'*. **The Chronicle of Higher Education**, 17 de Abril de 2011. Disponível em: <<http://chronicle.com/article/5-Myths-About-the-Information/127105/>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *A Historian of Books, Lost and Found in Cyberspace*. **Chronicle of Higher Education**, B4, 12 de Março de 1999. Disponível em: <<http://www.historians.org/prizes/gutenberg/rdarnton.cfm>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. *An Early Information Society: News and the Media in Eighteenth-Century Paris*. **The American Historical Review**, vol. 105, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://ahr.oxfordjournals.org/content/105/1/1.full.pdf>>. Acesso em: 11 de fev. 2014

_____. **The Case for Books: Past, Present, and Future**. New York: PublicAffairs, 2009.

DE FEO, Linda. **Dai corpi cibernetici agli spazi virtuali : per una storiografia filosofica del digitale**. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2009.

DECEMBER, John. *Living in Hypertext*. **EJournal**, vol. 6, n.3, Agosto 1996. Disponível em: <<http://www.ucalgary.ca/ejournal/archive/v6n3/december/decht.html>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

DELEUZE, G. *Post Scriptum sobre as Sociedades de Controle*. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações – 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EGAN, Margaret E.& SHERA, Jesse H. *Foundations of a Theory of Bibliography*. **The Library Quarterly**, vol. 22, n. 2, 1952, pp. 125-137.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **The Printing Press as an Agent of Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ERWAY, Ricky. *Defining "born digital"*. **Online Computer Library Center**, 2010.

EVANGELISTA, Rafael. *Singularidade: de humanos feitos simples máquinas em rede*. **Revista eletrônica de Jornalismo Científico**, 10 de Setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=70&id=877>>. Acesso em: 29 out. 2013.

FALLETTA, Serena. [L'edizione digitale del Liber Privilegiorum Sanctae Montis regalis Ecclesiae](#). Tese de Duotorado (versão eletrônica). Palermo, Università Degli Studi di Palermo, 2009. Disponível em: <<http://vatlat3880.altervista.org/>> Acesso em: 11 fev. 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: A. Colin, 1953.

_____. **Le Problème de l'incroyance au XVIe siècle, la religion de Rabelais**. Paris: A. Michel, 1947.

FIGUEIREDO, Luciando. *História e Informática: o uso do computador* In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FISCHER, Michael. **Futuros Antropológicos: Redefinindo a Cultura na Era Tecnológica**. Rio de Janeiro:Zahar, 2011.

FLOWERDEW, J. *Problems in writing for scholarly publication in English: The case of Hong Kong*. **Journal of Second Language Writing Journal of Second Language Writing**, vol.8, n.3, 1999, pp. 243-264.

FURET, François. *O quantitativo em história*. In: NORA, Pierre. Le Goff, Jacques (Org.) **Historia: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

GALLAI, Monica & TOMASSINI, Luigi. La nascita della storiografia digitale. In: RAGAZZINI, Dario (Org.). **La storiografia digitale**. Torino: UTET libreria, 2004, pp. 70-100.

GALLINI, Stefania & NOIRET, Serge. *La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al dossier historia digital*. **Historia Crítica**, n.43, 2011, pp. 16-37.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

_____. **História na Era Google** (vídeo – Fronteiras do Pensamento). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=wSSHnqAbd7E&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 27 out. 2013.

GOLD, Matthew K. **Debates in the digital humanities**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. Disponível em: <<http://dhdebates.gc.cuny.edu/>>.

GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. São Paulo: Editora Record, 2007.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. *Introduction*. In: ROSENZWEIG, Roy. **Clio wired: the future of the past in the digital age**. New York: Columbia University Press, 2011.

GRAHAM, Shawn. *The Wikiblitiz: A Wikipedia Editing Assignment in a First Year Undergraduate Class*. **Writing History in the Digital Age**, versão - primavera, 2012. Disponível em: <<http://writinghistory.trincoll.edu/crowdsourcing/graham-2012-spring/>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

GRAHAM, Shawn & MILLIGAN, Ian. *Review of MALLETT, produced by Andrew Kachites McCallum*. **Journal of Digital Humanities**, vol.2, n.1, Inverno 2012. Disponível em: <<http://journalofdigitalhumanities.org/2-1/review-mallet-by-ian-milligan-and-shawn-graham/>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

_____. **Quaderni del carcere nuova versione tematica digitale**. Roma: Regione Toscana, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado de. Prefácio. In: HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso de Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In: ABREU, Martha de, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca (orgs) **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Iná de Mendonça – Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011

HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso de Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. *El Historiador en un mundo presentista*. In: DEVOTO, Fernando. **Historiadores, Ensayustasy Gran Publico 1990-2010**. Buenos Aires, Ed. Biblos, 2010.

_____. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HAYLES, Katherine N. *The Transformation of Narrative and the Materiality of Hypertext*. **Narrative**, v. 9, n. 1, p. 21–39, 2001.

_____. **How we think: Digital Media and Contemporary Technogenesis**. University of Chicago Press, 2012.

HENRIQUES, Rosali. *Museus virtuais e cibermuseus: a internet e os museus*, Portugal, 2004. Disponível em: <http://migre.me/j3zjo> Acesso em: 30 jan. 2014.

HIMMELFARB, Gertrude. *A Neo-Luddite Reflects on the Internet*, **Chronicle of Higher Education**, 1 Nov 1996.

HOBBSBANW, Eric J. **A Era dos Extremos – O breve século XX**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1994.

HOMERO; MENDES, Manuel Odorico (tradução). **Odisseia** [com notas]. São Paulo: Centaur, 2012.

HÜSEN, Jörn. *Historiografia comparativa intercultural*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, pp.115-138.

JAH; COHEN, Daniel J; FRISCH, Michael; GALLAGHER, Patrick; *et al*. *Interchange: The Promise of Digital History*. **The journal of American history (JAH)**, vol. 95, n. 2, 2008.

JDH, Editors, The. *The Difference the Digital Makes*. **Journal of Digital Humanities**. 2 Oct. 2012.

KOCKA, Jürgen. *Comparison and Beyond*. **History and Theory**, n.42, February 2003, pp.39-44.

KOMESU, Fabiana Cristina. *Blogs e práticas de escritas de si na internet*. In: XAVIER, Antônio Carlos e MARCUSHI Luiz. **Hipertexto e gêneros digitais - Novas formas de construção de sentido**, 2nd ed., Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. p.110-119 Disponível em: <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/hipertexto%20e%20generos%20digitais%5B1%5D.%20novas%20formas%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20sentido.pdf>> Acesso em 12 fev. 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____ ; MEIER, Christian; GÜNTER, Horst; *et al* (Orgs.). **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOVALCHICK, Ann; DAWSON, Kara. **Education and technology: an encyclopedia**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2004.

KRANZBERG, Melvin. *Technology and History: “Kranzberg’s Laws”*. **Technology and Culture**, vol. 27, n. 3, 1986.

KRUG, Steve. **Don’t Make Me Think: A Common Sense Approach to Web Usability, 2nd Edition**. 2nd. ed: New Riders, 2005.

LANDOW, Professor George P. **Hypertext 2.0: The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEFEVERE, André. **Translation, rewriting, and the manipulation of literary fame**. London: Routledge, 1992.

LEMOS, André. Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. *Post-Mass Media Functions, Locative Media, and Informational Territories: New Ways of Thinking About Territory, Place, and Mobility in Contemporary Society*. **Space and Culture**, vol. 13, n. 4, 2010, pp. 403-420.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

_____. **O que é o Virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

LUCCHESI, Anita. “*Sopravviverà la storia all’ipertesto?*”. *Qualche spunto sulla scrittura della storia ai tempi di internet*. **Diacronie. Studi di Storia Contemporane**, n.12, 4/2012. Disponível em: <http://www.studistorici.com/2012/12/29/lucchesi_numero_12/>. Acesso em: 4 nov. 2013.

_____. *Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem paradesiros no território incógnito da web*. **Cadernos do Tempo Presente**, n.6, 2012a. Disponível em: <about:newtab>. Acesso em: 27 out. 2013.

_____. *A história sem fio: questões para o historiador da Era Google*. In: **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO**, São Gonçalo, 2012b, Disponível em: <http://www.academia.edu/2310938/A_historia_sem_fio_questoes_para_o_historiador_da_Era_Google>. Acesso em: 25 out. 2013.

LYON, David. 11 de setembro, sinóptico e escopoflia: observando e sendo observado. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010. pp. 141-154.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Teoria e história da historiografia*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, pp.11-26.

MAN, John & OLIVEIRA, Marco A. **A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e de uma invenção que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MANOVICH, Lev. **The language of new media**. Cambridge: MIT Press, 2002.

- MATA, Sergio da & PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente*. In: VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; *et al* (Eds.). **Tempo Presente e usos de passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, pp. 9-30.
- MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Procedimentos de autoria hipermídia em redes de computadores, um ambiente mediador para o ensino aprendizagem da história**. Tese de Doutorado em Educação – Salvador: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Escritos sobre história e internet**. Rio de Janeiro: Luminária academia, 2011.
- _____. (Org.). **História, Neofacismos e intolerância: Reflexões sobre o Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Luminária academia, 2012.
- _____. *Ciberespaço e Extremismos Políticos no século XXI*. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, 2013. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/66/205-7-ciberespaco-e-extremismos-politicos-no-seculo-xxi>> Acesso 12 fev. 2014.
- _____.; LUCCHESI, Anita. *@intolerancia: redes sociais e extremismos no ciberespaço*. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos (Org.). **História, Neofacismos e intolerância: Reflexões sobre o Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Luminária academia, 2012, pp.17-44.
- MINUTI, Rolando. *Internet e il mestiere di storico. Riflessioni sulle incertezze di una mutazione*. **Cromohs**, n.6, 2001, pp.1-75.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
- MONTEIRO, Silvana Drumond. *O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito*. **DataGramaZero**, vol. 8, n.3, 2007.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012, pp. 21-36.
- MURRAY, Janet H. **Hamlet on the Holodeck: The Future of Narrative in Cyberspace**. New York: Free Press, 1997.
- MUSTÈ, Marcello. **La storia: teoria e metodi**. Roma: Carocci, 2005.
- NATIONAL Science Foundation (NSF, EUA), *Cyberinfrastructure Council* (National Science Foundation). **Cyberinfrastructure Vision for 21st Century Discovery**. 2007.
- NETO, Antonio Simão. *Metáforas Aquáticas: uma proposta para interface entre espaços virtuais de aprendizagem*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Maio 2005.

- NOIRET, Serge. *La “nuova storiografia digitale” negli Stati Uniti (1999-2004)*. **Memoria e Ricerca**, n.s. 18, 2005. Disponível em: <<http://www.fondazioneecasadioriani.it/modules.php?name=MR&op=body&id=339>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- _____. *La Public History: una disciplina fantasma?* **Memoria e Ricerca**, n.37, 2011.
- _____. *La storia contemporanea nel “villaggio globale”*. In: RAGAZZINI, Dario (Org.). **La storiografia digitale**. Torino: UTET libreria, 2004, pp.35-69.
- NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques. **Historia: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- NOWVISKIE, Bethany. *Announcing #Alt-Academy*. **Bethany Nowviskie**. 22 de Junho de 2011. Disponível em: <<http://nowviskie.org/2011/announcing-alt-academy/>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- PAROLIN, Laura. *Come cambia il concetto di “autorità accademica” con la rete*. **Memoria e Ricerca**, n.s. 9, 2002. Disponível em: <<http://www.fondazioneecasadioriani.it/modules.php?name=MR&op=body&id=266>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- PEREIRA, Mateus. H. F. A História do Tempo Presente. **Humanidades** (Brasília), v. 58, p. 56-65.
- PIMENTA, Ricardo M. *O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital*. In: ALBAGLI, Sarita. **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF. IBICT, 2013. pp. 146-172.
- PISANI, Francis; PIOTET, Dominique; GROSSO, Gian Bruno. **Como a web transforma o mundo : a alquimia das multidões**. São Paulo: Editora Senac, 2010.
- RAGAZZINI, Dario. **La storiografia digitale**. Torino: UTET Libreria, 2004.
- _____. *Le fonti storiche nell’epoca della loro riproducibilità informatica*. In: RAGAZZINI, Dario (Org.). **La storiografia digitale**. Torino: UTET Libreria, 2004, pp.3-34.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- ROEDIGER, Henry L. *Memory metaphors in cognitive psychology*. **Memory & Cognition**, vol. 8, n.3, 1980, pp.231-246.
- ROLLAND, Denis. *Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas*. **Tempo**, n. 16, 2004, pp.1-34.
- RONCAGLIA, Gino. *Informatica umanistica: le ragioni di una disciplina*. **Rivista Intersezioni**, Il Mulino, 2002, pp. 353-376. Disponível em: <<http://dspace.unitus.it/handle/2067/19>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio wired: the future of the past in the digital age**. New York: Columbia University Press, 2011.

_____. "Not a Simple Task": Professional Historians Meet Popular Historymakers. **The Public Historian**, vol.22, n. 1, 2000, pp.35-38.

_____; BRIER, Steven. *Historians and Hypertext, Is It More Than Hype*. AHA Perspectives, 1994.

RÜSEN, Jorn. *Historiografia comparativa intercultural* In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHMIDT, H. C. *Media, Millennials, and the Academy: Understanding the State of Media Literacy within Higher Education*. **Journal on Excellence in College Teaching**, vol. 23, n.4, 2012, pp.53-75.

SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. **Companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell Publishing Professional, 2004. Disponível em: <<http://www.digitalhumanities.org/companion/>>.

SEWELL, William H. *Marc Bloch and the Logic of Comparative History*. **History and Theory**, vol. 6, n.2, 1967, pp. 208-18.

SHELDRIK, Aaron & SLODKOWSKI, Antoni. *Insight: After disaster, the deadliest part of Japan's nuclear clean-up*. **Reuters**, 13 de Agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/08/14/us-japan-fukushima-insight-idUSBRE97D00M20130814>>. Acesso em: 30 out. 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SPIRO, Lisa. **Debates in the Digital Humanities**. Disponível em: <<http://dhdebates.gc.cuny.edu/debates/text/13>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

STALEY, David J. *Designing and Displaying Historical Information in the Electronic Age*. **Journal of the Association for History and Computing**, vol.1, n.1, June 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/spo.3310410.0001.103>>.

_____. *Digital Historiography: Hypertext*. **Journal of the Association for History and Computing**, vol.1, n.1, June 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/spo.3310410.0001.113>>.

SWEENEY, Robert C. H. *Rethinking Boundaries: Interdisciplinary Lessons from the Montréal l'avenir du passé (MAP) Project*. **Digital Studies / Le champ numérique**, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.digitalstudies.org/ojs/index.php/digital_studies/article/view/178>. Acesso em: 23 mar. 2013.

STONE, Lawrence. *The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*. **Past & Present**, n.85, 1979, pp. 3-24.

TAKAHASHI, T. 2000. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *História e Informática*. In: **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012, pp.301-317.

TOMASSINI, Luigi & GALLAI, Monica. La fotografia di documentazione storica in Internet. In: RAGAZZINI, Dario (Org.). **La storiografia digitale**. Torino: UTET Libreria, 2004, pp.3-34.

THEML, Neyde & BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. *História comparada: olhares plurais*. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n.1, 2007.

THOMPSON, John B. Introduzione. In: **Mezzi di comunicazione e modernità: Una teoria sociale dei media**. Traduzione Paola Palminiello, Bolonha, 1998.

TURNER, Fred. **From counterculture to cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the rise of digital utopianism**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

VAN DIJCK J. *Users like you? Theorizing agency in user-generated content*. **Media Cult. Soc. Media, Culture and Society**, vol. 31, n.1, 2009, pp.41-58.

VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; *et al.* **Tempo Presente e usos de passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

VELAGIĆ, Z.; HASENAY, D. *Understanding textual authorship in the digital environment: lessons from historical perspectives*. **IR Information Research**, vol.18, n.3, 2013. Disponível em: <<http://informationr.net/ir/18-3/colis/paperC19.html#UicwNT8piyF>>. Acesso em: 4 set. 2013.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Um 'giro linguístico' em torno de Carlo Ginzburg, Hayden White e Eric Auerbach. In: Marcelo de Mello Rangel; Mateus Henrique Faria Pereira; Valdeci Lopes de Araujo (orgs). **Caderno de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3)

VITALI, Stefano. **Passato digitale : le fonti dello storico nell'era del computer**. Milano: ESBMO, 2004.

_____. *Rappresentazioni Della Storia e del Passato Nella Rete*. **Archivio di Stato, Firenze**, 2005. Disponível em: <<http://biennale.st.tiscalibusiness.it/62/61793.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. *Una memoria fragile: il web e la sua conservazione*. In: RAGAZZINI, Dario (Ed.). **La storiografia digitale**. Torino: UTET libreria, 2004, pp.101-128.

WEINRICH, Harald. **Lete, arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WELLS, H.G. **The time machine**. Dover Publications: London, 1995.